



"Viriato transformado"

Pedro Jorge Coutinho dos Santos Simões

# A identidade regional na imprensa de proximidade beirão. Dois periódicos viseenses de 1959 a 2011.

Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, ramo de Estudos de Jornalismo, orientada pelo Prof. Doutor Carlos Camponez, coorientada pelo Prof. Doutor Rui Cunha Martins e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Abril de 2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA





UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Pedro Jorge Coutinho dos Santos Simões

# A identidade regional na imprensa de proximidade beirã. Dois periódicos viseenses de 1959 a 2011.

Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, ramo de Estudos de Jornalismo,  
orientada pelo Prof. Doutor Carlos Camponez, coorientada pelo Prof. Doutor Rui Cunha  
Martins e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Abril de 2016



*À Simone.*



## AGRADECIMENTOS

A dimensão deste espaço não corresponde garantidamente ao lugar ocupado pelos nomes que, de diferentes maneiras, contribuíram para a realização deste trabalho. No entanto, a sua nomeação é, em si mesma, monumento tradutor de um sentimento de gratidão inigualável, de uma certeza da impossibilidade de aqui ter chegado sem todos aqueles que, de diferentes formas, garantiram o continuar deste trajeto. Desde os que, pelo profundo respeito demonstrado, até aos que comigo ombrearam neste labor, aqui manifesto um sincero bem-haja.

Será inevitável, antes de mais, marcar aqui um sentido gesto de gratidão e a justíssima homenagem ao meu orientador, Professor Doutor Carlos Camponéz, pelo seu incontornável posto de disponível mentor, sempre presente e atento; ao meu coorientador, Professor Doutor Rui Cunha Martins, pilar essencial de todo o meu percurso académico, a quem confiarei sempre uma profunda amizade.

Devo também uma nota especial de agradecimento à Maura Lemos, à Magna Pinto e a todos os meus grandes amigos e aos colegas do Instituto Politécnico de Viseu que comigo partilharam dúvidas, conclusões e soluções e, mais frequentemente, uma profunda empatia que tanto contribuiu para este avanço.

À minha família, em particular aos meus pais, irmã e cunhados, devo a força de todos os dias, pelas inenarráveis semanas de clausura e alheamento e a certeza da sua contínua presença e fé. À Daniela, de braço dado, devolvo um sorriso cúmplice.





## RESUMO

Os contornos de um mundo em mudança e a evolução do pensamento há muito que se afastaram dos conceitos de identidades unas e imutáveis. A própria aceitação da mutabilidade traduz-se também nos cenários das vastas possibilidades para os fenómenos identitários à escala global. Também por isso, e mais do que nunca, se revela preponderante a reflexão sobre tais fenómenos identitários e a compreensão da sua intervenção e pertinência nas constantes reconfigurações sociais da atualidade. Esse será o universo do presente trabalho, onde serão auscultadas atuais conceções identitárias e o seu lugar no caso português. Este estudo configura-se, portanto, a partir de objetivos centrais bem delimitados: identificar e caracterizar a eventual existência de identidades regionais em Portugal, no caso particular dos territórios associados a Viseu. Este ponto de partida surge da análise da frequente cartografia das identidades territoriais na realidade portuguesa, bem como da continuidade de anteriores estudos do autor. Com efeito, verifica-se que frequentemente se definem duas grandes tipologias identitárias no que concerne à relação com o território: a local e a nacional. Tal posição surge em aberta contradição com os discursos mediáticos recorrentes onde a constante presença de um discurso de matriz regional obriga à dúvida inevitável. Nesse sentido, falando-se de região, foi necessário percorrer os conceitos de limite e de fronteira que a delimitam e lhe conferem sentido, indagando-se sobre o lugar da sua criação e da sua vivência. Assim, o trabalho orientou-se em dois grandes sentidos iniciais: o do levantamento da ação delimitadora do Estado, tido como autor das demarcações regionais em Portugal e o da auscultação da produção discursiva dos *media* regionais, agentes e expressão da identidade regional. A segunda dimensão obrigaria a um estudo aturado sobre a imprensa regional, objeto essencial do presente trabalho e a partir do qual será possível alcançar conclusões validáveis para o período entre 1959 e 2011. É então pelo cruzamento das duas dimensões referidas que se surpreende a existência de traços identitários regionais bem vinculados, profundamente arraigados ao discurso do Estado Novo, raramente correspondendo aos intentos de delimitação das sucessivas iniciativas governamentais posteriores que, desse modo, revelam também um profundo distanciamento desse território que insistentemente vão dividindo. Entre o discurso eivado de simbolismo – embora centralista – do Estado Novo e as denominações técnicas – embora com o propósito de promover a descentralização do poder – da democracia, o discurso identitário da imprensa regional de Viseu alimenta-se ainda hoje do primeiro. Não porque vise os seus objetivos, mas porque é o que melhor caracteriza uma identidade relativamente pacificada: sempre pronta a recorrer ao passado beirão para afirmar as suas diferenças, sem no entanto pôr em causa o espírito da Nação; sempre pronta a denunciar o centralismo de Lisboa, esquecendo embora que foi esse centralismo que outrora lhe atribuiu a característica da genuinidade de, o que quer que seja, ser português.

## ABSTRACT

The shapes of a changing world and the evolution of thought have long moved away from the concepts of singular and immutable identities. The acceptance of the mutability also finds expression in scenarios of vast possibilities for identity phenomena on a global scale. More than ever, the reflection about such identity phenomena, the understanding of their intervention and relevance in today's constant social reconfigurations is paramount. This will be the focus of this study where current conceptions of identity and its place in the Portuguese case will be closely examined. This study sets well-defined core objectives: to identify and characterize the possible existence of regional identities in Portugal, in particular the territories associated to Viseu. This starting point emerges from the analysis of frequent cartography of the territorial identities in the Portuguese reality as well as the continuity of previous studies by the author. Furthermore, it often appears that there are defined two major types of identities in regards to the relationship with the territory: local and national. Such position arises in open contradiction to the reoccurring speeches in the limelight, where a constant presence of a speech of regional character brings inevitable doubt. It was necessary to follow through the concepts of limits and boundaries, which confine and give it a meaning, inquiring about the place of their creation and experience. Therefore, this work followed two prominent directions: the study of the confining action of the state, which is seen as the author of the regional boundaries in Portugal and the study of the discursive production of regional media, agents and expression of regional identity. The second dimension would require a rigorous study on the regional press, essential object of this work and from which it is possible to achieve valid conclusions for the period between 1959 and 2011. The crossing of these two dimensions allowed us to understand the existence of regional identity features being sharply enforced and deeply entrenched to the Estado Novo speech. These features rarely did correspond to the delimitate attempts of the subsequent successive government initiatives and thus reveal their profound detachment of that territory, which is continually being divided by them. Between the riddled with symbolism – although centralist – Estado Novo speech and the technical denominations - albeit with the aim of promoting the power decentralization – of democracy, the identity speech in today's Viseu regional press still feeds on the first. Not because they share the same goals, but because it is what best characterizes a relatively pacified identity: always ready to use the "beirão" heritage to state their differences, although the spirit of the nation has never called into question; always ready to denounce the Lisbon centralism, even though forgetting that this centralism was the one that once gave them the genuineness feature of, whatever it is, being Portuguese.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – O APURAMENTO DO CONCEITO IDENTITÁRIO.....	17
1. Identidades e correntes oceânicas .....	17
1.1. Identidades, conceito poliédrico .....	17
1.2. Identidades, processo construtivo .....	27
2. A unidade nacional portuguesa e as escalas regionais .....	36
2.1. Os argumentos frequentes da unidade nacional como antítese de escalas regionais.....	36
2.2. A unidade nacional como construção discursiva .....	45
3. Demarcação e identidade .....	53
3.1. A demarcação e as fronteiras regionais.....	53
3.2. A fronteira regional, a memória e as identidades.....	61
Notas conclusivas do capítulo .....	66
CAPÍTULO II – A AÇÃO ESTATAL: CONTINUIDADES E TENSÕES DAS DEMARCAÇÕES REGIONAIS EM PORTUGAL.....	69
1. Sobre a centralidade estatal: reflexão introdutória .....	69
2. Antes e depois de 1959: as Províncias, a sua extinção e o III Plano de Fomento .....	75
3. A democracia e a abordagem da III República até ao referendo de 1998 .....	87
4. Depois do referendo. Perspetivas gerais .....	107
Notas conclusivas do capítulo .....	113
CAPÍTULO III – A IMPRENSA REGIONAL. LUZ SOBRE O CAMPO DE TRABALHO.....	117
1. Imprensa Regional e Local e a Proximidade.....	117
1.1. O titubear conceptual .....	117
1.1.1. Explorando as definições de ancoragem geográfica.....	119
1.1.2. A imprensa regional e as novas geometrias do espaço e do tempo .....	125
1.2. O esclarecimento de definições operativas .....	132
1.2.1. O segmento e o conceito de pacto comunicacional .....	132
1.2.2. Outras propostas definidoras decorrentes do conceito de pacto comunicacional .....	135
1.2.3. O papel da localização no definir do segmento .....	137
1.2.4. O segmento como imprensa de proximidade.....	140
1.3. Decorrências do definir: especialização ou especificidade? .....	144
2. Contributos para um perfil do segmento .....	149
2.1. Definição de charneiras cronológicas .....	149
2.2. De 1933 a 1974.....	151
2.3. De 1974 a 1995.....	162
2.4. De 1995 ao presente.....	170

Notas conclusivas do capítulo .....	179
CAPÍTULO IV – <i>CO-MEMORAÇÕES</i> IDENTITÁRIAS. O CASO DA IMPRENSA REGIONAL E LOCAL DE VISEU.....	183
1. A imprensa de proximidade e a construção identitária .....	183
2. A identidade regional nos periódicos viseenses: O afinar metodológico.....	188
3. A identidade regional nos periódicos viseenses: dos resultados ao tracejar de um perfil identitário .....	208
3.1. Constatação do fenómeno discursivo regional .....	208
3.2. O desenho do perfil discursivo regional .....	229
Notas conclusivas do capítulo .....	267
CAPÍTULO V – IDENTIDADES REGIONAIS, RESISTÊNCIA AO APAGAMENTO E O LUGAR DA IMPRENSA REGIONAL E LOCAL.....	271
1. A metáfora oceânica e a identidade regional .....	271
2. Esboço de uma tipologia identitária regional para o caso em estudo.....	274
3. O carácter sedimentar da identidade regional em estudo.....	280
4. Notas prospetivas para a identidade regional em estudo e o lugar da imprensa regional .....	286
CONCLUSÃO.....	291
BIBLIOGRAFIA E FONTES.....	301
I – Obras citadas ou consultadas.....	301
II – Jornais analisados.....	326
APÊNDICE 1 – <i>Codebook</i> das categorias de análise quantitativa.....	i
APÊNDICE 2 – Número de ocorrências por periódico e por ano.....	iii
APÊNDICE 3 – Relação das ocorrências com a data em estudo por periódico e por ano.....	iv
APÊNDICE 4 – Géneros jornalísticos definidos por periódico e por ano.....	v
APÊNDICE 5 – Tema das peças por periódico e por ano.....	vi
APÊNDICE 6 – Atores por periódico e por ano.....	vii
APÊNDICE 7 – Assinatura das peças por periódico e por ano.....	viii
APÊNDICE 8 – Demarcações geográficas por periódico e por ano.....	ix
APÊNDICE 9 – Tom das ocorrências por periódico, demarcação geográfica e por ano.....	x
APÊNDICE 10 – Reivindicações essencialistas de tom favorável por periódico e por ano.....	xi
APÊNDICE 11 – Marcação identitária por periódico e por ano.....	xii
APÊNDICE 12 – Escala identitária por periódico e por ano.....	xiii
APÊNDICE 13 – Reivindicações essencialistas de tom favorável por periódico e por demarcação geográfica .....	xiv
APÊNDICE 14 – Marcação identitária de tom favorável por periódico e por demarcação geográfica.....	xv

APÊNDICE 15 – Escala identitária de tom favorável por periódico e por demarcação geográfica .....	xvi
APÊNDICE 16 - Demarcação geográfica de tom favorável por ano relativo e por periódico .....	xvii
APÊNDICE 17 – Listagem total de ocorrências .....	xviii

## ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – Resultados do referendo de 08/11/1998. ....	41
QUADRO 2 – Tipologia das formas de comunicação pelos <i>media</i> . ....	134
QUADRO 3 – Natureza e número dos jornais políticos em circulação no continente. ....	152
QUADRO 4 – Número de títulos e classificação política dos jornais de "Província", por Distrito. ....	158
QUADRO 5 – Jornais de "Província" suspensos e criados no ano de 1934, por Distritos. ....	160
QUADRO 6 - Número de títulos e tiragem média mensal por mil habitantes da imprensa periódica dos Distritos e do continente em 1970 e 1978. ....	163
QUADRO 7 – Número de títulos da imprensa periódica da "Região Centro" e sua periodicidade. ....	164
QUADRO 8 – Distribuição das publicações locais e regionais por Distrito e regiões autónomas. ....	174
QUADRO 9 – Periodicidade do universo das publicações locais e regionais (em %). ....	176
QUADRO 10 – Listagem da Imprensa Regional de Viseu com potencial de objeto para o estudo. ....	194

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Número de jornais regionais, de acordo com o ano de fundação. ....	169
GRÁFICO 2 – Número de ocorrências por periódico e por ano. ....	209
GRÁFICO 3 – Relação das ocorrências com as datas em estudo por periódico e por ano. ....	211
GRÁFICO 4 – Géneros jornalísticos definidos por periódico e por ano. ....	213
GRÁFICO 5 – Ocorrências por temas e por periódico. ....	215
GRÁFICO 6 – Atores por periódico. ....	217
GRÁFICO 7 – Artigos assinados por periódico e por ano. ....	218
GRÁFICO 8 – Ocorrências de demarcações geográficas por periódico. ....	220
GRÁFICO 9 – Tom das ocorrências por demarcação geográfica e por periódico. ....	221
GRÁFICO 10 – Tom das ocorrências por demarcação geográfica e por ano no <i>Jornal da Beira</i> . ....	222
GRÁFICO 11 – Tom das ocorrências por demarcação geográfica e por ano no <i>Notícias de Viseu</i> . ....	223
GRÁFICO 12 – Reivindicações essencialistas de tom favorável por periódico. ....	230
GRÁFICO 13 – Reivindicações essencialistas de tom favorável por demarcações geográficas e por periódico. ....	232
GRÁFICO 14 – Marcações identitárias de tom favorável por periódico. ....	253
GRÁFICO 15 – Marcação identitária de tom favorável por demarcações geográficas e por periódico. ....	255
GRÁFICO 16 – Escala identitária de tom favorável por periódico. ....	257
GRÁFICO 17 – Escala identitária de tom favorável por demarcações geográficas e por periódico. ....	258
GRÁFICO 18 – Escala identitária de tom favorável por ano relativo no <i>Jornal da Beira</i> . ....	260
GRÁFICO 19 – Escala identitária de tom favorável por ano relativo no <i>Notícias de Viseu</i> . ....	261
GRÁFICO 20 – Demarcações geográficas de tom favorável por ano relativo no <i>Jornal da Beira</i> . ....	262
GRÁFICO 21 – Demarcações geográficas de tom favorável por ano relativo no <i>Notícias de Viseu</i> . ....	264

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – Distritos (1926). .....	76
FIGURA 2 – Províncias (1936). .....	80
FIGURA 3 - Regiões de Planeamento (1969). .....	86
FIGURA 4 – Comissões de Coordenação Regional (1982) com ajustes ao previsto em 1979. ....	96
FIGURA 5 – NUTS - nível III (1986). .....	100
FIGURA 6 – Regiões do referendo de 1998. ....	102
FIGURA 7 – Número de jornais regionais publicados em 1987, por concelho, na "região Norte". .....	167



## INTRODUÇÃO

A frequente enunciação de demarcações regionais na imprensa de proximidade beirã surgiu como principal elemento deflagrador deste estudo, pela sua configuração aparentemente avessa a muita da produção discursiva de ordem política e mesmo académica que muitas vezes descreve a fragmentação, a diluição, ou mesmo a inexistência de efetivas identidades regionais no Portugal Ibérico<sup>1</sup>. A esse respeito, convirá estabelecer cautelas operativas. Com efeito, alguma da literatura foca-se na ausência de regiões administrativas dotadas de poder próprio, acabando por nem sempre trazer clareza à frequente confusão sobre a existência político-administrativa e a matéria identitária, como se de uma dependesse a outra. Assim, a leitura que frequentemente se verifica ser daí retirada, por diversas razões, provavelmente aceitáveis nos seus contextos, prende-se com a menorização dos processos construtivos identitários, retirando-lhes pertinência, como se se tratassem de um fenómeno tão distante quanto desprezável. De facto, será para nós primordial o pressuposto de Hélène Cardy, assumindo que "a região é discurso" (1997 a, p. 79)<sup>2</sup> e que, desse modo, mais do que resultado de uma concretização legislativa, o sentir regional operará e será produzido a partir dessa matriz discursiva que convirá apurar.

Pretende-se, portanto, trazer um modesto contributo à perceção dos fenómenos identitários regionais portugueses. Aí residirá o objeto deste estudo, bem delimitado e definido: o apuramento e eventual caracterização da existência de identidades regionais expressas na

---

<sup>1</sup> Tais posições poderão ser encontradas sob diferentes visões de análise em Mendes (2001, p. 511), em Oliveira (1996, p. 19), em Gaspar (1993, p. 15), ou em Claudino (2006, p. 111), como veremos melhor adiante.

<sup>2</sup> Todas as citações retiradas de edições estrangeiras serão traduzidas para português, à exceção de expressões bastante específicas que não careçam desse cuidado por serem demasiado óbvias ou particulares na sua redação original. Todas as traduções são da responsabilidade do autor da presente tese.

imprensa de proximidade num caso particular da realidade continental portuguesa, a antiga Beira Alta e a sua capital, Viseu, no período entre 1959 e 2011.

Tal estudo encontra uma problemática de partida no que diz respeito à mutabilidade dos contextos em que esse discurso regional eventualmente se materializa e sobre a qual convém ocupar algumas linhas desta introdução. Com efeito, a pretendida focagem fina sobre o objeto e a definição de balizamentos conceptuais resistentes à liquidez da variabilidade afiguram-se dolorosas e aparentemente imprecisas. É aqui que se identifica o primeiro grande obstáculo operativo com que este estudo se deparou: como olhar ou mesmo descrever com clareza algumas das complexidades em constante mutação no contínuo fluxo do tempo acelerado da contemporaneidade, sem nos afastarmos da precisão de um objeto tão específico? Este desafio suscitou a procura das soluções disponíveis, de forma a identificar ferramentas do pensamento que fossem capazes de verter alguma clareza inicial sobre o profundamente complexo. Procurou-se sobretudo garantir esteios que permitissem avançar de forma equilibrada sem incorrer numa hercúlea cartografia das realidades globais, num exercício sobre os quadros da sociologia contemporânea, mais académico do que profícuo para a precisão do nosso estudo. Desse trabalho de sapa, um elemento foi ganhando um lugar maior para a definição e compreensão de objetos culturais e sociais: a metáfora. Tal recurso ganha aqui um papel iniciático preponderante, permitindo visualizar macroscopicamente os cenários sociais e culturais da contemporaneidade e, desse modo, facilitando um avanço mais seguro para o caso particular em estudo.

A esse respeito, dada a atual vastidão e rapidez dos fenómenos, é evidente a repetição constante da necessidade da significação metafórica, transpondo o muitas vezes ininteligível objeto cultural para o campo do significado e da clarificação do fenómeno observado. Para

Langer, a metáfora, previamente descrita como "o poder através do qual a linguagem, mesmo com um pequeno vocabulário, consegue abarcar uma multidão de coisas" (Langer *apud* Geertz, 2008, p. 119), torna-se uma ferramenta imprescindível para a definição de coordenadas iniciais possibilitadoras de uma indagação mais segura e atenta. No entanto, o uso de tal figura não poderia decorrer sem cautelas ou, pelo menos, sem clarificações sobre a sua operatividade enquanto descritor de cenários globais.

Aceite-se, por um lado, que a construção metafórica se inscreve no cotidiano como estruturação significativa fundamental. Consagra-se na "maneira como, na nossa experiência do dia-a-dia, fazemos sentido" (Fiske, 2005, p. 128). Emerge do olhar à guisa de quadrante, de instrumento do pensamento, balizando e jungindo rumos (como defendido por Fiske na senda de Lévi-Strauss) dando "sentido às abstrações que são importantes (...), encarnando-as metaforicamente na experiência concreta" (Fiske, 2005, p. 129).

Por outro lado, é plausível que os pensamentos e os seus produtos devam ser alvo de desconfiança; "alguns mordem" (Augé, 2001, p. 12), ocultam-se ou voam para outras direções, obrigando-nos a desconfiar do seu lugar e, por consequência, das palavras em que se refugiam, como preconiza o autor. No seu agir significativo, a metáfora, interlocutora de pensamentos e de mundos, surge inevitavelmente também revestida desse poder de voo e de ocultação.

A dúvida é certa neste desfiar e a incerteza banha ainda mais a praia da indagação ao aceitar-se que "ocultar alguma coisa faz parte da própria natureza dos sinais, tal como não há representação sem preterição, identidade sem exclusão ou visão sem desatenção" (Innerarity, 2009, p. 21). Naturalmente que tais pressupostos em nada surpreenderão ou

configurarão novidade, até porque "a suspeita ontológica caracteriza todo o pensamento filosófico ao longo da história" (Innerarity, 2009, p. 18).

Assim, enquanto ferramenta do pensamento, a metáfora reveste-se de uma marcada bipolaridade ao tornar-se instrumento do *cognoscere* e, por isso mesmo, também resultado mental e logo, tal como cada mente, dotada de "potencial de mentira para si próprio (...), fonte permanente de erros e de ilusões" (Morin, 2000, p. 19). Ela é instrumento do conhecer; um conhecer que não é "espelho das coisas ou do mundo externo. Todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos" (Morin, 2000, p. 18). Indo mais além, verifica-se que, "num sentido imediato assim como simbólico, corporal e espiritual, a cada instante somos nós que separamos o que está ligado ou voltamos a unir o que está separado" (Simmel, 1999, p. 10). Assim, a metáfora será resultado de um lugar que, num tempo determinado, a legitima e lhe confere sentido. A sua existência é suspeita, mas inevitável pelo seu papel instrumental. Aí reside a sua matriz dual. A este respeito, Geertz (2008, p. 119) salienta que "o aspecto da metáfora que mais incomodou os filósofos (...) é que ela é «errada». Ela afirma sobre uma coisa que esta é totalmente diferente. Pior ainda, ela tende a ser mais efectiva quando é mais «errada»".

Deste duplo carácter resultará a urgência da ponderação e da cautela na sua leitura, acrescida da necessidade da sua escrita contínua, da inevitabilidade da sua génese ao compasso do pensamento humano. Contudo, o trajeto aqui proposto não pode permitir o uso de um naipe de cautelas que possa travar o passo ao olhar indagador. Procurar-se-á então esse lugar entre o avanço e a paragem reflexiva na esteira das palavras de Giddens (1997, p. 3): "a modernidade é uma cultura do risco". Como tal, também o trabalho de pensar e organizar

uma visão do mundo moderno deverá contemplar esse arriscar e, por isso, tal esforço revestir-se-á de inevitáveis imperfeições, uma vez que "a maior parte das formas de avaliação do risco contêm, de facto, numerosos imponderáveis" (Giddens, 1997, p. 3). Ainda assim, a consciência do risco trabalha a par da confiança que, neste caso, pode ser entendida como geradora de um "salto para a fé" (Giddens, 1997, p. 3) que impulsiona à ação.

Dir-se-ia então ser exigido um arrojo particular, um gesto de audácia na análise dos fenómenos sociais, uma ousadia de entretecer ideias num quadro teórico de contornos metafóricos que se deslocam continuamente em eixos oscilantes. Exige-se fôlego para desbravar um contexto que se caracteriza pela complexidade definida "como impossibilidade de simplificar" e não como complicação, como defende Morin (1987, p. 344). Do mesmo modo que "o simples não passa dum momento de abstracção arrancado à complexidade, dum instrumento eficaz de manipulação laminando uma complexidade" (Morin, 1987, p. 344), também a tentativa de explicação simplista do todo será um exercício condenado ao fracasso, uma impossibilidade em si mesma, uma vez que "a complexidade está na base" (Morin, 1987, p. 344). Também Lévi-Strauss (1989, p. 276) se pronuncia a este respeito, referindo que "a explicação científica não consiste na passagem da complexidade à simplicidade, mas na substituição de uma complexidade mais inteligível a uma outra que o era menos". Assim, a metáfora, enquanto gesto humano, surgirá como um esgar reconhecível, como um instante de significação, um momento de abstracção que será parte desse salto de fé que permitirá ir conferindo sentido à complexificação exponencial das sociedades atuais, obrigando-nos a uma ultrasensibilidade no olhar, como se pode apurar nos exemplos dos conceitos de profusão e panóplia, na metáfora da *drugstore* de Baudrillard (2010, p. 17) onde "se pratica a *amalgama dos signos*".

O conhecimento de matriz científica herdado do séc. XVIII, até há bem pouco tempo dotado da credibilidade necessária para garantir uma eventual segurança no olhar, tem-se revelado cada vez mais constrangido no alcançar de resposta às mudanças e aos ritmos da atualidade. Com efeito, "a reflexividade da modernidade acaba por desautorizar as expectativas do pensamento iluminista" (Giddens, 1997, p. 19). Entre outros, as reflexões de Agamben sobre a morte da experiência na atualidade<sup>3</sup> reforçarão a necessidade de encontrar esteios sólidos face à complexidade. Perante os desafios do mundo atual, exigem-se as novas práticas e posicionamentos do pensamento científico. Outro exemplo é certamente a aceitação da ausência de absoluto consenso para o que se poderá entender sobre conceitos como o de globalização, isto considerando o preconizado por Sparks (2007) quando refere diferentes ancoradouros para o campo teórico do conceito, por Giddens (2000) referindo que existem diferentes teorias e definições para o fenómeno, ou mesmo por Held (1999, p. 10) considerando a existência de diferentes posições face a essa realidade.

Mas não será este o lugar para uma reflexão epistemológica sobre as estratégias de como avançar pelo campo da complexidade, seja rompendo pela picada a golpe de machete, sobrevoando de balão ou seguindo de piroga o caudal ribeirinho. Pretende-se antes a reflexão sobre um fenómeno decorrente do atentar na imensidão: ao buscar sentido na vastidão dos fenómenos das sociedades atuais, os pensadores têm gerado uma tipologia de metáforas visuais que, mais do que transversais, se tornam ubíquas no campo da análise e que, por isso, exigem exposição e debate prévio antes da mobilização de quaisquer processos de estudo. Desse modo, será possível matizar algumas das cambiantes identitárias atuais, dotando-as da inteligibilidade da decifração.

---

<sup>3</sup> "(...) o dia a dia do homem contemporâneo não contém quase nada que seja ainda traduzível em experiência: não a leitura do jornal, tão rica em notícias do que lhe diz respeito a uma distância insuperável; não os minutos que passa, preso ao volante (...). O homem moderno volta à noite extenuado por uma mixórdia de eventos (...), entretanto nenhum deles se tornou experiência" (Agamben, 2008, p. 22).

Subsumidas ou mesmo geradas nessa constatação do complexo, emergiram da leitura para o presente estudo três metáforas consideradas essenciais: liquidez, nevoeiro e invisibilidade.

A primeira imagem decorre do conceito de Modernidade Líquida de Zygmunt Bauman, onde se consideram os conceitos de fluidez e de liquidez como essenciais para entender a "presente fase da era moderna", na medida em que "os líquidos, ao contrário dos sólidos, não conseguem manter facilmente a sua forma" (Bauman, 2006, p. 2). Reporta-se a um cenário global de grande mutabilidade que descreve a partir da extraordinária fluidez dos fenómenos da atualidade, da diluição das forças sociais tradicionais e dos próprios conceitos de espaço e de tempo. É uma imagem de permanente dinamismo e fluidez que aqui convirá reter<sup>4</sup>.

A segunda imagem considerada reside na ideia de nevoeiro, profundamente marcada em José Gil. O nevoeiro no espírito será provocado pela "mistura confusa de transcendência-imanência da nossa vida à Vida" (Gil, 2008, p. 8). Ele será a barreira que nos impede a clara distinção entre o real e o "irreal" ["chamemos assim, provisoriamente, ao que nos fica do estatuto de realidade das imagens" (Gil, 2008, p. 10) transmitidas pelos *media*].

A "Vida" e o "irreal" referem-se aqui à construção mediatizada, à "ficção" de Marc Augé

---

<sup>4</sup> A este respeito, convirá atentar com mais detalhe nas suas palavras, a saber: "Os fluidos viajam facilmente. Eles «fluem», «derramam-se», «correm», «salpicam», «despejam-se», «vazam», «inundam», «pulverizam-se», «gotejam», «infiltram-se», «escoam-se»; ao contrário dos sólidos, eles não são facilmente parados – eles contornam alguns obstáculos, dissolvem outros, e, no seu caminho, ainda outros são perfurados ou ensopados. Saem ilesos do seu encontro com os sólidos, enquanto estes, se permanecerem sólidos, são alterados – ficam húmidos ou encharcados. A extraordinária mobilidade dos fluidos associa-os à ideia de «leveza». Há líquidos que, metro cúbico por metro cúbico, são mais pesados que muitos sólidos, mas somos inclinados, no entanto, para os visualizar a todos como mais leves, menos «pesados» do que tudo o que é sólido. Associamos «leveza» ou «ausência de peso» com imobilidade e inconstância: sabemos da prática que com quanto menos peso viajarmos, mais depressa nos movemos. Estas são razões para considerar a «fluidez» ou a «liquidez» como metáforas perfeitas quando queremos compreender a natureza da presente, de muitas formas singular, fase da história da modernidade" (Bauman, 2006, p. 2).

(2001, p. 24). Com efeito, a decifração da metáfora de Gil, pode passar pelo assumir que se vive hoje num mundo de imagens nem real nem falso. Questiona-se a fronteira que separa o real da ficção: a realidade transformar-se-á em ficção. "Uma consequência maior da criação do nevoeiro (ou do «irreal» imperceptível) é o afastamento do real apresentado (...) do presente do telespectador; que será contaminado em seguida por esse regime de irrealidade" (Gil, 2008, p. 11). O caso particular das imagens televisionadas de mundos aparentemente distantes e desse modo trazidas até nós é exemplo perfeito para entender a metáfora; "o perto-longe das imagens da China ou da Palestina entram na mesma atmosfera nevoenta do meu presente" (Gil, 2008, p. 12) cronológica, cultural e geograficamente situado.

A aproximação continuada do distante através de representações mediatizadas desses mundos longínquos adequa-os ao nosso tempo e espaço, mas, paradoxalmente, inclui-os, fazendo deles também o nosso mundo. Esse paradoxo é o gerador da névoa que nos confunde e envolve diariamente na percepção do real ao esbater escalas e dimensões e, por consequência, afastando a clareza dessa percepção. Não é um amontoar de ideias indefinido ou uma confusão mental, mas antes uma ausência, um "branco onde faltou uma inscrição na consciência e no discurso" (Gil, 2008, p. 21) o que essencialmente caracterizará esta sombra branca, este nevoeiro.

Já a terceira imagem, a metáfora da invisibilidade, surge pertinazmente desenvolvida na obra de Innerarity. A suspeita recai inevitavelmente sobre a normalidade e sobre a ilusão em si encerrada: "o lugar da normalidade é precisamente o lugar da máxima suspeita e (...) os sinais de reconciliação com essa normalidade quotidiana são os mais perigosos" (Innerarity, 2009, p. 22). O aforismo "demasiada luz obscurece" (Maffesoli, 2004, p. 22) ganha aqui uma aceção plena de sentido ao plantar a dúvida sobre o extraordinariamente visível e



normalizado que obriga à suspeita permanente, até porque, em última análise, "ocultar é um elemento constitutivo de qualquer superfície" (Innerarity, 2009, p. 27). O seguinte parágrafo de Innerarity traduz de forma exímia o enquadramento desta reflexão sobre essa ocultação ou opacidade que gerará invisibilidade:

"A tendência interpretativa da filosofia contemporânea parece ter dado razão aos que tinham sublinhado de maneiras diversas a opacidade social – como Ulrich Beck, com a sua teoria da invisibilidade da sociedade de risco, ou Luhmann, quando considerava os sistemas sociais como realidades com uma transparência irreduzível –, em oposição aos que tinham decretado a instauração de uma sociedade transparente ou a transparência comunicativa na opinião pública. Mais razão tem Foucault, ao insistir na opacidade dos objectos, que Habermas, com a sua ilusória esperança de a suprimir. E Barthes constrói um observatório mais inteligente que os dos analistas da exactidão ao sublinhar o carácter de sinal dos objectos na nossa sociedade, e ao juntar aos factos um suplemento simbólico do qual não podemos prescindir se quisermos entender a realidade" (Innerarity, 2009, p. 27).

Se a ocultação é parte constitutiva de qualquer superfície, logo, a opacidade é também, por inerência, uma inevitabilidade dos fenómenos sociais e, quanto maior a exposição e profusão de sinais que a permitem ler, maior será a sua margem de obscuridade, visto que estes são também fator de ocultação. "Tudo o que se mostra se torna suspeito: eis o que seria o postulado de uma ontologia da sociedade invisível" (Innerarity, 2009, p. 27).

Esta descrição sumaríssima das três metáforas obriga a um ponto de ordem. A focagem que se segue sobre a questão das identidades obriga a esta cautela, a este ativar dos sentidos. Com efeito, o primeiro ponto de ancoragem a reter prender-se-á com esta deficiência

sensitiva ilustrada pelas metáforas em uso. Trata-se, nas palavras de Innerarity (2009, p. 51), de uma "cegueira específica" produzida pela visibilidade e pela transparência dos meios de comunicação: "a profusão de imagens e palavras satura-nos com uma massa indiferenciada de factos brutos, lançando uma superfície espessa e desorientadora sobre um fundo indiferenciado. (...) A originalidade das novas formas do secreto reside na sua hipervisibilidade".

Daqui resulta então uma nova metáfora abrangente, um soluço de clareza sobre o nosso campo de observação. Estaremos perante a liquidez de um mega-oceano global de marés agitadas. Sobre as suas águas há uma neblina que insiste em ornar a superfície e aparentemente tudo se encontra em movimento numa ondulação constante sem curso ou caudal. No seu interior nenhuma força se evidencia como única ou predominante. Aparentemente, "*no one is in charge*" (Innerarity, 2009, p. 55). O alternativo será *mainstream*, o privado será do conhecimento público e o *Big Brother* não acautelará nada, não garantindo nenhuma ordem e pertence à mesma família de uma *Secret Story* ou de um *Biggest Loser*. A política estará agendada, encenada e vive no mediatismo. É o sistema, ouve-se diariamente, mas tudo está imerso em águas tão claras que ofuscam e obrigam a semicerrar os olhos. Essas serão as águas da neblina e da invisibilidade. Este é o território geral da nossa análise. Nele se buscarão as referidas categorias possíveis para a perceção de padrões identitários assinaláveis, autênticas correntes oceânicas de profundidade.

"A ambiguidade, a fugacidade da identidade, a sua relação complexa com a alteridade são tanto mais surpreendentes quanto, a partir de fenómenos tão absurdamente evanescentes, se fez toda a história da humanidade. Parece incrível que, de uma coisa tão impalpável, saiam fenómenos tão maciços: guerras, pazes, famílias, países, caminhos, obras de arte..." (Cabral, 2003).

\*\*\*

A partir deste pano de fundo, retomamos agora a nossa dúvida de partida que cedo levantaria diversas questões bem precisas: existirá realmente uma identidade regional mensurável e presente no discurso da imprensa regional e local portuguesa? A existir, estaremos perante alguma tipologia identitária identificável?

A partir destas questões e da investigação realizada será possível apresentar como hipótese essencial a aceitação da existência de identidades regionais que poderão também ser encontradas como sedimento *co-memorativo* do seu criador: o Estado. À luz desta hipótese será também ponderável entender a existência de identidades regionais pacificadas, não funcionando como elemento de dissensão e, talvez por isso, de alguma forma, muitas vezes arredadas dos discursos administrativos e académicos.

Naturalmente que tal questionamento obrigará a refletir também sobre o papel da imprensa regional e local enquanto agente e expressão de sentimentos identitários, colocando-nos para isso na senda do estudo desse segmento mediático, o que, por sua vez, nos conduzirá à reflexão sobre o seu lugar no panorama comunicacional.

Por seu turno, o próprio objeto regional e, eventualmente os traços identitários a si correspondentes, revestir-se-ão, à partida, de um carácter de difícil precisão pela sua natureza de território demarcado e perpassado por pressões temporais que o afastam da imutabilidade. A esse propósito, António Amaro referirá o seguinte:

"A região, ao contrário de uma nação ou mesmo de uma cidade, não tem nenhuma existência material. As suas fronteiras políticas podem variar

consoante as circunstâncias e os desideratos (políticos, económicos, sociais, culturais) e, mesmo em termos científicos, de acordo com os próprios paradigmas e objectivos disciplinares de abordagem" (Amaro, 2003, p. 429).

Para além dessa especificidade, a eventual contradição de constatarmos um elemento discursivo identitário sem correspondência consensual na literatura específica apresentar-se-ia, em si mesma, como indício de um campo de trabalho que se revela fértil também pelas inúmeras dúvidas que vai suscitando e com particular pertinência no que às áreas da Comunicação Social e da Administração Pública diz respeito. Com efeito, o seu carácter de intimidade com o quotidiano da vida nacional e a verificada ausência de consensos, em tudo configuram um quadro de falta de nitidez que clama pelo necessário afastamento ou pela demanda de pontos de referência adequadamente posicionados. Tais marcações referenciais devem portanto munir-se da inevitável robustez que é indubitavelmente encontrada no campo das Ciências da Comunicação.

É nesse enquadramento que emerge esta aferição da presença na imprensa regional e local de traços identitários regionais no território continental português e a sua conseqüente caracterização. A nossa proposta de estudo resulta também de um trajeto de continuidade com o estudo anteriormente desenvolvido (Simões, 2005)<sup>5</sup> e enquadra-se na charneira de áreas como o estudo da imprensa regional e local na sua dimensão de proximidade e o estudo

---

<sup>5</sup> Referimo-nos aqui à nossa tese de mestrado apresentada em 2005 onde se procurou investigar a expressão do regionalismo beirão de 1939 a 1959, tendo por base a produção discursiva regionalista da Casa das Beiras nos seus periódicos de Lisboa, de Lourenço Marques e do Rio de Janeiro. Para o período estudado, foi possível aferir o papel profundamente nacionalista do regionalismo provincial beirão, suportando um modelo de homem beirão que se configura à imagem do líder do Estado Novo. É um discurso dotado de uma construção imagética de um personagem dual: afável, mas habituado a lides rudes; genuíno, mas dotado de uma sagacidade apurada; empreendedor, mas habituado aos sacrifícios de uma terra difícil; granítico, mas moldável. É também um discurso claramente doutrinário ao serviço da Nação e da sua unidade absoluta. Foi possível apurar que "o regionalismo provincial beirão, na sua demonstrada genuinidade de sentimentos, exprimia, em simultâneo, o reconhecimento da sua filiação histórica, a sua disponibilidade para a adequar à letra da lei e da autoridade, e, no essencial, a sua feição nacionalista que o tornava apelativo [ao regime] do ponto de vista do fortalecimento do conservadorismo e do antidemoliberalismo" (Simões, 2005, p. 138).

dos limites e das identidades. O período de análise encontra o primeiro marco do seu balizamento cronológico em 1959, primeiramente numa lógica da referida continuidade com esses estudos anteriores e, em segundo lugar, pela profunda pertinência desse momento em que se legisla o fim da demarcação provincial do Estado Novo, criada em 1936, e que se verificou ser ainda hoje mobilizada, pelo menos discursivamente. O outro extremo da janela temporal considerada coincide com a grande alteração operada já durante o decurso da nossa investigação: a exoneração dos Governadores Civis e o consequente esvaziamento de competências administrativas dos Distritos, no caso, na figura dos Governos Civis no ano de 2011.

Convirá salientar o profundo investimento na consulta de bibliografia o mais próxima possível do objeto de estudo, apostando fortemente na literatura nacional ou dirigida sobre essa realidade. Tal opção decorre da consciência da profunda especificidade do fenómeno regionalista português que será aqui o elemento essencial do estudo. Obviamente que as principais linhas teóricas tenderão a orientar-se pelas principais doutrinas da atualidade sobre a temática, não nos alheando, de todo, de qualquer possível fonte de conhecimento. No entanto, consideramos que o objeto de estudo se reveste de um carácter intensamente particular, quando considerada a cronologia e as particularidades nacionais. Socorrendo-nos das metáforas operativas já enunciadas, a demanda por correntes de profundidade deve resistir à tentação do simples olhar panorâmico e distante sobre a enevoadá superfície oceânica dos fenómenos atuais.

Por outro lado, o presente estudo não pretende configurar-se como um perfil de elencagem microscópica dos debates políticos, nem tão pouco pretenderá traçar um exaustivo quadro sobre a ação administrativa, mais característico dos estudos de Ciência Política, ou mesmo

dos tratados da História, ainda que deles se socorra sempre que necessário. Visa-se, sobretudo, aferir o lugar da imprensa regional enquanto mediador e construtor identitário instrumental para um melhor entendimento do lugar regional das identidades. Pretende-se, de algum modo, traçar guias de correspondência entre o lugar do *medium* e o viver comunitário, considerando inevitavelmente as distâncias entre o delimitador e o delimitado.

De forma a garantir a eficaz consecução do esforço investigativo, organizaram-se etapas consideradas essenciais e que corresponderão também à estrutura desta dissertação. Em primeiro lugar, procurou-se enquadrar a temática das identidades, buscando-se um quadro teórico tido como suficientemente sólido, de forma a melhor poder entender as possíveis tipologias e fenómenos identitários. Assim, foi possível perceber as identidades como processos construtivos delimitadores com profundo vínculo cronológico. Nesse quadro, o caso português foi considerado com particular atenção, de forma a apreender as especificidades que, naturalmente, tecerão uma trama particular e cujo estudo se revela prioritário. Com efeito, foi possível apurar um elevado nível de especificidade que condicionaria todo o restante estudo: o lugar do Estado em Portugal é apontado como particularmente centralizador e posicionado a grande distância das realidades nacionais, frequentemente operando ações demarcatórias sobre o território. Das leituras realizadas depreende-se a plausibilidade do entendimento da sua ação demarcatória como agente construtor, ou pelo menos como interveniente no processo de construção identitária.

O segundo momento da nossa investigação surge como consequência dessas especificidades do caso português e pelo eventual lugar de agente identitário atribuído ao Estado na sua dinâmica demarcatória. Neste ponto, procurou-se uma decifração da ação estatal, permitindo a caracterização das linhas de continuidade e dos momentos de tensão da construção

discursiva das demarcações a partir do Centro Lisboa<sup>6</sup>. Aí foi possível confirmar a extensa produção discursiva presente nos momentos de discussão contínua e na própria produção legislativa no tocante à demarcação regional do território. Tal constatação deixou no ar a dúvida sobre a dimensão da operatividade identitária dessa produção discursiva. Importa, portanto, reter a necessidade de auscultar a imprensa regional e local de forma a perceber a existência de traços identitários regionais e a medir o seu nível de correspondência com essa intensa ação discursiva estatal.

Assim se constituíram as bases para uma terceira parte relativa à imprensa regional e local que, deste modo, se torna objeto de estudo e que, como tal, clama por esclarecimentos precisos. Numa primeira abordagem, foram identificados dois grandes tipos de definição que corroboraram uma manifesta ausência de consensos a propósito do seu perfil. Referimo-nos aqui às definições de matriz geográfica e às definições de pacto comunicacional, sendo que as primeiras revelam frequentes dificuldades descritivas do segmento, pelo menos para a abordagem que aqui se exige. No caso, a imprensa regional e local emergirá para um posto essencial pelo seu lugar no pacto estabelecido entre emissores e recetores nos elevados fluxos comunicacionais que envolvem e entrelaçam as populações.

A esse respeito, considerar-se-á a dimensão da proximidade como tópico essencial na abordagem ao segmento em estudo. Tal aceção colocará a imprensa regional e local num privilegiado ponto de encontro do sentir comunitário. Nesse sentido, procedeu-se a uma análise de conteúdo de dois periódicos viseenses de características apuradas como convenientes à metodologia a usar e ao serviço dos objetivos de trabalho.

---

<sup>6</sup> Será pertinente realçar aqui o lugar essencial da obra de José António Santos (1985), repositório significativo do processo de regionalização português até à data da sua edição e tradutor exaustivo da ação demarcatória estatal.

Tal análise constitui aquele que será o quarto momento da nossa investigação. Foram considerados dois periódicos viseenses, o *Notícias de Viseu* e o *Jornal da Beira*. Para a sua análise foram consideradas datas tidas como marcadamente tradutoras da ação delimitadora estatal no longo intervalo de 1959 a 2011, por forma a apurar possíveis correspondências entre o discurso estatal e o discurso dos periódicos, procedendo-se a um tratamento quantitativo do *corpus* com abordagens qualitativas passíveis de melhor caracterizar as linhas identitárias regionais verificadas. Com efeito, foi possível apreender um carácter de continuidade fortemente evidente das identidades regionais ao longo de toda a cronologia estudada, podendo ser caracterizadas, em traços largos, como autorreferenciais e dotadas de alguns traços essencialistas, étnicos e históricos, profundamente mitificados.

Tornou-se também interessante verificar o preconizado grau de existência identitária regional pacificada com as dimensões locais e nacionais, aparentemente nunca funcionando como elemento de tensão ou de conflito interno na estrutura estatal. Emergiu ainda da análise realizada a clara perceção de uma marcação profunda de traços identitários de matriz muito próxima à esgrimida pelo discurso do Estado Novo que havia sido detetada na nossa tese de mestrado. Trata-se portanto de um sentir identitário que vai resistindo às diversas mudanças político-administrativas que se aponta como área de trabalho a privilegiar futuramente, como apontamos nas nossas considerações finais.



## CAPÍTULO I – O APURAMENTO DO CONCEITO IDENTITÁRIO

### 1. Identidades e correntes oceânicas

#### 1.1. Identidades, conceito poliédrico

Na senda de Carlos Diogo Moreira (2011, p. 40) quando refere que "o problema da identidade dos povos remete para a sua cultura", definir-se-á o instrumental pressuposto axiomático de assentar o presente estudo num posto de observação cultural. Tal prerrogativa tem tanto de taxatividade como de volubilidade, dado o carácter flexível que tal perspetiva exige. Força-nos a algum enquadramento disciplinar, apesar de nos envolver num espaço dotado de uma complexidade considerável. Definições de cultura como a de Giddens (2004, p. 22), referindo-se a "(...) aspectos das sociedades humanas que são aprendidos e não herdados (...)", englobando "(...) tanto os aspectos intangíveis (...), como os aspectos tangíveis", revelam, desde logo, esgares de complexidade e da grande dimensão do terreno a considerar. Também Clifford Geertz estabelecerá um precioso contributo para as premissas aqui a definir, afirmando a cultura como um conceito essencialmente semiótico:

"Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado." (2008, p. 4).

Nesta abordagem meramente instrumental, o campo da cultura será então o território da produção humana, o terreno da geração de sentido. Será nesse nível de complexidade que nos competirá o arranque da busca sobre o objeto identitário.

A esse respeito, para um enquadramento teórico inicial, assumo-se um viés pelas palavras de Rui Cunha Martins referindo-se à problemática da fronteira. Tal opção decorre do entendimento prévio – no nosso ponto de vista cientificamente pacífico e suficientemente suasório – da inevitável aceitação de limites (na sua aceção mais lata) para qualquer manifestação identitária, seja qual for o momento ou a escala em análise. Assim, refletindo precisamente sobre a problemática do limite, percebe-se na fronteira a inevitabilidade da existência de uma matéria autoral (a "referência" produtora do limite, sujeito de um agir demarcatório identificável) a "par de elementos de imprevisibilidade e dispersão (a «contingência»)" (Martins, 2008, p. 23) que pode ser entendida como circunstâncias que operam a par da ação demarcatória, não necessariamente no mesmo sentido. A tensão entre os dois elementos, numa perspectiva de continuidade, no "progressivo", será "constitutiva" da fronteira.

O prosseguir da leitura revela-se ainda mais valioso para a linha argumentativa aqui seguida, ao verificar-se que tal processo de constituição da fronteira é frequentemente ativador de preceitos descritos no seu interior – "elaboração de discursos holísticos, inventariação e culto de um elenco de diferenças face ao exterior; pretensa elisão de diferenças internas" (Martins, 2008, p. 37) – que, *grosso modo*, serão a face mais exposta do nosso objeto de estudo que poderá ser preliminarmente descrito do seguinte modo:

"A identidade não é um dado, mas antes uma realidade contextual e em constante transformação, e, por isso, os mecanismos identitários, correspondendo a fenómenos em fluxo, são forçosamente o resultado de processos de identificação envolvendo diferentes escalas (locais, nacionais ou transnacionais), a cuja articulação terá de se

reportar qualquer ambição holística ou qualquer projecto fundante da diferença"  
(Martins, 2008, p. 37).

Com o traçar desta diagonal, localiza-se prévia e instantaneamente o objeto identitário, permitindo, desde já, a convicção de que qualquer teorização em torno da problemática das identidades deverá contemplar o referido carácter tensional entre escalas, *referências* e *contingências*. Por outro lado, a perspectiva de ser a identidade uma "realidade contextual e em constante transformação" obriga-nos a cautelas redobradas no olhar.

José Manuel Sobral (2012, pp. 13-14), numa das suas reflexões sobre a identidade nacional portuguesa, vem confirmar tal posição sobre o contexto:

"A relação que existe entre cada um e o coletivo começa logo após o nascimento. Registam-nos obrigatoriamente com um nome próprio em português (...) e com nomes de família também maioritariamente portugueses, os herdados de pais e avós, de gerações anteriores que, na sua maioria já eram portuguesas. Somos educados, primeiro, em português, no seio da família e, depois, entramos num sistema escolar em que a comunicação irá decorrer nesta língua. Conhecemos os outros e relacionamo-nos com eles também por seu intermédio. As nossas primeiras experiências do mundo dão-se a partir desta base. (...) A História de Portugal ocupa um lugar central na nossa apreensão da História. O espaço onde adquirimos as primeiras experiências emotivas e estéticas, bem como aquele que conhecemos melhor, é, para a esmagadora maioria, o do seu país. (...) A nossa identidade pessoal é, assim, inevitavelmente nacional, por ser marcada pela pertença involuntária a um colectivo".

Tal enunciado deixa clara a pertinência do contexto em qualquer temática identitária e impele-nos ao avanço. O peso desse contexto ganha particular importância quando consideramos que "a transformação das bases materiais da vida" (Castells, 1999, p. 17) é

constatação imediata, mesmo ao olhar mais desprevenido sobre o atual oceano de ondulação constante. Do mesmo modo, as transformações dos Estados-Nação e dos grandes impérios ideológicos impelem Maffesoli a salientar que “o indivíduo já não é uma entidade estável munida de uma identidade sagrada” (2004, p. 22).

Não há acaso nas suas palavras ao refutar qualquer generalização que se possa fazer sobre o homem, ao rejeitar a existência de universais culturais ou de um *consensus gentium*, abertamente contrariado e discutido por Geertz (2008, p. 28), que assim recusa também o refúgio em universais "sem sangue", resultantes do medo do historicismo ou do relativismo cultural convulsivo.

Tal opção epistemológica é clara e inscreve-se num debate amplo que clama aqui por esclarecimento, ainda que breve, obrigando ao apuramento e à nomeação. Referimo-nos à "oposição substancialismo/construtivismo" (Esteves, 1999, p. 1), ou mesmo à sua definitiva superação. Assumindo-se a linha de Pissarra Esteves, é notória a inibição das expectativas quanto ao pensamento substancialista (em particular de Kant e Husserl, nesta temática) e aqui, na senda de autores tão diversos como Hume, Kierkegaard, Marx, Nietzsche ou Sartre, esboça-se a ascensão do construtivismo contra o "Eu como essência e unidade, fixo, essencialmente inato e inalterável", revelando-se "a identidade como trabalho de criação" (Esteves, 1999, p. 1). Neste contexto, "a identidade é um conceito crucial, porque funciona como articulador, como ponto de ligação entre os discursos e as práticas que procuram interpelar-nos" (Mendes, 2001, p. 489). Neste sentido, vem corroborar Lévi-Strauss quando este se refere ao facto de a noção de identidade "não se situar numa única encruzilhada, mas em mais de uma. Interessa praticamente a todas as disciplinas e interessa também a todas as

sociedades" (1977, p. 9). Aparentemente, será este o "inferno das identidades" de Wittgenstein, como diria Carlos Diogo Moreira (2011, p. 39).

No trabalho de traçar enquadramentos e diretrizes que permitam apurar a real dimensão dos conceitos em torno da identidade, cabe lugar para um assumido afinar de terminologias. De acordo com Hall, será possível conceber três grandes noções de identidade: a do sujeito do iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno<sup>7</sup> (2006, p. 10). Logo aqui o termo *identidade* incorrerá em imprecisão, devendo então optar-se pelo plural, mais próximo da complexidade que esteará indivíduos e sociedades. *Identidades* porque "o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está-se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades (...)" (Hall, 2006, p. 13). *Identidades* também porque se definem de raiz em duas faces: a resultante do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. Giddens assentiria, classificando-as de sociais e pessoais: "se as identidades sociais estabelecem as formas pelas quais os indivíduos são semelhantes a outros, a identidade pessoal distingue-nos enquanto indivíduos" (Giddens, 2004, p. 30). Ainda assim, esta visão não é estanque quando consideramos as palavras de Pina Cabral:

---

<sup>7</sup> Hall esclarece que estas três concepções de sujeito são, no fundo simplificações, prestando-se como ponto de apoio instrumental. Ainda assim, convirá aqui esclarecê-las um pouco melhor. O sujeito do Iluminismo baseava-se no conceito da pessoa humana como indivíduo uno, "dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação", centrado num "núcleo interior" emergente aquando do nascimento e desenvolvendo-se ao longo da vida, mas permanecendo essencialmente o mesmo. Este centro seria a identidade de uma pessoa. O sujeito sociológico também incorporava um núcleo ou essência interior que, no entanto, não era "autônomo" nem "auto-suficiente", antes formado pela relação com outros indivíduos. O sujeito pós-moderno não é dotado de "uma identidade fixa, essencial ou permanente". A identidade será uma "celebração móvel" que se transforma continuamente "em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam". É uma identidade definida historicamente e não biologicamente, assumindo o sujeito diferentes identidades em diferentes momentos. "Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até à morte é apenas porque construímos uma cómoda estória sobre nós mesmo ou uma confortadora «narrativa do eu»" (Hall, 2006, pp. 10-13).

"Divergimos aqui consideravelmente de grande parte dos psicólogos sociais que discutem a questão da «identidade social» como oposta à de «identidade individual», sendo que estes autores tomam como pressuposto teórico a existência de «grupos» e de «indivíduos». Uma concepção deste género, para um antropólogo, enferma profundamente de sociocentrismo e dificulta a construção de modelos teóricos processualistas que abarquem a complexidade, marginalidade e falta de sistematicidade absoluta das relações sociais. Para nós as identidades pessoais também são identidades sociais" (Cabral, 2003).

A isto, o autor acrescentará que considera a identidade social como um conceito de "identidade relativa". Torna-se clara, portanto, a exigência da relativização do termo e a necessidade de precisar as suas principais faces.

Como se vê, inevitavelmente, áreas como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia alinhar-se-ão em lugares cimeiros para esse estudo. No entanto, de acordo com Mendes, "a luta pela identidade legítima é permanente e a análise da mesma terá de ser tematizada, não caindo no exagero do psicologismo ou do sociologismo" (Mendes, 2001, p. 490).

De olhos postos nos perigos do excessivo estancar de balizas conceptuais, convirá então esboçar algumas das rotas já traçadas no deslindar do objeto identitário, acautelando os *ismos* do exagero e da vincadíssima opção disciplinar. Como tal, procurar-se-á uma visão tão abrangente quanto possível, a partir da qual se consigam abarcar as principais facetas visíveis na focagem sobre o objeto. Para isso, partiremos de considerações da área mais dedicada ao indivíduo para podermos, em seguida, procurar pontos essenciais de ligação entre conceitos de *identidades* considerados para o coletivo.

No caso, a Psicologia apresentaria desde cedo contributos marcantes para a compreensão identitária. Sigmund Freud utilizou uma única vez o termo, em 1926, referindo-se a "algo de nuclear no interior do indivíduo, que tem relação com um aspeto essencial da coerência interna de um grupo" (Grinberg & Grinberg, 1998, p. 19), a propósito da sua natureza judaica. Nas suas palavras:

"Restavam coisas bastantes que tornavam irresistível a atração do judaísmo e dos judeus, muitas forças afetivas obscuras, tanto mais poderosas por mal admitirem a expressão em palavras, assim como a clara consciência da identidade interior, a «cumplicidade» da mesma construção psíquica. A isso logo se juntou a percepção de que apenas à minha natureza judaica eu devia as duas características que se haviam tornado indispensáveis em meu difícil trajeto de vida" (Freud, 2014, p. 302).

Victor Tausk, em 1945, nos seus estudos sobre a forma como a criança explora os brinquedos e o seu *Self* (definido por Grinberg como "personalidade"), apercebe-se desse encontro constante, assumindo que "o homem, na sua luta pela sobrevivência, deve constantemente encontrar-se e experimentar-se" (Grinberg & Grinberg, 1998, p. 19).

Em 1956, Erikson distingue a "identidade do Eu" da "identidade ilusória", considerando que aquela resulta de um trabalho do Eu através da "gradual seleção das identificações significativas, a antecipação da identidade e a síntese no final da adolescência" (Erikson *apud* Grinberg & Grinberg, 1998, p. 19), contando com o apoio dos recursos de uma sociedade mais ampla numa fase mais tardia e com a família, antecedida pela mãe, num trajeto inverso através da infância, assimilando todas as identificações fragmentárias desse período.

Já Paul Kramer, no mesmo ano, afirma que “o sentimento de identidade é o conhecimento da pessoa de que é uma entidade separada e distinta dos outros” (Kramer *apud* Grinberg & Grinberg, 1998, p. 20). Segundo Grinberg & Grinberg, outros autores consideraram identidade como "a unidade do indivíduo ao longo do tempo, na comparação consigo próprio, o que se relaciona com a sua continuidade e unicidade" (1998, p. 21).

Grinberg & Grinberg, por seu turno, estudariam o sentimento de identidade, ligando-o a estados de luto pela perda de objetos ou de pedaços do *Self*. Estes estados asseguram a vinculação do indivíduo a si mesmo e garantem também a sua autodiferenciação face aos demais, tornando-o único. A isto acrescentam que "o sentimento de identidade resulta de um processo de interação contínua de três vínculos de integração que denominamos espacial, temporal e grupal (...)" (Grinberg & Grinberg, 1998, p. 22). Tal perspetiva corrobora perfeitamente a nossa anterior premissa diagonal sobre a perceção das identidades como vinculadas a espaços e dimensões de pertença e como resultado de processos de diferenciação.

Profundamente tridimensional, cinzelada constantemente, também as suas definições e aceções variaram pelo tempo e pelas escolas de pensamento, sendo um denominador comum a referida libertação do Eu do seu eixo gravitacional, percebendo-se as identidades como diagrama arquitetónico em constante delineação, como edificação permanente.

A perspetiva psicológica considerada, em particular a de Grinberg, encontrará também esteio noutras perspetivas disciplinares, como se vê nas palavras de Mendes quando este realça as identidades como construções com "origem na necessidade de controlo (...) do espaço social



e físico circundante", considerando que "os processos de identificação são sempre situacionais e históricos" (Mendes, 2001, pp. 490-491).

Tal proximidade encontrará fundamentação no seguimento da instrumental definição de cultura de Geertz anteriormente citada, a partir da qual poderemos posicionar as identidades como objeto constante do território cultural, dada a matriz de controlo referida:

"A primeira (...) [ideia] é que a cultura é melhor vista não como complexos de padrões concretos de comportamento – costumes, usos, tradições, feixes de hábitos – (...), mas como um conjunto de mecanismos de controlo – planos, receitas, regras, instruções (...) – para governar o comportamento. A segunda ideia é que o homem é precisamente o animal mais desesperadamente dependente de tais mecanismos de controle, extragenéticos, fora da pele, de tais programas culturais, para ordenar o seu comportamento" (Geertz, 2008, p. 32).

A um olhar mais ligeiro poderia afigurar-se que as identidades serão, por isto, algo que poderia surgir exclusivamente no campo cultural, como se este se tratasse de uma faceta externa aos indivíduos e assim eliminando todas as conceções de ordem interna, geralmente território maior da Psicologia. Tal esgar de mácula só poderia ser tido em conta por lapso ou por desleixo, uma vez que é imediatamente sanado ao assumir-se que "a cultura, a totalidade acumulada [dos padrões significantes] não é apenas ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela – a principal base da sua especificidade" (Geertz, 2008, p. 33), não existindo natureza humana externa ou independente de uma existência cultural. Tal posição afirma que a cultura não é apenas produto, mas condição imprescindível de governabilidade humana, assumindo-se nas palavras de Geertz que "(...) o sistema nervoso do homem não permite apenas que ele adquira cultura, mas positivamente exige que o faça para poder simplesmente funcionar. Em vez de a cultura funcionar simplesmente para

suplementar, desenvolver e ampliar capacidades organicamente baseadas, lógica e geneticamente anteriores a ela, ela parece ser o ingrediente dessas capacidades" (2008, p. 50).

Tal perspectiva surge devidamente apoiada em evidências antropológicas por si descritas e que se alinham da seguinte forma:

"(...) 1 – o descartar de uma perspectiva sequencial das relações entre a evolução física e o desenvolvimento cultural do homem em favor de uma superposição ou uma perspectiva interativa; 2 – a descoberta de que a maior parte das mudanças biológicas que produziram o homem moderno, a partir de seus progenitores mais imediatos ocorreu no sistema nervoso central, e especialmente no cérebro; 3 – a compreensão de que o homem é, em termos físicos, um animal incompleto, inacabado; o que o distingue mais graficamente dos não homens é menos a sua simples habilidade de aprender (...) do que quanto e que espécie de coisas ele *tem* que [*sic*] aprender antes de poder funcionar" (Geertz, 2008, pp. 33-34).

As palavras de Lucien Malson ilustram bem essa perspectiva da profunda relação entre o ser biológico e o ser social inevitavelmente envolvido numa teia cultural: "antes do encontro dos outros e do grupo, o homem possui apenas virtualidades diáfanas como transparentes nuvens de vapor. Qualquer condensação pressupõe um meio, isto é, o mundo dos outros" (1988, pp. 6-7).

Perante esta profunda proximidade das perspectivas disciplinares, pacificando o conceito de identidade como construção contextualizada social, espacial e temporalmente, convirá aqui explorar o estabelecimento de relações conceptuais e empíricas entre identidade pessoal e identidades sociais em busca da tal identidade relativa. A este respeito seguir-se-á o trajeto

de Mendes (2001, p. 490) que procura solucionar essa ansiedade ao conceber dinamicamente a problemática da identidade, "salientando que a identidade é socialmente distribuída, construída e reconstruída nas interações sociais. As identidades serão, assim, construções relativamente estáveis num processo contínuo de atividade social". Dependem de um esforço biográfico contínuo e submetem-se a uma construção narrativa constante, dadas as variabilidades da vivência experimental. "Constroem-se no e pelo discurso, em lugares históricos e institucionais específicos, em formações prático-discursivas específicas e por estratégias enunciativas precisas" (Mendes, 2001, p. 491). Nasceram dos acidentes, do caos, do ruído social, da *contingência*<sup>8</sup>. Nesta aceção, é aceitável considerar que as identidades são então sempre "relacionais e múltiplas, baseadas no reconhecimento por outros atores sociais e na diferenciação, assumindo a interação um papel crucial neste processo" (Mendes, 2001, p. 490). De acordo com Pina Cabral, recusa-se portanto a "atribuição de uma essencialidade anterior às entidades sociais" e considera-se que se constituem no "processo de sociabilidade concebido como um processo de co-instituição entre fenómenos relacionais correlatos e contemporâneos – a identidade e o poder, as entidades e as relações de diferenciação entre elas constituem-se mutuamente" (Cabral, 2003).

## 1.2. Identidades, processo construtivo

Considera-se fundamental manter claro que tal dinamismo coexiste com a "necessidade de um sentimento individual de permanência identitária" construída narrativamente no interior dos diversos discursos em diferentes contextos. Aí, será necessário atentar no

---

<sup>8</sup> A propósito do já referido conceito de *contingência*, veja-se Martins (2008, p. 23).

condicionamento gerado pelo posicionamento dos sujeitos no espaço social e nos poderes dos agentes ativadores dos discursos. Esse condicionamento prender-se-á também com a "construção, a legitimação, a apresentação e a manutenção das identidades" (Mendes, 2001, p. 491). Portanto, será possível entender as identidades como um conceito plural, uma construção continuada, resultado de ações múltiplas entre sujeitos individuais e sujeitos coletivos, gerando significados no interior dos indivíduos a seu respeito e a respeito dos que o rodeiam, deste modo trazendo luz à mecânica entre o lugar do pessoal e do social num dinamismo contínuo e articulado entre construção individual e construção coletiva. Nas palavras de Carlos Diogo Moreira (2011, p. 23) "a construção da identidade é precisamente um *processo* que se leva a cabo em contraste dialógico com os demais, uma operação baseada no jogo das semelhanças e das diferenças". De outra forma:

"Uma identidade social é um fenómeno cognitivo inscrito no seio de um contexto social, mas, ao mesmo tempo, é formativa desse contexto social, na medida em que são as identidades que permitem o reconhecimento social através do tempo e, por sua vez, a acção social. Nessa medida estamos perante uma pescadinha-de-rabo-na-boca; o que, mais uma vez, nos recorda quão falacioso é tentar postular teoricamente uma origem para os fenómenos sociais" (Cabral, 2003).

A perspectiva de Castells (1999, p. 22) oferece uma boa síntese, entendendo *identidade* como "o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado". Tal processo pode levar a que o indivíduo ou sujeito coletivo aparentemente possam ser detentores de identidades múltiplas, podendo muitas vezes gerar tensões e potenciais contradições. Ainda assim, não se fala aqui de um processo de explosão ou de caos fragmentador num quadro psicótico de loucura. Efetivamente, alguma aparente

geração de contradições pode ser resultado da falta de esclarecimento da diferença entre os conceitos de papel social e de identidade. O primeiro corresponderá às "expectativas socialmente definidas seguidas pelas pessoas de uma determinada posição social" (Giddens, 2004, p. 29), enquanto as identidades são "fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e construídas por meio de um processo de individuação" (Castells, 1999, p. 23). As identidades pressupõem então um processo de interiorização por parte dos atores sociais sendo, por isso, "fontes mais importantes de significado do que papéis", assumindo-se que os sujeitos não são elementos passivos a aguardar programação. Ao invés, eles são agentes ativos na criação e negociação dos papéis eventuais, contornando inevitavelmente as aparentes tensões que se poderiam gerar por identidades múltiplas em rota de colisão. "Em termos mais genéricos, pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções" (Castells, 1999, p. 23). Deste modo, as identidades revelam-se como resultantes do processo de misturas e combinações inscrito nos contextos da história pessoal e coletiva, nascendo da ação dos sujeitos através da sua percepção e envolvimento no mundo. Instituem-se como construções simbólicas de onde resultam colisões e cisões "desmistificando a ideia de identidades «puras» e «autênticas»" (Desidério & Limberti, 2011, p. 613). As identidades constituem-se então também através de relações de alteridade e não pela mera reprodução do similar, como se confirma em Deleuze (1988, p. 57): "as fórmulas segundo as quais «a coisa nega o que ela não é» ou «se distingue de tudo o que ela não é» são monstros lógicos ao serviço da identidade". Assim, a coexistência de identidades múltiplas torna-se uma inevitabilidade sem que, por isso, os indivíduos impludam num caótico microcosmos interior. Corroborando esse processo combinatório, Smith detalha que cada indivíduo é constituído a partir de grandes categorias: a de género sexual, a de espaço e de território (onde encontraremos frequentemente as

identidades locais e regionais), a de classe social ou socioeconómica e a de pendor cultural étnica e religiosa (Smith, 1997, pp. 16-21).

Dizia-se que as identidades se instituem através da ação e relação dos indivíduos. Esta perceção da alteridade não ocorre no vazio. Com efeito, se há sentido no *natura abhorret a vacuum*, então, a dimensão na qual se moldam as identidades, "o plasma em que se banham os fenómenos e como que o lugar da sua inteligibilidade" (Bloch, 1974, p. 30), é sem dúvida o tempo. Um tempo multidimensional, cada vez menos um tempo exclusivamente vincado das instituições e mais um tempo das muitas acelerações ao ritmo sistémico das sociedades mediatizadas e globalizadas em articulação com o tempo dos indivíduos. É um tempo construtor de narrativas, onde a memória e o esquecimento são protagonistas, ferramentas, ou papel e tira-linhas.

Novo uso se dará à metáfora oceânica anteriormente referida, agora pelas palavras de Augé. Considerando que o remanescente do tempo anterior é o produto da erosão pelo esquecimento, poder-se-á entender que "as recordações são moldadas pelo esquecimento como os contornos da costa o são pelo mar. (...) O esquecimento, em suma, é a força viva da memória e a recordação o seu produto" (Augé, 2001, pp. 26-27). Uma memória entendida como biface, como *mnême* e *anámnese* (Sousa, 2008). Aquela, lembrança involuntária, esta, trabalho consciente de recuperação de lembranças. Uma sedimentar, outra escavação. A primeira, correspondendo a uma *protomemória* e a segunda, à *memória propriamente dita* e à *metamemória* (Catroga, 2011, p. 11). A primeira, fruto dos automatismos e da socialização; a segunda, assente na recordação; a terceira, comemorativa, de modo partilhado e "onde predomina a chamada «recordação-imagem»". A ligação à forma como permitem uma ontologia da alteridade e à perceção do *eu* opera-se através de interligação

entre as três memórias, sendo um erro "resumir a fenomenologia da memória à espontaneidade e autarcia do *eu*, dado que ela também está sujeita a uma sobredeterminação social" (Catroga, 2011, p. 11).

A cartografia dos eixos da identidade vai-se definindo e vai-se tornando clara a dificuldade em perceber instantaneamente os pontos de interceção que permitam condensar, como num fotograma, um momento identitário instantaneamente perceptível. O número de agentes, a imediata variabilidade temporal em contínua aceleração, tornam aparentemente imponderável acreditar na existência de identidades longamente estabilizadas no espaço-tempo e agentes identitários rapidamente identificáveis. O tal mar brilhante, de ondulação constante, coberto de fino nevoeiro é também dotado de correntes. Umas de superfície, outras mais em profundidade, caracterizando-o pela extraordinária mutabilidade.

Esta metáfora resolve a questão colocada anteriormente sobre a transcrição das complexidades em mutação da contemporaneidade, mas levanta outra: será possível identificar tais correntes de profundidade? Ou teremos apenas um vislumbre fugaz da superfície onde tudo é aparente e fugidio?

Encontra-se algum esclarecimento em Pina Cabral quando assume que a identidade é resultado de um processo dialético identificável, sendo produzida e sustentada em identificações e diferenciações "através de um processo em que a auto-identificação e a alter-identificação se encontram sem nunca se corresponderem absolutamente" (2002, p. 8). As identidades assim construídas serão fixadas e transmitidas através de um processo de "objectificação" em "nomes, narrativas, formas de linguagem, normas e leis, objetos, formas de consumo, etc." que, tomando parte do quotidiano se tornam também agentes do processo

contínuo de construção. Por outro lado, elas são continuamente submetidas a processos de revisão pelos contextos de ação, comunidades de prática das identidades que, "à luz de hegemonias", estão então sujeitos "a resistências e desfasamentos temporais" (Cabral, 2002, pp. 9-10). Portanto, será certamente possível identificar os resultados dessas "objectificações" tradutoras das auto e alter-identificações onde se radica o processo construtivo identitário.

Nesse sentido, a enumeração de propostas de tematização de Kathryn Woodward (2009, pp. 13-14) vem trazer algumas soluções de análise e de sondagem que se virão a revelar fundamentais. Antes de mais, a autora corrobora a necessidade de "conceitualizações". Considera então que, para o entender do funcionamento da identidade, "precisamos conceptualizá-la e dividi-la nas suas diferentes dimensões". A busca desses conceitos não nos afasta da compreensão do seu funcionamento e construção, antes, aproxima-nos das suas manifestações visíveis claramente identificáveis. Uma das primeiras constatações, efetivamente contrária à verdadeira natureza processual das identidades, prende-se com a frequente ocorrência de reivindicações essencialistas "sobre quem pertence e não pertence a um determinado grupo identitário". Nessas reivindicações a identidade é vista como fixa e imutável. Muitas vezes podem ser encontradas reivindicações de origem dita natural, "por exemplo, em algumas versões da identidade étnica, da «raça» e nas questões de parentesco" (Woodward, 2009, p. 13). Mais frequentes ainda são as ocorrências de reivindicações de versões essencialistas da história que é construída ou representada como absoluta, verdadeira e imutável.

A par do isolamento destas reivindicações identitárias, a autora ressalva o lugar efetivamente relacional das identidades de onde resultarão também categorias evidenciadoras e



caracterizadoras dessa dimensão e, portanto, do perfil identitário em presença. Fala-se de marcação simbólica relativamente a outras identidades ("na afirmação das identidades nacionais, por exemplo, os sistemas representacionais que marcam a diferença podem incluir um uniforme, uma bandeira nacional ou mesmo os cigarros que são fumados"), de marcação social e de marcação material ("se um grupo é simbolicamente marcado como inimigo ou como tabu, isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais"). Essa marcação revela-se frequentemente clara, no entanto, devem ser tidos em atenção processos de ocultação de diferenças ("por exemplo: a afirmação da identidade nacional pode omitir diferenças de classe e diferenças de género"), bem como possíveis contradições no interior das identidades que são sistematicamente alvo de negociação. Woodward considera ainda analisável o nível psíquico que permitirá uma completa "conceitualização da identidade" (2009, p. 14), a par da dimensão simbólica e social.

Tal quadro teórico configura-se primordial. Com efeito, o seu primeiro pressuposto conduz-nos à busca de conceitos e perceção de diferentes dimensões identitárias. Para essa urgência poderemos encontrar orientações na teorização de Castells, que identifica grandes correntes nesse oceano social, propondo três formas e raízes de construção identitária:

*"Identidade legitimadora:* introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais (...).

*Identidade de resistência:* criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos (...).

*Identidade de projeto*: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir a sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social" (Castells, 1999, p. 24).

A sua proposta encontra consonância com a imagem já estabelecida. As correntes cruzam-se e desligam-se, continuamente tocando-se e afastando-se.

Internamente, cada tipologia de identidade terá perfis definidos, gerando produtos diferenciados. A identidade legitimadora criará sociedades civis, dotadas de organizações e instituições e outros agentes sociais reprodutores dessas linhas identitárias definidas pela dominação estrutural. A identidade de resistência gerará *comunas* ou *comunidades*. Funcionará por oposição e constrói-se como identidade defensiva face às instituições/ideologias dominantes. O terceiro processo de construção de identidades tende a criar sujeitos, ou seja, personagens que desejam ser indivíduos dotados de uma história pessoal, atribuindo significado ao conjunto de experiências vividas individualmente. O seu modelo revela, portanto, três grandes correntes identitárias que operam transversalmente em vários sentidos, podendo, a título de exemplo, uma identidade de resistência transformar-se num projeto que, tornando-se hegemónica, se pode tornar legitimadora. Ressalva ainda que apesar destas tipologias e das teorizações sobre os seus possíveis funcionamentos, devemos obviamente manter presente que nenhuma identidade constitui uma essência em si mesma, como um estranho fenómeno desligado dos seus variados agentes e contingentes.

De modo muito próximo, Joel Felizes assume a figura da identidade como desdobrada em três categorias: "«identidade do Estado» (veiculada pelo Estado), «identidade de grupo» e «identidade micro-estratégica»" (2000, p. 10).

O estudo das identidades ganhará aqui melhores contornos de análise com a possível definição de categorias operativas. Reconhecendo algumas das correntes que agitam as águas, poderá ser possível ir identificando os seus movimentos, sempre atendendo a cautelas específicas já referidas, ou nas palavras de Castells (1999, p. 26):

"Como, e por quem, diferentes tipos de identidades são construídas, e com quais resultados, são questões que não podem ser abordadas em linhas gerais, abstratas: estão estritamente relacionadas a um contexto social. A política de identidade, escreve Zaretsky: «deve ser situada historicamente»".

A estas cautelas acrescem as certezas já referidas. Sabe-se que é "extraordinariamente difícil traçar uma linha entre o que é natural, universal e constante no homem, e o que é convencional, local e variável" (Geertz, 2008, p. 27). Relembra-se também a *Ponte e a Porta* de Simmel (1999, p. 10), assumindo-se que a separação do que está ligado ou a união do que está separado será sempre resultado da ação humana.

A percepção de quaisquer elementos identitários deverá então recair na observação dos elementos de produção cultural identificáveis, agrupando-os e verificando a sua eventual compatibilidade com os modelos propostos, focando-nos sobretudo no primeiro de Castells. Essa observação deverá ser fixada geograficamente e definida cronologicamente com escalas precisas e atentando-se nos elementos de *referência* e de *contingência* de cada momento.

## 2. A unidade nacional portuguesa e as escalas regionais

### 2.1. Os argumentos frequentes da unidade nacional como antítese de escalas regionais

A discussão identitária recorrentemente emergente nos discursos político e mediático robustece a escolha de uma investigação sobre a temática em Portugal, nomeadamente no que concerne à eventual existência de escalas regionais. O nosso enfoque incidirá na realidade continental, uma vez que as Regiões Autónomas se revelam território diverso daquele, pelas suas especificidades geográficas, políticas e sociais (Gaspar, 1993, p. 15), assim distantes dos nossos objetivos.

Restaria agora lugar para afinar um ponto de focagem infranacional que potencie a exequibilidade deste estudo. Aparentemente contrário a esse intento, um dos níveis de discussão imediatamente perceptível, numa primeira análise da literatura, reside numa postulada "unidade inquestionável do espaço português" que, a confirmar-se nessa intensidade, invalidaria à partida qualquer análise que o ultrapassasse. Tal linha argumentativa também defende que, naturalmente, se encontra lugar para "algumas diferenciações" (Mendes, 2001, p. 511), mas, num primeiro olhar, verifica a sua própria legitimação nas supostas incipiências recorrentes dos constantemente malfadados movimentos regionalistas. É sobre essa argumentação que convirá refletir agora, percebendo a verdadeira intensidade do postulado dessa unidade do espaço português e a sua plausibilidade. É possível antever desde já a parcialidade de tal enunciado, não contemplando o carácter construtivo e a dimensão temporal das identidades num território tão vasto.

O próprio conceito de existência nacional carece de uma só interpretação, o que por si só, obriga aqui a uma reflexão sobre a validade de tais pressupostos uniformizadores assentes em convicções aparentemente tão sólidas. Na esteira de José Manuel Sobral (2006, p. 9)<sup>9</sup>, podemos encontrar uma sùmula das principais correntes interpretativas do fenómeno, considerando-se os *primordialistas*, que descrevem a Nação como inerente à natureza humana, os *perennialistas*, "que aceitam a existência de nações nos tempos pré-modernos", os *modernistas*, que consideram a Nação como algo moderno resultando de fatores económicos, sociopolíticos ou culturais, os *etno-simbolistas*, que entendem a Nação como um fenómeno moderno de raízes étnicas anteriores e os *pós-modernistas*, que entendem o facto nacional como "produto do discurso de poder do estado-nação". Na sua visão, o elemento comum a todas estas correntes assentará na convicção de se entender o sentir nacional como realidade anterior à própria Nação. Daqui se compreende a posição de Sobral quando se manifesta céptico face à possibilidade de encontrarmos uma só teoria geral que permita descrever a existência nacional, considerando-se a profunda diversidade do fenómeno. Assim, a pretensa uniformidade nacional aparenta assentar em bases teóricas de trémula plausibilidade, logo à partida pelo seu posicionamento distante desta perspetiva alargada sobre as principais teorias explicativas do fenómeno nacional. Com efeito, perceberemos que a argumentação uniformizadora apresentada se revela omissa e bastante próxima da retórica do poder, constituindo-se mais como construtora discursiva do fenómeno nacional à luz do *pós-modernismo* do que propriamente minuciosa descritora do fenómeno.

---

<sup>9</sup> Para o *primordialismo* poderemos considerar Van der Berghe (1995), para o *perennialismo*, Armstrong (1982), para o *modernismo*, Gellner (2006), Hobsbawm (1994) e Anderson (1993), para o *etno-simbolismo*, Smith (1997 e 2004) e Hutchinson (2005) e para o *pós-modernismo* Bhabha (1990).

Não é nossa pretensão questionar a referida existência e enunciação da eventual presença de uma identidade nacional bem marcada. Questionamos, sim, a validade de se poder considerar que essa identidade se possa definir como impeditiva de dimensões identitárias regionais. Essa via discursiva assume frequentemente que a ausência de movimentos regionalistas fraturantes ou separatistas no território nacional é consequência da inexistência de consciência regional. Tal situação não nos parece diretamente ligada, comprometendo frequentemente a eficaz deteção das realidades identitárias regionais e, com isso, comprometendo também a compreensão da própria realidade nacional nas suas diferentes escalas identitárias.

Com efeito, essa toada discursiva pode ser verificada na obra de Luís Valente de Oliveira. Assumida e óbvia reflexão política, servindo-se de analogias de engenharia, peneira reflexões sobre a questão da regionalização em Portugal, de onde decorre a posição exclamada da unidade interna, surgindo no topo de uma estranha e improvável escala europeia. Mas atentemos nas suas palavras:

"Portugal é seguramente o país da Europa com maior unidade interna. Certamente que há lugar para distinguir tonalidades culturais diversas ao longo do País! (...) Mas (...) pode dizer-se que não há fracturas ou mesmo somente fissuras culturais internas que comprometam o sentido de uma identidade nacional, por todos compartilhada" (Oliveira, 1996, p. 19).

O seu ponto de vista aproxima-se aparentemente daquele encontrado entre diversos geógrafos portugueses "de que não há consciência regional em Portugal" (Mendes, 2001, p. 511) para além de alguma identificação com as extintas Províncias do Estado Novo, fenómeno que Mendes sugere com brevidade ser possivelmente resultado de efeitos da

socialização escolar. Também Sérgio Claudino (2006, p. 111) refere o mesmo fenómeno de ambígua continuidade educativa a par de uma progressiva evolução demográfica que contribuirá para a diluição das identidades regionais. Num sentido próximo, a aparente ausência de eclosão de movimentos regionalistas significativos e a forte centralização surgiriam em profunda relação com a "intensa mobilidade demográfica interna e externa" (Mendes, 2001, p. 511). Também Jorge Gaspar contribui para este ponto de vista quando afirma:

"Desde muito cedo que Lisboa se tornou o paralelo de referência, quer para a divisão do território (Norte e Sul; capital e Província), quer para a definição da estrutura social. Este facto, ao mesmo tempo que consolidou a hipertrofia de Lisboa, terá também contribuído para que se não tenham desenvolvido regionalismos e, muito menos, nacionalismos, ao contrário do que se passou no resto da Península Ibérica. A capital, transformando-se no tal objectivo e paralelo de referência, dominando o resto do território, representava nos estratos sociais superiores as potenciais elites regionais, ao mesmo tempo que eliminava o espaço para a eclosão de eventuais conflitos com base territorial regional" (Gaspar, 1993, p. 15).

No seu entender, mais do que regionalismo – pelo menos na sua aceção mais fraturante –, será evidente a existência de processos identitários locais, nomeadamente a nível de freguesia e de concelho e de identificação nacional com referência à centralidade da capital. Refira-se desde já que esta posição sobre a menor dimensão da escala identitária regional não reúne consenso absoluto noutros estudos. Apesar da plausibilidade dessa ação centralizadora de Lisboa – bem como das correntes que advogam essa primazia das identidades locais em Portugal –, veja-se o exemplo de Freire & Baum em que se cita o estudo de Manuel Braga da Cruz para o ano de 1988 (bem próximo do ano de 1993 da

anterior citação de Jorge Gaspar), que confirma uma forte identidade regional a par de uma sólida identidade nacional:

"Quando questionados sobre as suas identidades geopolíticas, mais de metade dos inquiridos referiram a região onde nasceram (54%), seguida da cidade ou vila de nascimento (22%), do país (18%), do mundo (4%) e da Europa (2%)"  
(Freire & Baum, 2001, p. 168).

Aqui, as já referidas cautelas sobre a opacidade do discurso visível surgem no nosso horizonte, obrigando a um metafórico olhar semicerrado. Por um lado, a unidade nacional e a relevância das identidades locais parecem muitas vezes obliterar as identidades regionais em grande parte dos discursos político e académico. Por outro, a existência dessas identidades regionais vai sendo uma constante na produção discursiva da administração pública e revelada também na produção académica, como exemplificado por dados tão claros como os da citação anterior de Freire & Baum.

Ainda assim, a dimensão da argumentação apologética para a existência de um processo de regionalização no período da III República, para além da intensa discussão académica e política (constitucionalmente consagrada)<sup>10</sup>, aparentemente encontraria eco na realização de um referendo que, num rápido esgar, se poderia tornar revelador da existência de intenções regionalistas de diversa ordem. Ou isso, ou poderemos estar perante um momento exclusivo do teatro de operações da dinâmica político-partidária do Estado central. Obviamente que esta ausência de um consenso claro parece remeter a problemática para uma natural cautela relativista face a qualquer tipo de extremo conceptual. Nesse sentido, o debruçar sobre os

---

<sup>10</sup> A esse respeito consideram-se os artigos referentes à Região Administrativa presentes no título VIII da Constituição da República Portuguesa de 1976 e nas suas diversas revisões posteriores.



dados da consulta popular de 8 de novembro de 1998 cedo configura um questionário pertinente, mais ainda se se considerar o debate frequentemente em curso sobre um eventual processo de regionalização que virá já desde o início do século XX, momento dos alvares mais significativos do regionalismo português<sup>11</sup>.

As duas questões colocadas pelo *Referendo para a Instituição em Concreto das Regiões Administrativas* (O boletim de voto inscrevia duas questões: "1 – Concorda com a instituição em concreto das regiões administrativas?" e "2 – Concorda com a instituição em concreto da região administrativa da sua área de recenseamento eleitoral?") operariam resultados negativos quanto às eventuais pretensões regionalistas, podendo ser esquematizados da seguinte forma:

QUADRO 1 – Resultados do referendo de 08/11/1998.

	Número	%
<b>Pergunta 1</b>		
Sim	1458132	34,96
Não	2537822	60,84
Branco	40675	0,98
<b>Pergunta 2</b>		
Sim	1386718	33,25
Não	2457604	58,92
Branco	80856	1,94

<sup>11</sup> Para a compreensão da ação regionalista portuguesa da primeira metade do século XX considera-se exemplar o aparecimento de movimentos de base provincial, tendencialmente oriundos de elites intelectuais, a partir de 1905 com o Club Transmontano lisboeta. Seguem-se a Casa da Madeira (1907), o Centro Republicano Tabuense em 1907 (posteriormente, Liga Regional Tabuense em 1912 e Casa dos Tabuenses em 1933), o Clube Transmontano de Angola em Luanda (1912) e o Club Transmontano de Lourenço Marques (1912), o Grémio Lafonense (1912), a Liga Alentejana (1914), o Grémio Beira-Vouga (1915) e o Grémio Beirão (1917), posteriormente Casa das Beiras (1933). Ainda que não tendo sido o primeiro, o Grémio Beirão/Casa das Beiras foi protagonista de uma corrente beirã de intensa produção discursiva regionalista que ultrapassou mesmo as publicações e a realização de inúmeros eventos, sendo responsável por dez congressos beirões e pela intervenção marcante numa produção iconográfica identitária indelével como são exemplo quatro dos principais ícones beirões: a aldeia de Monsanto, o Licor Beirão, as colchas de Castelo Branco e Viriato (Melo, 2006, pp. 195-205).

<b>Totais</b>		
Nulos	77420	1,86
Branco	57050	1,37
Votantes	4171099	48,29
Abstenções	4465743	51,71
<b>Inscritos</b>	<b>8636842</b>	

Fonte: Ministério da Administração Interna (s.d.)<sup>12</sup>.

A leitura preliminar<sup>13</sup> destes resultados poderia encontrar ressonância nas teses referidas de Valente de Oliveira (1996, p. 19) e de Jorge Gaspar (1993, p. 15) aceitando a eventual existência de franjas minoritárias, "tonalidades culturais", ainda assim insuficientes para se falar na existência de concretizações regionais ou de movimentos regionalistas expressivos. Ou seja, a mera realização do referendo poderia evidenciar a existência de algumas pretensões regionalistas que verdadeiramente se esfumariam perante a quase total ausência de um sentir regional evidenciado pelos seus resultados negativos. Por outro lado, poderá também ser o reflexo de dimensões identitárias sobretudo localistas ou nacionais, ou mesmo transnacionais, relegando ou rejeitando, numa postura simplista, a ausência de quadros identitários fora dessa tabela escalar. No entanto, numa abordagem transversal e imediata, tais leituras carecem imediatamente de fundamentação, uma vez que não atenderão ao largo espectro da temática em análise, olvidando as possibilidades de contradição interior como previstas por Kathryn Woodward (2009, pp. 13-14). Nesse sentido, ganha plausibilidade a ideia de Carlos Diogo Moreira:

<sup>12</sup> Os dados presentes no *site* da Comissão Nacional de Eleições aquando da nossa redação apresentam omissões quanto aos resultados, pelo que se indicam os dados disponibilizados pelo *site* do ex-STAPE do Ministério da Administração Interna à data de 2006.

<sup>13</sup> A análise da problemática do Referendo será mais detalhada adiante, no nosso segundo capítulo.

"Apesar do desenvolvimento das identidades partilhadas (por vezes associadas ao triunfo da globalização), o diagnóstico do declínio ou pelo menos de irrelevância das identidades tem-se revelado tão precipitado quanto ingénuo" (2011, p. 37).

Tal diagnóstico está efetivamente longe de ser consensual, como se vê em Dominique Wolton, referindo-se à "crispação identitária", ao reeclodir dos fenómenos da identidade, pelo menos para as décadas mais recentes. Para o autor, na sociedade pós-moderna, os fenómenos de globalização conduzirão a um recrudescimento dos fenómenos identitários, acreditando que a identidade é sempre pensada por reação ou em relação a qualquer coisa. Se, para o século XIX, a identidade era uma resistência à abertura, agora será uma reação à abertura demasiada. Nas suas palavras: "a abertura crescente das fronteiras cria, em contrapartida, uma necessidade de identidade, logo de controlo, dessas fronteiras". Acrescenta ainda que "sempre existiram, evidentemente, paixões ligadas à identidade mas, agora, são acentuadas pelo movimento geral de abertura e comunicação" (Wolton, 1999, p. 52).

Na senda de Jaime Ordoñez, este fenómeno de recrudescimento identitário acompanhará a "micro-física" do poder de Foucault, assumindo-se uma tendência crescente de transferência paulatina de poderes e competências dos governos centrais para governos locais e de governabilidade intermédia. Acredita mesmo que o futuro continuará a reforçar esse fenómeno, que considera como "curiosa mescla de governos" e que metaforicamente classifica como conjuntos de tribos, dentro de um "universo económico globalizado pela tecnologia e pela informação" (Ordoñez, 2002, p. 38). Ilustrando tal pressuposto, encontra exemplo no fenómeno regionalizante da União Europeia e afirma que: "não obstante as

múltiplas identidades e nacionalismos, foi possível desenvolver uma «sinergia cívica» que contribui para o fortalecimento da identificação cultural regional" (Ordoñez, 2002, p. 117).

A respeito deste carácter, dir-se-ia tribalizante ou multiplicador das identidades, atender-se-á inevitavelmente às palavras de Michel Maffesoli, referindo-se à extinção do conceito de identidade una essencial:

"Se pretendemos compreender a nossa época, se quisermos perceber os contornos da sociabilidade (re)nascente, teremos de admitir que que o indivíduo e o individualismo, teórico ou metodológico, que lhe serve de racionalização, deixaram de ser aceites. Já mostrei a fragilidade da identidade e, pelo contrário, a multiplicação das identificações sucessivas que uma mesma pessoa (*persona*) podia ter. (...) Poderá ser a massa, a comunidade, a tribo ou o clã, pouco importa o termo utilizado, a realidade designada, uma vez que é intangível; trata-se de um ser-conjunto grupal que vai privilegiar o todo nas suas diversas componentes" (Maffesoli, 2004, p. 187).

Considera então que o carácter precário do indivíduo pós-moderno será a fonte de impulso para a busca da intimidade ou mesmo da promiscuidade com o outro. "Consoante os casos, tratar-se-á dos diversos ajuntamentos que pontuam a vida e a cidade pós-modernas, ou então assistiremos à multiplicação destas «tribos» urbanas nas quais, de uma maneira ou de outra, cada um de nós participa" (Maffesoli, 2004, pp. 203-204).

Revela-se portanto, precipitado, qualquer diagnóstico minimizador de existências identitárias ou a propósito do declínio ou de irrelevância das identidades nas sociedades pós-modernas, verificando-se antes um expectável recrudescer do seu lugar, seja qual for a sua escala. Ainda assim, partindo deste quadro, embebidos na prolixidade de uma visão que

se diria binocular, alguma da problemática emerge num emaranhado aparentemente impreciso. Exige-se portanto um aprofundar da literatura, por forma a precisar escalas identitárias identificáveis no território continental português, procurando conferir inteligibilidade à complexa trama vislumbrada.

## 2.2. A unidade nacional como construção discursiva

Na senda das palavras de Valente de Oliveira, a nossa lente de aproximação incidirá sobre a escala aparentemente mais visível e imediata, considerando a sua anterior argumentação da uniformidade: a coletiva identidade nacional. Tal focagem deve-se sobretudo ao seu carácter argumentativo inviabilizador de dimensões identitárias regionalistas em Portugal Continental. Obviamente que deveremos debruçar-nos sobre essa perspetiva, no sentido de apurar a sua validade, percebendo se essa uniformidade nacional é plausível e se a sua existência pode levar à mera ponderação de operar como inviabilizador de identidades regionais. Pelo que vimos até aqui, será pouco expectável que uma linha identitária tão macroscópica possa obliterar escalas inferiores de forma tão intensa.

A identidade nacional será aqui entendida à luz de João Leal, quando refere que a "identidade nacional pode ser vista como uma ideologia internacional importada para fins nacionais, de acordo com a qual cada Nação deve possuir um certo número de elementos que a qualifiquem justamente como distinta e singular" (2010, p. 67). Nas palavras de Orvar Löfgren, cada Nação deverá ter, para além de uma língua, um passado e um destino comuns:

"(...) uma cultura popular nacional, um carácter ou uma mentalidade nacional, valores nacionais, talvez ainda alguns gostos nacionais e uma paisagem nacional, eventualmente sabores e paisagens nacionais (frequentemente consagradas em parques nacionais), uma galeria de mitos e de heróis (e vilões) nacionais, um conjunto de símbolos, incluindo bandeira e hino, textos e imagens sagradas, etc."  
(Löfgren, 1989, p. 9).

Na esteira de David Justino, assume-se Portugal como exemplo de Nação que surge antes do nacionalismo, aquilo que o autor citará de Seton-Watson como "velha Nação" (2011, p. 50), verificando-se a existência dos quatro pilares estruturantes adaptados por Magalhães Godinho (2004) a partir de Ernest Renan:

- "um *território* entendido como «configuração espacial traçada por *fronteiras*» e espaço de exercício de soberania;
- uma *comunidade* assente em laços de solidariedade e cimentada por uma vontade de viver em comum, concretizando o que Ortega y Casset definia por «comunidade de propósitos»;
- uma sociedade organizada a partir de um conjunto diferenciado de «instituições que formam um complexo de poder (capacidade coactiva) - o Estado»;
- um laço afectivo «que liga os indivíduos à colectividade», expresso através de um sentimento de *Pátria*, «porque nele se consubstanciam a memória colectiva, a consciência e o amor pelo património comum e as aspirações em relação ao porvir» (Justino, 2011, p. 51).

Deste modelo resultarão desde logo reservas metodológicas relevantes quanto à evidência de uma identidade unificada, considerando-se que ela poderá ser sempre objeto de mitificação. Assim, pode mesmo considerar-se a presença de "múltiplas *identidades* forjadas pelos sucessivos complexos histórico-geográficos a que se associam «totalidades

sociais-culturais» plurais, resultantes das diferentes combinatórias de «componentes diversas»" (Justino, 2011, p. 51). Acrescentamos mais: quando se assume a identidade como um processo discursivo, portanto, subjetivo, torna-se obscura a possibilidade de aceitar tal existência de uma pretendida identidade unificada.

Para David Justino, a focagem exclusiva nestes quatro pilares tenderá ainda a desvalorizar outros elementos essenciais para a construção identitária, como a etnia, a religião e a língua. Da sua análise resultará a ideia de uma ausência de uniformidade e, na esteira de José Manuel Sobral, assume que "os contrastes regionais e a busca de estereótipos étnicos que fundamentem a diferença, são factores estruturantes de uma representação dual da identidade nacional" (Justino, 2011, p. 61). Na sua perspectiva, serão essas dualidades múltiplas (Norte-Sul, Centro-Periferia...) que justificarão uma procura de "identidade" cujas representações são frequentemente centradas no esforço do "Estado" (no presente trabalho lido como estrutura político-administrativa) de as esbater e assim organizar a sociedade.

"São esses dualismos que parecem sustentar a busca incessante da «identidade» e ao mesmo tempo justificam o recurso ao Estado como única entidade capaz de impor uma «ordem», preservar a memória e identificar um propósito. A Nação não é suficientemente forte e coesa para o fazer" (Justino, 2011, p. 63).

Este papel do Estado obrigará a particulares cuidados, considerando-se esta separação operativa entre Estado e Nação. Ela vai surgindo recorrentemente e será por nós utilizada amiúde. A esse respeito, José Esteves Pereira esclarece:

"Como sabemos, também nem sempre se verifica uma identidade do nacional e do estatal mesmo que a funcionalidade do conceito de Estado-Nação se assuma

como essencialmente estruturante do poder e do seu exercício" (Pereira, 2011, p. 65).

Será também imperativa a cautela no processo de deteção desses traços identitários, uma vez que a produção discursiva poderá ir ao encontro de uma uniformização ordenadora não necessariamente clarificadora de um perfil identitário real. Este cuidado quanto às diferentes concretizações identitárias estatal e nacional encaminha-nos para estudos sobre a temática da identidade nacional (*Identidade Nacional do International Social Survey Programme – ISSP – 2003*) que permitiram o artigo de João Leal num esboço de cartografia de uma identidade nacional do presente. Em sentido contrário ao da argumentação unificadora destaca-se de imediato "a importância moderada que, em Portugal, é dada à nacionalidade como fonte de identidade dos indivíduos". Com efeito, novamente nas palavras de Leal (2010, p. 75), "ser português é algo que se assume com orgulho, mas com um orgulho ambíguo, indeciso, vacilante. Um orgulho, em suma, contraditório".

O principal ponto desse sentir nacional prende-se com a história: "não se trata apenas da principal fonte de orgulho nacional (...), como a diferença dos valores portugueses em relação à média europeia (...) é a mais vincada de todas". É uma "suposta *hiperidentidade*". A história nacional é, na sua perspetiva, marcada por um excesso identitário. Ela é "orientada ou subdeterminada consciente ou inconscientemente pela preocupação excessiva de descobrir *quem somos e o que somos como portugueses*" (Leal, 2010, pp. 76-77). Não significa que exista para os inquiridos uma absoluta e única fixação identitária primacial com a Nação, mas há significativas diferenças com a média europeia no que toca ao peso da história, revelando dificuldades em lidar com as transformações globalizantes que reconfiguram o país do ponto de vista étnico e cultural. Transformações essas que têm também abalado o próprio Estado enquanto fonte geradora de identidade, tendo-se assistido,



nas palavras de Braga da Cruz (1992, p. 847), a um processo de corrosão e erosão "de cima para baixo, pela supranacionalidade e pela regionalização" que ganhará particular dimensão numa preconizada Europa das Regiões<sup>14</sup>. Ainda que relativa, esta presente crispação identitária, esta hiperidentidade de base histórica, "fornece um dos melhores desmentidos de um dos lugares-comuns mais importantes na tematização do carácter nacional português: a sua suposta plasticidade e adaptabilidade cultural, a sua capacidade de convívio com a diferença" (Leal, 2010, p. 79). Assim, a identidade nacional apresenta-se dotada de uma importância moderada para o caso português, apenas ultrapassando as médias europeias no que ao peso da história concerne. As suas especificidades não a constituem certamente como uniformizadora e inviabilizadora de identidades regionais que operarão mesmo como agentes erosivos da estrutura discursiva identitária do Estado.

Como se vê, a percepção identitária revela de facto dificuldades sensitivas recorrentes. A identidade nacional é recorrentemente "dita" como intensa e marcada, no entanto, estes estudos conduzem-nos a uma identidade com elevado enfoque na história. "Os inquiridos subscrevem o contraste entre uma história gloriosa e um presente crítico – entre um excesso de passado e um défice de presente – sobre o qual se constrói o *leitmotiv* da decadência nacional nos discursos da identidade nacional portuguesa" (Leal, 2010, p. 80). Uma vez mais, uma identidade dual, difícil de traçar e muito menos impossível de definir como principal faceta identitária e muito menos como diluente de outras expressões de identidade.

Esta identidade inevitavelmente fragmentária e em construção é também evidência dessa tensão discursiva e vivencial entre a ação estatal e as sociedades. Vai-se percebendo que aquele reduzir das identidades nacionais a uma pretensa uniformidade quase mono-escalar,

---

<sup>14</sup> A este respeito veja-se Cruz (1992) e Martins, J.C. (2005).

dotada de algumas particularidades culturais de pouca dimensão, se apresenta como uma visão drasticamente parcial, incapaz de descrever a complexidade do fenómeno.

Uma outra abordagem revela-nos que, a par do discurso da unidade nacional, encontra-se continuamente um discurso de delimitação interna que raramente obedece a cuidados de deteção das especificidades culturais. Com efeito, a leitura integral de José António Santos (1985) impele-nos para a notável evidência da profunda ação do poder central sobre a organização do território, frequentemente procedendo a divisões de carácter administrativo que, pela sua mutabilidade e diversidade, raramente se revelaram atentas a critérios uniformes claros ou inevitáveis de acordo com elementos naturais ou étnicos marcantes. A título exemplar, já a respeito da organização do território medieval, o autor cita Marcelo Caetano, assumindo que "não havia regras uniformes para a divisão do território" (Santos, 1985, p. 19).

Coincidentemente, tal situação confirma-se também na história mais recente, atendendo-se aos critérios em discussão, frequentemente de ordem organizacional, geralmente não contemplando preocupações com quaisquer especificidades identitárias regionais evidentes. Vejam-se, também à guisa de exemplo, os oito "Critérios de delimitação de regiões administrativas"<sup>15</sup> do Projecto de Administração Regional de 1976 do Ministério da Administração Interna (1980b, p. 231) onde se evidencia a secundarização dos aspetos de

---

<sup>15</sup> A esse respeito, veja-se a enumeração desses oito critérios: "1 – Acessibilidade interna, relativamente a um centro com capacidade (...) de polarização regional. 2 – Coerência ecológica no sentido mais lato do termo, decorrente das condições ambientais físicas, sociais e económicas (...). 3 – A região deverá constituir um agregado de sub-regiões polarizadas e de sub-regiões com problemas específicos que deverão ser também tratados em conjunto. 4 – As regiões deverão abranger também áreas complementares não só nos tipos de economia, como no grau de desenvolvimento, daí a necessidade de uma orientação litoral-interior. 5 – Está em mente criar possibilidades e centros urbanos secundários (relativamente a Lisboa e ao Porto) (...). 6 – A dimensão das regiões deverá ser suficientemente vasta em território e população (...). 7 – Necessidade de criar uma estrutura distinta para as duas realidades também distintas que são as áreas urbanas centradas respectivamente em Lisboa e no Porto. 8 – O concelho deverá ser sempre a unidade base, inalterável, de agregação (Ministério da Administração Interna, 1980b).

ordem cultural para o processo de descentralização pretendido. Nesse naipe, apenas um dos pontos contempla abertamente questões de ordem social, ligeiramente referidas no critério designado como "coerência ecológica no sentido mais lato do termo". Tal situação não encontra um leque simples de justificações comuns ao longo das centenas de anos de existência soberana sobre o território, no entanto, alguns elementos poderão ganhar particular importância para a compreensão desse agir administrativo. Atente-se em Pina Cabral que, parafraseando José Mattoso, refere o seguinte, novamente a propósito da gênese medieval do país:

"Portugal é um território profundamente dividido. Cada uma das grandes regiões de Portugal é mais semelhante, tanto de um ponto de vista geográfico como sociocultural, à região espanhola que lhe [é] adjacente do que a outras regiões portuguesas" (Cabral, 1991 b, p. 96).

Tal situação raramente encontra tradução ou sequer reflexão nos frequentes intuitos demarcatórios administrativos. Aparentemente, a construção interior de Portugal ter-se-á pautado mais por estratégias administrativas eventualmente em torno de uma identidade histórica nacional, do que por preocupações com as referidas especificidades territoriais e antropológicas, raramente traduzidas numa verdadeira estratégia regionalizante. Verifica-se também que as contínuas divisões administrativas, frequentemente alheias a essas especificidades, nunca lograriam uniformizar nem regionalizar efetivamente o território, sendo marcadas e evidentes as diferentes assimetrias económicas, sociais e mesmo culturais. Também por tudo isto, o postulado da uniformidade nacional revestir-se-á de um perigoso teor simplista que convém rearticular.

O discurso da uniformidade nacional pertencerá, aparentemente, a um processo de "hiperidentidade" da construção nacional estatal de base histórica que tem convivido sistematicamente com outras fontes geradoras de identidade. Com efeito, as especificidades regionais até aqui referidas têm coexistido de forma não conflituosa com esse discurso construtivo de origem estatal, permitindo-se a hipótese de os portugueses conseguirem compatibilizar as diferentes linhas identitárias, de forma não problemática, como especificidade e não como conflito. No limite, poderia até aceitar-se que a ação demarcatória do Estado sobre a Nação se tenha revestido de um carácter administrativo de tal forma vincado que não se tenha traduzido em produção identitária regional. Por outro lado, a tal hiperidentidade nacional histórica centrada no passado, poderia levar ao já abordado défice de presente, também contribuindo para que o impacto das ações demarcatórias estatais possa ser minimizado por essa característica de uma identidade passadista sempre orientada no sentido de um presente crítico, caracterizador de um constante discurso de decadência. Tais ponderações são, no mínimo, pertinentes, na medida em que colocam a dúvida sobre a existência ou não de identidades regionais. Conduzem-nos ainda a outra questão essencial, nomeadamente se será aceitável acreditar que o ato demarcatório, em si mesmo, poderá inevitavelmente conduzir a uma identidade no seu interior ou se, noutro sentido, se traduz mais em ações administrativas sem impacto real na vida das populações, revelando-se mais pragmáticas do que ideológicas ou simbólicas.

Estaremos pois perante um cenário diverso do considerado por alguns autores no início deste subcapítulo. Vemos, desde já, que o espaço nacional aparentemente só encontrará uniformidade perfeita em alguns discursos do poder. Por outro lado, também os discursos do poder dividem sistematicamente o espaço nacional a partir de critérios variáveis e não necessariamente voltados para as existências culturais das populações. Essas tentativas de

uniformização acompanhadas de ações de divisão poderão ou não gerar efeitos sobre as identidades ou mesmo produzindo traços identitários. Será portanto essencial a medição dos efeitos significativos da atuação administrativa nos sentimentos identitários das populações, em particular no que toca à existência e expressão do sentir regional.

### 3. Demarcação e identidade

#### 3.1. A demarcação e as fronteiras regionais

No desbravar da literatura, a par do discurso da uniformidade nacional, foi-se constatando a referência à escala regional como passível de ser dotada de matéria identitária. Serve de exemplo a descrição de Pina Cabral, assumindo para o presente do caso português três grandes vetores de alteração de identidade, onde também se pode ler a inequívoca presença dessa dimensão identitária regional. A saber: o supranacional – "a criação de uma identidade política europeia" –, o da progressiva separação conceptual e política das regiões autónomas portuguesas e o do processo de regionalização administrativa e política do continente – "os problemas que continua a causar a definição destas regiões indicam bem a importância da presente discussão, pois levantam a questão da relação entre diferenciação sociocultural e identidade regional" – (Cabral, 1991 b, pp. 95-96).

Será prioritário então perceber o funcionamento do ato demarcatório e a geração ou não de traços identitários com ele relacionados. Considerando a já vista invalidade do pressuposto da uniformidade nacional como impeditiva da existência de identidades regionais, partiremos aqui da premissa assente neste enunciado de Pina Cabral referindo-se à questão

regional como enquadrada nos vetores de alteração de identidade. Daí poderemos aceitar a possibilidade de a ação demarcatória regional poder encontrar relação com fenómenos identitários. Não assumimos que possa exclusivamente gerar identidades, mas acredita-se que, pela natureza e duração dos diversos atos demarcatórios, possamos estar perante fenómenos que excedem o simples pragmatismo administrativo demarcatório, provavelmente gerando marcas ou alteração do perfil identitário das populações, no mínimo, resultantes da experiência vivencial no seu interior. Essa não será uma experiência pontual ou de curta duração, pelo menos considerando-se a extensa tradição demarcatória da História de Portugal cujas últimas décadas descreveremos melhor adiante. Desse modo, convirá refletir sobre a natureza do ato demarcatório estatal e sobre a sua relação com a categoria da duração.

Sobre a produção da escala regional, recordam-se novamente estudos anteriores (Simões, 2005) onde foi possível constatar a correspondência da demarcação provincial do Estado Novo com a construção de uma imagem identitária regional beirã. Traçou-se também um parentesco próximo, ainda que impreciso, entre “região” e a definição de limites, de fronteiras, ou mesmo de espaços de transição (Forte, 1996, p. 12)<sup>16</sup>. Assim, configura-se um registo de proximidade entre conceitos que, naturalmente, convém ir desbravando. Nesse labor, um pressuposto surge inevitável: se “qualquer fronteira é em si, antes de tudo, uma expressão histórica da ideia de limite” (Cruz, 2006), podemos doravante assumir que o ato demarcatório regional pode ser reificador de fronteiras que se instituem enquanto mecanismo e enquanto função, uma vez que nele se espelham limites configurados no tempo histórico.

---

<sup>16</sup> Nas palavras da autora, "a palavra Região remete-nos para uma noção imprecisa que implica limites, fronteiras, espaços de transição. Todavia, para esses limites serem estabelecidos têm que [sic] existir critérios que sirvam para agrupar as analogias inerentes àquilo que se limita" (Forte, 1996, p. 12).

Tal pressuposto obrigará também ao tal aprofundamento teórico sobre essa relação dos limites com a cronologia.

Em tom de precário levantamento, é pressuposto acadêmico a referida existência inequívoca da relação do conceito de limite com a ideia de tempo. Para Kant, uma outra dimensão da ideia de limite tem que ver com a ideia de fim, enquanto Hegel coloca essa finitude em oposição à ideia de infinito. Destes pressupostos podemos assumir a inevitabilidade de uma dimensão temporal ínsita no próprio limite. O conceito de limite será então submetido a pressões concretas que se poderão esquematizar do seguinte modo (Martins, 2006):

- Suspensão – de que será exemplo o “estado de exceção”.
- Potência – os limites podem perdurar em potência mesmo depois de eliminados, podendo existir enquanto opacidade.
- Expectativa – o caso de todas as teleologias que visam uma salvação ou ideologias que visam um destino.
- Preenchimento – o exemplo da ideia de uma região transfronteiriça; o desdobramento sobre si mesmo.
- Revisão – o exemplo da Revisão Constitucional, reformando limites.
- Aceleração – a alucinação; a ultrapassagem dos limites.
- Reposição – no sentido da reparação.
- Duração – a ideia de continuidade.
- Simultaneidade – possibilidade de existirem tempos diversos num mesmo momento.
- Reciclagem – reciclagem de ideias iniciais, através de melhorias ou não.

Perpassando este conjunto de pressões temporais que exercem a sua ação sobre o limite, torna-se evidente a sua profunda intimidade com a categoria da duração. Se deste pendore temporal resulta a existência de fronteiras, por outro lado, a variabilidade do tempo histórico submeterá a fronteira às suas cambiantes conjunturais, sendo que “nem [os] seus efeitos, nem [os] seus intuitos fundacionais são idênticos ao longo do tempo” (Cruz, 2006).

Urge então perceber de que forma se realiza esta interação entre a ideia de limite e a temporalidade. Deste modo, revela-se esta relação através de três dimensões:

- A Interparadigmática: surpreendendo o resultado dessa relação, a fronteira, numa ubiquidade que atravessa sucessivas padronizações, não encontra a superação, mas a coexistência, sendo elemento de ligação, de concomitância, de articulação.

- A Paradoxal: assumindo-se como limitadora, a fronteira remete também para a ilimitação. Fala-se aqui de dois termos distintos, *border*, exemplo do limite de um país estabelecido e *frontier*, num sentido de ilimitação, como se encontra no caso dos Descobrimientos Portugueses ou da *American Frontier*. Deste modo, pressupõe-se sempre a impossibilidade da sua ultrapassagem uma vez que esta tende para a desmultiplicação. Associada esta característica à sua mobilidade e à sua opacidade, encontra-se na fronteira um perfil de resistência ao seu apagamento.

- A da Concretização Multiforme: neste caso, a fronteira pode ser percebida de diversas formas através das figuras de “integração, civilização, democracia, ética, educação, etc.” (Cruz, 2006).

Percebe-se a fronteira enquanto realização do limite no seu carácter fortemente vinculado à cronologia, realizando-se nesta personalidade tridimensional, sendo assim pacífica a



eventual existência de fronteiras regionais quando consideradas no quadro dos sucessivos atos demarcatórios ao longo de toda a história nacional.

Deste modo, assumindo como potencialmente válido este pressuposto, é aceitável partirmos para uma primordial ponderação sobre a existência e caracterização de uma fronteira regional imanente à região em si e de inevitável concretização temporal.

Assim entendido, qualquer processo de regionalização poderia ser explicado como um ato demarcatório reconstrutor, perpetuador de fronteiras que subsistiriam em si mesmas, interparadigmáticas, paradoxais e de concretização multiforme, tal como as próprias regiões em si contidas. Esse carácter de possível permanência e continuidade poderia ser atestado pelo recurso aos estudos já referidos<sup>17</sup> sobre o caso particular do regionalismo português que, com frequência apontam para uma ação demarcatória quase contínua, em particular, desde as divisões provinciais de 1599, 1798, passando por todos os intentos e divisões efetivas bem mais frequentes a partir do séc. XIX<sup>18</sup>. Estas fronteiras regionais poderão ter um carácter mais ou menos gravado na existência estatal e nacional e poderão persistir ou não, de acordo com o seu perfil de resistência ao apagamento, como é apanágio da relação dos limites com o tempo. Esta possível linha de pensamento poderá ainda ganhar outra dimensão, mormente no que à relação entre o Estado e esta aceção de *fronteira regional* diz respeito, procurando nessa interceção novos pontos de focagem, apreendendo o grau de intimidade entre a existência estatal e a constatada evidência de demarcações internas.

---

<sup>17</sup> A esse respeito, poderão considerar-se os exemplos de Santos (1985), Amaro (2003), Simões (2005) e Melo (2006).

<sup>18</sup> Ainda que com diferentes configurações entre si, considerem-se como efetivas as diversas divisões provinciais de 1832-1833, de 1835, de 1914 e de 1936 (Amaro, 2003, pp. 432-454). Outra divisão administrativa relevante pela sua duração será a organização distrital de 1835. As demarcações posteriores a 1959 serão por nós abordadas posteriormente.

Para isso, convirá ter presente que o Estado pode ser definido como “entidade originária, soberana, independente” (Rolletta, 2006), cujos eixos fundacionais serão a soberania, o limite e a fronteira. A sua concretização temporal, na sua permanência e duração, confere-lhe a sua génese, bem como o seu limite e a sua ilimitação, por consequência.

Esta perspectiva seguirá de perto a teoria de Santo Anselmo para o poder soberano, segundo a qual a figura do monarca se autoinstitui, tal como a Divindade, autoinstitutiva e autodesignativa. Esta soberania é antecipada na *dignitas* medieval, bem como na instituição temporal contida na ideia de dinastia. Deste modo, o monarca tem o poder de se autodesignar, de se delimitar. Pela existência de vários soberanos, surge também a necessidade da delimitação de sucessivas fronteiras entre si. Assim, concorrem aqui dois polos bastante claros, o polo da ilimitação e o polo da delimitação. Com efeito, corroborando esta posição, o ato demarcatório, "*regere fines*, o acto que consiste em «traçar as fronteiras em linhas rectas»" (Bourdieu, 1989, p. 113) pode ser entendido como resultado do exercício da autoridade, sacralização, enunciação pública e oficial. É "um acto *religioso* realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o *rex*, encarregado de *regere sacra*, de fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade". Esta *auctoritas*" é a capacidade de produzir que cabe em partilha ao *auctor*". Mais se dirá, ainda nas palavras de Bourdieu:

"O *auctor*, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, consagra-as, fazendo-as

existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas,  
«naturais»" (Bourdieu, 1989, p. 114).

Esta ideia de um Estado “como legitimação soberana e autorreferencial assente na ideia de permanência” (Rolletta, 2006) será fortemente reforçada a partir do séc. XVI pela necessidade de um equilíbrio europeu confirmado no séc. XVII pela Paz de Vestefália. O Estado será constituído através do entrelaçar de relações profundas entre população, território e poder, caracterizando-se pela ilimitação interna e pela limitação externa. “O poder marca fronteiras para ter a possibilidade de as transgredir” (Rolletta, 2006); a capacidade de instituição do limite autoinstitui também a possibilidade de o transgredir.

Além deste enfoque no carácter autorreferencial, autodesignativo ou enunciativo, convirá firmar a ideia de permanência na qual se encontra um profundo investimento afetivo que corresponderá a um sentimento de pertença, tornando-se também a fronteira um local de memória comemorativo da entidade que a demarcou. Pode-se assim entender estas fronteiras como interiores, marcadas para a perenidade como um projeto de futuro, fronteiras interiorizadas, garantes da permanência do Estado, "fronteiras espirituais feitas núcleo central de sentimentos de pertença e dotadas de capacidades fundantes para efeitos identitários" (Martins, 2008, p. 161).

Não perdendo de vista a charneira deste esboço, atualize-se o prumo de lógica: a perceção de um Estado também criado a partir do interior, perpetuado pelo equilíbrio entre a delimitação e a ilimitação terá experienciado também metamorfoses demarcatórias não apenas interiores mas também internas (Martins, 2005). Interiores, porque marcadas do seu interior, de pertença espiritual pela forma como cada indivíduo vive o seu solo, a sua língua e nela constitui a sua identidade; "(...) é somente desta fronteira interior, traçada pela própria

natureza espiritual do homem, que resulta o traçado das fronteiras exteriores do seu *habitat*, que não é senão a sua consequência" (Fichte *apud* Martins, 2008, p. 128). Internas pela delimitação política, administrativa, económica, geográfica ou mesmo cultural do espaço de cada Estado. Ganham sentido os projetos e demarcações em Províncias, em Distritos, em Regiões de Planeamento, em Regiões-Plano, em Comissões de Coordenação Regional ou em regiões encontradas a partir do século XVI, ou ainda mesmo as anteriores demarcações em Comarcas de 1299, de 1406, de 1421-22 e de 1527 (Santos, 1985, p. 179).

Esta permanência de diferentes demarcações internas ao longo da História de Portugal poderá permitir a dedução da eventual existência de fronteiras regionais interiores nesse percurso. Essa dedução conduz-nos pacificamente à possibilidade de uma relação efetiva entre demarcação e identidade. Ou seja, se as fronteiras internas corresponderem de alguma forma a fronteiras interiores, certamente poderemos encontrar sentimentos identitários comuns, mesmo que a demarcação interna tenha sido operada pelo *auctor* do poder central. Aqui fazem novamente sentido as palavras de David Justino (2011, p. 63), citadas anteriormente, quando assume que, em Portugal, o papel do Estado na imposição de uma ordem excede o papel da Nação face às suas dualidades. Tal pressuposto dotará o Estado de um papel ordenador que o torna importante agente da construção identitária da população que habita os territórios demarcados. Obrigamo-nos, por isso, a refletir posteriormente o lugar estatal e a natureza do seu papel ordenador neste contexto, bem como os processos identitários das comunidades.

### 3.2. A fronteira regional, a memória e as identidades

Neste momento, debruçar-nos-emos então sobre o papel representado pela memória das comunidades inscritas nesses espaços demarcados. Essa existência de fronteiras internas significará porventura a possibilidade de nelas se encontrarem também espaços identitários interiores que apoiarão certamente a indagação proposta.

Institua-se a ideia já referida de que “existe um relativo consenso acerca do papel da anamnese na construção de identidades pessoais e sociais” (Catroga, 2001 b, p. 15). De forma a arrear profundamente este vínculo à categoria da duração, atente-se ainda nas palavras de Fernando Gil:

"Dizer que um objecto é idêntico a si mesmo significa que um objeto existente num momento (...) permanece o mesmo (...) num outro momento (...). (...) O princípio de individuação é apenas a invariabilidade e a ininterrupção de todo o objecto ao longo de uma suposta variação no tempo. (...) a ilusão de identidade é gerada pelo tempo" (Gil, 2001, p. 242).

Inevitavelmente, o indivíduo, na sua própria edificação, buscando mesmo até aos caboucos da cronologia, fá-lo-á sempre através do cruzamento entre a retrospectiva autobiográfica e a histórica, necessitando sempre de cruzar a sua própria continuidade com as recordações de outros. Desse modo, a memória singular constitui-se numa linha temporal cujo nexos se vincula à relação entre as várias memórias em presença, sendo que “um indivíduo que vivesse autarcicamente não poderia ultrapassar a mesmidade e sofreria de amnésia” (Catroga, 2001 b, p. 16), ou seja, poderá entender-se que o *eu* não se diluirá no caos da sua

própria existência, podendo ser entendido como a dialética de uma dupla personalidade entre si e a alteridade.

Deste modo, a sua personalidade será também o resultado de uma combinação e negociação de diversos elementos a si exteriores, o que condicionará naturalmente a contínua construção da memória, tornando-a seletiva, não se definindo como pura acumulação. Na verdade, a retrospectiva tenderá para uma finalidade, contendo sempre um cariz teleológico de forma a domesticar “o aleatório, o casual, os efeitos perversos e descontínuos do real-passado quando este foi presente” (Catroga, 2001 b, p. 20). Ainda assim, esta evocação do passado não será tributária apenas da subjetividade do indivíduo; antes se convocam argumentos de verosimilhança e veracidade consagradores da sua legitimação. Esta consagração encontra a sua charneira na comemoração através de ritos que os reproduzem, inscrevendo-os numa liturgia específica de “*co-memoração*” (Catroga, 2001 b, p. 25).

Para que esta representação memorial possa então ter lugar são necessários traços, impressões que se tornam testemunhos, monumentos deliberada ou inconscientemente deixados. Deste modo, a *co-memoração* torna-se possível, escapando ilesa do adjetivar de imaginação pura, realizando-se nesta dualidade de ritual e monumento.

Num trejeito menor, inflete esta reflexão para os efeitos sociais do quadro litúrgico presente no ato de recordar. O papel pragmático e normativo da memória traduz-se na criação de sentimentos de pertença, inserindo os indivíduos em espaços de identificação que poderão ir desde a família, à Nação, distinguindo-os dos restantes e instituindo normas; enfim, marcando identidades. Esta liturgia visa sobretudo perpetuar a continuidade, revelando a

natural aversão à finitude, reforçando continuamente os vínculos dos diversos grupos, das diversas sociedades.

Mesmo o olhar mais transversal percebe o continuado empenho demarcatório de limites internos na Nação portuguesa. Nesse cenário, pelo elevado número de propostas apresentadas, ganham novamente particular dimensão os variados modelos e projetos de divisão supramunicipal considerados a partir do século XIX, permitindo-se aqui maior enfoque no processo de regionalização decorrido ao longo de todo o século XX.

Na verdade, os tentames de balizamento dos momentos essenciais numa linha de inquérito que se pretende coesa, pretende apenas servir a raiz desta reflexão: sendo a anamnese dotada de um perfil pragmático, contributo maior para a filiação dos indivíduos a grupos de pertença, vai ganhando plausibilidade a aceitação pacífica da existência de uma memória regional.

Como vimos, nos estudos anteriores já referenciados (Simões, 2005) foi possível refletir sobre a ação dos movimentos regionalistas beirões desde a 1ª República, sobretudo no período compreendido entre 1936 e 1959, um dos momentos em que a existência das Províncias encontrou corporização legal e existência efetiva na vida do país<sup>19</sup>. Deste vislumbre, relance imediato de concretização regional, algumas impressões ficariam gravadas com intensidade considerável. Realça-se aí a presença de um forte movimento regionalista que visava consagrar a coeva divisão provincial, legitimando-a à luz da própria existência nacional, integrando as regiões beirãs na lógica organicista do Estado Novo de onde era aceite a emanção da tensão unificadora nacional. Rui Cunha Martins definiria tal

---

<sup>19</sup> Decreto-Lei n.º 27424 de 1936. Redação definitiva em Decreto-Lei n.º 31095 de 1940. Esta divisão provincial será alterada posteriormente através do Decreto-Lei n.º 42536 de 1959.

processo como "a alucinação do regionalismo nacionalista" (2008, p. 161). Deste modo, poder-se-ia assumir que era pretendido serem estas circunscrições territoriais baluartes da identidade nacional. Em jeito de apontamento, verifica-se situação idêntica na realidade insular açoriana ao se confirmar que, da análise de alguns momentos, a "região tende a ser vista como uma «pequena pátria» indissociável da «grande pátria» que é a nação" (Leal, 2000, p. 229).

Arriscando a insistência no manuseamento deste raciocínio claramente instrumental e atentando em Anthony Smith, percebe-se que "sem memória não há identidade; sem identidade, não há nação" (Smith, 2004, p. 75). Logo, se a memória nacional é o "produto de uma comunidade mnemónica específica, a Nação" (Sobral, 2006, p. 8), a possibilidade de existência de regiões em determinado momento poderá também prever a comemoração da sua memória, vincando desse modo a existência dessas identidades. Se tal previsão se verificar, poder-se-ão decifrar possíveis liturgias comemorativas, buscar-lhes o sentido e perceber se daí continuarão a subsistir momentos de anamnese específica e particular, coincidente ou não com as regiões em presença nas diversas demarcações a considerar, ou se existirão outros traços interiores. Simplificando: pretende-se verificar se se assiste a um posicionamento identitário regionalista persistente e aferir os traços gerais do seu perfil.

Mendes trará mais alguma pacificação a este lugar, considerando, no enalço de Filomena Silvano (1997) e de Luísa Reis e Margarida Dias (1993), a existência de um "ordenamento concêntrico das identidades" (Mendes, 2001, p. 513), correspondendo a escalas espaciais que se associam sobretudo a escalas gradativas de afetos. Escalas concêntricas de negociação dotadas de eventuais contradições interiores. Escalas onde a "referência" e a "contingência" (Martins, 2008, p. 23) operarão variabilidade e deslocação. Ressaltará certamente o papel da



autoria onde o Estado desempenhará uma dimensão "cultural não cultural" no domínio da economia política das identidades como "protagonista na construção, consolidação e ativação das identidades pessoais e coletivas" (Mendes, 2001, p. 513). Daqui se propõe o tentame de surpreender as identidades narrativas "ditas" pelo Estado, pelos grupos sociais e no quotidiano (Felizes, 2000, pp. 10-12) .

Nas palavras de Mendes:

"À hipotética unidade do espaço português, presentemente reduzido à sua dimensão europeia e atlântica, os empresários da memória confrontam-se agora com uma crescente presença real e mediática dos imigrantes, de novos localismos e regionalismos, e procuram com afã novos referentes, novas ancoragens que delimitem simbolicamente esse espaço português imaginado e dê alguma segurança ontológica no embate com as globalizações culturais, económicas e políticas" (Mendes, 2001, p. 517).

Este debruçar sobre a ação discursiva identitária surge assim no encaço da lógica de Joel

Felizes:

"Na nossa perspectiva, será pois o modo como se enunciam e se mobilizam as identidades, esta dimensão mais discursiva, a que melhor se adapta a uma reflexão que envolva igualmente o contexto do poder local. Isto porque também assumimos que ao darmos conta das formas como as identidades são 'pensadas' e 'ditas' estamos a mostrar que existe um trabalho de constante construção das identidades (...)" (Felizes, 2000, p. 10).

Na continuidade da imagética metafórica aqui em uso, a vastidão marítima estreita-se assim em correntes analisáveis, numa faixa bem precisa, numa porção do mega-oceano que facilite pelo menos o esboço de parte de um mapear das construções identitárias.

#### Notas conclusivas do capítulo

O processo construtivo identitário realiza-se inevitavelmente na dimensão temporal que lhe dá sentido, permitindo processos de sedimentação e de erosão constantes dentro de contextos que excedem a mera espontaneidade e "autarcia do *eu*" (Catroga, 2011, p. 11). A sua mutabilidade e diversidade de agentes operativos torna as identidades num campo de difícil fixação e caracterização sobre os quais será possível verter alguma estabilidade teórica, nomeadamente através do enunciado por Pina Cabral e Kathryn Woodward a respeito das manifestações observáveis das identidades e de Manuel Castells sobre a existência de diferentes tipos de construção identitária.

No tocante à particular existência de identidades regionais em Portugal Continental, é possível confirmar-se amiúde que tal fenómeno não é tido como relevante, ou mesmo como existente. Esgrime-se frequentemente uma uniformidade do território nacional, aceitando como plausível a sua dotação de uma dimensão gravítica de tal forma poderosa, que obliteraria várias dimensões identitárias, como as regionais, verificando-se quase exclusivamente manifestações identitárias nacionais e locais, no tocante à relação com o território. Verificámos que tal posição surge excessivamente extremada, olvidando a complexidade construtiva dos fenómenos identitários. É ainda possível apurar um papel

preponderante do Estado na sua aceção administrativa, ainda que não podendo ser entendido como agente ou fonte exclusiva de identidade. Alguns estudos referidos demonstraram mesmo a necessidade de se relativizar essa posição sobre uma hegemonia identitária nacional e local, assumindo mesmo que a Nação se apresenta para os portugueses como traço identitário moderado em relação ao verificado na Europa. O principal foco dessa identidade será o passado, revelando-se daí uma "crispação identitária", uma preocupação profunda em centrar no passado o que define o português.

Verificou-se que tal cenário não surge como inviabilizador da existência de identidades regionais. No caso, a produção discursiva do poder central mantém tradições longínquas de ações delimitadoras no território nacional, o que, em si mesmo, poderá indiciar algum tipo de produção discursiva de ordem identitária para essas demarcações.

A possibilidade de se encontrarem marcas identitárias regionais em Portugal advirá, em primeiro lugar, da plausibilidade da relação entre demarcação regional e traços identitários. Por outro lado, a constatada relação entre as demarcações provinciais do Estado Novo e a construção identitária regional beirã no nosso estudo anterior (Simões, 2005) também corroborará tal posição. Ainda nesse sentido, a reflexão realizada sobre a relação entre o ato demarcatório e o tempo trará novo fôlego à possível confirmação dessa existência. Com efeito, verifica-se a profunda vinculação do limite à cronologia, daí podendo resultar alguma tipologia de resistência ao apagamento. Por outro lado, o ato demarcatório regional apresenta-se como processo essencial da sacralização do poder, sendo possível identificar inúmeras ações demarcatórias infranacionais ao longo da história, imanescentes à própria existência governativa do território. Nesta aceção, a elevada importância do poder central ao

longo da História de Portugal justificará a contínua ação demarcatória interna do território que surge como ato sacralizador, legitimador.

Por tudo isto, revela-se ponderável a aceitação da inscrição dessas demarcações na estrutura identitária das populações, sendo eventualmente evidenciadas a partir de rituais *co-memorativos*, monumentos ou traços discursivos analisáveis. A quase contínua existência de fronteiras internas (elementos de legitimação da autoridade central, excedendo muitas vezes a mera função administrativa) corroborará portanto a plausibilidade de estarmos também perante fronteiras interiores marcadas pelo sentir de pertença dos indivíduos que aí operarão também as suas identidades. O carácter de duração destas fronteiras impele-nos a ponderar a existência de uma memória regional certamente tradutora de traços identitários reveladores de um sentir comum no seu interior. Essa plausibilidade será um dos principais pontos conclusivos deste capítulo, na medida em que nos abre caminho para a investigação das liturgias comemorativas da existência regional, buscando-as e medindo-as, aferindo o seu perfil. Teremos, por um lado, a ação demarcatória do *auctor* cuja dimensão convirá apurar, por outro lado, teremos a possibilidade de ocorrência de fenómenos de vivência interior das diversas demarcações. Isto permite-nos concluir a necessidade de um avanço em duas direções: uma, capaz de caracterizar a ação demarcatória estatal e outra, capaz de identificar marcas claras de *co-memorações* identitárias regionais correspondentes ou não às delimitações governamentais.

## CAPÍTULO II – A AÇÃO ESTATAL: CONTINUIDADES E TENSÕES DAS DEMARCAÇÕES REGIONAIS EM PORTUGAL

### 1. Sobre a centralidade estatal: reflexão introdutória

Avança-se agora para a deteção dos momentos da ação demarcatória estatal, por forma a poder identificar os limites traçados e apurar posteriormente a sua relação com eventuais traços discursivos identitários. Na senda da aceção da nomenclatura de Estado e de Nação explorada por David Justino (2011, p. 63) e aqui estabelecida como ferramenta instrumental, proceder-se-á, de seguida, à identificação dos momentos de ação demarcatória estatal. Perseguir-se-á a *referência* num trajeto *progressivo*, para posteriormente nos debruçarmos sobre as vicissitudes da *contingência* (Martins, 2008, p. 23), na tentativa de surpreender a ação demarcatória reificadora e/ou *co-memorativa*. Buscar-se-ão os fenómenos identitários demarcados ao longo da cronologia; por agora, os evidenciados na letra legislativa, seguidamente, os patentes no discurso das comunidades, testando assim as distâncias e proximidades, de forma a perceber a sua natureza e propriedades.

Almeja-se o debruçar sobre a perceção das manifestações da memória, surpreendendo possíveis comemorações identitárias infranacionais na interna escala regional da Nação portuguesa, no caso particular da área correspondente ao que se convencionaria designar por Beira Alta nas diversas aceções posteriores a 1959 (Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro, 1959), em momentos precisos e marcantes da organização demarcatória nacional. Acredita-se portanto que será possível detetar as continuidades ou fraturas da intensa ação identitária provincial do Estado Novo no caso da antiga Beira Alta e assim contribuir para

um eventual esclarecimento de um mapa identitário português. Por tudo isto, avançaremos para a primeira fase relativa à caracterização da ação demarcatória estatal.

Alguma da bibliografia compulsada para os anos oitenta e noventa do século XX, bem como a continuada produção discursiva viseense a respeito da permanência de uma identidade beirã, imediatamente visível nos títulos dos periódicos, empresas e publicações diversas (de que são meros exemplos o *Jornal da Beira*, a revista de história *Beira Alta*, a empresa *Visabeira* ou o blogue *Viseu, Senhora da Beira*) apontam para a possível existência de uma identidade regional, ou pelo menos para sedimentos resultantes da resistência ao apagamento de anteriores demarcações regionais. Tal possibilidade será fortalecida por Jorge Gaspar quando assume que o caso exemplar de Viseu se constitui como “um polo dinâmico” que organiza um território “com notável autonomia e identidade, relativamente a outros territórios em configuração na região Centro” (Gaspar *apud* Simões & Matos, 1996, p. 86). Tal opção surge também numa lógica de continuidade do trabalho anterior já referido (Simões, 2005), permitindo assim aferir o subsequente trajeto identitário trilhado pela ação regionalizante que havia sido detetado para o período anterior a 1959. É a partir daqui que se assumirá a metodológica cartografia geo e cronolocalizada do objeto em análise: o discurso identitário regional operado sobre e a partir de Viseu, desde 1959, na *Imprensa Regional e Local*.

Reestabeleça-se o ponto de partida ou premissa essencial para o concatenar a que nos propomos, pela citação de Cardy: "o território difere do espaço geográfico, na medida em que é marcado pela sociedade que o habita. É a intervenção dessa sociedade que lhe confere o seu sentido" (Cardy, 1997 a, p. 78). O território, espaço de sentido, é, pois, criado e não pré-existente; é campo de significações operadas inevitavelmente pela ação humana. Será

esta ação construtora dotada de dimensão cronológica e espacial que permitirá trazer sentido a estas dimensões e não o contrário. Ou seja, qualquer teorização ou proposta de definição para processos ou resultados da ação humana, não poderá encontrar a sua delimitação exclusivamente no espaço geográfico natural, mas em larga medida no espaço construído e percebido. Recuperamos também aqui Pierre Bourdieu que, no seguimento do que havíamos visto no primeiro capítulo, reflete profundamente sobre a inexistência de demarcações naturais. Na sua reflexão defende-se a evidência de se assumirem quaisquer delimitações regionais como resultado de processos construtivos:

"Ninguém poderia hoje sustentar que existem critérios capazes de fundamentar classificações «naturais» em regiões «naturais», separadas por fronteiras "naturais". A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na «realidade», segundo os elementos que ela reúne tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes (dando-se por entendido que se pode discutir sempre acerca dos limites de variação entre os elementos não idênticos que a taxinomia trata como semelhantes). Cada um está de acordo em notar que as «regiões» delimitadas em função dos diferentes critérios concebíveis (língua, *habitat*, amanho da terra, etc.) nunca coincidem perfeitamente. Mas não é tudo: a «realidade», neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais «naturais» apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária (...). A fronteira, esse produto de um acto jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta" (Bourdieu, 1989, pp. 114-115).

O seu ponto de vista é marcante para a nossa indagação. A fronteira das delimitações regionais deverá ser entendida como produto de uma ação demarcatória da *referência* de

natureza profundamente arbitrária, podendo operar em dois sentidos sobre as identidades, produzindo diferenciações culturais da mesma forma que é também resultado dessa diferenciação. Deste modo, a discussão aproxima-se do território construído e em construção, sobre o qual convirá pensar contornos, mutações e protagonistas, naturalmente alheada de pré-existências naturais.

Tal alheamento é insistentemente reiterado para os estudos do caso português, muito graças às especificidades das suas engrenagens intrínsecas que, como vimos em David Justino (2011, p. 63), sobremaneira destacam o papel do Estado na ação demarcatória e, também por isso, numa presumível ação identitária sobre a Nação<sup>20</sup>.

Fernando Ruiivo vem confirmar este papel do Estado aquando da sua referência aos pilares para o projeto sociocultural da modernidade. Segue de perto os conceitos aqui em uso de *referência* e de *contingência*, reportando-se, no mesmo sentido do primeiro, aos pilares da regulação (o Estado, o mercado e a comunidade) e, em relação direta com o segundo conceito, aos pilares da emancipação que abarcam três lógicas da racionalidade (estético-expressiva; moral-prática; cognitiva-instrumental). Na esteira de Boaventura Sousa Santos, Ruiivo assume claramente o lugar da *auctoritas* administrativa em Portugal: "dos três pilares de regulação articulada apresentados apenas um comporta, pois, (...) um desempenho central no nosso país: o Estado" (Ruiivo, 2000, p. 45). Considera o autor que o mercado sempre se encontrou sob a sua tutela e que a comunidade se caracteriza por dificuldades de concretização, sendo fraca e forte, apresentando fragilidades no que à organização de

---

<sup>20</sup> Aqui caberá espaço para um inevitável relativizar. Afirmamos essa ação como presumível na medida em que, considerando o território como constructo, será inevitável a aceitação de intervenientes de diversa ordem. Não bastará certamente uma exclusiva definição estatal para se substanciar uma existência identitária considerável antropologicamente. Enquanto processo construtivo da ordem da complexidade não é plausível que as identidades se produzam no vácuo a partir de um único agente. Aceitar-se-á, portanto, a ideia de diferentes dimensões dos vários agentes identitários, inevitavelmente sem pendor exclusivista.



interesses concerne, e evidenciando força no que aos vínculos de parentesco e vizinhança diz respeito. A esse propósito, saliente-se que essa fraqueza advirá precisamente da sua força:

"A fraqueza organizativa oficial de determinados interesses coletivos ou de grupo social [colhe] as suas raízes precisamente no facto de, informalmente e tradicionalmente a sociedade se apresentar como muito forte em termos de representação oficiosa de interesses individuais: as redes, cuja ancoragem inicial de tipo parentesco/vizinhança tendeu a alastrar para outras áreas da vida político-social, dessa maneira (...) abafando outras hipotéticas manifestações de firmeza e força no interior da sociedade civil" (Ruivo, 2000, p. 44).

Estas "redes" surgem dotadas de particular valor, uma vez que "a lógica de horizontalidade que a comunidade pressupõe [se] transforma (...) numa lógica de verticalidade quando (...) passa a penetrar o Estado e as suas hierarquias". Também por essa ação perpendicular das "redes", ainda que sendo efetivamente polo, este Estado apresenta "ineficácia da realização das funções e dependência na execução das políticas, apesar de tal centralidade" (Ruivo, 2000, pp. 44-45). Ainda assim, essa "densidade operativa" das "redes" não se traduz exclusivamente como fator de disfuncionalidade ao mitigar o pleno funcionamento do centro; ela também se revela como constituidora de ordem social. Ou seja, o papel do Estado, ainda que perpassado pela ação de "redes" sociais, de algum modo limitadoras ou transformadoras da sua ação, não deixa, também por isso, de ser protagonista central do trajeto da Nação.

Esta profundidade da ação do centro é corroborada nas palavras de João Leal quando se refere à "hiperidentidade" (2010, pp. 76-77) e está, de algum modo, explorada no artigo de Moisés de Lemos Martins (1991) a respeito do político discurso regionalizante nos anos de

1990. Nele se considera o "fáustico discurso da regionalização. Fáustico porque, depois da falência do modelo urbano e industrial de desenvolvimento, é o discurso da regionalização que aponta o novo território da crença" surgindo como solução, panaceia que permitirá "aplanar as montanhas que separam [a periferia] do centro". Para o autor, o discurso da regionalização não será da ordem da prova, antes "subverte a história em natureza, a contingência em eternidade" (Martins, 1991, pp. 203-204), mitificando e naturalizando a realidade social.

Como vimos, a enunciação pode ser, em si mesma, construtora do sagrado. Ao adotar e legitimar a discussão, mitificando a realidade social, o centro enunciador reveste-se da autoridade que garantirá em si mesma a sua permanência e legitimação, reificando-se, também por isso, como "fenómeno que pertence à esfera dos valores e das crenças. É o centro da ordem de símbolos, de valores e crenças que governam a sociedade. (...) A zona central participa da natureza do sagrado (...)" e "(...) é também um fenômeno que pertence à esfera da ação" (Shils, 1992, p. 54).

Convirá então, e quanto antes, explorar a ação central nos processos demarcatórios para o período considerado por forma a apurar a dimensão da sua ação referencial enquanto agente enunciador autoral.

## 2. Antes e depois de 1959: as Províncias, a sua extinção e o III Plano de Fomento

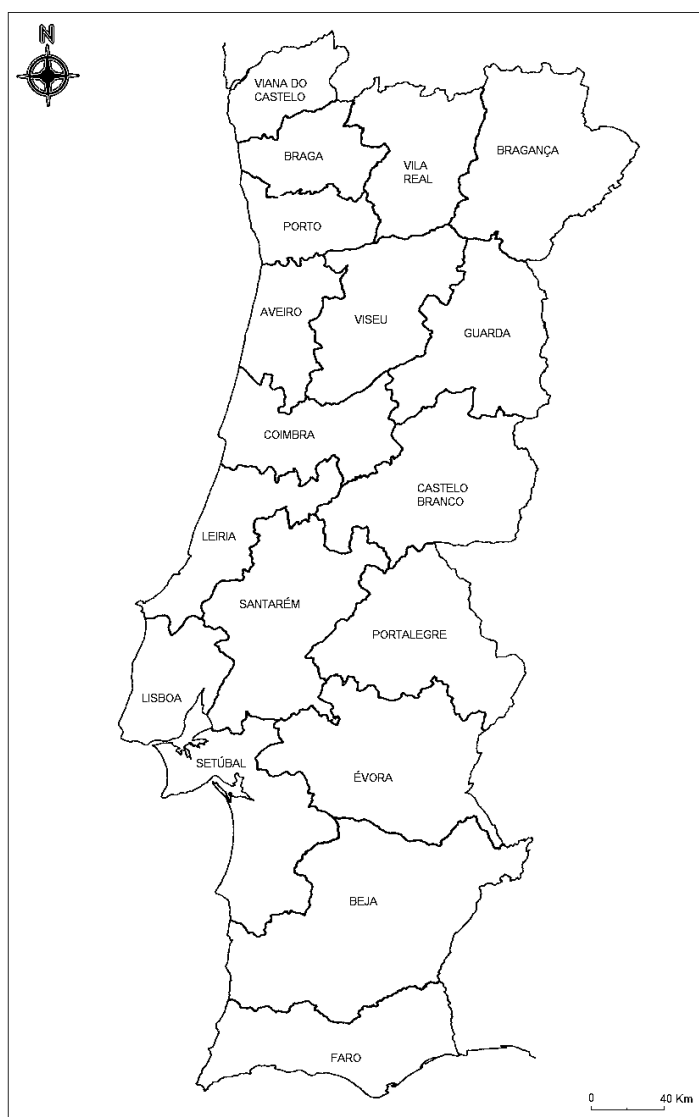
Tal como em períodos anteriores, o regime inaugurado em 1926 assume intensamente o lugar da autoria/referência, como refere José António Santos<sup>21</sup>, afirmando que estaria "entre as suas prioridades máximas (...) definir novos rumos à administração autárquica, através da feitura de um novo Código (...), de modo a «reatar a honrosa tradição do nosso País em trabalhos de codificação das normas legais sobre a administração local»" (Santos, 1985, p. 125). No entanto, para esse período, apenas a criação do Distrito de Setúbal, em 1926, disponível na Figura 1, trará alguma alteração ao que se vinha verificando desde a criação dessa demarcação em 1835<sup>22</sup>. No entanto, a já referida ação regionalista ou mesmo regionalizante de algumas agremiações desde o início do século foram operando e influenciando junto das instâncias de poder, certamente contribuindo para a consagração da divisão provincial na Constituição de 1933.

---

<sup>21</sup> As páginas seguintes mostrar-se-ão profundamente devedoras da obra de José António Santos pela sua profundidade e especificidade, revelando-se de uma importância fundamental para a compreensão do processo demarcatório do Portugal Ibérico. Naturalmente que, sempre que possível, será confrontado com outros autores, no entanto, a sua obra apresenta-se particularmente pioneira na descrição dos processos regionalistas portugueses, conquistando assim um natural lugar de destaque.

<sup>22</sup> A criação dos Distritos a partir de 25 de abril de 1835 surge como alternativa ao modelo provincial que vigorava desde 1832, sabendo-se que "as preocupações centralizadoras e de maior controlo sobre os poderes periféricos são evidentes nesta nova divisão administrativa do território" (Amaro, 2003, pp. 438-439). O modelo distrital, ainda em dezembro desse ano de 1835, sofrerá uma nova alteração, passando Viseu a capital de Distrito em detrimento de Lamego. Ainda assim, de acordo com António Amaro, apesar da ausência do seu cumprimento de funções administrativas, as Províncias "estiveram longe de perder o seu papel simbólico e identitário" (2003, p. 440), pelo menos considerando os sucessivos tentames de as recuperar ainda nesse século, nomeadamente nos projetos apresentados em 1840, 1854, 1867. Citado por Amaro, Amorim Girão encontraria aí eco para a sua posição provincialista, assumindo que, após 1835, a Província continuou "a afirmar-se como qualquer coisa solidamente inscrita no território e na alma nacional" (Girão *apud* Amaro, 2003, p. 442). De realçar que Amorim Girão será um dos principais adeptos das Províncias, tornando-se nome maior da proposta e subsequente criação da divisão provincial de 1936, alegando pressupostos históricos, geográficos e antropológicos para essa demarcação.

FIGURA 1 – Distritos (1926).



Fonte: Santos (1985, p. 153)

Nesse sentido, em 1930, seriam aprovadas as bases para uma nova reforma administrativa, seguidas do correspondente projeto de código. Nesse ano seria publicado um texto da autoria de Amorim Girão, o "Esboço de uma Carta Regional Portuguesa" onde se desenhariam já as linhas de força do que se viria a concretizar (Oliveira, 1996, p. 495). Aí tratava-se a divisão do território, contemplando Freguesias, Municípios, Distritos e Províncias. A propósito dos

Distritos, afastando a hipótese da sua autonomia, Amorim Girão referiria que "longe de assentarem em qualquer critério geográfico ou económico, agrupam com intuitos centralizadores e com a mesma preocupação geométrica (...) concelhos das mais variadas condições, retalhando por vezes regiões mais vastas, cuja unidade importava conservar" (Girão *apud* Oliveira, 1996, p. 495). Tudo apontava portanto para a criação da Província como unidade administrativa. De facto, no mesmo ano de 1930, seria criada uma comissão cuja incumbência prioritária incidiria na preparação da "remodelação administrativa, criando a Província homogénea com afinidades já existentes ou previsíveis" (Santos, 1985, p. 125).

Amorim Girão, Mendes Correia, Francisco Pereira de Sousa e Jaime Lopes Dias foram as individualidades convocadas para a tarefa. Em 1931, como que antecipando a curta duração das suas propostas, assumiriam no seu relatório as inevitáveis dificuldades do processo de buscar equilíbrios entre matrizes culturais e imperativos políticos, percebendo que "divisão natural e divisão administrativa sobrepostas por forma a coincidirem, só em Estados a organizar em grandes regiões desabitadas do globo e antepondo a divisão à organização" (Santos, 1985, p. 126). Do documento resultaria a tese da convivência entre as novas propostas de Província com os Distritos dotados já de um século de existência funcional. Esta posição seria transplantada para a Constituição de 1933, onde se pode ler que o território continental se dividia em "concelhos que se formam de freguesias e se agrupam em Distritos e Províncias" (Santos, 1985, p. 127).

Os momentos prévios à instauração do Código Administrativo de 1936 revelam-se de inefável pertinência para o entendimento da sua natureza profundamente centralizadora. Acodem a este carácter paradoxal da divisão unificadora estudos prévios que aqui se

transfundem, permitindo clarificar o fenómeno da descentralização centralizadora <sup>23</sup> verificada no Estado Novo:

"(...) a existência de um centro em qualquer sistema social, inevitabilidade que, por seu turno define também como inevitável a evidência de uma periferia, obriga a considerar como parte estruturante desse sistema o modo de relacionamento entre ambos os pólos, dimensão responsável, a esta luz, pelo intercâmbio de vectores e influências cruzadas entre centro e periferia. Desminta-se, porém, desde já, um entendimento desse intercâmbio em termos de reciprocidade plena, advertência tanto mais válida quanto mais dirigista e autoritária se revela a estética política do centro. Pelo que, e salvaguardando o facto de que, como ensinam tanto a teoria quanto a prática das relações entre centro e periferia, estas últimas são também potenciais produtoras de centros (ou de posturas "centralizantes"), não chocará tomar aqui como premissa a elevada probabilidade de que os mecanismos de auto-representação e a imagética autorreferencial das periferias tenham sido, durante o Estado Novo, fortemente condicionadas pela acção de uma autoridade central que, no âmbito das suas preocupações de controlo e ideário sociopolítico, não deixaria descuar esse ponto essencial à tónica organicista com que se procurava gerir a diversidade constitutiva do espaço português" (Simões, 2005, pp. 12, 13).

As evidências desta constatação multiplicam-se, como se atesta numa proposta de lei de 1935 relativa às bases gerais para o novo diploma, onde se firmam "princípios da mais visível centralização ao legitimar, designadamente, a possibilidade de o Executivo dissolver os órgãos autárquicos, de par com a obrigatoriedade de determinadas deliberações dos corpos administrativos carecerem de sancionamento a nível central" (Santos, 1985, p. 127). Esta

---

<sup>23</sup> Como visto anteriormente, a "descentralização centralizadora" refere-se ao fenómeno a que Rui Cunha Martins se referiria como "alucinação do regionalismo nacionalista" (Martins, 2008, p. 161).

matriz centralizadora é ainda corroborada pela Câmara Corporativa<sup>24</sup>, tecendo-lhe acérrimos encómios e referindo que "(...) bem fez a proposta em não se deixar deslumbrar pelos ideais descentralizadores, e em preferir antes um Código que... [sic] não esqueça todavia a unidade de pensamento e de ritmo que deve caracterizar hoje as relações entre a administração central e a administração local" (Câmara Corporativa *apud* Santos, 1985, p. 129). Para José António Santos, esta será a tónica doutrinária do sistema administrativo autárquico português ratificada e desenvolvida pela legislação ulterior, como se confirma no curto prazo pela emenda à Constituição de 1933 e consumada pelo artigo 127º da lei n.º 1945 de 21 de dezembro de 1936 institucionalizadora da interferência central nos poderes locais:

"A «vida administrativa das autarquias locais está sujeita à inspeção de agentes de Governo, podendo as deliberações dos respectivos corpos administrativos depender da autorização ou exigir a aprovação de outros organismos ou autoridades»" (Santos, 1985, p. 129).

Também a alteração do artigo 126º com a substituição dos Conselhos de Província pelas Juntas de Província corrobora esta doutrina centralizante, esta "homogeneização decisional", transformando essa divisão supramunicipal em entidade colegial, quando muito, mais executiva que deliberativa. Perfeitamente enquadrado na dinâmica ideológica do Estado Novo, o Decreto-Lei n.º 27424, de 31 de dezembro de 1936, é publicado no mesmo dia do centenário do primacial Código instituído por Passos Manuel, remetendo-se simbolicamente para o território do sagrado, ombreando com os vultos nacionais que o tempo matizara. Nele se criavam 11 Províncias que seguiam muito de perto a proposta de 1931: Minho (com

---

<sup>24</sup> A Câmara Corporativa, à luz do seu diploma constituidor, a Constituição de 1933, funcionava "junto à Assembleia Nacional" e era "composta de representantes de autarquias locais e dos interesses sociais" e tinha como competência essencial "relatar e dar parecer por escrito sobre todas as propostas ou projetos de lei que [fossem] presentes à Assembleia Nacional, antes de ser nesta iniciada a discussão" (Decreto n.º 22241 de 22 de fevereiro, 1933, p. 234).

capital em Braga); Trás-os-Montes e Alto Douro (Vila Real); Douro Litoral (Porto); Beira Alta (Viseu); Beira Baixa (Castelo Branco); Beira Litoral (Coimbra); Estremadura (Lisboa); Ribatejo (Santarém); Alto Alentejo (Évora); Baixo Alentejo (Beja) e Algarve (Faro) (Santos, 1985, p. 129).

Tal divisão pode ser verificada na Figura 2:

FIGURA 2 – Províncias (1936).



Fonte: Santos (1985, p. 131).

Ainda que esta divisão administrativa provincial trouxesse algumas novidades, não apenas no tocante ao seu resultado na cartografia, mas sobretudo na alargada preocupação com as



afinidades geográficas, económicas e sociais e na preocupação em criar unidades regionais que proporcionassem o que hoje compreendemos como desenvolvimento regional, na verdade, a sua concretização ficou marcada por uma efemeridade legislativa assinalável. Será pertinente considerar as críticas que imediatamente se fizeram ouvir ao disposto no Código Administrativo. Amorim Girão assumiria um particular lugar de defesa da divisão provincial, destacando alguns elementos que permitirão traçar o perfil contestatário:

"(...) «a maior parte dos que se pronunciam contra a divisão provincial ou regional não se preocupam talvez com saber se ela corresponde a uma necessidade... Viram apenas, muito por alto, se favorecia ou não a sua terra, e de harmonia com essa preocupação estreita de campanário formaram o seu juízo. (...) Foi dos naturais de Distritos cujas sedes não ficaram capitais de Província que partiu, na presente conjuntura, a mais calorosa defesa da divisão distrital» de quem não raro partilhava a opinião de que «o número de Províncias devia ser igual ao número de Distritos. Fazia-se uma simples mudança de nome e ficava tudo como dantes!»" (Santos, 1985, p. 136).

Se, por um lado, aqueles territórios que se viram distanciados dos centros do poder provincial clamavam pela extinção deste novo formato, por outro, o funcionamento efetivo deste órgão supramunicipal revelava debilidades marcantes:

"Na prática, como é sabido – sobretudo por culpa da continuação de uma política centralista e desconfiada das virtudes dos poderes regionais e locais –, as regiões pouco ou nada beneficiaram com a criação das Províncias. Desde logo, porque às Juntas de Província – tal como já tinha acontecido antes com as Juntas Gerais de Distrito – nunca chegaram os meios económicos e financeiros mínimos e, muito menos, os serviços técnicos exigíveis para que aquelas conseguissem cumprir com as suas extensas atribuições" (Amaro, 2003, p. 456).

De acordo com Amaro, ainda que o ambiente gerado pelos movimentos regionalistas no início do regime favorecesse a divisão provincial, indo também ao encontro do ideário do Estado Novo de luta campo/cidade, na verdade, não se revelaria suficientemente forte para reivindicar junto do poder central os meios exigíveis para a concretização do seu legislado poder autárquico (Amaro, 2003, p. 458).

Ainda na esteira do autor, deverá acrescentar-se o seguinte sobre esses movimentos regionalistas anteriores:

1- (...) a emergência do regionalismo foi de facto uma reacção da Província à centralização e ao abandono (...) no contexto de uma crise profunda do demoliberalismo; (...) também, o recusar de um modelo de modernização identificado com a vida na cidade que, aos poucos, tendia a fazer esquecer as identidades regionais.

2- (...) o regionalismo em Portugal, tal como aconteceu em França e mesmo em Espanha, foi um conceito política e sociologicamente ambíguo e, nalguns casos, ideologicamente contraditório.

3- (...) a vertente extremamente activa do regionalismo da década de 1920 contra a centralização e a favor do reforço político e administrativo das Províncias e dos vários poderes periféricos se apagou, logo após a instituição do Estado Novo (1933), acabando este movimento por ser incorporado na defesa ideológica das virtudes do campo, tão ao gosto do folclore ruralista e pré-moderno do Salazarismo" (Amaro, 2003, pp. 478-479).

Neste cadinho, a ação demarcatória de 1936 encontrará a inevitável precipitação para o seu termo, preconizado pelo Governo, avalizado pela Câmara Corporativa e sancionado pela

Assembleia Nacional que havia assumido poderes constituintes em 1959. A proposta de lei para revisão da Constituição apresentada pelo Governo nesse ano continha também a eliminação da Província enquanto figura administrativa, tornando-se efetiva na lei n.º 2100, de 29 de agosto, com correspondente reflexo no Código Administrativo por ação do Decreto-Lei n.º 42536, de 28 de setembro do mesmo ano. Instituiu-se então que "«sem prejuízo da designação regional Província, o território do Continente divide-se em concelhos, que se formam de freguesias e se agrupam em Distritos» ao mesmo tempo que «os corpos administrativos são as câmaras municipais, as juntas de freguesia e as juntas distritais»" (Santos, 1985, p. 138). De salientar ainda que a alteração administrativa não "provocou nas populações manifestações de desagrado dignas de registo" (Amaro, 2003, p. 457), dada a modéstia da ação regional das Províncias.

De acordo com César Oliveira, a leitura deste "regresso" aos Distritos não pode escamotear o momento de rescaldo da campanha de Humberto Delgado e que, também por isso, "urgia mais centralismo e, sobretudo, maior e mais eficaz controlo sobre as populações" (1996, p. 496). Nesse sentido, o Distrito assume-se como instrumento adequado a um recrudescer do controlo sobre a Nação, na medida em que operava essencialmente como representação do poder central na dimensão regional e não como órgão administrativo emanado da própria região, vendo-se na figura do Governador Civil um representante do poder central no território e não o contrário. Ressalve-se, ainda assim, o facto de se ter consagrado legalmente a enunciação da designação regional Província, não lhe retirando o papel identitário já construído.

A já referida ação dos movimentos regionalistas da primeira metade do século XX, embora tendo logrado os aparentes intentos de uma reforma administrativa "regionalizante", não

vingaria na ultrapassagem das suas contradições interiores e do lugar da regionalização centralizadora, revendo-se maioritariamente na aversão à cidade e reencontrando-se nos encómios do Centro sobre as glórias da ruralidade. Marcelo Caetano, citado por Santos, aludindo ao período até aos anos 60, salientará que "a autarquia provincial, nos moldes em que foi instituída, é simples homenagem a um regionalismo ineficiente" (Caetano *apud* Santos, 1985, p. 139).

O ano de 1959 será, por isso, charneira evidente da mudança da tipologia demarcatória – pelo menos, na sua natureza –, uma vez que este "movimento regionalista (...) pouco tem que ver com as propostas de desenvolvimento regional da segunda metade do século XX" (Amaro, 2003, p. 499). Na verdade, ainda que não imediatamente, pode assistir-se, para esse período, a uma inovadora consciência das assimetrias económicas, afastando-se da prevalência de critérios históricos, culturais e político-administrativos e aproximando-se das preocupações com aspetos da ordem do desenvolvimento económico-administrativo.

"Aliás, em Portugal, as primeiras iniciativas de desenvolvimento regional, enquanto instrumento de uma política económica, surgiram apenas, de forma mais ou menos envergonhada, nos finais da década de 1960, princípios da década de 1970, na sequência do III Plano de Fomento (1968-1973)" (Amaro, 2003, p. 499).

É nesse novo enquadramento que, logo em fevereiro de 1961, o Governo se propõe à criação de uma junta de planeamento regional que consagraria em Projeto-Lei. A Câmara Corporativa pronunciar-se-ia a esse respeito no ano seguinte, destacando a necessidade de

incluir a dimensão regional no desenvolvimento português, salientado a "necessidade do «estudo por critérios objetivos da divisão do território em regiões económicas para planeamento e (...) a descentralização da orgânica regional, propondo como regra para cada uma das regiões órgãos consultivos e de coordenação»" (Oliveira, 1996, p. 496).

Tal recomendação só seria considerada anos mais tarde, como referimos, já aquando da execução do III Plano de Fomento<sup>25</sup>, mais sensível às distâncias entre diferentes níveis de desenvolvimento económico-social. Nele seriam esclarecidos os princípios orientadores considerados para cada região de planeamento, aceitando-se, como demarcatório ponto de partida operacional, a pré-existência distrital que seria a base para o entendimento de delimitações regionais de média dimensão. Pelas palavras da Presidência do Conselho em 1968, tais demarcações incidiriam:

"sobre os concelhos localizados a Norte do Distrito de Aveiro (provavelmente polarizados pelo Porto) e os abrangidos pela bacia hidrográfica do Douro (Norte dos Distritos de Viseu e Guarda); sobre os situados a sul do Distrito de Leiria, que parecem sofrer os efeitos diretos da atração de Lisboa; sobre a metade sul do Distrito de Castelo Branco, de características alentejanas; e ainda sobre os concelhos alentejanos do Distrito de Setúbal e os que separam o Algarve do Alentejo" (Santos, 1985, p. 140).

Não deixa de soar curiosa a referência a Concelhos, Distritos e designações provinciais na nova proposta de definição regional operativa, como se, mesmo mudando o enfoque das

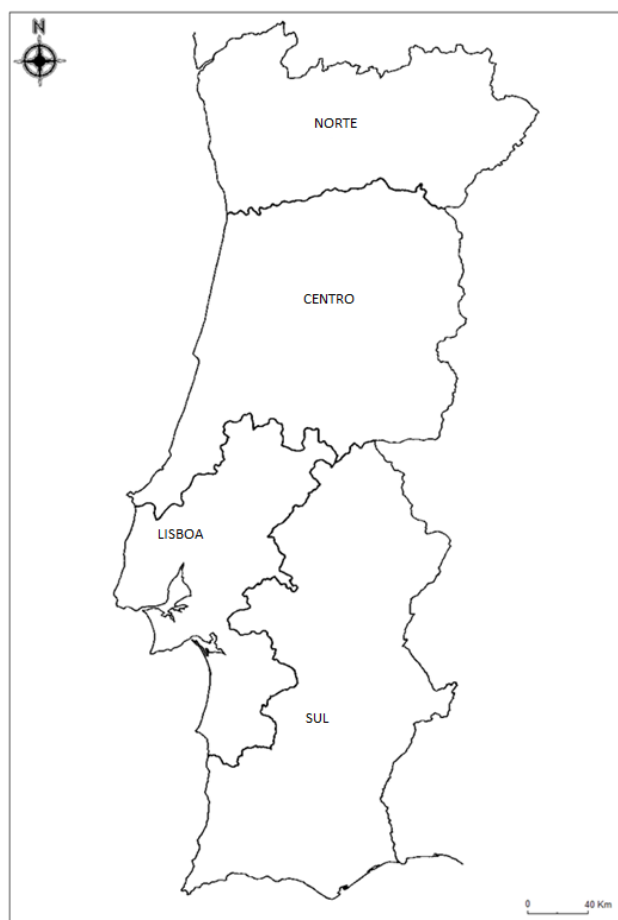
---

<sup>25</sup> Os Planos de Fomento pretenderam modernizar a economia e incentivar o aparecimento de novas produções (Maia, 2000) e inscreveram-se num esforço de investimentos por parte do Estado Novo no sentido de dar resposta a manifestas debilidades de desenvolvimento económico de Portugal no cenário do pós-Guerra. O Estado passaria assim a garantir um papel mais intervencionista na economia, nomeadamente através do condicionamento industrial, defendendo a indústria existente e controlando novas unidades que iam surgindo. Foram lançados três Planos de Fomento Quinquenais: 1953-58, 1959-64, 1968-73 e um Plano Intercalar de 1965-67 (Rosas, 1994, pp. 450-566).

reformas, a ação descentralizadora se mantivesse exatamente no mesmo prisma: uma descentralização centralizadamente orgânica. Ali se encontra o ato demarcatório como que reinventando sobre o pré-existente.

Deste modo, foram definidas (e sancionadas em 1969) quatro Regiões de Planeamento por agregação de Distritos, correspondendo a região Norte aos Distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real e Bragança; a região Centro aos Distritos de Aveiro, Coimbra, Viseu, Guarda e Castelo Branco; a região de Lisboa aos Distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal; a região Sul aos Distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro.

FIGURA 3 - Regiões de Planeamento (1969).



Fonte: Santos (1985, p. 141).

Para cada Região de Planeamento foi estabelecida uma Comissão de Planeamento Regional estritamente consultiva, "configurando-se ostensivamente como uma forma mitigada de regionalização" (Santos, 1985, p. 140). Mitigada, pois, na verdade, não corresponderia a um verdadeiro processo de reorganização administrativa, limitando-se as ditas comissões de planeamento a cumprir funções de estudo e consulta na orla dos decisores centrais, emitindo pareceres apenas mediante solicitação. A estrutura das equipas revelava-se incipiente, "sendo constituídas por vogais designados pelas juntas distritais das suas áreas geográficas" (Santos, 1985, p. 142). Saliente-se que, mesmo nos anos subsequentes, até ao final do regime, não se afiguraria formalmente nenhuma alteração operativa relevante, mantendo-se o mesmo espírito de hegemonia central verificado efetivamente ao longo de todo o século, do qual será de destacar a alteração de filosofia subjacente aos critérios económico-administrativos para a compreensão do território a partir da década de 1960. Corroboram-no as palavras de António Melo quando refere que, "entre 1960 e 1974, a generalidade dos escritos institucionais e dos vários autores vai no sentido de considerar as Regiões como Regiões-Plano (para efeitos de Planeamento económico) e nunca como Regiões Administrativas" (Melo, 2009, p. 17).

### 3. A democracia e a abordagem da III República até ao referendo de 1998

Antes de mais, cabe aqui lugar para uma ressalva a respeito do período que se inicia, no que concerne à profundidade das diferenças conceptuais que estarão na base da sua concretização política. A intensa mudança gerada pela Revolução de 25 de Abril é relevantemente digna

de nota no que ao nosso estudo respeita. Se a ação regionalizante do Estado Novo terá decorrido sob a égide centralista e totalitária que se lhe reconhece, a partir de 1974 arranca toda uma nova linha política, claramente diversa da anterior, nomeadamente no que toca à forma democrática como a Nação seria pensada pelo poder político.

Para o período posterior à nova Constituição de 1976, "um dos mais frequentes e habituais lugares-comuns de todos os governos (...) tem sido a necessidade de reformar a Administração Pública do mesmo passo que todos clamaram pela necessidade de descentralizar e regionalizar" (Oliveira, 1996, p. 499). Inferir de um ativo empenho descentralizador na ação estatal após a Revolução de Abril será, pois, não apenas expectável, mas passo imediato, pelo menos se se considerar o número da extensíssima produção discursiva a esse propósito emanada das diversas valências políticas. Soaria mesmo inevitável que assim fosse, quando tidas em conta as conclusões obtidas a partir das expectativas e posições de diferentes níveis da sociedade portuguesa. Veja-se o exemplo do Relatório Nacional do Debate Público Sobre Regionalização de 1983, levado a cabo pela Secretaria de Estado da Administração Regional e Local do Ministério da Administração Interna, do VIII Governo Constitucional, de Pinto Balsemão. Nele foram envolvidas 6000 entidades e individualidades de diversos quadrantes da vida nacional, considerando-se autarcas, partidos políticos, parceiros sociais, fundações e instituições especializadas, meios de comunicação social, universidades, institutos superiores e associações culturais e cívicas. Contribuiu para o debate o facultar de extensa documentação da qual se pode referir o Livro Branco sobre Regionalização e seus Anexos, penhor aparente de um conhecimento minimamente aprofundado sobre a cronologia dos descritos processos de desconcentração, descentralização e regionalização, bem como sobre diversos cenários político-administrativos.



Do referido relatório resultariam conclusões profundamente esclarecedoras do quadro de expectativas, até porque homogêneas na sua matéria discursiva. Como primeiro ponto, afirmou-se a pertinência do processo de regionalização como "factor de consolidação do regime democrático e um relevante instrumento para a prossecução de uma política de desenvolvimento das várias regiões do país, perspectivada para corrigir as fortes assimetrias inter e intra-regionais que caracterizam o território português". Em segundo lugar, foi referido o amplo consenso verificado "no sentido de conceder à descentralização a prevalência sobre a desconcentração administrativa, ao defender-se insistentemente uma efectiva transferência de poderes para a alçada de órgãos regionais eleitos". A terceira conclusão seria referente à afirmação clara da orientação a seguir pelo processo de regionalização, nomeadamente através da consolidação das "autarquias municipais, defendendo-se o princípio de as atribuições e recursos financeiros das regiões administrativas terem origem no poder central em vez de provirem dos municípios". Em quarto lugar "afigurou-se existir uma estreita relação entre o âmbito de funções, o volume de meios financeiros e a dimensão territorial das autarquias regionais". O quinto ponto considera que seriam "susceptíveis de transferir para o escalão regional todas as atribuições e competências que não colidissem com interesses marcadamente de índole nacional ou local"<sup>26</sup>. A sexta conclusão defendia a "autonomização entre os sistemas financeiros das regiões e municípios, rejeitando-se peremptoriamente que estes viessem a canalizar dotações para as novas instituições regionais". O sétimo ponto incidiria sobre a delimitação territorial das regiões e preconizava que "a sua instituição conduzirá à supressão dos Distritos. No entanto, não se desenhou nenhuma tendência clara sobre a opção por um figurino de divisão regional". O oitavo ponto qualificaria como fundamental que o processo de regionalização

---

<sup>26</sup> De acordo com o documento, o "escalão regional" refere-se às demarcações das Regiões-Plano às quais se fariam corresponder as chamadas "regiões administrativas" (Ministério da Administração Interna, 1980a, p. 3).

fosse "acompanhado de um reordenamento generalizado da Administração Pública", prevendo assim "uma adequada redistribuição de funções, um reforço da coordenação entre os diversos níveis e sectores, um relacionamento mais direto e colaborante entre várias instituições, e uma simplificação administrativa" que viesse "a traduzir-se em maior funcionalidade das estruturas centrais, regionais e locais" (Secretaria de Estado da Administração Regional e Local, 1983, pp. 26, 27).

É perfeitamente audível a expressão clara de pretensões de um trilhar regionalizador<sup>27</sup>. Uma vez mais, atendendo à profícua produção discursiva e às auscultações do que ia sendo a posição dos diversos níveis do espectro social português acima espelhada, seria de esperar a materialização de um efetivo processo regionalizante, ou, pelo menos, ativamente descentralizador. Na verdade, como verificado pelo resultado histórico, tal não terá sido um rumo seguido ou, pelo menos, um verdadeiramente conducente a tal materialização.

De forma a almejar-se um entendimento mais abrangente desta dualidade entre ensejos descentralizadores e ação efetiva nesse sentido, será conveniente proceder ao mapeamento do gesto político-administrativo. Nesse sentido, José António Santos inaugura o capítulo para este período com rasgo assertivo:

"Como corolário directo da Revolução de 25 de Abril, e uma vez instaurada a Democracia, criaram-se condições efectivas de uma dinâmica participativa –

---

<sup>27</sup> Para a aferição destes conceitos de descentralização e regionalização, optaremos pela teorização de Sérgio Claudino sobre a dimensão política da região, referindo que: "(...) a regionalização é sempre um processo de descentralização política" (2006, p. 106). Também nesse sentido, o citado "Livro Branco" considera a regionalização como um processo político de "medidas de carácter institucional que (...) conduzem à criação de instituições regionais e ao reforço da sua capacidade de decisão autónoma". Nesta ótica, a regionalização consistirá em processos de "desconcentração e de descentralização da Administração Central" (Ministério da Administração Interna, 1980a, pp. 7-8). A desconcentração consiste na transferência de poderes para outros que lhe continuam a ser hierarquicamente dependentes, enquanto a descentralização consiste na transferência de poderes administrativos para órgãos independentes, sem ligação hierárquica à Administração Central.

não circunscrita a meros processos de emanção de poderes ou de mecanismos de consulta formal, mas como sistema de estruturas locais autárquicas – e de uma real descentralização, com a inerente co-responsabilidade na resolução dos problemas e na procura das soluções" (Santos, 1985, p. 143).

Verifica-se, de facto, uma multiplicidade discursiva perspetivadora de aparentes intentos descentralizadores identificada em momentos bem determinados, não se tratando, portanto, de uma mera corrente de fundo, mas de claros manifestos de intenção, ainda que revestidos de um forte pendor administrativo-funcionalista, revelando-se mais empenhados em gerir o território do que em dar-lhe expressão efetivamente. É disso exemplo primeiro o objetivo de adaptação do Estado à democracia, também nos níveis regional e local, patente no "Programa de Política Económica e Social" e aprovado em fevereiro de 1975 pela ação do III Governo Provisório de Vasco Gonçalves. Procurava-se promover as condições para a reorganização da administração local e regional, embora sem abdicar das Freguesias, Municípios e Distritos, nomeadamente através do reajustamento ao nível da geografia, das competências e das capacidades técnicas e financeiras. O propósito seria a criação de "uma orgânica de coordenação ao nível das regiões de planeamento, embora sem descurar o reforço dos órgãos de apoio técnico a níveis intermédios" (Santos, 1985, p. 144). Essa nova orgânica teria como base as competências já presentes nas Comissões Regionais de Planeamento e envolveria a criação de três órgãos para cada Região-Plano, a partir dessas comissões e das juntas distritais e governos civis, a saber: o Conselho Regional, "que na fase precedente às eleições municipais seria constituído basicamente pelos governadores civis e por representantes das comissões administrativas dos municípios", o Conselho Técnico, "composto por representantes do conselho regional e dos órgãos periféricos da Administração Central" e o Gabinete Regional, "que funcionaria como um órgão executivo" (Santos, 1985, p. 144).

Foi também considerado prioritário o redefinir da demarcação geográfica das regiões de planeamento, bem como a revisão da articulação operativa entre órgãos centrais e periféricos, promovendo administrativamente a descentralização através da transferência de funções para conjuntos municipais atingindo-se assim a nova divisão administrativa nacional. No entanto, a substituição do Governo em março de 1975 impediria tais intenções de lograrem a esperada concretização.

Nova proposta seria arquitetada ainda no mesmo ano e apresentada em janeiro de 1976 sob forma de um Projeto de Administração Regional assente em três grandes princípios de base, enunciados pelo Ministério da Administração Interna: a descentralização de competências – "com a clara definição de três níveis de intervenção: nacional, regional e local" –, a criação de "verdadeiros órgãos de administração local e regional com capacidade de ação nos campos político, técnico e financeiro" e "unidades geográficas com dimensionamento espacial adequado para os seus níveis de responsabilidade" (Santos, 1985, pp. 144, 145).

Desse projeto resultaria a proposta de divisão do território continental em cinco Províncias (1- Minho, Douro e Trás-os-Montes; 2 - Beira; 3 - Estremadura e Vale do Tejo; 4 - Alentejo; 5 - Algarve) e duas áreas metropolitanas (Lisboa e Porto) equiparadas temporariamente àquelas autarquias provinciais, extinguindo-se a partir daí as Juntas Distritais e as Comissões Regionais de Planeamento. Nessa proposta, ressalva-se ainda que os territórios das cinco Províncias organizar-se-iam em agrupamentos de municípios, próximos daquilo que viriam a ser as futuras associações de municípios.

A administração provincial seria levada a cabo por três órgãos colegiais: o Conselho Provincial (representantes das Câmaras Municipais com funções deliberativas), a Comissão

Executiva (composta por cinco personalidades nomeadas pelo Conselho de Ministros com audição prévia do Conselho Provincial) e o Conselho Coordenador (dotado de funções consultivas e composto pelos membros do órgão anterior, por cinco representantes municipais designados pelo órgão deliberativo e por um elemento apontado por cada principal Ministério).

Esta "concepção orgânica, como todo o projecto, encarava-se numa perspectiva de transitoriedade, por via das transformações políticas que a dinâmica revolucionária operava e das determinantes constitucionais que o país aguardava" (Santos, 1985, p. 145). Ainda assim, a delimitação apresentada, sujeita a ajustamentos posteriores, vigorou como definidora para as áreas de atuação das Comissões de Coordenação Regional e dos Gabinetes de Apoio Técnico que seriam institucionalizados em 1979.

Em 1976, o debate recrudescera no âmbito da formulação constitucional em curso. Além das regiões autónomas insulares, dele se consagrariam como autarquias as freguesias, os municípios e as regiões administrativas, "dotadas de finanças próprias, atendendo a um regime de justa repartição dos recursos públicos, dispondo de órgãos legitimados por sufrágio universal, e exercendo atribuições firmadas no princípio da descentralização administrativa" (Santos, 1985, p. 155). Às regiões competiria ocupar o lugar até então preenchido pelos Distritos, assumidamente transitórios até à efetivação daquelas autarquias constitucionais. A descentralização então proposta através da divisão administrativa "é remetida para o ordenamento jurídico, a elaborar oportunamente (...), mas afirma-se de imediato que «a área das regiões deverá corresponder às regiões-plano»" (Fernandes, 1989, p. 102). Pretendia-se portanto, moldar as autarquias às estruturas regionalizadas do centro nacional, "quando o normal e o lógico, a haver correspondência obrigatória, seria o inverso"

(Santos, 1985, p. 155). O autor considera assim que esta estruturação do Estado a partir do seu Centro não configurará o expectável numa verdadeira descentralização. De facto, da sua posição depreende-se a convicção de se entender um processo de descentralização regional como resultante das suas unidades mínimas, de baixo para cima, e não no sentido inverso. Num traço de esclarecimento, depreende-se das palavras de José António Santos que esta ação de descentralização a partir dos modelos criados centralmente será mais reprodutora do funcionamento central do que expressão de algum sentimento regional, mais próxima do já referido processo demarcatório sacralizador do centro autoral, do que de um processo resultante de demarcações interiores.

Para Ana Bela Santos (1998, p. 888) a pretendida descentralização constitucional chega mesmo a assentar numa política de alguma continuidade com o preconizado no III Plano de Fomento de 1969, ao perceber que as cinco Regiões-Plano institucionalizadas em 1976 são extraordinariamente próximas das referidas naquele plano do Estado Novo. Esta continuidade estratégica, esta produção discursiva de orientação vertical no sentido centro-periferia manteria ainda assim e tão-somente um indelével carácter de projeto.

Em dezembro de 1976 foi editado pelo Ministério do Plano e da Coordenação Económica, do I Governo Constitucional de Mário Soares, o "Estudo para a delimitação de regiões-plano" onde eram delimitadas 7 regiões: Norte Litoral; Norte Interior; Beira Litoral; Beira Interior, Lisboa e Vale do Tejo; Alentejo e Algarve.

No ano seguinte, ainda sob o mesmo executivo, pela Lei n.º 31/77 de 23 de maio (Sistema e Orgânica de Planeamento e Composição do Conselho Nacional do Plano) contempla-se então a criação das Regiões-Plano e respetivos departamentos regionais de planeamento.

Também no mesmo ano, de sentido descentralizador, a Lei n.º 79/77 de 25 de outubro estruturou de forma particular a existência distrital, de carácter supostamente provisório. Nele se instituiu a Assembleia Distrital e o Conselho Distrital de competências deliberativas e consultivas, respetivamente. O Governador Civil tinha assento neles enquanto representante do poder central e detinha competências de presidência dos dois órgãos e funções executivas.

As decisões governativas seguintes mantiveram os conteúdos discursivos essenciais, apenas com ligeiras cambiantes, efetivamente não produzindo relevantes alterações até ao V Governo Constitucional de Maria de Lourdes Pintasilgo. Essa seria a altura em que se constituiriam, em 1979, as "Comissões de Coordenação Regional, sucedâneas das antigas Comissões Regionais de Planeamento, que em 1974 haviam sido inseridas no âmbito do Ministério da Administração Interna, agora territorial, orgânica e funcionalmente diferenciadas" (Santos, 1985, p. 166). Foram então instituídas cinco CCR: Norte (com sede no Porto); Centro (Coimbra); Lisboa e Vale do Tejo (Lisboa); Alentejo (Évora) e Algarve (Faro). A área geográfica atribuída corresponderá à divisão de 1976 do Ministério da Administração Interna, com algumas exceções posteriores referentes a ajustamentos pontuais de municípios, bem como a inexistência das duas áreas metropolitanas consagradas naquela altura. Assim, como já referido por Ana Bela Santos, salvaguardando-se algumas especificidades, verifica-se realmente a colagem ao modelo de 1969.

Será em 1980, pela ação do VI Governo Constitucional de Sá Carneiro, que se publicará o já citado "Livro Branco sobre Regionalização", dentro da almejada promoção de um projeto de regionalização do continente. Tal documento apresentaria um posicionamento dúbio de "conteúdo genérico, abstracto e indeterminado que irrecusavelmente o caracterizou, [e que]

conduziu a que à partida se configurasse como previsivelmente inconsequente" (Santos, 1985, p. 169).

FIGURA 4 – Comissões de Coordenação Regional (1982) com ajustes ao previsto em 1979.



Fonte: Santos (1985, p. 167).

O discurso dos executivos subsequentes continuará a mesma tonalidade. Assiste-se, por um lado, à constante assunção da inevitável pertinência de um processo de descentralização cuja ausência "constituía um dos estrangulamentos mais importantes e obstativos à consecução de um desenvolvimento territorialmente equilibrado" (Santos, 1985, p. 170). Por outro lado, "ao longo de vinte anos, a regionalização não atraiu qualquer esforço continuado por parte do Estado para a sua execução" (Francisco, 1998, p. 2), excluindo-se as ténues exceções



destes primeiros anos da década de oitenta protagonizadas pelo referido Governo da Aliança Democrática.

Poderão ainda acrescentar-se a esse carácter excecional, e a título meramente exemplar, a proposta de instituição da região administrativa do Algarve (Região Administrativa Piloto do Algarve - RAPAL - apresentada no Projeto-Lei n.º 102/II de janeiro de 1981) e a de Associação dos Municípios da Área Metropolitana do Porto, para a qual a CCR Norte chegou mesmo a apresentar uma proposta de estatutos.

Foram ainda apresentadas duas decisões administrativas: a resolução n.º231/81 de 16 de novembro, instituindo um Secretariado Técnico para a Regionalização e uma Comissão para a Desconcentração, e a resolução n.º 1/82 de 4 de janeiro, que definia as linhas gerais da política de regionalização. Foi ainda criado um Conselho Superior para os Assuntos de Regionalização de carácter consultivo. A segunda resolução visava:

"emprender uma verdadeira e autêntica descentralização regional, ou seja, a transferência de atribuições e competências, de serviços e de recursos humanos, materiais e financeiros, para entidades independentes do Estado — as regiões —, que serão dirigidas por órgãos próprios, livremente eleitos e representativos das regiões que os escolheram" (Santos, 1985, p. 172).

À excecionalidade destas medidas soma-se ainda o já referido debate público realizado em abril e maio de 1982 e publicado em 1983, onde se evidenciava a urgente pertinência de um efetivo processo de descentralização.

No entanto, o seguinte governo, o IX Governo Constitucional, do Bloco Central, chefiado por Mário Soares, não conferiria a mesma prioridade ao processo de regionalização, deixando cair as anteriores propostas resultantes do debate, acabando efetivamente por se debruçar sobre alguns aspetos do estatuto do Governador Civil, não obstante o carácter transitório da organização distrital. Dedicou-se ainda à criação de novos gabinetes de reflexão e observação para o desenvolvimento regional, procedimento que se foi, de algum modo, tornando cíclico e recorrente na governamental produção discursiva. Toda a planificação a que se foi assistindo nunca foi efetivamente concretizada. Diz-nos a propósito Ana Bela Santos:

"A partir de então assistiu-se ao protelamento do processo, parecendo que os maiores partidos políticos defendem a regionalização enquanto estratégia de oposição, mas perdem o interesse pela regionalização quando chegam ao poder" (1998, p. 888).

Esta opinião é seguida também por Daniel Francisco quando afirma que "atingido o poder, a regionalização revelava-se «disfuncional», e por isso foi sendo sucessivamente protelada no plano das práticas" (1998, p. 2). Também António Barreto, já em 1984, partilhava tal constatação:

"Uma intenção evidente e explícita é a de uniformizar todos os critérios, regras e métodos de funcionamento. Mais do que a descentralização, o que está em curso é uma integração das autarquias no aparelho de Estado. As autarquias locais têm aparentemente ganho em autonomia política e eventualmente em autonomia de execução. Mas encontram-se todavia dependentes de uma forte estrutura central financeira, técnica, administrativa e legal" (Barreto, 1984, p. 203).

A constância de um processo de centralização aliada ao discurso descentralizador marca efetivamente as ações governativas tanto antes como depois da Revolução de Abril. Avançando na cronologia, evidenciar-se-ão alguns momentos charneira que poderiam alterar, pela sua dimensão e importância, o usual procedimento do centro governativo.

Um desses momentos será 1986, estando no poder o X Governo Constitucional chefiado por Aníbal Cavaco Silva. Esse ano será marcado pela entrada na Comunidade Europeia e pela adoção uniformizadora do sistema europeu de unidades territoriais estatísticas (NUTS – *Nomenclatura de Unidades Territoriais Estatísticas*) através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/86 de 26 de março e várias vezes alterado, permitindo a organização e repartição dos fundos comunitários de desenvolvimento regional (López-Davalillo Larrea, 2012, p. 30).

Como NUTS I teremos Portugal Continental, o arquipélago dos Açores e o da Madeira. As áreas das CCR constituiriam as NUTS II e as NUTS III configuraram-se em 28 unidades ou agrupamentos de vários concelhos. Uma vez mais, tais demarcações revestir-se-iam de um carácter eminentemente técnico de organização sectorial e compreensão do território, não correspondendo, pelo menos à data, a qualquer processo descentralizador.

FIGURA 5 – NUTS - nível III (1986).



Fonte: Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/86 de 5 de maio (1986).

Num momento seguinte, o debate sobre a regionalização ter-se-ia aparentemente intensificado, como se constata seguidamente:

"Em Portugal, entre 1976 e 1991, apenas esporadicamente se debateu o problema da regionalização, com os principais partidos políticos a oscilarem entre o

tradicional centralismo e uma descentralização moderada (...). Todavia, na sequência da adesão de Portugal à CEE, em 1986, mas especialmente na sequência da vitória do PS, nas legislativas de 1995, as pressões no sentido de uma maior descentralização aumentaram de forma consistente" (Freire & Baum, 2001, p. 150).

Tal recrudescimento do debate ocorreu, nomeadamente, no seio dos partidos políticos maioritários, tendo sido apresentada nova proposta de regionalização pelo Partido Socialista (na oposição) como parte do seu programa eleitoral. A reforma propunha, não apenas a criação de oito regiões, mas também um conjunto de medidas conducentes à reforma e reforço do aparato administrativo do Estado e os poderes dos municípios (López-Davalillo Larrea, 2012, p. 31). De facto, como já havíamos visto no primeiro capítulo, tal perspetiva em favor do poder municipal revela-se recorrente na literatura académica e administrativa, afirmando-se, por exemplo, que "há uma forte corrente a favor dos municípios. A tradição portuguesa não é a da regionalização e da descentralização, mas a do poder local" (Fernandes, 1989, pp. 103, 104). Neste momento do nosso trabalho, recordamos que é assumido que a existência de uma ação localista ou nacional, correspondente ou não a matéria identitária dessa natureza, não será, por si só, impeditiva da existência de ação regionalizante também traduzível em matéria identitária regional. A simples enunciação regional será passível de ser estudada atentamente, considerando-se o seu potencial enquanto agente identitário. Assim, será possível avançar para lá da neblina que apontaria a tradição local como exclusiva na dimensão infranacional. De facto, a ação regionalizadora pode não se materializar em verdadeiras unidades descentralizadoras funcionais, no entanto, o seu discurso continuará a verificar-se reiteradamente e de forma muito marcada nesta década de 1990.

Novo momento ilustrativo desta discursividade descentralizadora não ativa será também evidente na posterior Lei-Quadro das Regiões Administrativas, aprovada em 1991 (Lei n.º 56/91 de 13 de agosto) já nos últimos meses do XI Governo Constitucional de Aníbal Cavaco Silva, mas de regulamentação muito posterior. Nela se definiam, por exemplo, os órgãos de poder a criar em cada região – Conselhos Regionais e Assembleias Regionais –, as suas competências e funções, a forma de implantação e seu regime eleitoral.

FIGURA 6 – Regiões do referendo de 1998.



Fonte: Rocha (2005, p. 263).

A discussão reacendeu-se quando a "instituição em concreto" de regiões passou a carecer de aprovação em referendo público, pela quarta Revisão Constitucional, em 1997, durante o XIII Governo Constitucional de António Guterres. A referida lei de 1991 só seria regulamentada em 1998, no ano do referendo, com a Lei de Criação das Regiões Administrativas (Lei n.º 19/98, de 28 de abril), propondo-se a criação de oito regiões: Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Litoral, Beira Interior, Estremadura e Ribatejo, Lisboa e Setúbal, Alentejo e Algarve. Tal proposta seria excepcionalmente submetida a referendo, com os resultados conhecidos e já referenciados no nosso primeiro capítulo e cujo contexto convém agora esclarecer.

Antes de mais, importa perceber que a Constituição de 1976 não previa a realização de referendo sobre a matéria da regionalização nela consagrada. Como tal, o que seria sujeito a referendo seria apenas a referida "instituição em concreto" das regiões administrativas, ou seja "apenas (...) o projeto específico de regionalização, resultante da negociação entre o PS e o PCP/CDU" (Freire & Baum, 2001, p. 152). Os mesmos autores afirmam que a decisão da realização de referendo direto sobre esta matéria e sobre a liberalização do aborto resultaria de um processo de compromissos entre o governo de António Guterres e a oposição liderada por Marcelo Rebelo de Sousa, que permitiriam o acordo sobre a 4ª Revisão Constitucional, em setembro de 1997. Também para a compreensão das vicissitudes desse processo, os autores levaram a cabo um estudo sobre o referendo, no verão desse ano de 1998, e constataram a dificuldade de obtenção de respostas quanto às razões que teriam levado os dirigentes do partido no governo a aceitar o referendo.

"Alguns observadores referiram tratar-se de uma contrapartida das negociações entre o PS e o PSD para a reforma do sistema eleitoral, enquanto outros sublinharam o secretismo que envolveu tais acordos de revisão constitucional,

tendo muitos dos líderes partidários sido confrontados perante um facto consumado" (Freire & Baum, 2001, p. 153).

De respostas do estudo citado resultariam algumas possíveis conclusões interessantes para a compreensão deste momento excepcional no trajeto da descentralização estatal. Nelas surgem verdadeiras duas ideias que aqui retomamos: uma considera que o próprio Primeiro-Ministro não estaria interessado na aprovação das matérias a referendar, não se empenhando ativamente, ou mesmo manifestando-se contra resultados positivos (como no caso do referendo do aborto), retirando a um Governo minoritário o ónus da decisão; a outra aceita que permitir a realização do referendo foi estrategicamente produtiva nestes moldes da inevitabilidade da sua reprovação popular, travando a ideia de regionalização, que aliás era adversa a diversas correntes internas do PS. Por outro lado, a liderança do PSD na figura do seu líder, inicialmente apoiante da regionalização, conseguiria assim mobilizar o seu partido e fazer notar fraquezas e divisões internas do PS através da oposição à proposta a referendar. Tais mudanças de posição, pelo exposto, típicas da atuação política na matéria da descentralização, são evidenciadas pelos autores também pelo recurso ao exemplo do anterior governo PSD:

"Após a aprovação unânime da Lei 56/91, o governo liderado por Cavaco Silva anunciou uma súbita mudança de posição: em 1994 declarou-se opositor da regionalização, retirando esse projeto tanto da plataforma eleitoral que tinha apresentado aos eleitores como do programa do governo" (Freire & Baum, 2001, p. 153).

Considera-se no estudo em causa que, a avaliar pelo óbvio emaranhado de variáveis políticas colaterais à regionalização, geradoras de inevitável dificuldade de compreensão das elites políticas para a decisão de referendar as regiões, certamente não seria menor a confusão para



o eleitorado. Citam um estudo de maio de 1996 da Associação Empresarial da Região de Lisboa, onde se pode ver que 71% dos inquiridos estariam "pouco" ou "muito pouco" informados sobre o processo de regionalização. Na verdade, tudo aponta para um cenário turvo e conturbado:

"Os argumentos pró e contra a regionalização eram difíceis de diferenciar e, muitas vezes, tinham um carácter emocional. O governo apresentou a regionalização como a «reforma do século», enquanto muitos dos opositores do processo afirmaram que o próprio futuro da integridade territorial do país estava em questão. Mais, (...) a verdade é que todos os partidos estavam divididos sobre a matéria – embora uns mais do que outros" (Freire & Baum, 2001, p. 154).

Tal dificuldade poderá trazer alguma luz às questões sobre o porquê dos resultados. Da literatura compulsada resulta uma bateria de razões explicativas, frequentemente as mesmas para explicar o resultado negativo e a elevada abstenção, derivando *grosso modo* da mesma natureza de fenómenos. Para Julio López-Davalillo Larrea, a elevada abstenção ter-se-á devido, em larga medida à confusão gerada na redação das duas perguntas feitas no referendo e pela falta de informação pública durante a campanha.

"O debate prévio (...) foi-se alargando a temas que nada tinham a ver com a regionalização convertendo-a num assunto estritamente partidário que levou muitos portugueses a não votar" (López-Davalillo Larrea, 2012, p. 34).

O seu ponto de vista acrescenta ainda a dificuldade de uma leitura dos efetivos sentimentos regionais a partir do referendo, não permitindo, por isso, encontrar aí a verdadeira opinião dos portugueses sobre a reforma. O autor refere ainda que, no seu discurso, os *media* manifestaram um claro "cartão amarelo" ao Governo e aos políticos da época, sobretudo

devido à confusa campanha que se levou a cabo. Será também importante ressaltar que, da auscultação feita pelo governo aos municípios, se percebia que o mapa das oito regiões estava distante da imagem mental que os portugueses tinham do país, em primeiro lugar, e, em segundo, da sua "nova" região. À exceção do Algarve, todas as regiões haviam sido alvo de controvérsia. Para o autor, também a ausência de clareza quanto à definição das capitais de região a considerar, bem como a total ausência de concordância do mapa proposto com todas as demarcações pré-existentes (Distritos e Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional – CCDR) se podem considerar como razões plausíveis para a elevada abstenção e recusa do modelo proposto.

Por seu turno, Freire & Baum consideram que a elevada abstenção no referendo de novembro de 1998 encontrará também explicação nas profundas divisões no seio do partido do governo, bem como na sua inabilidade na condução de todo o processo, em particular no que concerne à questão do mapa das regiões. Referem ainda:

"A oposição do público ao projecto de regionalização era mais fácil do que a adesão aos argumentos (algo esotéricos e académicos) apresentados pelo governo. Os argumentos da oposição («menos políticos», «menos gastos públicos», «menos corrupção», etc.) encontraram muito melhor recepção num «clima» largamente conservador e populista da opinião pública. De certa maneira, a cultura do «não» é mais fácil de promover, em Portugal, do que defender um passo no desconhecido" (Freire & Baum, 2001, p. 168).

Os autores reforçam as razões de ordem da atuação política, salientando que a frequente utilização de retóricas profundamente demagógicas a favor da regionalização por personagens do poder local, como terá sido o caso recorrente de Fernando Gomes, Presidente

da Câmara do Porto<sup>28</sup>, poderão ter contribuído para o afastamento de eventuais apoiantes da regionalização, empurrando-os quer para a abstenção, quer para o "não". Acrescem a estas razões "uma certa apatia do eleitorado" contrária ao expectável nas sondagens e "uma certa rejeição da utilização do instituto do referendo para a questão da regionalização (...) por parte de alguns eleitores de esquerda" (Freire & Baum, 2001, p. 169), uma vez que o referendo teria surgido apenas por pressão dos partidos de direita, nomeadamente do PSD, e por cedência do PS a esses partidos. Subjacente a este quadro de razões persistirá uma conclusão pertinente relativa ao elevado peso da ação dos partidos políticos. O referendo à regionalização terá constituído mesmo um exemplo relevante para a explicitação do conceito de "partidocracia" (Cruz *apud* Freire & Baum, 2001, p. 169) do qual se pode entender que os partidos políticos se continuam a afirmar como protagonistas da vida política nacional. Esta conclusão afigura-se, pelo exposto, como relevantemente válida para o grosso do período aqui em estudo, constatando-se o extraordinário impacto de uma ação legitimadora e centralizadora da ação governativa central.

#### 4. Depois do referendo. Perspetivas gerais

Para López-Davalillo Larrea, após o "fiasco" do referendo, o projeto de regionalização terá passado a uma fase de "hibernação", mantendo-se latente, secundarizado pelas marés que assolariam o país com as políticas de convergência como a nova moeda europeia. Ainda assim, durante o XV Governo Constitucional de Durão Barroso, pela Lei n.º 10/2003, haveria lugar para o projeto de criação de unidades administrativas, as Grandes Áreas

---

<sup>28</sup> A esse respeito, a título de exemplo, considerem-se as declarações a favor do Futebol Clube do Porto, associando-o, no quadro da regionalização, a uma luta pelo Porto enquanto paladino do Norte contra uma referida hegemonia de Lisboa: "(...) ao desprestigiar o FC Porto, ao procurar por essa via fragilizar a própria cidade e região, está de alguma forma a atingir-se outro objetivo que é o de fragilizar aqueles que mais se têm batido por esta reforma do Estado[a regionalização]" (Marinho & Tavares, 1996).

Metropolitanas, as Comunidades Urbanas e as Comunidades Intermunicipais. Refira-se também a tentativa, ainda que breve, da descentralização das Secretarias de Estado deslocalizadas de Lisboa durante o XVI Governo Constitucional de Pedro Santana Lopes. A partir de 2005, todas estas quase reformas administrativas de teor mais ou menos descentralizador foram abandonadas e foi reintroduzida novamente a temática da regionalização. Durante os governos de José Sócrates seriam apresentadas duas propostas, o "mapa das cinco regiões" (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) e o "mapa das sete regiões" (Entre-Douro e Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro; Beira Litoral, Beira Interior, Estremadura e Ribatejo, Alentejo e Algarve) (López-Davalillo Larrea, 2012, p. 36) que não chegariam a concretizar-se.

Assiste-se posteriormente a nova alteração, durante o XVII Governo Constitucional de José Sócrates, desta vez sobre o estabelecido em 2003 que, através das Leis n.º 45/2008 e 46/2008, de 27 de agosto, encontra nova regulamentação. Definiu-se por estes diplomas que as Áreas Metropolitanas seriam consideradas apenas para os casos de Lisboa e Porto e as restantes demarcações seriam as Comunidades Intermunicipais que teriam por base as regiões NUTS III. Deste modo seriam também revogadas as Grandes Áreas Metropolitanas e as Comunidades Urbanas.

Para este esboço, já no XVIII Governo Constitucional de José Sócrates, considere-se ainda o Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, que procedeu à ação estatal sobre a mais antiga das demarcações, o Distrito, esvaziando-o de sentido, ao transferir todas as suas competências para outras entidades da Administração Pública preconizando assim a sua extinção. Será este o marco final do presente estudo que assim culmina num momento inteiramente novo face à data de 1959: na prática, nenhuma das demarcações iniciais

consideradas vigora a partir de 2011, podendo este ser mais um elemento de prova da intensa atividade demarcatória vivida no período estudado.

O debate sobre a regionalização manteve portanto uma toada de continuidade, referindo-se a sua urgência para a descentralização, mas culminando sempre no reforço da hegemonia centralista comum aos governos das diferentes cores do espectro político. Para além das propostas dos governos, são diversos os exemplos da continuidade do discurso regionalizante, frequentemente usado como argumento legitimador do poder ou como emancipador da oposição. Veja-se, a título ilustrativo, o caso da designada "Deliberação da Alfândega"<sup>29</sup>, de 29 de abril de 2009, onde o Conselho Regional do Norte, órgão consultivo da estatal Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, afirma que "se torna imperioso instituir, em concreto, as regiões administrativas durante a próxima legislatura, reclamando dos principais atores políticos nacionais a explicitação das ações necessárias e um compromisso firme para a concretização desse desiderato nacional" (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, 2009).

O mesmo tom é encontrado na intervenção parlamentar do deputado Mendes Bota, reconhecido regionalista do principal partido da oposição na altura (PSD):

"A Regionalização Administrativa de Portugal é a última grande reforma prevista na Constituição, que continua por cumprir. Trinta e três anos passados sobre a aprovação do texto constitucional, continua a faltar um nível intermédio entre a administração local e central, com a plena legitimidade política conferida

---

<sup>29</sup> A "deliberação da Alfândega" consiste num documento assinado pelos 86 presidentes de todas as Câmaras Municipais da região Norte exigindo que o processo de regionalização seja lançado quanto antes. No seguimento dessa deliberação, o Conselho Regional do Norte, em parceria com a CCDRN, promoveria ainda um ciclo de debates sob o título geral "Modernizar o Estado, Aprofundar a Democracia e Desenvolver as Regiões: a Regionalização na Próxima Legislatura?". Os debates decorreriam em Viana do Castelo, Braga, Bragança e Porto, entre julho e setembro de 2009.

pelo voto popular, como existe, com sucesso e sem controvérsia, em praticamente todos os países da União Europeia, incluindo nos estados membros mais recentes. (...) Esta é uma questão fulcral para o futuro de Portugal, que não pode continuar como a exceção mais centralista de toda a Europa, onde o Estado gere 87% das receitas públicas, mas é responsável por apenas 48% do investimento público, mais de metade do qual concentrado em apenas duas áreas metropolitanas. (...) Oxalá que esta reforma marque a próxima década. (...) O país precisa urgentemente de menos centralismo, e de mais democracia regional" (Bota, 2009, pp. 2,10).

Constata-se um sentimento de continuidade do seu espírito original no que toca ao posicionamento da estrutura estatal. Apesar das sucessivas modificações constitucionais, legislativas e mesmo executivas para o longo período analisado, o Estado tem-se pautado sistematicamente pela luta da garantia da centralidade. Ângelo Abrunhosa, citando Jorge Miranda, corrobora-o, quando afirma que o presente obriga à renovação do "paradigma estatista do Estado soberano". E acrescenta:

"Nunca é demais realçar que o Estado é uma criação cultural, um produto humano para servir valores permanentes, mas um produto instrumental que tem de adaptar-se às novas exigências" (Abrunhosa, 2011, p. 24).

Esse carácter de imobilidade da estrutura estatal já atestado anteriormente por Fernando Ruivo será, portanto, a matiz de realce que permite entender a construção discursiva central sobre a estrutura nacional. A prevalência de um discurso regionalizante que legitima a centralização consegue mesmo atravessar regimes e revoluções.

"A regionalização ilustra bem a lógica do funcionamento do Estado em Portugal, cujo modo de atuação em vários domínios deu lugar a uma «cultura política» *sui*

*generis*. Comprometido com lógicas administrativas, económicas e sociais contraditórias, é levado a demitir-se de certas exigências práticas (...) necessárias à efectiva implementação das directrizes assumidas no plano político" (Francisco, 1998, pp. 1, 2).

Estaremos perante um excesso labiríntico de desconcentração centralizadora, como se pode atestar na análise de José Rocha quando identifica, em 2005, setenta e quatro "diferentes formas enumeradas de organização espacial da administração pública do Estado" relativas aos "serviços desconcentrados dos diversos Ministérios" (Rocha, 2005, p. 55). Essa desconcentração opera então a par da total centralidade atestada também por António Barreto:

"Em Portugal, a sociedade e o Estado encontram-se fortemente centralizados em termos tanto económicos e sociais, como políticos, culturais e administrativos. (...) Todas as forças dirigentes (...), mau grado os frequentes programas políticos descentralizadores, contribuíram no mesmo sentido para o fortalecimento do poder central e para a concentração do poder na capital e na Administração. (...) [O] regime democrático instaurado em 1974 não alterou o rumo estabelecido em quase nenhum aspecto. O Estado central e o sector público são hoje mais amplos e mais vastos do que há dez anos. Em múltiplos domínios, têm mais poderes e mais competências" (Barreto, 1984, p. 191).

Esta intensa centralidade não é naturalmente fruto de um acaso ou de uma prática desconhecida. De facto, ela é profusamente documentada em textos da administração, como referem Madureira, Rodrigues e Asensio:

"Podemos dizer que em Portugal, a tradição administrativa se caracteriza por um peso considerável do Estado na sociedade e pelo centralismo na função

administrativa, que não abrandou com a democratização. (...) Neste período de tempo [1976-2002] não há um processo de descentralização nem de regionalização, sendo o centralismo uma característica dominante" (Madureira, Rodrigues, & Asensio, 2013, p. 11).

Na demanda do reflexo identitário, pode, para já, perceber-se que a ação estatal foi profundamente prolífera, gerando quadros identitários sucessivos, riscando a Nação, traçando-a constantemente, dessa forma ganhando legitimação e autorreferenciação, tornando-se eixo de um continuado movimento centrípeto, atraindo para si bem mais do que a sacralidade do centro, geolocalizando-o com precisão e engrossando a sua dimensão económica e demográfica. Os traços comuns encontrados ao longo das décadas, desde 1933, evidenciam um fenómeno que ultrapassa a mera casualidade, tornando-se padrão a considerar e imediatamente corroborado pela vasta literatura a propósito. Temos, por um lado, as vozes que advogam a ausência de tradição regionalista, remetendo o perfil português para os traços identitários nacionais e locais. Por outro lado temos a consciência da contínua demarcação e utilização do discurso regionalista descentralizador por parte do Estado. Esta segunda faceta revela-se evidência do reforço da centralização e sacralização do poder estatal, no entanto, a sua produção é também passível de gerar outros efeitos que escaparão muitas vezes a uma análise arrastada pela inércia dessa convicção da ausência de identidades regionais. Não se escamoteará a pertinência do discurso que advoga a existência de fortes marcas identitárias nacionais e locais. No entanto, acreditamos que a sacralização da centralidade foi de tal forma insistentemente operada através do discurso regionalizador que é perfeitamente plausível considerar que tenham sido produzidos efeitos identitários dessa natureza escalar.



## Notas conclusivas do capítulo

A enunciação da realidade regional será o primeiro indício da sua existência, reificadora da fronteira que, enquanto "produto de um acto jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta" (Bourdieu, 1989, p. 115). No caso português, essa ação jurídica delimitadora é perfeitamente identificável com a ação referencial do Estado que excede largamente a dos outros agentes reguladores considerados e descritos por Fernando Ruivo: o mercado e a comunidade. Vemos aqui traços de intimidade com um fenómeno já referido no primeiro capítulo e nomeado como "hiper-identidade" nacional, de elevado enfoque na história e que tem no Estado o seu principal *auctor* esgrimindo o discurso da regionalização numa dimensão "fáustica", mitificadora. Ainda assim, essa mitificação também decorrerá de um processo enunciativo que obriga a esse estudo da ação central sobre os processos demarcatórios da Nação para o período de 1959 a 2011.

Antes de mais, revela-se essencial reter que, expectavelmente, no período do Estado Novo se assistirá a uma grande preocupação com a legislação relativa à Administração Local. Dizemos que essa preocupação é expectável, na medida em que a tradição centralizadora do regime obrigará a um reforço da sacralização a partir da *auctoritas*, a partir desse lugar autorial, de referência, tal como havíamos confirmado nos nossos estudos anteriores. De facto, tal empenho resultaria na consagração constitucional de duas demarcações regionais, logo em 1933, e que viriam a encontrar regulamentação passados três anos pelo Código Administrativo: o Distrito e a Província. Naturalmente que tais demarcações não se traduziriam numa verdadeira descentralização, mas antes num processo enunciativo e *co-memorativo* de pretensas uniformidades antropológicas traçadas pelos geógrafos do regime, sobretudo no caso da Província. Tratava-se da já referida "alucinação do

regionalismo nacionalista" (Martins, 2008, p. 161). No caso, para a demarcação provincial, será importante reter alguma da sua especificidade, na medida em que se preocupou particularmente com eventuais afinidades geográficas, históricas, culturais, económicas e sociais, contrariamente a outras propostas posteriores que visavam preferencialmente dimensões económico-funcionais.

Os períodos seguintes de análise encontram o seu início em 25 de abril de 1974, neles se revelando quase constante a produção discursiva descentralizadora que, no entanto, não lograria materializar-se num verdadeiro processo de regionalização apesar de estar consagrada na própria Constituição da República. O discurso regionalizante tornou-se recorrente, como se de uma nova perspetiva governativa se tratasse. Na verdade, foram poucas as novidades apresentadas, sendo, no mínimo, interessante o caso da extraordinária coincidência entre as Regiões-Plano de 1976 e o preconizado no III Plano de Fomento de 1969, revelando uma clara continuidade das preocupações económicas nos intentos demarcatórios, mais do que a perceção de quaisquer traços identitários regionais.

O discurso regionalizante foi-se tornando gradualmente uma prática regular dos partidos da oposição que, chegados ao poder, sistematicamente o protelavam. Verifica-se portanto um processo de centralização associado ao discurso descentralizador, tal como sucedera no Estado Novo. Na verdade, o ato demarcatório é correntemente aplicado, sempre garantindo o reforço do lugar do seu *auctor*.

Esta centralização recorrente, associada a um discurso descentralizante, será a base de uma das principais conclusões a reter aqui. Referimo-nos a estas semelhanças pouco expectáveis entre os dois regimes no que toca à sua ação demarcatória. O Estado Novo usaria a

demarcação regional com a clara intenção de esgrimir o seu poder autoral, reforçando desse modo a sua filosofia centralizadora. Os Distritos e as Províncias criados serviam sobretudo a dinâmica organicista de uma Nação entendida como um corpo e cujas regiões eram enunciadas e consideradas apenas enquanto partes indissociáveis dessa estrutura entendida como una. Por sua vez, o regime democrático dotará o seu discurso de uma retórica descentralizante, multiplicando intenções regionalizantes, acelerando múltiplas divisões internas na Nação. No entanto, quando observada no seu todo, a sua ação revela-se extraordinariamente próxima da verificada no Estado Novo, nunca atingindo uma verdadeira descentralização, antes garantindo um reforço sucessivo da centralidade do poder estatal. Nenhuma das divisões posteriores à Revolução de Abril lograria encontrar verdadeira operatividade ou sequer algum indício de encontro de eventuais identidades regionais, aliás, frequentemente consideradas como inexistentes ou como meras tonalidades culturais. O discurso da regionalização e da descentralização para a III República foi-se revelado mais como um ás de trunfo na manga, do que como uma linha política a concretizar. Tratar-se-á aqui de um processo recorrente de mitificação, certamente gerador de sentido.

Por tudo isto, a recorrente consideração de duas tradições únicas de identidade territorial em Portugal, a nacional e a local, cada vez mais aparenta não esclarecer este lado do perfil identitário português. Acredita-se, portanto, que é essencial devotar atenção a este fenómeno centralizador enunciativo das regiões. Com efeito, este riscar quase compulsivo da Nação não será certamente desprezável. Sendo claro que se trata de um discurso de resultados tendencialmente centralizadores e reforçadores do papel do *auctor*, é ponderável também que produza efeitos nas populações, gerando apagamentos ou reacendimentos, ou mesmo criando projetos ou resistências que podem evidenciar traços identitários de natureza regional.

Cumpra-se o desiderato desta exploração. O discurso estatal tem operado com significativo sucesso no robustecimento da sua centralidade. Verifica-se que essa centralidade aparenta uma relação direta com a produção do discurso oficial regionalista ativamente sacralizador da autoridade. A ação da "referência" é perfeitamente perceptível, sistematicamente fabricando demarcações que produzirão, muito certamente, efeitos identitários. O Estado institui-se claramente como importante agente construtivo da imagem da Nação. Restará agora procurar traços discursivos na Nação e perceber a sua especificidade ou a sua colagem ao discurso central. Por um lado, verificar se encontramos identidades regionais para lá desse sentir nacional e local, por outro, caso tal se verifique, quais serão detetadas, se apenas as produzidas pelo eixo centrípeto ou outras que evidenciem sedimentação ou ação construtiva identitária diversa da estatal.

## CAPÍTULO III – A IMPRENSA REGIONAL. LUZ SOBRE O CAMPO DE TRABALHO

### 1. Imprensa Regional e Local e a Proximidade

#### 1.1. O titubear conceptual

Numa primeira abordagem, configurar-se-á como perfeitamente líquida a ideia de se considerar a imprensa como repositório, como quadro contenedor dos traços essenciais de uma sociedade em momentos precisos e, desse modo, terreno fértil para a demanda dos traços identitários regionais.

"As polémicas, os conflitos, o modo de pensar e de viver de uma sociedade são factos susceptíveis de constituírem notícia e que encontram na imprensa escrita uma das formas de se manifestarem e perpetuarem. Por tudo o que representa, o jornal ainda continua a ser o diário da sua época" (Jacinto *et al*, 1992, p. 53).

Na senda dos autores, será aceitável, portanto, que a imprensa em geral e também o caso particular da imprensa regional se reportem a um espaço geográfico de limites definidos, a um contexto económico e social, refletindo de algum modo uma certa visão ou correspondência territorial. "Deste ponto de vista, estudar a imprensa regional pode contribuir para compreendermos a realidade económica e social regional e local, e o modo como os actores e agentes intervêm" (Jacinto *et al*, 1992, p. 54).

Apesar da imediata disponibilidade e vastíssimas possibilidades do campo de trabalho apresentado, será inevitável o aprofundar de conceitos essenciais para apuramento das suas especificidades e esclarecimento de definições.

Assume-se pacificamente a vastidão do terreno de análise, bem como a constatação da frequentemente referida insuficiência do *corpus* investigativo face a essa dimensão e características do objeto que é a imprensa regional e local. Tal constatação está bem patente nas palavras de Paulo Ferreira quando afirmava que "o estudo da imprensa local e regional em Portugal está numa fase rudimentar" (2005 a, p. 849). A esse respeito, o autor citava ainda o presidente da AIND – Associação Portuguesa de Imprensa – nos idos de 2002: "a legislação portuguesa tem definido e redefinido imprensa regional e local ao longo da sua história, permanecendo, no entanto, um conceito científico difícil" (Ferreira, 2005 a, p. 850). Para tal, sem dúvida, poderá contribuir o facto de se verificar que, pelas palavras de Estrela Serrano, "a imprensa em geral e, em particular, a de âmbito local e regional é, (...), um sector caracterizado por grande mutação, o que torna difícil fixar um perfil estável quanto ao número de publicações, respectivas periodicidades e natureza da propriedade, entre outras características" (ERC, 2010, p. 21). Ainda assim, é essencial um precisar do campo de trabalho. Se procuramos trazer alguma luz sobre a neblina dos fenómenos, inevitavelmente convirá decifrar os limites do terreno de análise.

Conscientes da especificidade do objeto, mas cumprindo com a necessidade de categorização, avançaremos para uma elencação de possíveis definições de imprensa regional e local, podendo ser assinaladas duas grandes tipologias de definições, as de ancoragem geográfica (muitas vezes constantes na lei ou emanadas dessa tradição legislativa portuguesa) e as de pacto comunicacional<sup>30</sup>. Obviamente, convirá perceber a sua operatividade, sendo que, de antemão, será já possível antever a particular pertinência que a

---

<sup>30</sup> Convirá aqui realçar o assumir de um lugar de destaque da obra de Carlos Camponez (2002) tida como inspiradora e essencial para o nosso estudo.

segunda categoria poderá desempenhar para uma adequada caracterização do objeto mediático no presente estudo.

### *1.1.1. Explorando as definições de ancoragem geográfica*

A primeira tipologia de definição, iniciada geralmente a partir de critérios de ordem da geografia, surge amiúde, apresentando-se como visão recorrente sobre a matéria, ainda que muitas vezes se precipite em vários erros de parcialidade, não correspondendo nem sistematizando adequadamente o fenómeno comunicacional em causa. Ainda assim, convirá encetar a sua caracterização, atendendo para já à definição da Lei de Imprensa de 1971, onde verificamos que o entendimento sobre o segmento assentava sobretudo em especificidades geográficas e de periodicidade, considerando-se ser "aquela que era «constituída pelas publicações periódicas não diárias que tenham como principal objetivo divulgar os interesses de uma localidade, circunscrição administrativa ou grupos de circunscrições vizinhas»" (Sousa, 2002, p. 7). Já em 1975, a definição é apresentada pela expansão da área de venda, assumindo-se que "as publicações periódicas podem ser de expansão nacional e regional, considerando-se de expansão nacional as que são postas à venda na generalidade do território" (Sousa, 2002, p. 7). Em 1988, o Estatuto da Imprensa Regional afirma serem enquadráveis na imprensa regional, as seguintes:

"(...) todas as publicações periódicas de informação geral, conformes à Lei de Imprensa, que se destinem predominantemente às respectivas comunidades regionais e locais, dediquem, de forma regular, mais de metade da sua superfície redactorial a factos ou assuntos de ordem cultural, social, religiosa, económica e política a elas respeitantes e não estejam dependentes, directamente ou por

interposta pessoa, de qualquer poder político, inclusive o autárquico"  
(Decreto-Lei n.º106/88 de 31 de março, 1988, p. 3).

Posteriormente, a Lei de Imprensa, no seu artigo 14º, refere que "são publicações de âmbito regional as que, pelo seu conteúdo e distribuição, se destinem predominantemente às comunidades regionais e locais" (Lei n.º 2/99 de 13 de janeiro, 1999).

Bem presente nas propostas citadas está a obediência a critérios de ordem geográfica como forma de entender e demarcar este segmento. A esse respeito, será de destacar a posição de Feliciano Barreiras Duarte (2005, p. 45)<sup>31</sup> quando refere a vastidão da definição prevista pela Lei de Imprensa. Com efeito, referia-se ao facto de, nas cerca de 900 publicações regionais registadas à data no Instituto de Comunicação Social (ICS, s.d.), não existir uniformidade temática ou editorial. Posto isto, num olhar mais imediato e desatento, restaria como solução a categorização geográfica, uma vez que qualquer outra se afiguraria aparentemente impossível.

Paulo Ferreira, na busca de uma definição, reforça a dificuldade de um conceito cientificamente consistente, contrastando com a aparente facilidade de uma definição empírica que apresenta da seguinte forma: "a ILR [imprensa local e regional] tem – ou deve ter – como objetivo primeiro a recolha, tratamento e divulgação de factos noticiosos que ocorrem na sua área de implantação, seja ele [*sic*] concelhia, distrital ou regional" (2005 a, p. 850).

---

<sup>31</sup> Feliciano Barreiras Duarte, nesse ano de 2005, desempenharia o cargo de Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro com a tutela da Comunicação Social.



Já o trabalho de levantamento de Luísa Ribeiro (2008) trará mais alguma luz a esta elencagem conceptual, referindo outras dimensões além da geográfica. A autora parafraseia Moragas Spá, que define estes órgãos de comunicação social como aqueles que se "dirigem a uma comunidade humana de tamanho médio ou pequeno, delimitada territorialmente, com conteúdos relativos à sua experiência quotidiana, às suas preocupações e aos seus problemas, ao seu património linguístico, artístico, cultural e à sua memória histórica" (2008, p. 453). No entanto e uma vez mais, a solução espacial de localização vai aparentemente surgindo como vetor significativo primacial para a caracterização do segmento, revelando-se, ainda assim, um carácter de forte obediência a esses critérios geográficos. No entanto, tal aparente simplificação, vai-se revelando insuficiente, como evidenciam as palavras de Mercadé, introduzindo na definição a ideia de identidade, quando afirma tratar-se de "publicações periódicas que se editam e distribuem nos municípios e núcleos urbanos que têm identidade própria e cujo conteúdo informativo responde a temas que afectam directamente a vida municipal. Suprimem o vazio que geram os grandes meios de comunicação" (1997, p. 60).

Se, por um lado, sempre que se referem ao conteúdo, as tentativas de definição se revelam extraordinariamente redutoras – uma vez que a imprensa regional se caracteriza por uma abrangência de temáticas tão alargada como a de qualquer outro segmento, cobrindo realidades internacionais, nacionais e locais –, por outro lado, as referências ao sentido comunitário e identitário e ao papel social ocupado por estes *media* vai gradualmente contornando a eficácia operativa de uma eventual definição do segmento através de meros critérios geográficos. Também nesse sentido, a definição de Fernando Cascais segue de perto as duas anteriores, assumindo a imprensa regional como o conjunto de "publicações periódicas cujo conteúdo e distribuição se destinam sobretudo a comunidades regionais e

locais. (...) A imprensa regional constitui uma força social activa, guardiã da cultura local e elo de ligação com as culturas emigradas" (Cascais, 2001, pp. 109,110)

No mesmo rumo, Sofia Santos (2007, p. 27) destaca do preâmbulo do citado Estatuto da Imprensa Regional o enfoque dado ao papel relevante da imprensa regional:

"A imprensa regional desempenha um papel altamente relevante, não só no âmbito territorial a que naturalmente mais diz respeito, mas também na informação e contributo para a manutenção de laços de autêntica familiaridade entre as gentes locais e as comunidades de emigrantes dispersas pelas partes mais longínquas do mundo. Muitas vezes ela é, com efeito, o único veículo de publicitação das aspirações a que a imprensa de expansão nacional dificilmente é sensível; e constitui, por outro lado, um autêntico veículo de difusão, junto daqueles que se encontram fora do País, daquilo que se passa com os que não quiseram ou não puderam acompanhar. Além disso, tem, por regra, sabido desempenhar uma função cultural a que nenhum órgão de comunicação social pode manter-se alheio" (Decreto-Lei n.º106/88 de 31 de março, 1988, p. 1).

Estas perspetivas de intimidade e familiaridade com o público-alvo fazem ultrapassar a lógica territorial geográfica como absolutamente exclusiva para uma eficaz definição de um segmento que se poderia esperar mais bem isolado, introduzindo aspetos de ordem cultural e social que se movem para lá das imediatas delimitações espaciais.

Ainda assim, de forma a precisar a categorização e explorando ainda o critério geográfico, percebe-se também que a existência do conceito de imprensa regional é obviamente legitimada pela existência categórica de um outro, o de imprensa nacional, como se corrobora novamente nas palavras de Sofia Santos, precisando a citação anterior: "hoje, pelo

menos em Portugal, é comum dividir-se a imprensa escrita em duas categorias distintas: nacional e regional" (2007, p. 28). Também na ótica de Daniela Oliveira se considera que "sem dúvida que há uma divisão entre aquilo que é imprensa nacional e regional. Mas é normal, e aceitável, que se faça essa mesma distinção, uma vez que é igualmente diferente a imprensa que se dirige a todo o «povo», inserido em qualquer ponto geográfico, daquela que apenas se foca e se interessa por um número populacional mais reduzido, ou mesmo um espaço ou localidade" (2012, p. 23).

Deste modo, teríamos aparentemente estabelecido limites operativos para uma definição eficaz, mas a dúvida de Carlos Camponez quando pergunta "o que é imprensa regional e o que é imprensa nacional?" (2002, p. 107) agita o imediatismo da proposta. Tal distinção até poderia soar plausível, não se levantasse frequentemente a dúvida sobre a existência de uma verdadeira imprensa nacional.

Faz certamente sentido a referência às palavras de Paulo Faustino aqui citadas por Sofia Santos quando afirma que, "se calhar, não há jornais nacionais" (2007, p. 28). De facto, seguindo as pisadas de João Mesquita<sup>32</sup>, pelas palavras de Carlos Camponez, pode inferir-se que tal categorização, no contexto português, surge maculada de equívocos e, "por vezes, apenas pretendem esconder uma divisão subliminar de uma imprensa de primeira e uma imprensa de segunda" (2002, p. 107). Na ótica de João Mesquita, o próprio conceito de imprensa nacional dever-se-á a mera comodidade, como se pode ver nas suas palavras:

"(...) boa parte dos meios de comunicação social cuja sede é em Lisboa e no Porto – aqueles a que normalmente atribuímos o qualitativo de imprensa nacional – nem por isso deixam de ter um carácter eminentemente regional.

---

<sup>32</sup> João Mesquita foi presidente do Sindicato dos Jornalistas entre 1989 e 1993.

Basta ver a que região se reporta a maioria dos textos neles publicados, para rapidamente se constatar que é aquela em que está instalada a sede do respectivo órgão de informação" (Mesquita *apud* Camponéz, 2002, p. 107).

Tal ideia é seguida por Sofia Santos que, ainda no encalço de Paulo Faustino, refere que "feitas as contas, o que existe em Portugal, é uma imprensa concentrada nas principais cidades". Tal afirmação será confirmada pelos dados da Associação Portuguesa de Controlo de Tiragem que "revelam que a maior parte dos jornais nacionais não vendem mais do que 2000 exemplares fora da grande Lisboa e do Grande Porto" Salienta ainda que o "próprio *Diário de Notícias* pode ser considerado um «jornal regional de Lisboa e Vale do Tejo, assim como o *Jornal de Notícias* não passa abaixo do Mondego»" (Santos, 2007, pp. 28, 29). A isto a autora acrescenta ainda o exemplo do *Expresso* que vende cerca de 1200 exemplares na região de Leiria, "um número que qualquer jornal regional dessa zona, com alguma expressão, ultrapassa sem dificuldade" (Santos, 2007, p. 133).

E que dizer de outras propostas de segmentação? Veja-se o exemplo da defendida por Ângela Duarte, quando sustenta que se deverá distinguir imprensa regional de imprensa local. A autora afirma que "são realidades diferentes que não devem estar colocadas no mesmo saco" (2010, p. 5). Tal proposta de categorização assenta na ideia que a imprensa regional, "na grande maioria das vezes", se constitui em grupos empresariais "com uma estrutura sólida quer a nível de mão-de-obra especializada, com jornalistas profissionais, quer a nível de estruturas e recursos financeiros". Vai mais longe e assume a imprensa local como "mensários – usualmente é esta a periodicidade – das freguesias e das pequenas localidades" (Duarte, 2010, p. 5). Aceitando-se este rol de argumentos de classificação, teríamos imprensa nacional/regional/local de acordo com a geografia, às quais corresponderiam respetivamente diferentes padrões empresariais. Tal proposta surge fragilmente sustentada e não encontra

qualquer corroboração no estudo apresentado pela ERC, pelo menos, no tocante à sua caracterização de grupos empresariais com uma estrutura sólida:

"Os dados apurados (...) mostram que se trata de um sector deficitário, o que é revelado por resultados líquidos negativos nos três anos analisados [2006-2008], além de um baixo desempenho pela maioria das empresas em termos de volume de negócios, facturação média e número de trabalhadores. (...) [Trata-se] de empresas com escasso número de trabalhadores, elemento indiciador de um menor nível de profissionalismo" (ERC, 2010, p. 24).

### *1.1.2. A imprensa regional e as novas geometrias do espaço e do tempo*

Vai-se tornando crescente e avassaladora esta plausibilidade de algum sentimento de insuficiência a respeito da segmentação da imprensa encontrando suporte apenas em critérios de pendor territorial aparentemente imediatos. Tal não surpreende em absoluto, se considerarmos a reflexão prévia do nosso primeiro capítulo. A alusão às alterações sofridas na modernidade sobre o tempo e o espaço ganhará novamente importância, obrigando à reflexão sobre um quadro mais geral sem a petulância de certezas imediatas e definitivas sobre cenários tão abrangentes. A existência de segmentos dos *media* definidos exclusivamente a partir de classificações espaciais carece cada vez mais de cuidados ou mesmo de alguma desconfiança, considerando-se a profunda dificuldade em perceber essas novas dimensões do território, essas novas dimensões do espaço e do tempo. No seguimento do previamente analisado, sabemos que qualquer teorização ou proposta de definição para processos ou resultados da ação humana, neste caso em particular, no campo da comunicação, não pode encontrar a sua delimitação no espaço geográfico, mas antes no espaço construído e percebido.

Esse espaço-construção será também espaço-percepção. Para o compreender, teremos de nos posicionar novamente junto da literatura para esta matéria, aceitando que a atualidade surge dotada de particularismos que urge esclarecer. Assim, Giddens contribui novamente para o ponto de ordem da nossa reflexão ao entender a modernidade como dotada de três elementos essenciais: "a separação do tempo e do espaço; a descontextualização das instituições sociais; a exaustiva reflexividade" (Giddens, 1997, pp. 13-31).

Contributo essencial é também dado por Marc Augé que assegura o distanciamento de uma globalizada homogeneidade cultural quando se refere à multiplicação dos sentidos resultante das figuras do excesso da aceleração da história que caracteriza a sobremodernidade<sup>33</sup>: "a superabundância factual<sup>34</sup>, a superabundância espacial e a individualização das referências" (Augé, 1994, p. 41).

Também Bernard Lamizet se pronuncia a este respeito, afirmando que as alterações no conceito de território se devem a "reformulações dos modelos espaciais de socialização" (Lamizet, 1995, p. 323) através de um trajeto em três etapas: a primeira, cultural, resultante das viagens, gerando um reposicionamento geográfico das referências sociais, a segunda, resultante da internacionalização de bens culturais e a terceira, caracterizada pela emergência da era das redes de comunicação da informação e da formação.

Já nas palavras de Adriano Duarte Rodrigues, a "segmentação do espaço social, [o] desenraizamento da experiência, [a] constituição de novas modalidades autónomas de

---

<sup>33</sup> Na edição brasileira encontramos a redação "supermodernidade". Ainda assim, manter-se-á "sobremodernidade", tradução mais próxima do original "*surmodernité*".

<sup>34</sup> Segundo Augé, a superabundância factual gerará a "dificuldade de pensar o tempo" (1994, p. 32).

espaço e de tempo [e a] secularização dos ritos sociais (...)" (1990, p. 57) evidenciam a profunda pertinência da análise da questão comunicacional com muitas reservas sobre as postuladas vinculações imediatistas a categorizações geográficas pouco claras.

Por tudo isto, aqui pelas palavras de Bertrand Badie, teremos de ponderar uma "nova gramática do espaço" (1997, p. 14). Saliente-se, no entanto, que esta nova gramática não se instituirá pela extinção pura do lugar enquanto território. "Abolição da geografia, fim das fronteiras, território maltratado..., mas, ainda assim, território. E ainda que a globalização tenha por efeito esvaziar as dimensões do espaço, não lhe retira a sua geometria" (Camponez, 2002, p. 35). Tratar-se-á então de uma nova "multiespacialidade" que permitirá definir a crise territorial contemporânea e que é aqui crucial referir, de forma a testar eficazmente as definições operativas para a imprensa regional e local.

João Carlos Correia referirá que "as alterações verificadas na modernidade, no que diz respeito à perceção quer do espaço quer do tempo, exigem novas formas de pensar o encontro entre os agentes sociais" (1998 b, p. 151). Para o autor, as "trocas simbólicas, a ideia de partilha de saberes, o próprio exercício dialógico da racionalidade já não podem ser pensados exclusivamente no âmbito da comunidade tradicional nem no âmbito da noção liberal e restrita de espaço público enquanto lugar de encontro de sujeitos letrados e dotados de racionalidade" (Correia, 1998 b, p. 151).

Corroborar-o Anthony Giddens:

"a primazia do local nos cenários pré-modernos tem sido largamente destruída pela descontextualização e pelo distanciamento espaço-temporal. (...) O local e o global tornaram-se inextricavelmente ligados. (...) A comunidade local não é

um ambiente saturado de significados familiares e dados como certos, mas sim, em grande medida, uma expressão localmente situada de relações distantes" (Giddens, 2000, p. 76).

Esta perspectiva retomará o quadro do metafórico nevoeiro de José Gil (2008, p. 8) já abordado por nós, obrigando a considerar o local e o global como dimensões indissociáveis e afastando-nos da distinção tradicional entre ambos.

Tal posicionamento impele à seguinte reflexão: com o extraordinário e explosivo avanço do desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, a interação social sofreu também mutações, afastando-se das suas tradicionais definições de partilha do espaço, "admitindo formas de interação dificilmente abordáveis no âmbito das teorias que, tradicionalmente, se debruçavam sobre esse fenómeno" (Correia, 1998 b, p. 152). Também Thompson o corrobora, considerando que o "uso dos meios técnicos de comunicação pode alterar as dimensões espaço-temporal [*sic*] da vida social" (Thompson, 1998, p. 36). Uma vez mais, nas palavras de Carlos Camponez, "a situacionalidade na modernidade torna-se estratégica, resultante de uma relação dialética espaço-temporal. (...) Reifica-se: a noção de aqui e agora torna-se múltipla, desmembrada das suas ligações tradicionais" (2002, p. 44).

A esse respeito, João Carlos Correia afirma que se verificou uma "desespacialização" do tempo, tornando-se mais abstrato ao deixar de encontrar a sua medida na experiência do trabalho e da natureza, desenraizando-se o tempo e o espaço daquilo que é a experiência do dia-a-dia, tal como nos referia Agambem sobre a morte da experiência (2008, p. 22). Correia salienta ainda que "o estudo da interação tem que [*sic*] atender, hoje, à contracção do tempo e ao apeamento do espaço que resultou em grande medida dos meios de comunicação" (1998 b, p. 152). Para esse estudo, o autor recorda a teorização de Thompson sobre as três



modalidades de interação hoje comumente consagradas (interação face-a-face, interação mediada, e quase-interação mediada) e a clara possibilidade da complementaridade entre as três modalidades. Pela tese de Thompson, verifica-se um assumir claro da existência de uma constante troca simbólica entre todos os intervenientes nos contextos comunicacionais que "implica a existência de reciprocidades e a constituição de saberes mútuos que se entrelaçam e contribuem para a partilha de contextos de comunicação" (Correia, 1998 b, p. 154).

Apesar da constatação dessas novas geometrias do espaço e do tempo, João Carlos Correia assumirá um lugar para a imprensa regional e local que considera subsidiário do seu esforço definidor, posicionando-a sob um conceito de espaço público anterior às novas concepções de espaço, às novas geografias da modernidade. A sua ancoragem incidiria num perfil das especificidades do segmento que considera essenciais para a sua caracterização, assentando em vetores sobreviventes do jornalismo pré-industrial que aparentemente serão marcas relevantes dessa especificidade da comunicação social regional portuguesa (Correia, 1998 b, p. 158). Em extremo, tal raciocínio conduziria o autor à hipótese de se considerar que essa especificidade pré-industrial da interação da imprensa regional poderia constituir mesmo uma alternativa, ou, nas suas palavras, "as formas de interação assim prosseguidas na comunicação social regional (...) [poderão ser] o fundamento de uma partilha de saber que facilite a constituição de uma forma de racionalidade alternativa à praticada no jornalismo de massa" (Correia, 1998 b, p. 155).

A proposta revela-se dotada de uma problemática inerente que invalida um eficaz definir do segmento, revelando-se imprecisa no que concerne à sua complexidade. Por exemplo, do mesmo modo que pode ser ponderável que essa proximidade diminua a distância entre os públicos e a notícia, tal pressuposto obrigará à ponderação do seu outro polo,

preconizando-se a também possível concretização da intervenção abusiva de "poderes de facto e *de jure*, demasiado próximos das atividades de produção das notícias" (Correia, 1998 b, p. 155). Rogério Santos segue essa linha particular e destaca a mais recente tomada de consciência do peso da comunicação regional por parte das elites locais para além do "factor económico, traduzido em investimentos e renovação de projectos editoriais". Nesse sentido, pelas suas palavras, serão colocadas duas posturas possíveis:

"A primeira é a possibilidade de influência dos grupos económicos a que os jornais pertencem, com a «secagem» de más notícias sobre as suas empresas (postura negativa). A segunda é a hipótese de criar uma opinião pública forte nas cidades e concelhos ao longo do país a funcionar como contraponto ao habitual centralismo das decisões políticas (postura positiva)" (Santos *in* Santos, 2007, p. 10).

Este até poderia eventualmente ser o novo lugar da imprensa regional e local. Um espaço relacional numa dimensão alternativa à comunicação de massas que se pode posicionar num espectro limitado por aqueles dois polos posturais definidos por Rogério Santos. Desse modo, poderia mesmo constituir-se um modelo de comunicação mais suportado na racionalidade crítica e que permitiria um movimento em dois sentidos, reforçando, por um lado, a identidade das comunidades do seu espectro de relação, por outro, garantindo alargamento e abertura à dimensão global, como fundamentado também nas palavras de Dominique Wolton: "a comunicação só pode multiplicar a difusão de informações, cada vez mais numerosas, vindas de todos os cantos do mundo, porque existem simultaneamente comunidades restritas de recepção e de interpretação dessas informações" (1996, p. 169).

O diálogo entre os autores permite-nos confirmar a preocupação comum a respeito das especificidades da comunicação social regional e local. Este rumo de pensamento enquadrar-se-á num questionário de base afinado por Carlos Camponez: "perante a reformulação que as noções do espaço tendem a sofrer em face dos processos de globalização, qual o papel que ainda resta à comunicação social local e regional na formação dos sentidos?" (Camponez, 2002, p. 31). Com efeito, na pegada do definir da imprensa regional e local, as novas dimensões de espaço e de tempo indicaram possibilidades para o encontro do seu lugar, contribuições para uma delimitação conceptual, apontada aqui em particular por João Carlos Correia como alternativa "a uma comunicação social nacional, geralmente marcada pela virtualização dos públicos, pela massificação e pela cedência crescente às lógicas mercantis da informação-espectáculo" (Camponez, 2002, p. 94).

Aqui, partilhamos a posição de Carlos Camponez quando deixa claras as suas cautelas quanto às limitações desse lugar da imprensa regional e local como "visão alternativa a um modelo massificado de comunicação" (2002, p. 94). A pertinência do seu lugar no contexto dos atuais cenários comunicacionais pode encontrar aí, quando muito, parte da sua especificidade ou realização mais profunda, inevitavelmente diversa e da ordem da complexidade. De acordo com essas tentativas de fixação da imprensa regional num lugar específico até aqui desafiadas, "seríamos quase forçados a aceitar que esta imprensa está mais próxima das formas de interacção face-a-face ou mediada, do que de uma «quase-mediação», que caracteriza a comunicação de massa" (Camponez, 2002, pp. 94-95). Mais do que esse salto gigantesco para um aceitar desse lugar extremado definidor da imprensa regional como alternativa a modelos comunicacionais de massas, percebe-se essencialmente, através desta navegação teórica, que um definir do segmento não pode, de todo, encontrar o seu perfil exclusivamente em critérios de ordem geográfica, ou de lugar de

missão, ou de papel centrado na especificidade do *medium*. Desse modo, incorreríamos numa estranha imutabilidade definidora perante contextos extraordinariamente mutáveis, seja territorialmente, seja do ponto de vista dos padrões comunicacionais nas suas diversas escalas.

## 1.2. O esclarecimento de definições operativas

### *1.2.1. O segmento e o conceito de pacto comunicacional*

A simplicidade de uma definição precisa para o segmento analisável tratado como imprensa regional e local, como vimos, não é imediata, contrariamente ao que possa parecer a familiaridade do tema. A sua maior dificuldade resulta talvez dessa intimidade quotidiana de matriz quase tradicional, ao ser um conceito tão próximo que a sua definição se perde no uso, resumindo-se muitas vezes à geografia o balizamento pretendido. Assim, seguiremos as pisadas de Carlos Camponez na perspectiva de almejar definições operativas passíveis de serem aqui utilizadas. Para isso, o autor socorreu-se de uma perspectiva alargada, "onde intervenham simultaneamente as instituições, as práticas sociais e os *media*". A proposta apresentada resulta da desancoragem da componente tecnológica dos *media* das diferentes formas de comunicação mediáticas, focando-se sobretudo nos "objectivos preconizados pelos seus utilizadores" (Camponez, 2002, p. 96).

Nesse sentido, enquanto "modalidade de comunicação", convirá posicionar o segmento da imprensa regional e local como no contexto geral dos *media*, naquilo que Camponez traduz por Publicização (2002, pp. 96-101) na senda de Francis Balle (1987). Este segmento dos *media* apresentará os seus limites inscritos num espectro que se compreende desde o

"infinitamente pequeno" ao "infinitamente grande", desde a nossa aldeia ou bairro até à dimensão planetária. O posicionamento nessa escala dependerá daquilo que o autor refere como "pacto comunicacional" estabelecido entre emissor e recetor e no qual age também a escolha do *medium*, sendo definido dentro dos contextos comunicativos dos sujeitos e dos destinatários das mensagens.

A sua proposta pressupõe esse alargamento do debate a uma perspetiva interdisciplinar considerando as instituições, as práticas sociais e os *media*. Com efeito, algumas das definições vistas anteriormente antecipam já esta postura, ao procurarem o lado relacional e o papel social da imprensa regional e local, nomeadamente quando referem o seu lugar de vinculação de públicos para lá do universo da região, ou mesmo quando vão explorando o seu papel de alternativa ou preenchimento de lacunas do fenómeno comunicacional. Afasta-se assim da análise pura das componentes tecnológica e territorial, centrando-se sobretudo na dimensão humana, na vertente das expectativas e objetivos dos seus utilizadores. Nas palavras de Francis Balle, vemos que "as distinções correntemente estabelecidas entre *media* «quentes» e *media* «frios», *media* «escritos» e *media* «audiovisuais», *media* de «grupo» e «*mass media*», aqui e ali opostos aos «*self-media*» incorrem (...) no erro de confundir a técnica com a utilização que as pessoas têm o prazer e o desejo de deles fazer" (1987, p. 143). Deste modo se definirá o tal "pacto comunicacional" que definirá o "regime comunicacional" das comunidades ou sociedades. Melhor dizendo, ainda nas palavras do autor, trata-se da "consideração simultânea, dentro de um determinado contexto, das diversas atividades de comunicação, das suas proporções respetivas, das técnicas que as servem e das instituições que constituem o lugar da sua realização" (Balle, 1987, pp. 144-145). Assim, percebe-se que a interação entre emissores e recetores decorrerá de acordo com a perceção que vão guardando mutuamente a seu respeito e a respeito do

outro. O seu modelo permitirá então a elaboração de um quadro como o que vemos em Carlos Camponez, a partir de Francis Balle:

QUADRO 2 – Tipologia das formas de comunicação pelos *media*.

Recetor visto pelo Emissor	Emissor visto pelo Recetor		Modalidades de Comunicação
	Mediador	Prestador de Serviços	
Grupo fechado	<i>Confraternal</i>	<i>Associativa</i>	Troca
Grupo semifechado	<i>Identitária, causas</i>	<i>ideias, ideologias</i>	Propagação
Grupo aberto	<i>Publicações de proximidade</i>	<i>Publicações de massa</i>	Publicização

Fonte: Camponez (2002, p. 100).

A exploração alargada do modelo de Balle é feita por Camponez, mas, no que concerne particularmente a este estudo, iremos centrar-nos na última linha do quadro, onde se posicionará o segmento aqui em análise. No caso, a audiência é vista pelo emissor como aberta, definida nessa categoria dada a sua virtualidade, sendo de difícil definição imediata. A sua única "(in)característica é a de se encontrar algures, num dado momento: quer se trate de um bairro, de uma cidade, de um país ou de uma mancha geográfica coberta por um sistema de satélites. Nesta acepção, o grupo aberto abarca a noção de grande público" (2002, p. 97). Confirma-se assim o posicionamento da imprensa regional e local na tal categoria entre o infinitamente pequeno e o infinitamente grande no contexto geral dos *media* e da comunicação de massa, distantes, ainda assim, de esgotarem a sua definição na tecnologia usada ou no espaço geográfico de origem.

Aceitando a enorme variabilidade que ocorrerá no modelo de Francis Balle, sempre dependendo do pacto comunicacional a estabelecer em cada momento entre os seus intervenientes e, no sentido de afinar a posição das "publicações de proximidade" e das "publicações de massa", recordem-se as dificuldades anteriormente referidas a respeito da imprensa regional como modelo alternativo a uma comunicação de massa. De facto, este modelo traz nova luz sobre o problema, abrindo mais pistas definidoras. Entendendo-se tal categorização como resultante da forma como o recetor vê o emissor, fará sentido aceitar que a distinção entre ambas resultará sobretudo do posicionamento empresarial e da sua estratégia face aos próprios conteúdos e à sua relação com um território e um público mais ou menos vastos. Acrescente-se que este posicionamento empresarial resulta também do regime económico que enquadra os meios de comunicação social, pelo que o pacto comunicacional implica também o próprio modelo empresarial.

### *1.2.2. Outras propostas definidoras decorrentes do conceito de pacto comunicacional*

Ao começarmos a encontrar contornos mais nítidos para o precisar da definição das "publicações de proximidade", obrigamo-nos a registar outras propostas de categorização para a imprensa regional e local como as de "verdadeiro local", de "semilocal", de "local comprometido" e de "falso local" assim traduzidas por Camponez (2002, pp. 101-102)<sup>35</sup>.

Com efeito, esta categorização de Gabriel Ringlet (1981, pp. 85-87) sobre a imprensa local belga prende-se com o posicionamento dos *media* face ao contexto e à estratégia informativa

---

<sup>35</sup> No original, "«vraie» locale", "demi-locale", "locale engagée" e "«fausse» locale" (Ringlet, 1981, pp. 85-87).

adotada e vem, mais uma vez, mostrar que o pacto comunicacional se pode fazer para além do território. A primeira categoria apresentada debruça-se sobre uma verdadeira preocupação em detalhar e esmiuçar o local, não sendo muitas vezes uma categoria homogénea, encontrando-se algum sensacionalismo, mas procurando dar resposta a um eventual compromisso entre o jornal e os leitores. A segunda surge mais inserida num espírito comercial, procurando públicos mais diversificados, ficando a informação local subordinada à informação nacional dirigida a um público mais vasto. A terceira inscreve a imprensa partidária ou sindical, a imprensa "alternativa" de posicionamento mais parcial. Já a última, caracteriza-se claramente mais pela preocupação em vender o jornal do que o local.

Como se vê, estas categorias revelam-se perfeitamente compatíveis com o conceito de pacto comunicacional de Balle e com a enorme diversidade de figuras e contornos que ele pode assumir e que nos obriga à flexibilização dos quadros terminológicos. Verifica-se que:

"(...) não existe uma informação nacional. Não existe uma informação local. Existem modos de contar, de ler e interpretar os acontecimentos dentro de uma geografia de geometria variável. O lugar em que nos posicionamos não é indiferente às formas como contamos, como lemos e interpretamos a informação: do nacional para o local; do local para o nacional; da esquerda para a direita; da religião para o agnosticismo, das bases para o poder... O onde se recolhe a informação local e o onde se vive não é indiferente a esse pacto entre o emissor, o receptor e os *media*" (Camponez, 2002, p. 102).

Deste modo, surgem espaiadas as balizas do conceito. Quase como se nos afastássemos para reiniciar a focagem. Aproximando-nos lentamente, vemos que o "objeto construído" que é a imprensa regional e local, de acordo com Albert Mabileau (1980, p. 5), o tal segmento quotidianamente familiar, se apresenta como detentor de especificidades, nomeadamente a



sua matriz aparentemente imprecisa. O autor refere que a especificidade do conceito de imprensa regional e local enquanto "objeto construído" deixa "subsistir uma certa ambiguidade segundo o lugar que lhe atribuímos no processo de informação. A sua significação e a sua especificidade não são idênticas se pretendermos esclarecer a produção da informação, a sua difusão ou ainda a sua receção pelo indivíduo" (Mabileau, 1980, p. 5). Tal ideia leva-nos a novas pistas de distinção, considerando-se a "informação pelo local", "informação sobre o local" e "informação para o local". A primeira tipologia prende-se sobretudo com o controlo da informação; "quem são os actores locais que detêm a informação e que papel desempenham na sua difusão ou retenção?". A segunda incide sobre o conteúdo dessa informação e será o local onde se poderá efetivamente descortinar as diferenças entre a informação local e a nacional. A terceira encontra o seu campo na relação entre as publicações regionais e locais e os seus leitores.

Em suma, procurar-se-á definir o segmento no seu todo: "como instituição social, como compromisso mediático e territorial e como estratégia empresarial" (Camponez, 2002, p. 103). A sua especificidade resultará da sua articulação e posicionamento nos diversos territórios onde se move, "do seu compromisso com a região e do seu projeto editorial".

### *1.2.3. O papel da localização no definir do segmento*

Faltará pesar com mais detalhe o papel da localização neste pacto comunicacional, mas tentando escapar à aparente ligeireza de definições anteriores<sup>36</sup>. De facto, o local

---

<sup>36</sup> Com efeito, a geografia pode ser determinada pelo pacto comunicacional em níveis de relação menos lineares do que o pretendido pelas definições mais correntes. Por exemplo, o facto da imprensa nacional portuguesa ser exclusivamente sediada nas regiões metropolitanas, sobretudo em Lisboa, diz muito a esse respeito, uma vez que a sua localização acaba por legitimar a sua prévia pretensão de se constituir como *media* de expansão para todo o país, assim simbolicamente representado pelo seu Centro, a sua Capital.

condicionará definitivamente o seu raio de ação no que toca ao "espaço geográfico de implantação" (sendo também "lugar de produção e apreensão dos acontecimentos"), ao "espaço da difusão privilegiada e estratégica", aos "conteúdos partilhados", à "informação disponível" e à "seleção do ou dos públicos" (Camponez, 2002, p. 108).

Assim, a geografia/território terá inevitavelmente um específico lugar estruturante na definição da informação local, ainda que não se confundindo com ela. O autor cita Günter Kieslich a respeito dessa relação, salientando que "o local confunde-se com o sistema comunicacional institucionalizado criado por uma sociedade local". Nessa aceção, poderá entender-se por comunicação local tudo o que "diz respeito à maioria das pessoas e membros integrados nesse sistema local". Por outras palavras, comunicação local será o "processo permanente, uma troca constante de significantes". Será através desta troca constante de significantes que "a vida pública local é criada e que o próprio local se institui como sistema social" (Camponez, 2002, p. 109).

Já a proposta de Juan Maciá Mercadé, não escamoteando a pertinência do carácter geográfico para a definição da informação local, refere outros critérios para a delimitação e formação dos conteúdos da imprensa local e regional, como descrito por Camponez:

"Assim, teríamos de ter em conta questões como a sede territorial da publicação;  
o seu âmbito de difusão e cobertura; a vocação e intencionalidade da publicação;  
o tratamento dado aos conteúdos; a percepção do jornal sobre o leitor; e a relação  
com as fontes de informação institucionais" (2002, p. 109).

Tal definição supera claramente as restrições de uma excessiva valorização dos aspetos de ordem geográfica que, no mundo em rede, continuam a ser importantes mas revelando-se

menos decisivos. Ela "impõe à geografia a necessidade dos conteúdos" (Camponez, 2002, p. 110).

As formas de comunicação associadas aos novos *media*, "pondo cobro ao modelo tradicional da comunicação de massa", permitem a criação de comunidades que partilham interesses comuns, ainda que não se vinculem a lugares. Camponez depreende assim que "as comunidades formadas na base de interesses comuns e sem lugar se distinguem de um outro tipo de comunidades, mais tradicionais, *as de lugar*, e sobre as quais trabalha especificamente a imprensa local e regional, embora não de forma exclusiva" (2002, p. 110).

Deste modo, a imprensa regional e local diverge dessas outras formas de comunicação em rede pela ancoragem território/conteúdo. A expressão de Jean-Marie Launay esclarece: "quem diz imprensa regional diz informação local" (Launay *apud* Camponez, 2002, p. 110). Acrescenta-se: "é, de resto, nesta ligação conceptual entre a sua localização territorial e a territorialização dos seus conteúdos que a imprensa regional e local constrói a sua razão de ser, a sua especificidade e a sua força" (Camponez, 2002, p. 110).

Apesar dessa inevitável vinculação entre a localização territorial dos conteúdos e a territorialização pelos conteúdos, como já vimos, não se poderá assumir tal relação como resultado de delimitações naturais, como se a comunicação local se colasse a uma prévia existência regional ou local, tal como se pretende em grande parte das definições abordadas no subcapítulo anterior. Na senda de Bourdieu, aceita-se que o vínculo entre identidade e região é sobretudo resultado de um processo construtivo social.

Naturalmente, nesta aceção, poderá depreender-se que a própria existência de imprensa regional é reificadora da existência de unidade geo-sociológica da mesma natureza do periódico regional: a região. Aliás, Hélène Cardy já referia que o ato de nomeação é evidência primeira da reificação regional (Cardy, 1997 a, p. 13) e tal nomeação é o primeiro lugar da existência de um periódico regional ou local geralmente evidente no próprio título e estatuto editorial. Paulo Ferreira cita Aníbal Alves e reforça tal evidência referindo que "a imprensa local participa nas tarefas de definição e formação da identidade e mudança da sociedade de que é fruto e alimento" (Ferreira, 2005 a, p. 851). Para Camponez, a imprensa regional possui o poder de nomear e criar território não apenas em momentos de rutura, mas "no seu discurso (do) quotidiano" (2002, p. 112).

#### *1.2.4. O segmento como imprensa de proximidade*

A proposta definidora de Carlos Camponez acabará por infletir inevitavelmente para aquilo que propõe como "jornalismo de proximidade", conceito que escapa à fragilidade das definições legais quando, com pouca clareza, aparentemente separam os processos comunicacionais dos territoriais<sup>37</sup>. A esse respeito discorre: "é nesta recriação de territórios, de regiões e de lugares que devemos também procurar a formação da noção de proximidade" (Camponez, 2002, p. 113). O conceito é recorrente, tendo já sido apresentado por diversos autores como Teun van Dijk quando falava de "proximidade local e ideológica" (1996, pp. 173-181), referindo-se à sua dimensão enquanto transversal a todos os valores-notícia, ou mesmo Michael Palmer na sua referência à "necessidade de uma «comunicação de proximidade»" (Palmer *apud* Cardy, 1997 a, p. 7). Aliás, será inevitável enunciar o artigo de

---

<sup>37</sup> Tais definições tendem a surgir com carácter meramente operativo, visando classificações a partir das quais serão determinadas políticas de financiamento.

Paulo Serra, ensaio para uma gênese do conceito, reportando-se a Walter Benjamin quando, já em 1936, apontava a proximidade como "uma das características essenciais da informação jornalística" na medida em que essa informação "fornece pontos de referência sobre algo que está próximo" (Serra, 2006, p. 1).

Naturalmente, o conceito de proximidade não se enuncia como exclusivo da imprensa regional, uma vez que se enquadra na inevitável aproximação dos *media* noticiosos aos seus públicos. O conceito surge como "um dos mais complexos utilizados no campo jornalístico, tendo em conta a transversalidade, a polissemia e, conseqüentemente, a opacidade com que é utilizado nos diferentes domínios de aplicação, nomeadamente empresarial, ético e socioprofissional" (Camponéz, 2012, p. 35).

A proximidade será regra de ouro no jornalismo, considerando-se mesmo como "Lei da Proximidade", resultante de várias orientações: "geográfica, afetiva, psicológica, temporal, cultural, sociológica ou política, existencial e prática" (Martin-Lagardette *apud* Rolland, 2012, p.12). A esse respeito, Yves Agnès assinala quatro grandes "frentes" tradutoras dessa lei. A primeira que refere é a temporal, que "indica as gradações de receptividade do leitor relativamente ao momento dos acontecimentos". Primeiramente o leitor dirige o seu interesse para o que se passa amanhã, em seguida para hoje e depois para ontem, anteontem e outro tempo qualquer. A segunda frente é a geográfica; "quanto mais perto os acontecimentos se passarem do indivíduo, mais importante ele os considera". A terceira será a da aproximação psicoafectiva, a partir da qual se considera que "o sexo, a vida e a morte, a segurança e o amor, o destino, o acaso e o dinheiro são questões que interessam a todos". Esta será a componente de proximidade que fará o sucesso da imprensa sensacionalista, através do *fait divers* de êxito garantido. Por último, teremos a proximidade social que será

mais bem descrita como "lei da proximidade familiar" que aponta como "temas quentes" a família, a profissão, a classe social, a religião, a ideologia e a política (Agnès, 2008, pp. 40-42). Este carácter polissémico permitirá ao *medium* explorar o conceito de proximidade de acordo com a sua postura estratégica.

Deste modo, facilmente se entenderá que a proximidade em si não será apanágio exclusivo da imprensa regional e local, podendo estar presente, estrategicamente disposta, em quaisquer *media* a considerar. Assim se pode entender que a proximidade é condição essencial para a construção do quadro de referências que permitirá decifrar o mundo. No entanto, o conceito não perde operatividade no que à definição de imprensa regional e local diz respeito. De facto, a proximidade destes *media* será aquela em que a específica proximidade geográfica assume um papel distintivo preponderante. Neles, a proximidade tem um significado particular, vincando as suas especificidades e identidade.

Sistematizando, Carlos Camponez traça as linhas para a precisão almejada, defendendo que o jornalismo regional se articula em "torno de conceitos como território, comunicação e comunidade" e que a sua definição deve partir do "conceito de pacto comunicacional realizado no contexto de comunidades de lugar" entendidas como "comunidades que se reconhecem com base em valores e interesses construídos e recriados localmente, a partir de uma vivência territorialmente situada". Nesse pacto comunicacional intervêm "critérios como o espaço geográfico de implantação do projeto editorial; o lugar de apreensão, recolha e produção dos acontecimentos noticiados; o espaço privilegiado de difusão da informação; o tipo de conteúdos partilhados e de informação disponibilizada; enfim, a definição dos públicos" (2002, pp. 36-37).

Considerar-se-á aqui estabelecida a definição operativa capaz de dar resposta à indagação em curso. Quando falamos de jornalismo regional e local, falaremos nesta perspetiva, na senda de Francis Balle, de "publicações de proximidade", de jornalismo de proximidade ou imprensa de proximidade, jornalismo realizado no contexto das comunidades de lugar e que considere os critérios enunciados.

Pela definição explorada, a imprensa regional confirma-se já como prolífero terreno de análise, uma vez que, se esta proximidade é também agente de construção de comunidade, será também nessa comunicação de proximidade que encontraremos certamente traços da sua identidade.

### 1.3. Decorrências do definir: especialização ou especificidade?

O ato de definir é, em si mesmo, o delimitar que reifica, isola e categoriza. A classificação apresenta-se dotada do inevitável carácter arbitrário subjacente a qualquer tentame demarcatório. De facto, as expressões *Imprensa Regional e Local*, *Publicações de Proximidade* ou *Jornalismo de Proximidade* não surgirão imaculadas de consequências, muitas vezes servindo para conotar, ideológica e socio-profissionalmente, uma eventual separação entre uma imprensa de primeira e uma imprensa de segunda (Camponez, 2002, p. 107). Tal significação acarretará consequências ainda mais marcantes quando abre espaço para a divisão dos profissionais de jornalismo que, contrariamente ao estatuto que regulamenta a profissão<sup>38</sup>, muitas vezes, informalmente, criam no seu discurso divisões ou subclassificações como a de "jornalista regional"<sup>39</sup>. A legitimidade e vantagens operativas de tais divisões revestem-se de contornos que convirá apurar. Procura-se, pois, mais esclarecimento quanto à natureza particular do jornalismo de proximidade.

Joana Martins debruça-se sobre a questão e assume que, uma vez que "sofre uma maior aproximação do público-alvo, a imprensa regional é encarada, por alguns autores, como uma imprensa especializada, na medida em que a proximidade entre o leitor e o público modifica o conteúdo das mensagens" (2008, pp. 50-51). Julio Puente, à altura diretor do diário galego Faro de Vigo, referia em 1996: "há que começar a considerar a imprensa local como um tipo

---

<sup>38</sup> "Estatuto do Jornalista - Publicada em 13 de Janeiro de 1999, a lei fundamental para o exercício da profissão de jornalista define a respetiva atividade, normas de acesso à profissão, direitos e deveres dos jornalistas, acesso às fontes e sigilo profissional, entre outros aspetos. Foi alterada pela Lei n.º 64/2007, de 6 de Novembro, com retificações feitas pela Declaração de Retificação n.º 114/2007, da Assembleia da República" (Sindicato dos Jornalistas, 2014).

<sup>39</sup> A esse respeito, atente-se no caso meramente exemplar da notícia de 07/04/2014 do jornal Público disponível da edição *online* onde se pode ler "Artigo sobre forma como tribunal de S. Pedro do Sul se desfez de mobiliário antigo custou pesadas multas a jornalista regional" (Henriques, 2014).



de imprensa especializada, como acontece com a económica ou a desportiva" (Puente *apud* Camponez, 2002, p. 119). Em defesa da sua posição, considera que, com o esbater das fronteiras globais, com o eclodir do cosmopolitismo, recrudescer o interesse pelo local, assumindo que "é nessa universalização, por muito chocante que pareça, que está o auge da questão da proximidade" e que "somos tão instantaneamente iguais que a curiosidade exterior diminui". Defende que, num mundo "cada vez mais uniforme" que entra todos os dias em casa através dos *media*, a única coisa que funcionará como distintiva será a "nossa aldeia", a realidade que nos é mais próxima (Puente *apud* Camponez, 2002, p. 120).

A sua posição culmina então num reivindicar de um perfil de tal forma específico para o jornalismo de proximidade que considera mesmo a sua categorização como especialidade. Uma especialidade que entende um "jornalismo do miúdo", uma "informação microscópica", um "jornalismo de nomes e apelidos".

Nesta tentativa de decifrar os seus particularismos, maiores legitimadores da sua categorização, subsistirá a ideia de um jornalismo em que o emissor e o recetor coexistem num diálogo íntimo, onde a distância entre os intervenientes se esbate e o pormenor ganha contornos mais nítidos. Para Michel Mathien (1983, pp. 36-44), esta imprensa desempenha funções bem marcadas, das quais Carlos Camponez destaca seis. A primeira é o seu papel de "elo da comunidade a que se dirige". A segunda consiste na sua constituição como "complemento à experiência quotidiana dos seus leitores" através da informação disponível, seja sobre as realidades mais próximas, seja sobre os acontecimentos mais distantes. Já a terceira pauta-se por "reduzir a incerteza" da envolvência do leitor, procurando dar resposta a questões mais vulgares sobre as "novidades" e a atualidade. Em quarto lugar, deve funcionar como "enciclopédia dos conhecimentos vulgarizados", fornecendo ao leitor uma

base para que o leitor possa adquirir e alargar cultura sobre conhecimentos "mais diversificados e superficiais". Em quinto, deve servir como "banco de dados sobre a região de influência", tarefa facilitada hoje pelo desenvolvimento dos sistemas informáticos e das redes. Além disso, "a imprensa regional detém a vantagem de poder mobilizar arquivos e organizar estes serviços de forma polivalente, centralizada e dispondo de alguma facilidade em assegurar uma constante actualização". Em sexto e último lugar, a imprensa regional cumpre "uma função de recreio e psicoterapia social" (Camponez, 2002, p. 123).

Louis Guéry (1992, p. 24) apresentará o seu reparo, referindo que as funções enciclopédica, recreativa e psicoterapêutica não serão exclusivas da imprensa regional. Na sua perspetiva, a sua especificidade residirá na 1ª e na 5ª função. No caso, estaremos, de uma forma ou de outra, efetivamente em presença de um segmento isolável a partir de características e funções bem determinadas. No entanto, subsistirá a dúvida sobre se o nível de especificidade nos encaminhará realmente para uma especialidade.

A esse respeito, Carlos Camponez esclarece que, a aceitar-se a hipótese da especialidade, estaríamos perante um diferente paradigma, perpendicular à especialização tradicional. Com efeito, se as especialidades jornalísticas tradicionais (económica, política, desportiva, etc.) forem entendidas como resultado de cortes verticais sobre os temas do quotidiano, já a imprensa regional seria definida por um corte horizontal na vida de um país. Naturalmente que este posicionamento levanta inevitáveis reservas, residindo a primeira sobre a dificuldade de definir o lugar da eventual especialização vertical no segmento regional da imprensa e a segunda sobre o desafio de onde traçar claramente o vetor horizontal que delimitaria o lugar da região e do território, realidades em permanente construção e oscilação.

Ainda outro problema levantado pelo assumir da tese da especialidade residirá na personalidade profissional dos jornalistas, geralmente cumpridores da cobertura de todas as áreas temáticas da vida da comunidade. "Como entender uma imprensa especializada quando os seus profissionais não o são? (...) [O jornalista da imprensa regional] é no fundo um especialista de generalidades. Uma expressão que reflecte bem a dificuldade do debate que aqui iniciámos" (Camponez, 2002, pp. 126,127).

De facto, tais problemas aparentam revelar-se intransponíveis para a defesa da argumentação de um estatuto de especialização para o jornalismo regional. A especificidade é evidente e já abordada. A imprensa regional consome a sua existência na vinculação à "comunidade de lugar" e opera imbuída do conceito de proximidade que se entrelaça numa geometria variável, consistindo mais numa "geometria da identidade – com tudo o que isso implica de criação e recriação – do que uma identidade geográfica propriamente dita" que já não "se mede em metros" (Camponez, 2002, p. 128).

Tudo aponta, com efeito, para o facto de a imprensa de proximidade se caracterizar pela sua especificidade, não constituindo uma especialidade em si mesma, na aceção comum do termo, referindo-se particularmente a áreas temáticas e disciplinares. Ainda que o jornalista da imprensa regional desenvolva uma "(...) especialização nos assuntos daquela comunidade e daquele território em concreto" (Martins, 2008, p. 53), no nosso entender, o seu significado não deverá ser fletido em excesso, correndo o risco de se perder em abusos polissémicos.

Ainda que, pela sua dimensão e características, muitos dos casos portugueses nos encaminhem frequentemente para esse rumo da especialidade dos assuntos de uma

comunidade, se atendermos a exemplos galegos de imprensa regional de elevadas audiências como o Faro de Vigo ou o Diário de Pontevedra, verificamos que neles se encontram as diversas especialidades jornalísticas. Ora, designando o segmento como especialidade, entraremos em espirais de aparente paradoxo, referindo-nos a uma especialidade que contém especialidades, onde o profissional de imprensa regional de maior escala que se dedica exclusivamente ao jornalismo cultural passa a trabalhar uma especialidade de especialidade, ou ainda uma especialidade específica... Tal opção obrigaria à tal criação de novas categorias como especialidades horizontal e vertical.

Consideramos que a especificidade da imprensa regional é enformada em particularismos suficientes que permitam o seu isolamento e estudo particular, mormente no que ao seu papel de construção identitária diz respeito, coexistindo com outros segmentos num quadro elaborável a partir do pacto comunicacional a estabelecer em cada momento e em cada território. Ou seja, na tal nova geometria, a superação deste quadro lógico poderá passar pela aceitação do termo "segmento", até aqui em utilização, ou, em última instância, da expressão "sector", como utilizado pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC, 2010), percebendo neles a específica personalidade que o caracteriza.

Neste sentido, reitera-se a posição de Francis Balle, reforçando-se o conceito de pacto comunicacional e permitindo, desse modo, o continuar da utilização da nomenclatura "imprensa regional" como segmento da imprensa escrita dotado de particularidade suficiente, mas agora revestida dessa face do conceito de proximidade, posicionamento preciso do pacto assente na esfera das comunidades de lugar e co-interveniente no processo de nomeação e edificação regional.

## 2. Contributos para um perfil do segmento

### 2.1. Definição de charneiras cronológicas

As palavras de J. A. Azeredo Lopes, Presidente do Conselho Regulador da ERC à data, vão ecoando no cenário dos estudos sobre o jornalismo regional:

"O certo (...) é que não conseguia resposta (...) a algumas questões fundamentais: o que é hoje, entrados que estamos uma década no séc. XXI, a imprensa regional e local portuguesa? Que especificidades tem, se é que as tem, relativamente à Imprensa generalista de expansão nacional?" (ERC, 2010, p. 15)

De forma a buscar respostas capazes para o interrogatório, recorde-se, tal como citado no início deste nosso capítulo, que a imprensa em geral e, em particular, o sector regional e local são dotados de uma elevada mutabilidade (ERC, 2010, p. 21), pelo que será de esperar um perfil profundamente heterogéneo de publicações, cujo impacto será de difícil apuramento, o que dificultará o perceber das funções desempenhadas, tal como apresentadas por Mathien ou Guéry no nosso ponto anterior. Também por isso, convirá assentar o conhecimento do segmento num contexto mais alargado, por forma a garantir a maior correspondência entre o estado da arte e o real quadro da imprensa regional. A "actual realidade da imprensa regional não pode ser olhada isoladamente, pois é fruto de uma evolução histórica" (Projecto Mediascópio, 2011, pp. 31, 32), obrigando-nos a voltar o olhar para a cronologia, ainda que sem arrojados de exaustividade, fidelizando-nos sobretudo ao móbil instrumental de tal tentame.

Como seria expectável, o mapear de uma história deste segmento revela-se profundamente lacunar, sendo os dados anteriores à década de 90 profundamente escassos, eventualmente pelo carácter tardio dos estudos de comunicação, ou mesmo pela própria especificidade do objeto, como se viu, ainda dotado de difícil definição consensual. O sentido pragmático que se exige impõe então alguma flexibilidade na recolha e análise dos dados, aceitando-se diferentes definições a respeito do jornalismo de proximidade. Por essa razão, submetemo-nos à frequentemente disponível classificação de acordo com o local de edição, não sendo viável, para o largo espectro cronológico, aferir o perfil do pacto comunicacional em cada momento. Como tal, os dados disponíveis a considerar serão sobretudo relativos às evoluções do número de títulos e à sua distribuição geográfica, às tiragens e, pontualmente, a outras características relevantes para a sua descrição e compreensão, de acordo com o momento histórico, como os seus proprietários e diretores, os seus estatutos editoriais, ou o posicionamento face ao regime, no caso do período antes de 1974.

De acordo com Paulo Ferreira (2005 a, pp. 852-855), por opção metodológica, podemos marcar balizas de orientação conformes às vicissitudes governativas, a que chamará "marcos das políticas de comunicação", no seu caso, apenas entendidos para o período pós-democracia. Para nós, a marcação do início do período que culminará na Revolução de Abril será apontada para 1933, ano da "Constituição Política da República Portuguesa" e início de um novo agir sobre a imprensa regional. De acordo com o autor, os restantes momentos a considerar iniciam-se na janela temporal em 1974-1976, criando uma separação clara entre o tempo da censura nas suas diversas manifestações e a sua abolição, bem como da elaboração de todo um novo quadro legislativo, também no que concerne à imprensa.

O marco seguinte será definido em 1995, início da legislatura de António Guterres, até 2002, momento da aprovação de diversos diplomas (definição do regime de licenciamento das estações emissoras de radiodifusão em Maio de 1997; nova Lei da Televisão em 1998; nova Lei de Imprensa em 1999; a Lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social e o Estatuto do Jornalista, no seu essencial inalteráveis desde os anos 70). Considera ainda um novo período entre 2002 e 2005 marcado pela discussão em torno das "causas e os efeitos da concentração no espaço mediático português" (Ferreira, 2005 a, p. 855). No entanto, dada a abrangência do nosso estudo, consideraremos o último período, de grandes transformações legislativas, delimitado de 1995 ao presente<sup>40</sup>.

A exploração desses momentos reveste-se de um carácter ilustrativo debruçado nas tónicas essenciais dos períodos em causa, permitindo um esboço telescópico, abrangente e contextualizador para a investigação proposta. Nesse prisma serão usados estudos exemplares que permitirão o acesso a um esboço instrumental do panorama cronológico.

## 2.2. De 1933 a 1974

Vindos de um prolífero período de extraordinária expansão da imprensa escrita de "um século, quase ininterrupto, de vivência política liberal" (Barros, 2005, p. 265)<sup>41</sup>, assistimos,

---

<sup>40</sup> As nossas opções de estabelecimento de marcos cronológicos prendem-se em grande parte com a perceção dos grandes momentos de ação legislativa sobre os diplomas essenciais, à partida tradutores das grandes mudanças no segmento. Desse modo, opta-se por uma marcação cronológica mais alargada, buscando-se, por um lado, uma coerência na perceção da dimensão dos períodos, de acordo com o seu início e o seu desenvolvimento. Este cuidado tem particular evidência nas opções para o último período, acautelando-se os perigos de marcações parciais assentes em momentos de alteração cujos verdadeiros efeitos poderiam ser ofuscados pela nossa proximidade cronológica.

<sup>41</sup> Neste ponto do nosso trabalho, pelo menos para o seu início, a análise será particularmente devedora do estudo de Júlia de Barros, que se revela valioso pela sua acuidade e coincidência temática para os anos de 1933 e 1934.

a partir do golpe de 28 de maio de 1926 a uma acelerada diminuição do número de títulos publicados, bem como da sua diversidade ideológica. Corrobora-o a exposição de Luís Dias (2011, p. 32), pontualmente debruçada sobre publicações políticas e aqui validada a título exemplar, trazendo à luz os dados do quadro 3, retirados do Anuário Estatístico de Portugal (1930-1941):

QUADRO 3 – Natureza e número dos jornais políticos em circulação no continente.

	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
<b>Situacionistas</b>	40	35	66	57	93	45	53
<b>Republicanos</b>	81	52	51	50	41	15	-
<b>Republicanos da esquerda</b>	14	35	-	-	-	-	-
<b>Republicanos liberais</b>	1	-	-	-	-	-	-
<b>Socialistas</b>	1	-	-	-	-	-	-
<b>Monárquicos/integralistas</b>	11	11	1	-	-	-	-

Fonte: Dias (2011, p. 32).

O profundo intervencionismo do regime, demonstrado pela redução de 148 periódicos de diferentes correntes políticas para 53 de uma só vertente ideológica em apenas seis anos, é evidência destacada pelo autor e, como veremos, esse será também o leito que definirá o quadro da imprensa regional, designada pelo discurso do regime como "imprensa da Província" (Barros, 2005). Aliás, os diversos estudos apontam um fenómeno imediato para os anos iniciais do Estado Novo, sobretudo após a Constituição de 1933, sabendo-se que "muita da imprensa regional foi proibida [n]este ano [de 1934]" (Ramos, 1986, p. 116).



Sabemos também o lugar de destaque que seria dado nesse período à imprensa regional ligada à Igreja Católica e a coincidência com a diminuição evidente dos títulos não religiosos, transparência da ação do regime. Vemos em Carlos Camponez a alusão clara ao fenómeno:

"Depois de um período inicial de forte crescimento da imprensa regional não religiosa, que se encerra no final dos anos 20, o Estado Novo parece favorecer o aparecimento de jornais mais conotados com a Igreja, sendo este período aquele em que os boletins paroquiais assumem particular expressão e expansão, nomeadamente entre 1950 e 1974"<sup>42</sup> (Camponez, 2002, p. 201).

Confirmando este quadro, e demonstrando a ação estatal sobre o segmento, o estudo de Júlia Leitão de Barros, ainda que muito focado numa curta janela de tempo (1933-1934), será aqui manancial de informações valiosas. Nele se constata o papel que a Direção Geral dos Serviços de Censura (DSC) e o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) assumiriam no agir do regime sobre a imprensa regional. De facto, tais organismos, legitimados pela nova Constituição de 1933, tornar-se-iam alicerces complementares da ideologia antiliberal e nacionalista, bem registada nas palavras de Salazar, citadas pela autora, a respeito de não se afigurar como possível "o luxo de deixar reinar de novo (...) a divisão e a discórdia e de permitir às lutas partidárias o fraccionamento da unidade moral da Nação" (Barros, 2005, p. 265). Acrescente-se ainda a citação de Joaquim Pais de Brito do preâmbulo do concurso "A aldeia mais portuguesa de Portugal", referindo-se ao SPN a quem competia "combater por todos os meios ao seu alcance a penetração no nosso país de quaisquer ideias perturbadoras e dissolventes da unidade nacional" (Brito, 1982, p. 511).

---

<sup>42</sup> Esse lugar privilegiado da Igreja Católica no quadro da imprensa do Estado Novo será também confirmada pela tese de Orlando César Gonçalves (2012, pp. 71-72).

O papel da imprensa para o Estado Novo revestir-se-ia, pois, de uma importância essencial, "enquanto meio de formação e informação" (Barros, 2005, pp. 265, 266), sendo imediatamente alvo de estratégias de controlo logo a partir de 1933, pela mão da DSC e do SPN. Disto será confirmação óbvia a elaboração pelo Secretariado da Propaganda Nacional do "Relatório Sobre o Estado Actual da Imprensa de Província (1 de Janeiro de 1933)", apenas três meses volvidos da sua criação e do documento "Imprensa de Província, Relatório Referente ao ano de 1934" no ano seguinte.

Acautele-se porém a situação esparsa dos estudos sobre o período em análise. Uma vez mais, o discurso inevitável:

"Não [é] fácil caracterizar a imprensa de Província portuguesa em 1933. Impera sobre ela um total vazio historiográfico. Faltam-nos inventários de títulos, monografias sobre a sua implantação regional, os seus colaboradores, a sua organização, as suas práticas jornalísticas, funções sociais, etc. (...) A história da imprensa portuguesa do século XX está por fazer. Neste sentido, os anos de 1933-1934 serão obrigatoriamente o ponto de partida possível da nossa análise, forçada à perspectiva do curto prazo, pela exiguidade de conhecimentos que dispomos sobre o assunto" (Barros, 2005, p. 266).

Ressalve-se, contudo, que o período em análise permite legitimar com clareza a marcação cronológica atrás proposta. O momento corresponderá a uma viragem na postura política face às publicações regionais e aí se consagra a sua importância fulcral para o esclarecimento do perfil do segmento, ainda que intrinsecamente tangencial.

A designação "imprensa de Província" obriga, neste quadro, ao esclarecimento da nomenclatura provincial. À luz do citado primeiro relatório do SPN, Província corresponderá à seguinte descrição:

"A totalidade das localidades do país (do continente), à exceção das cidades de Lisboa e do Porto. Tudo indica ser esta representação partilhada pelos responsáveis políticos da década de trinta, porque insusceptível de provocar qualquer interrogação. Mais, nesse esforço de «reconstrução» política e social que o Estado Novo advoga, e no qual o SPN participa, a leitura de um país dividido em dois, entre «cidades» distintas da «Província», revelar-se-ia operacional" (Barros, 2005, p. 267).

Este aspeto demonstra bem a forma de circunscrição do território pelo Estado Novo. Com efeito, para a autora, tal divisão não será remetida para a mera arbitrariedade, legitimando tal pressuposto nos dados dos censos de 1940, recorrendo sobre os dados disponíveis. Das 3987 freguesias existentes, 2858 eram rurais, não ultrapassando os 2000 habitantes. Era em Lisboa e no Porto que se encontrava 72% da população residente em localidades com mais de 10.000 habitantes. Lisboa tinha uma população de 709.179 habitantes, o Porto, 262.309 e todas as outras capitais de Distrito tinham menos de 30.000 habitantes, à exceção de Setúbal (aproximadamente 37.000) com os casos particulares de Guarda e Bragança abaixo dos 7000. Também a análise económica do mesmo ano trará o mesmo sentido ao perfil nacional. Em 1940, 51,5% da população mantinha-se ligada à agricultura, sendo que os restantes sectores económicos estavam concentrados nas áreas Porto-Braga e Lisboa-Setúbal, com 103.402 dos 190.149 indivíduos dedicados ao comércio a habitarem em Lisboa e no Porto e 52.773 dos 100.880 funcionários públicos a exercerem funções nas mesmas duas cidades. A coexistência destes dois mundos seria também ela dotada de particular distanciamento, com a existência de apenas 10 aparelhos telefónicos por cada 1000

habitantes. Dos 90.000 quilómetros quadrados do território do continente, apenas 20.000 eram dotados de rede de estradas e a rede ferroviária, profundamente concentrada no litoral, atingiam apenas 3500 quilómetros (Barros, 2005, p. 267).

O ponto de vista de Júlia Barros é pertinente, ainda assim, remetendo aparentemente a demarcação para o campo da *contingência*. No entanto, a sua assunção é merecedora de precauções, considerando o já exposto a respeito do jogo entre *referência* e *contingência*, pedra de toque para o presente estudo. De facto, se a assimetria era uma realidade, também é clara a opção do legislador em manter tal situação, não nos sendo imediata nem aceitável a, ainda que ligeira, sugestão da ideia de abandono da carga arbitrária do processo demarcatório, apenas por força exclusiva da *contingência*. A comprovar a nossa posição estará a historiografia do Estado Novo, já abordada em trabalho anterior (Simões, 2005, pp. 15-23 e 27-47) demonstrativo da clara escolha arbitrária da tipologia demarcatória, ainda que jogando a favor da prévia *contingência* da distribuição demográfica e económica.

De qualquer das formas, o quadro traçado contribuía naturalmente para esse desenhar de um país a duas velocidades e terá legitimado o poder central para a diferente atuação sobre a imprensa de Província, reconhecendo-lhe "um papel potencialmente influente nos meios sociais em que operava. O relator do (...) [Relatório Sobre o Estado Actual da Imprensa de Província (1 de Janeiro de 1933)] reconhece de forma genérica «a importância da imprensa de Província como meio de propaganda nas cidades, vilas e aldeias», salientando a necessidade de «conhecê-la o melhor possível»" (Barros, 2005, p. 267).

A inventariação da imprensa regional resultará dessa necessidade de conhecimento para a direcionar, ainda que o resultado careça de dados hoje tidos como essenciais no quadro das

Ciências da Comunicação. "O levantamento de títulos não é (...) acompanhado por nenhuma informação objectiva complementar, que nos ajude a caracterizá-la, por exemplo, periodicidade (...), nome dos directores das publicações, venda direta ou por assinatura, tiragens, ano de criação, etc." (Barros, 2005, p. 268). O trabalho do SPN aponta metas sobretudo para o instrumental conhecimento da realidade nacional que o poder central ignoraria de todo, permitindo-lhe, sobretudo, controlar o poder que o segmento exercia de forma circunscrita e local. Ainda assim, de forma a trazer mais alguns dados, ainda que informais, a autora procedeu a uma leitura transversal de alguns dos títulos constantes do "relatório" e constatou a elevada frequência de ocorrências de concentração de funções de um único indivíduo (diretor, redator, administrador, proprietário).

Outras características foram encontradas nos documentos estatais, das quais se poderão destacar as baixas tiragens, as grandes dificuldades financeiras e de implantação profundamente desigual no território. A título de exemplo encontramos, num mesmo momento, 2 títulos no Distrito de Bragança a par com 35 no Distrito de Aveiro. Tal situação muito deveria à densidade populacional bastante heterogénea, mas são vários os casos relatados que contestam o imediatismo dessa explicação como os exemplos de Faro e Leiria, bem mais povoados que os de Portalegre ou Évora e, ainda assim, apresentando número muito próximo de publicações.

Para o nosso delinear, será também essencial atender aos dados coligidos que apresentam o número de publicações, dispondo aqui também da sua classificação, de acordo com a régua do SPN, em situacionistas, simpatizantes, neutros e anti-situacionistas.

QUADRO 4 – Número de títulos e classificação política dos jornais de "Província", por Distrito.

	dezembro de 1933					dezembro de 1934				
	Situac.	Simpat.	Neutro	Anti-situac.	Total	Situac.	Simpat.	Neutro	Anti-situac.	Total
<b>Aveiro</b>	4	9	6	16	<b>35</b>	10	9	4	13	<b>36</b>
<b>Beja</b>	0	1	2	5	<b>8</b>	1	2	2	3	<b>8</b>
<b>Braga</b>	2	6	6	5	<b>19</b>	3	6	5	5	<b>19</b>
<b>Bragança</b>	0	0	1	1	<b>2</b>	2	1	0	0	<b>3</b>
<b>C. Branco</b>	3	2	3	1	<b>9</b>	5	1	1	1	<b>8</b>
<b>Coimbra</b>	5	5	3	10	<b>23</b>	5	8	6	5	<b>24</b>
<b>Évora</b>	0	3	7	1	<b>11</b>	2	8	2	2	<b>14</b>
<b>Faro</b>	0	3	5	2	<b>10</b>	2	3	4	1	<b>10</b>
<b>Guarda</b>	2	3	2	4	<b>11</b>	2	3	3	1	<b>9</b>
<b>Leiria</b>	2	3	3	2	<b>10</b>	2	5	1	0	<b>8</b>
<b>Lisboa</b>	4	1	4	3	<b>12</b>	8	2	2	4	<b>16</b>
<b>Portalegre</b>	0	2	8	2	<b>12</b>	3	3	4	1	<b>11</b>
<b>Porto</b>	6	4	5	10	<b>25</b>	7	6	3	9	<b>25</b>
<b>Santarém</b>	1	5	5	1	<b>12</b>	1	8	1	0	<b>10</b>
<b>Setúbal</b>	2	6	3	4	<b>15</b>	1	5	3	1	<b>10</b>
<b>V. do Castelo</b>	3	2	2	7	<b>14</b>	3	6	0	5	<b>14</b>
<b>Vila Real</b>	2	2	2	2	<b>8</b>	2	5	1	1	<b>9</b>
<b>Viseu</b>	3	4	2	5	<b>14</b>	3	5	1	4	<b>13</b>
<b>Total Nacional</b>	39	61	69	81	<b>250</b>	62	86	43	56	<b>247</b>

Fonte: Barros (2005, p. 291).

Verifica-se, da análise dos dados, o trabalho exaustivo levado a cabo pelo SPN, no sentido do levantamento e da ação direta sobre o segmento. Esclareça-se que, a respeito das classificações propostas pelo SPN, a autora refere mesmo que "não estaremos certamente a forçar a realidade se colocarmos num mesmo bloco pró-regime, todos os jornais

referenciados nas categorias atrás descritas: situacionistas, simpatizantes e neutros" (Barros, 2005, p. 272).

O esforço de observação por parte do regime configura-se numa estratégia clara de ação direta sobre os *media* regionais. "A estratégia que parece prevalecer e avançar é a de cerco ideológico. Ao SPN e à DSC coube, ao que parece, materializá-lo" (Barros, 2005, p. 273). Muito raramente se propunha a suspensão de um título, tendo a ação sobre a imprensa regional sido exercida com ponderação e cautela, até porque tudo leva a crer que seria considerada a tese de dois blocos, pró e antirregime, o que reduziria drasticamente a necessidade de uma ação abrupta no que respeitava às categorias "situacionistas, simpatizantes e neutros", ficando apenas a categoria "anti-situacionista" como realmente preocupante para o regime.

"O regime tinha (...) a possibilidade de optar por uma acção insinuante, assediante, que opera múltiplos reacertos locais, com raras intervenções severas ou inesperadas. Os pequenos «quistos» opositoristas eram só excepcionalmente retirados cirurgicamente pelos «bisturis» locais orientados pelas duas mãos invisíveis, da Censura e do Secretariado de Propaganda Nacional. A vaga de mal-estar, a haver, seria localizada, a censura não lhe permitiria ter voz" (Barros, 2005, p. 274).

No espaço de apenas um ano, as alterações verificadas foram sem dúvida relevantes, como se verá no Quadro 5, verificando-se uma reconfiguração da imprensa de "Província", fosse através de criação ou suspensão ou transferência de categoria dos títulos já inventariados.

QUADRO 5 – Jornais de "Província" suspensos e criados no ano de 1934, por Distritos.

	Suspensos					Criados				
	Situac.	Simpat.	Neutro	Anti-situac.	Total	Situac.	Simpat.	Neutro	Anti-situac.	Total
<b>Aveiro</b>	0	0	0	2	<b>2</b>	2	0	0	1	<b>3</b>
<b>Beja</b>	0	0	0	2	<b>2</b>	1	0	0	1	<b>2</b>
<b>Braga</b>	0	0	0	0	<b>0</b>	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Bragança</b>	0	0	0	0	<b>0</b>	1	0	0	0	<b>1</b>
<b>C. Branco</b>	0	1	2	0	<b>3</b>	2	0	0	0	<b>2</b>
<b>Coimbra</b>	0	0	0	2	<b>2</b>	0	2	1	0	<b>3</b>
<b>Évora</b>	0	0	0	0	<b>0</b>	2	1	0	0	<b>3</b>
<b>Faro</b>	0	0	1	0	<b>1</b>	1	0	0	0	<b>1</b>
<b>Guarda</b>	0	0	0	2	<b>2</b>	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Leiria</b>	0	0	0	2	<b>2</b>	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Lisboa</b>	0	0	1	0	<b>1</b>	3	1	0	1	<b>5</b>
<b>Portalegre</b>	0	0	0	2	<b>2</b>	1	0	0	0	<b>1</b>
<b>Porto</b>	1	0	0	0	<b>1</b>	1	0	0	0	<b>1</b>
<b>Santarém</b>	0	0	2	0	<b>2</b>	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Setúbal</b>	1	2	2	2	<b>7</b>	1	0	0	1	<b>2</b>
<b>V. do Castelo</b>	0	0	0	0	<b>0</b>	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Vila Real</b>	0	0	0	0	<b>0</b>	0	1	0	0	<b>0</b>
<b>Viseu</b>	1	0	0	1	<b>2</b>	1	0	0	0	<b>1</b>
<b>Total Nacional</b>	3	3	8	15	<b>29</b>	16	5	1	4	<b>26</b>

Fonte: Barros (2005, p. 289).

A ação de controlo revela-se efetivamente como ato de minúcia quando confrontados com os dados do Quadro 4. Corroboram-no também os registos das "transferências de classificação política" dos periódicos regionais. Para além das 29 suspensões e 26 novos



títulos, dos quais 22 podem ser considerados pró-regime, temos ainda 54 transferências, das quais, 49 foram favoráveis à "situação".

É este cenário de franca utilização da imprensa regional enquanto ferramenta de doutrinação e propaganda que inicia o primeiro período cronológico identificado. Repare-se que a importância atribuída ao segmento era, sem dúvida, da maior importância, colocando-a imediatamente sob a alçada do regime, impedindo focos de discórdia, apesar da distância comunicacional e civilizacional que separava o centro da periferia. Com efeito, essa preocupação resultaria certamente do papel de destaque que o periódico de proximidade ocupava na vida das comunidades, sendo muitas vezes de leitura comunitária e profundamente estimado. O jornalista d'*O Comércio do Porto*, Hugo Rocha, autor da obra "Jornalistas" editada pela Liga Portuguesa de Profilaxia Social e citado por Júlia Barros, refere a esse propósito em 1946:

"o leitor provinciano, para quem o jornal constitui, quase sempre, um azeite cultural e uma respeitável bíblia que importa consultar, para poder orientar-se e formar opinião, não lê levianamente o seu jornal. Pelo contrário; se o artigo lhe agradou, se lobrigou nele um reflexo do seu próprio bom senso, faz mais do que lê-lo e recomendar a leitura à sua família, aos amigos, aos conhecidos: recorta-o, cuidadosamente, e guarda na carteira e coloca-o no álbum das coisas respeitáveis, junto da certidão de matrimónio e da folha selada do arrendamento"

(Rocha *apud* Barros, 2005, p. 270).

É, portanto, passível de consenso a identificação de um traço caracterizador para o período: ainda que seja excessivo o assumir de uma uniformização geral pela ideologia do regime, a imprensa regional no período do Estado Novo será dotada, de forma geral, de um alinhamento com um cunho ideologicamente estatizante, formatada desde a raiz por uma

monitorização apertada do regime. Reveste-se de um carácter efémero e de pequena expressão, de reduzidas tiragens e recursos financeiros e humanos. Funcionará tendencialmente, na sua pequena abrangência, como câmara de ressonância do ideário salazarista muito graças ao cerco que o regime lhe votaria.

### 2.3. De 1974 a 1995

O estudo das publicações regionais para este período é, de forma análoga, parco em recursos historiográficos. Ainda assim, vai sendo possível traçar linhas mestras para um perfil:

"Os dados atestam-no: entre 1974 e 1986, no universo dos *media* regionais nenhum jornal diário atingiu 10 mil exemplares por edição; poucos diários e semanários regionais tinham jornalistas profissionais nos seus quadros; a Igreja Católica era a principal proprietária do sector<sup>43</sup>; o amadorismo era a regra; a qualidade era baixa; e as publicações estavam enfeudadas a interesses locais ou nacionais" (Ferreira, 2005 a, p. 855).

De facto, os dados apresentados pelo estudo da Comissão de Coordenação Regional do Centro, publicado em 1992, corroboram-no, permitindo auscultar o panorama nacional através da apresentação de informação à dimensão do território continental português para o início da janela temporal considerada. De notar que o estudo carece de algumas cautelas de análise. No entanto, na senda de Camponez, a sua validade é inevitável e as suas conclusões são corroboradas por outro estudo coevo de João Pissarra Esteves (2002, p. 203).

---

<sup>43</sup> A este respeito convirá matizar a expressão de Ferreira, recordando sempre a elevada variabilidade do segmento, pelo menos quando se refere à Igreja Católica como principal proprietária. No caso, esse dado não será tido como suficiente para assumir uma generalizada e inevitável orientação editorial.

No caso, os dados apresentados excedem largamente uma clara definição de imprensa regional, sendo consideradas todas as publicações periódicas por local de sede, excedendo mesmo o preconizado pelo já citado Estatuto da Imprensa Regional (Decreto-Lei n.º106/88 de 31 de março, 1988, p. 3), incluindo, por exemplo, boletins paroquiais e outros títulos de diversa ordem, bem como não deixando de apresentar "algumas lacunas" (Camponez, 2002, p. 203).

QUADRO 6 - Número de títulos e tiragem média mensal por mil habitantes da imprensa periódica dos Distritos e do continente em 1970 e 1978.

	Imprensa Periódica		Tiragem média mensal/1000 habitantes	
	1970	1978	1970	1978
Aveiro	52	51	354	381
Beja	14	9	417	185
Braga	72	74	719	536
Bragança	12	5	163	88
Castelo Branco	33	19	698	619
Coimbra	61	52	1380	1091
Évora	18	9	1217	709
Faro	15	16	291	133
Guarda	39	23	481	370
Leiria	40	28	960	552
Lisboa	457	505	14583	8980
Portalegre	14	7	278	178
Porto	161	135	4511	4034
Santarém	53	40	459	286
Setúbal	24	29	340	279
Viana do Castelo	32	33	303	310
Vila Real	13	10	557	166
Viseu	54	43	300	306
Continente	1164	1088	-	-

Fonte: Jacinto *et al* (1992, p. 94).

O espaço para a sua análise é inevitável para o conhecimento do segmento, permitindo-nos aceder a informação suficiente para um traçar de perfil. Destes dados apresentados no estudo, será imediatamente possível surpreender uma diminuição dos títulos publicados, bem como a reduzida expressão vertida nas baixas tiragens, já referidas por Paulo Ferreira e a sua tendente diminuição no período. "Entre 1970 e 1978, assistiu-se a uma diminuição generalizada do número de títulos (6,5%) e do valor das respectivas tiragens (13,9%) em termos nacionais e regionais" (Jacinto *et al*, 1992., p. 58).

QUADRO 7 – Número de títulos da imprensa periódica da "Região Centro" e sua periodicidade.

	Anos	Imprensa Periódica							
		total	diária	bissemanal	semanal	quinzenal	mensal	trimestral	outra
Aveiro	1970	52	-	-	15	10	20	1	6
	1973	57	-	-	15	8	23	4	7
	1978	51	-	-	12	13	17	9	-
Castelo Branco	1970	33	-	-	5	1	20	3	4
	1973	32	-	-	6	4	12	3	7
	1978	19	-	-	4	-	12	3	-
Coimbra	1970	61	1	2	16	3	25	6	8
	1973	69	1	2	12	3	26	4	21
	1978	52	1	3	8	1	13	4	22
Guarda	1970	39	-	-	6	4	26	-	3
	1973	32	-	-	6	2	23	-	1
	1978	23	-	-	4	2	17	-	-
Leiria	1970	40	-	1	8	5	21	2	3
	1973	33	-	1	4	7	17	1	3
	1978	28	-	-	6	5	13	1	3
Viseu	1970	54	-	1	9	8	27	7	2
	1973	58	-	1	8	7	29	8	5
	1978	43	-	1	5	5	24	8	-
Região	1970	279	1	4	59	31	139	19	26
	1973	281	1	4	51	31	130	20	44
	1978	216	1	4	39	26	96	25	25
Continente	1970	1184	23	10	186	100	464	140	231
	1973	1274	20	9	159	112	428	176	340
	1978	1088	25	12	148	118	405	204	176

Fonte: Jacinto *et al* (1992, p. 95).

Como se vê, e considerando os números orientados para os Distritos da "Região Centro", tal apuramento da redução de títulos é imediato, sendo também de realçar a reduzida expressão da imprensa de curta periodicidade e o predomínio das publicações mensais.

Para a referida "região", e trabalhando os dados relativos à natureza das publicações, os autores identificariam o momento em presença como charneira para a viragem a uma terceira fase da imprensa regional na senda do há pouco apresentado por Carlos Camponez e, *grosso modo* concordante com o nosso balizamento cronológico, podendo então ser distinguidos até aqui três grande momentos. Um primeiro, que se encerra no fim dos anos 20 e que "corresponde a uma fase inicial da informação regional, onde predominam os títulos não religiosos que eram publicados nos grandes centros". O segundo, que se iniciaria com o "advento do Estado Novo" e que coincidirá com a redução do surgimento de periódicos não religiosos e com "o aparecimento de jornais mais conotados com a Igreja, sendo de assinalar a enorme difusão de boletins paroquiais verificada entre 1950 e 1974". Finalmente, o terceiro, marcado a partir de 25 de Abril de 1974 e no qual se assiste a uma profunda evolução qualitativa e quantitativa na imprensa que se publica na Região Centro (Jacinto *et al*, 1992, p. 63).

Saliente-se que o terceiro período referido não corresponderá a uma explosão, mas, sobretudo, ao iniciar do processo de aumento das publicações não conotadas com a Igreja Católica. Um processo que decorre a várias velocidades, naturalmente mais expressivo nos concelhos do litoral, predominantemente nos "centros de dimensão intermédia que correspondem aos lugares sedes de concelho". Verifica-se que "a proliferação da informação regional e local foi o resultado direto e a resposta imediata às mudanças sócio-políticas

verificadas; o período que então se inicia «viu nascer muito mais periódicos e jornais locais e nacionais do que todo o período do Estado Novo» (Jacinto *et al*, 1992, pp. 63-64).

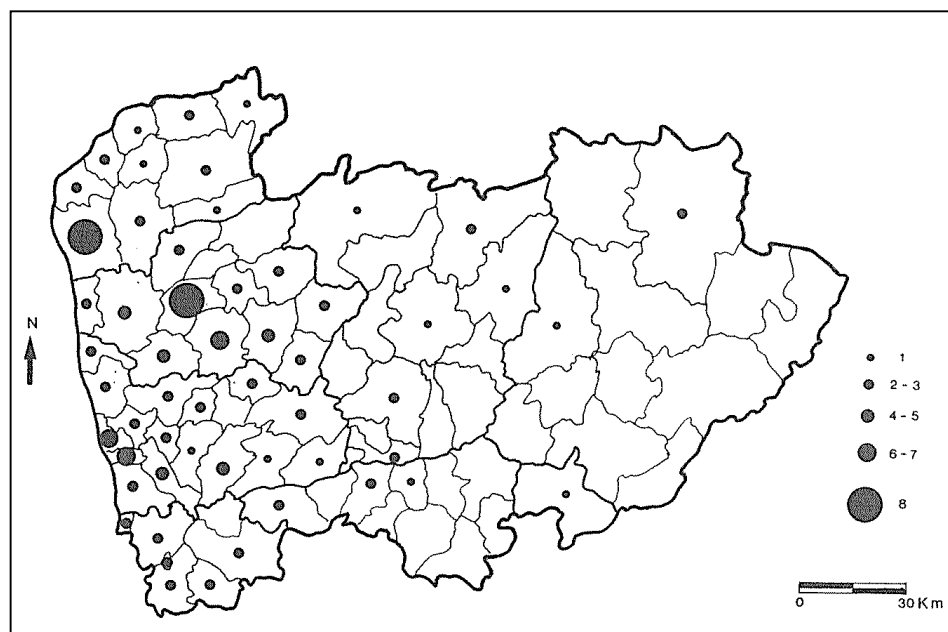
Para o segmento, de acordo com os dados do seu estudo relativos ao final dos anos 80, convirá refletir então sobre um perfil essencial: como vimos, continuará a desenvolver-se preferencialmente no litoral e nos centros de maior dimensão, como se pode apurar pelos dados do estudo relativamente às tiragens. O número de assinantes será muito superior no litoral, ainda que a difusão seja maior no interior, fenómeno à partida resultante dos fenómenos migratórios e do envio dos periódicos para o estrangeiro.

Um importante fator de inércia potencialmente ilustrativo da velocidade a que as mudanças ocorrerão encontra-se no estudo feito sobre os diretores. Na sua grande maioria foram identificados sacerdotes, certamente ligados aos periódicos conotados ou ligados à Igreja. Nos outros casos, verificava-se que o cargo de diretor podia, de alguma forma, "identificar-se com determinadas formas de prestígio (pessoal, familiar ou intelectual) ou de poder (económico ou político), encontrando-se, por isso, dependente das alterações operadas na esfera económica, social e política locais". Tais mudanças revelavam-se geralmente lentas no contexto local, conferindo assim um registo de continuidade, "perpetuando alguma inércia à imprensa regional". Tal situação revelava-se ainda devedora do registo de conhecimento e confiança estabelecido entre os diretores e os seus leitores, em particular nos periódicos com maior "tradição e implantação junto das comunidades no exterior da região". Os autores referem ainda que tal situação se revela "bem patente na lenta renovação verificada no cargo de director que, em 31,6% dos jornais analisados, permanecem no lugar há mais de 15 anos" (Jacinto *et al*, 1992, p. 69). Com estes elementos e reconhecendo também a pequena dimensão das estruturas organizativas destes periódicos, certamente se

compreenderá não se assistir a um disparo exponencial de crescimento, mas a uma curva ascendente sem picos marcantes ou mudanças abruptas. Tudo indica que será este o genérico quadro contínuo que atravessará o ano de 1987. Será aí o arranque do XI Governo Constitucional que, no ano seguinte, fará aprovar o Estatuto da Imprensa Regional, através do qual, pelas citadas palavras de Aníbal Cavaco Silva, "o Governo reconheceu formalmente o inegável interesse público deste sector da comunicação social" (Ferreira, 2005 a, p. 856), escapando à letra larga da legislação até então em vigor.

Para esse período, refira-se ainda um outro estudo de pendur regional, corroborando os dados e garantindo a legitimidade do perfil em construção. Trata-se do estudo de Fantina Tedim Pedrosa para o ano de 1987 sobre a "região Norte" abrangendo os Distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e alguns concelhos da Guarda e de Viseu (Pedrosa, 1991).

FIGURA 7 – Número de jornais regionais publicados em 1987, por concelho, na "região Norte".



Fonte: Pedrosa (1991, p. 255).

No seu estudo foram identificados 147 títulos no ano de 1987, repartidos por 55 concelhos de um universo de 90. Como se verifica pela Figura 7, constata-se também uma distribuição evidente do maior número de publicações no litoral. O estudo debruça-se ainda sobre as periodicidades, encontrando-se apenas 3 diários no Porto e 2 em Braga. Para os restantes 145 títulos verifica-se a existência de semanários (40%), de quinzenais (27,6%) e mensais (26,9%). Encontram-se ainda 3 trimestrais, 4 bissemanais e 1 publicado de 3 em 3 semanas.

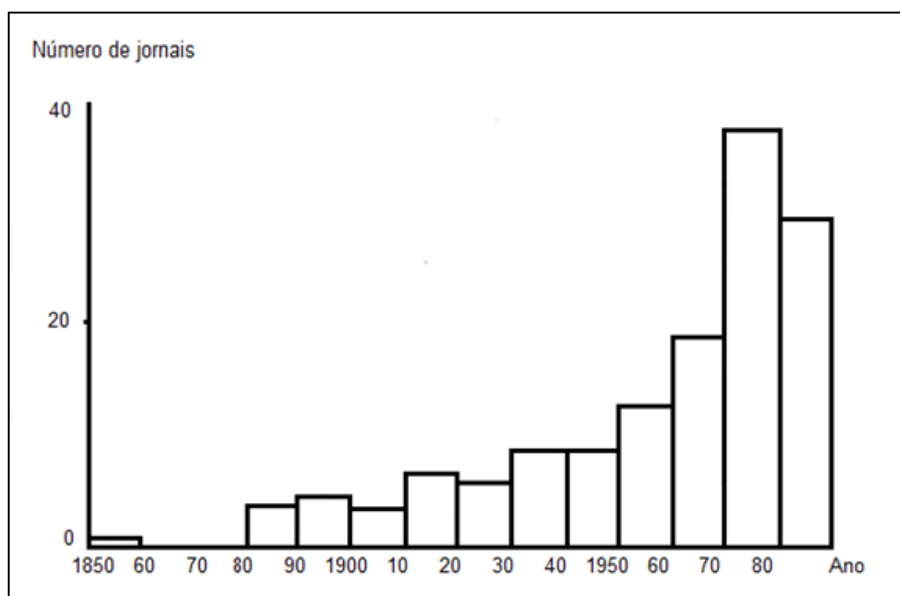
A respeito das tiragens, verificam-se números redundantemente baixos, sendo que 70% das publicações não atinge os 3000 exemplares e 23% variam entre os 3000 e os 9999 exemplares.

Tais cifras podem ser indicadoras do perfil apontado anteriormente, registando-se uma imprensa regional em constante esforço de sustentabilidade e reduzidos meios, a avaliar pelos baixos índices de periodicidades de curta frequência e de reduzidas tiragens.

Na sua análise estabelecem-se ainda distinções de acordo com a data de fundação. Todos os periódicos dos Distritos de Bragança, Guarda, Viseu e Vila Real foram criados após 1930. Os restantes são dotados de maior diversidade, coexistindo títulos do século XIX (7,5%) com outros mais recentes. Ainda assim, no geral, verifica-se que 59,9% foram criados após 1960 e 40,8% após 1973.



GRÁFICO 1 – Número de jornais regionais, de acordo com o ano de fundação.



Fonte: Pedrosa (1991, p. 257).

Destes dados resultará também a salientada evidência da renovação de títulos após a década de 70, o que poderá, de algum modo indiciar a dotação de um novo espírito para a imprensa regional, nascendo em contexto menos cerceado pelo redil institucional do Estado Novo ou mesmo no período pós-revolução. Ainda assim, no seu estudo, é de relevar o valor de 59,2% correspondente aos periódicos criados antes de 1973, sendo de aceitar que, em muitos deles possam ser detetadas rotinas instituídas sob a máquina do regime pré-revolução.

Algumas características patentes no estudo de Fantine Pedrosa encontrarão eco nos anteriores, permitindo-nos, pela mão de Carlos Camponez, delinear um perfil bastante claro a partir dos dados expostos, podendo enunciar-se a "debilidade económica da maioria dos jornais da imprensa regional, expressa no seu reduzido número de páginas e níveis de tiragens médias", a "dominação de uma imprensa ainda de características ideológicas e, nalguns casos, doutrinárias, sobretudo nos meios mais pequenos", a "forte penetração entre

os leitores locais ou com ligações à região", a "relativa estabilidade dos projetos, assim como das suas direções", a "grande proximidade entre o leitor e o jornal, personificado na pessoa do diretor" e a "interligação entre os fenómenos políticos, sociais, culturais e económicos e a existência de uma imprensa desenvolvida e dinâmica" (Camponez, 2002, p. 204).

A ação das publicações de proximidade continuará a investir-se do seu papel essencial e é bem possível que o final da década de 1980, com a aprovação do seu Estatuto da Imprensa Regional, possa ser um momento de marcação interior dentro do período considerado. Veja-se o caso da Guarda em que se verificou "o papel ativo de uma imprensa irreverente, a partir da década de 90" (Amaral, 2006, p. 62) se revelou mais claro e expressivo. Reforçará este ponto a convicção de que "[e]ste cenário local corresponde ao que, em termos nacionais, se começou a verificar a partir dos anos 90. Intensificou-se a competição entre os média [sic] noticiosos, com uma crescente especialização e agenda própria num espaço público cada vez mais disputado (...)" (Amaral, 2006, p. 62).

#### 2.4. De 1995 ao presente

O período que se segue a 1995 inaugura claramente uma nova fase na vida da imprensa regional, pelo menos no tocante ao manancial de dados estatísticos e estudos que, por comparação com períodos prévios, se revela bem mais prolífero e possibilitador de uma análise mais clara. No caso, o trabalho do "Projecto Mediascópio da Universidade do Minho", aqui considerado leitura primaz, traça uma "radiografia geral do sector" transversal a diversos estudos e informações sobre o momento<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> O estudo a que nos referimos é o relatório final "Avaliação da Política de Incentivo à Leitura (ex-Porte Pago)", apresentado a 31 de março de 2011 ao Gabinete dos Meios para a Comunicação Social (GMCS) e elaborado pela equipa do "Projecto Mediascópio – Estudo da reconfiguração do campo da comunicação e dos

O número de publicações regionais para o ano de 1998, pelos cálculos do então Instituto para a Comunicação Social, pelas citadas palavras do seu presidente Assis Ferreira, estimava-se nos já referidos "mais de 900" títulos distribuídos conforme as "assimetrias socioeconómicas existentes entre as diversas regiões de Portugal" (Projecto Mediascópico, 2011, p. 32) com periodicidades sobretudo mensais (307, aprox. 34,1%), a que se seguem as publicações semanais (211, aprox. 23,4%) e as quinzenais (163, aprox. 18,1%). Também para este período se verifica um reduzido número de publicações diárias cifrado nos assumidamente inflacionados 30 títulos (aprox. 3,3%). Para o ano anterior, e no encaço da mesma fonte, encontramos tiragens médias de 4500 exemplares, ainda que 300 periódicos incluídos nos 630 a usufruir de porte pago não alcançassem os 2500 exemplares. Apenas 8% (cerca de 50 títulos) alcançavam valores acima dos 10.000 exemplares e apenas 1,5% (10 títulos) ascendiam acima das 30.000 unidades (Projecto Mediascópico, 2011, p. 32).

São ainda acessíveis, para o mesmo período, os dados relativos às suas estruturas empresariais, sendo de realçar os baixos índices de receitas bem como reduzidos níveis de profissionalização, o que indicará um quadro de alguma permanência do descrito para os períodos anteriores.

Para o ano de 2000, o relatório reporta-se aos dados de Feliciano Barreiras Duarte, publicados em 2005, onde se revela que no Instituto da Comunicação Social estariam registados, entre 4291 periódicos, cerca de 900 periódicos categorizados como imprensa regional. Desses, 43% apresentariam periodicidade mensal, 30% semanal e 15% quinzenal.

---

*media em Portugal*” do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho, constituída pelos seguintes elementos: Manuel Pinto, Helena Sousa, Felisbela Lopes, Joaquim Fidalgo, Luísa Teresa Ribeiro, Rui Passos Rocha e Marta Eusébio Barbosa.

O mesmo estudo aponta também a frágil organização empresarial, destacando que, à data, "281 títulos que beneficiavam de 60% de porte pago pelo Estado não tinham «um único profissional com contrato de trabalho»"<sup>45</sup>, notando-se, pela palavras de Barreiras Duarte, a "ausência de políticas comerciais na área da distribuição, com vendas em banca residuais, em média até 200 exemplares (cerca de 85% é distribuído por correio e só 15% é vendido em bancas)" (Duarte *apud* Projecto Mediascópio, 2011, p. 34)<sup>46</sup>. Lugar de destaque à ressalva sobre a profunda incerteza a respeito dos dados da tutela diagnosticada por António Jacinto Costa, reportando-se a incoerências e problemas de registo. Tal não causará espanto pela reportada mutabilidade do segmento e pela particularidade do período em análise.

Citando o OberCom, o estudo em análise refere que "a evolução do sector de imprensa regional, em 2001 e 2002, decorreu sob o signo da crise" (Projecto Mediascópio, 2011, p. 35), sendo referidos 700 títulos para esse período, alguns sem periodicidade regular, "com um tipo de propriedade que se divide ainda entre empresas do tipo unipessoal, entidades de inspiração cristã, poder local ou regional, representando os grupos regionais e nacionais e as médias empresas cerca de 2% do segmento" (OberCom *apud* Projecto Mediascópio, 2011, p. 35). Constata-se também uma progressiva perda do volume de receitas, não sendo colmatado pelo aumento das edições regionais eletrónicas.

Ganha agora maior validade o traçar esteios para um delinear do perfil das publicações de proximidade em Portugal em meados do primeiro quartel do século XXI. O relatório da ERC

---

<sup>45</sup> Os números do GMCS relativos às publicações beneficiadas pelo Porte Pago (até 2006) e pelo Incentivo à Leitura (a partir de 2007) na nossa janela temporal são os seguintes: 1999 – 668; 2000 – 717; 2001 – 554; 2002 – 570; 2003 – 518; 2004 – 537; 2005 – 532; 2006 – 434; 2007 – 343; 2008 – 274; 2009 – 229; 2010 – 233; 2011 – 223 (GMCS, 2014).

<sup>46</sup> Relembre-se que Feliciano Barreiras Duarte, à data, ocupava cargo governativo, pelo que o tom de aparente menorização das vendas por assinatura não surgirá de forma inocente, sendo plausível que o governo se revele parte interessada na redução das despesas que o Incentivo à Leitura naturalmente acarretaria.

assume como definição de imprensa, de acordo com a já citada Lei de Imprensa (Lei n.º 2/99, de 13 de janeiro, artigos 9º e 12º), "todas as reproduções impressas de textos ou imagens, disponíveis ao público, quaisquer que sejam os processos de impressão e reprodução e o modo de distribuição utilizado", considerando como publicações periódicas todas as "editadas em série contínua, sem limite definido de duração, sob o mesmo título e abrangendo períodos determinados de tempo" (ERC, 2010, p. 31).

À data do estudo, em 2009, constavam dos registos da entidade reguladora 2942 publicações periódicas com registo ativo, 438 empresas jornalísticas (317 sociedades por quotas, 40 unipessoais, 51 sociedades anónimas, 6 associações e 24 cooperativas de responsabilidade limitada). São dotadas da designação de empresa jornalística as empresas proprietárias de publicações que têm como atividade principal a edição de publicações periódicas. Do registo constavam ainda 12 empresas noticiosas, assim entendidas aquelas que, ao abrigo do artigo 8º da supracitada Lei de Imprensa, têm como objeto principal a recolha e distribuição de notícias, comentários ou imagens.

O estudo veio demonstrar a já salientada mutabilidade do segmento, tanto pelo constante surgimento de novas publicações e empresas noticiosas e jornalísticas, como pela cessação de edição ou de atividade de outras. Reforçando este facto, salienta-se a inscrição de 230 novas publicações e o fim de 430, a inscrição de 18 novas empresas jornalísticas e o cessar de atividade de outras 17, isto apenas no ano do estudo considerado.

De forma a apurar o campo das publicações locais e regionais incluídas nos números atrás expostos, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social socorreu-se da sua base de dados, aplicando, como critério selecionador o preconizado no artigo 14º da Lei de Imprensa,

considerando-se como "publicações de âmbito regional" aquelas "que, pelo seu conteúdo e distribuição, se destinem predominantemente às comunidades regionais e locais" (Lei n.º 2/99 de 13 de janeiro, 1999). A seleção foi aberta também aos "títulos de carácter informativo – excluindo-se aqueles que foram classificados como doutrinários<sup>47</sup> –, tendo sido também opção metodológica não contemplar publicações com periodicidades mais espaçadas que a mensal" (ERC, 2010, p. 32). Deste modo, à data de 7 de dezembro de 2009, foram apuradas as referidas 728 publicações periódicas de âmbito local e regional nos 18 Distritos de Portugal Continental e nas duas Regiões Autónomas. Será essencial salientar que "a classificação de «imprensa regional» é feita pela ERC a pedido do editor, havendo publicações que não apresentam este pedido" (Projecto Mediascópico, 2011, p. 37), o que, por si só, fará antever discrepância e fragilidades dos números apresentados. Ainda assim, de acordo com a ERC, será possível, com os dados disponíveis, traçar o seguinte quadro:

QUADRO 8 – Distribuição das publicações locais e regionais por Distrito e regiões autónomas.

Distrito	n.º de títulos	percentagem nacional
Aveiro	67	9.2
Beja	9	1.2
Braga	56	7.7
Bragança	11	1.5
Castelo Branco	16	2.2
Coimbra	35	4.8
Évora	15	2.1
Faro	54	7.4

<sup>47</sup> Tal opção contribuirá também para a perceção da redução substancial do número de títulos, na medida em que exclui diversos periódicos que até então vinham sendo contabilizados e, desse modo, revelando também o peso que a imprensa católica continua a ter no contexto da imprensa regional.

Guarda	28	3.8
Leiria	56	7.7
Lisboa	28	3.8
Portalegre	22	3
Porto	85	11.7
Santarém	45	6.2
Setúbal	47	6.5
Viana do Castelo	39	5.4
Vila Real	22	3
Viseu	54	7.4
R.A.A.	28	3.8
R.A.M.	11	1.5

Fonte: Projecto Mediascópico (2011, p. 39).

O espectro de distribuição nacional é então compreendido entre um máximo no Distrito do Porto com 85 títulos (11,7% do total nacional) e um mínimo no Distrito de Beja com apenas 9 títulos (1,2% do total nacional).

Verifica-se que a esmagadora maioria das publicações são mensários (37,5%), semanais (29,4%) e quinzenários/bimensais (23,9%). "Apenas 18 títulos de imprensa local e regional são diários (2,5%), existindo ainda alguns com periodicidades menos comuns, como é o caso dos bissemanais, trissemanais ou trimensais (2,5%)" (ERC, 2010, p. 34). De referir ainda que apenas 4,3% das publicações são de edição exclusiva *online*, como se pode conferir no Quadro 9.

QUADRO 9 – Periodicidade do universo das publicações locais e regionais (em %).

Distrito	Periodicidade							
	Diário	Online	Bissemanal Trissemanal	Semanário	Quinzenário (e/ou Bimensal)	Mensal	Trimensal e outros	Total
Aveiro	1.5	1.5	1.5	34.3	23.9	34.3	3.0	100.0
Beja		1.1		55.6	11.1	22.2		100.0
Braga	3.6	1.8	1.8	32.1	25.0	35.7		100.0
Bragança		18.2		27.3	27.3	27.3		100.0
Castelo Branco		12.5		37.5	12.5	37.5		100.0
Coimbra	5.7			42.9	25.7	22.9	2.9	100.0
Évora	6.7	6.7		13.3	20.0	53.3		100.0
Faro		9.3		18.5	27.8	44.4		100.0
Guarda				25.0	17.9	50.0	7.1	100.0
Leiria	1.8	10.7		23.2	21.4	42.9		100.0
Lisboa		3.6		39.3	25.0	28.6	3.6	100.0
Portalegre		4.5	4.5	13.6	31.8	45.5		100.0
Porto	1.2	4.7		31.8	31.8	28.2	2.4	100.0
Santarém		4.4		33.3	20.0	42.2		100.0
Setúbal		6.4	4.3	38.3	19.1	31.9		100.0
Viana do Castelo		2.6	5.1	20.5	30.8	41.0		100.0
Vila Real				31.8	36.4	31.8		100.0
Viseu	1.9			18.5	20.4	59.3		100.0



R.A.A.	21.4			35.7	14.3	21.4	7.1	100.0
R.A.M.	27.3			27.3		36.4	9.1	100.0
País	2.5	4.3	1.0	29.4	23.9	37.5	1.5	100.0

Fonte: ERC (2010, p. 35).

Pelos dados apresentados verifica-se também estarmos perante um decréscimo do número de jornais e um predomínio dos jornais mensários (onde continuamos a encontrar muitos periódicos doutrinários).

Podem ainda acrescentar-se elementos no que às estruturas empresariais diz respeito, relativamente aos anos de 2006, 2007 e 2008. Verifica-se "um sector deficitário, (...) revelado por resultados líquidos negativos (...), além de um baixo desempenho pela maioria das empresas em termos de volume de negócios, facturação média, receitas e número de trabalhadores" (ERC, 2010, p. 24). É possível ainda apurar que o sector é constituído essencialmente por micro-empresas (80%) com um número de trabalhadores inferior a dez e por pequenas empresas (19%), sendo a percentagem restante ocupada por médias empresas (ERC, 2010, p. 202).

Considerando a constatada importância do segmento e, esteando pragmaticamente os nossos pilares essenciais para a sua caracterização nos estudos apresentados, reveladores de evidências macroscópicas da necessidade de reconhecimento do terreno, poderemos concluir um perfil alargado. Assim, destes estudos se materializarão as circunstâncias previamente destacadas e aqui constatadas e reforçadas:

"A imprensa local e regional, não obstante desempenhar um importante papel no sistema mediático português, enfrenta enormes problemas, entre os quais, o escasso investimento publicitário e outras fontes de receitas (sobretudo em áreas geográficas económica e empresarialmente pouco consolidadas), o reduzido índice de leitura nas zonas do interior, a diminuição do número de assinantes, as dificuldades na distribuição, e, conseqüentemente, o seu impacto diminuto na vida política, económica, social e cultural, a nível nacional, ao contrário do que sucede nas zonas de circulação, onde o seu impacto é significativo (ERC, 2010, p. 21).

## Notas conclusivas do capítulo

Verifica-se que a imprensa regional e local surge dotada de uma faceta de repositório e expressão do pensar e do sentir das sociedades. Tal dimensão torna-a terreno fértil de estudo, pelo que convirá traçar bem as medidas das suas margens e das suas grandes linhas caracterizadoras. Nesse sentido, para o caso português, foi possível perceber alguma dificuldade em caracterizar clara e consensualmente o segmento. Tal obstáculo é verificável, logo à partida, pela dificuldade de uniformidade numa definição clara e suficientemente abrangente dos seus vários vieses. De facto, as grandes linhas orientadoras dos tentames definidores surgirão em duas grandes dimensões: a frequentemente associada a critérios de delimitação geográfica, numa aceção de território enquanto espaço físico bem delimitado e a que resulta do conceito de pacto comunicacional (mais focado no lado relacional e no papel social da imprensa onde intervêm num mesmo plano as instituições, as práticas sociais e os *media*).

Constatadas as dificuldades de definir um segmento de forte mutabilidade e heterogeneidade, o seu entendimento a partir do conceito de pacto comunicacional vislumbra-se como possibilidade que permitirá ultrapassar as limitações de definições assentes em critérios geográficos, em lugar de missão ou no papel centrado na especificidade do *medium*. Mais, deverá atender-se à inevitável inclusão do segmento no conjunto dos *mass-media*, não aceitando teorizações que o coloquem fora do seu lugar na interação "quase-mediada" na aceção de Thompson (1998).

Assim, foi possível encontrar alguma pacificação da problemática, entendendo-se a imprensa regional e local à luz do "pacto comunicacional" estabelecido em cada momento entre os seus intervenientes, emissores e recetores. A especificidade do segmento resultará da sua articulação e posicionamento nos diversos territórios onde se move, aceitando a importância da localização, mas, neste caso, no que concerne ao "espaço geográfico de implantação", ao "espaço da difusão privilegiada e estratégica", aos "conteúdos partilhados", à "informação disponível" e à "seleção do ou dos públicos" (Camponez, 2002, p. 108). Deste modo, o jornalismo regional será entendido como articulado em "torno de conceitos como território, comunicação e comunidade" e que a sua definição deve partir do "conceito de pacto comunicacional realizado no contexto de comunidades de lugar", entendidas como "comunidades que se reconhecem com base em valores e interesses construídos e recriados localmente, a partir de uma vivência territorialmente situada" (Camponez, 2002, pp. 36-37). Ou seja, não se tratará de um tipo de imprensa que se caracteriza em larga escala por uma delimitação geográfica imobilista que o constrange e o limita. Trata-se antes de uma imprensa que se define pela relação estabelecida a cada instante entre si e os leitores numa profunda relação com um território que será entendido à luz das novas geometrias do espaço e do tempo, não se estancando em supostas delimitações "naturais".

A especificidade desta imprensa regional surge revestida de particularismos de tal forma evidentes, que permitirão o seu estudo particular, não se constituindo como especialidade. Antes se poderá definir como segmento da imprensa escrita dotado de particularidade suficiente e de um específico conceito de proximidade, entendido a partir do pacto comunicacional estabelecido na esfera das comunidades de lugar e co-interveniente no processo de nomeação e edificação regional.

Apesar de imersa nesse oceano da *surmodernité*, da breve análise da história da imprensa regional e local portuguesa, foi ainda possível perceber o seu carácter de profunda ligação a uma perceção do espaço pré-moderna, arreigada a perspectivas geográficas tradicionais que encontrarão eco no próprio definir legislativo. De facto, o segmento da imprensa tido como regional evidenciou a aceitação tácita de dimensões identitárias regionais vinculadas a demarcações geográficas também encontradas na ação legislativa demarcatória já analisada no nosso segundo capítulo. A discussão em torno das características do segmento, estaca frequentemente nesse entendimento do território em dimensões herméticas, olvidando frequentemente as dinâmicas sobremodernas de liquidez conceptual entre local e global. Trata-se aparentemente de um tipo de inércia cognitiva que constringe uma visão mais clara sobre o fenómeno da imprensa em Portugal, tradutor também da visão discursiva sobre o território. Esse entendimento dos *media* para o caso português pode eventualmente ser subsidiário desse percecioner do espaço nacional assente numa narrativa identitária de matriz de lenta evolução, fortemente tradicionalista, nem sempre correspondendo às dinâmicas coevas. Por outras palavras, o frequente e tradicional entendimento da imprensa em Portugal a partir da sua vinculação à geografia poderá corresponder a um certo pensamento das populações que assim constroem também a sua narrativa identitária. Deste modo, a ação demarcatória do Estado, frequentemente deixando de lado as dinâmicas culturais das comunidades e esboçando discursos auto-legitimadores resultantes da sacralização autoral, apresenta-se como coerente com a própria história da imprensa regional, quase sempre entendida mais à luz dessa geografia estanque e imóvel do que de qualquer tipologia de pacto comunicacional. Assim, e indo além do reconhecimento das características do segmento, também será aqui possível verificar alguma corroboração da nossa suspeita relativamente à hipotética possibilidade de se encontrarem vincados traços identitários de matriz geográfica regional.



## CAPÍTULO IV – CO-MEMORAÇÕES IDENTITÁRIAS. O CASO DA IMPRENSA REGIONAL E LOCAL DE VISEU.

### 1. A imprensa de proximidade e a construção identitária

A validade da imprensa enquanto objeto de estudo e fonte de análise é atualmente consensual. Sabemos que a "imprensa tanto constitui memórias de um tempo (...), quanto intervém nos processos e episódios (...)" da História (Vieira, 2013, p. 2). Por outro lado, como já aqui foi sendo dito, as identidades, resultado mutável de construções multifacetadas, mais do que apenas expressas pelos *media*, também neles se veem ser construídas. Efetivamente, "os *media* surgem, quer como espelho da sociedade, quer como construção (reconstrução) da realidade (...): os *media* tendem a reforçar tendências latentes na sociedade (...)" (Cunha, Policarpo, Monteiro, & Figueiras, 2002, p. 29). Já o haviam dito autores como Teun Van Dijk ou Stuart Hall, seja assumindo que "os meios de comunicação não são um mediador neutral, lógico ou racional dos acontecimentos" (Van Dijk, 1996, p. 28) ou considerando que "a comunicação moderna não pode ser entendida externamente face ao campo das estruturas e práticas sociais, porque é, crescentemente, sua constituinte interna" (Hall, 1989). Esta relação profunda de duplo sentido entre os *media* e o tecido social é reforçada também no que toca às identidades, ou, pelas palavras de Dominique Wolton, "para que haja comunicação é preciso que haja identidades constituídas, uma vontade de intercâmbio, uma linguagem e valores comuns" (Wolton, 1996, p. 281).

Será inevitável o assumir que, para a identidade, a imprensa ocupará naturalmente um papel importante. Nas palavras de Isabel Férin da Cunha:

"O sentimento de pertença articula a ideia de identidade, não só no sentido de afirmar as características distintivas do carácter de um grupo ou pessoa mas, também, na perspectiva de resistência ao que é diferente e ameaça a memória identitária, ou ainda, cria condições de imaginar um novo projeto de identidade (...). Neste contexto, os *media* são simultaneamente e de forma complexa, impulsores de novas identidades fixadas de forma regressiva" (Cunha, 2008, p. 383).

As evidências que fundamentam este assumir teórico sobre os *media*, aqui em particular os de proximidade, revelam-se numerosas e foram-se destacando no presente trabalho. Já o Estado Novo o percebera, se atendermos à particular atenção dedicada à "imprensa de Província", "enquanto meio de formação e informação" (Barros, 2005, pp. 265-266). Também a já referida enumeração das funções da imprensa de proximidade, de acordo com Mathien e Guéry, nos apontaram o mesmo rumo, mesmo que só consideremos os pontos de contacto entre os dois, no que diz respeito aos *media* regionais, considerando-se as funções de "servir de elo da comunidade a que se dirige" e de "servir como um importante banco de dados sobre a região de influência, uma tarefa facilitada agora pelo desenvolvimento dos sistemas informáticos e das redes" (Camponez, 2002, p. 123).

Estas serão apenas situações pontuais demonstrativas da validade das premissas apresentadas que ganham contexto quando considerada a literatura específica. Operando em vários níveis do tecido social, a imprensa de proximidade será então fortemente considerada para a construção identitária, ou pelo menos para a sua perceção. Nas sociedades do mega-oceano da invisibilidade, visitar a comunicação local reveste-se de grande preponderância para a compreensão do espaço construído e do espaço efetivamente vivido nas escalas mais reduzidas.



"No complexo paradigma da relação entre o campo jornalístico e a sociedade democrática, a imprensa regional tem especial importância no contributo para a «regeneração» de um espaço público local, potenciando a capacidade racional e acção cívica dos cidadãos sobre assuntos da *res publica*" (Amaral, 2012, p. 1).

Essa "regeneração" de um espaço público local, operada também a partir dos *media* de proximidade torna-se, ainda assim, apenas parte de um processo tido como mais vasto: fala-se mesmo da própria reificação das comunidades que encontram também espaço/território de realização comum nesse território simbólico criado pela imprensa regional e local.

De facto, a comunicação local revela-se profundamente vinculada ao sentir comunitário regional e local pela edificação simbólica da proximidade que a constitui:

"A região, um território definido, possui determinados traços identificadores – a língua, a história, a cultura, a economia, um mesmo projeto para o futuro – em suma, uma identidade própria. Esse território é dominado pelas relações que se geram entre as pessoas, «o que equivale a dizer que a comunicação esteve e estará sempre no coração da construção do território e portanto da região»" (Coelho, 2000, p. 36)

Inevitavelmente, essa profunda ligação resultará mais ainda da vinculação que a proximidade relacional lhe confere. Será através dessa proximidade que se revela óbvio o lugar de reflexo e construção identitária do jornalismo regional e local. Nesse sentido, a recolha argumentativa encontrada no "Projecto Mediascópio" serve o nosso intento, comprovando a validade do campo de trabalho. A esse propósito, o estudo cita Jorge Pedro

Sousa, referindo que no tempo da globalização e desterritorialização, a imprensa regional e local cumpre funções enumeráveis. A primeira será a função "informativa e utilitária", veiculando informações e assim criando vínculos entre os envolvidos. A segunda será a função "de produção simbólica comunitária", contribuindo para a integração, socialização e aculturação dos membros de uma sociedade, pois agudiza o "sentimento de pertença". Em terceiro lugar, pode ser considerada como "veículo de petição e de representação ou de sectores da comunidade ou de toda a comunidade perante terceiros, sobretudo quando se envolve num jornalismo de causas". Em quarto lugar, funciona como "espaço simbólico onde se desenvolvem competições, principalmente entre os detentores do poder político local" ou ainda pode "contribuir para formar e solidificar consensos" (Sousa, 2002, pp. 5, 6).

Essas funções de informação, de produção simbólica comunitária, de petição e representação e de arena social onde se digladiam e se reúnem posições, configuram rapidamente um lugar privilegiado na construção identitária, como vimos, como expressão e agente. Novamente nas palavras de Aníbal Alves, "a imprensa local participa nas tarefas de definição e formação da identidade e da mudança da sociedade de que é fruto e alimento". Ela "define, «informa», isto é, dá forma aos conhecimentos e fenómenos, os quais se tornam, desse modo, «conhecíveis»". Paralela e simultaneamente, ela "nomeia, identifica, reconhece e faz reconhecer as entidades sociais, indivíduos, grupos ou organizações, pelos quais as informações e conhecimentos ganharam força e razão de ser" (Alves *apud* Projecto Mediascópio, 2011, p. 29).

Corroborando essa dupla dimensão, João Carlos Correia considera que "os *media* regionais podem comportar um movimento dirigido em dois sentidos. Por um lado, são instâncias de

reforço da identidade das comunidades com que se relacionam. Por outro, são espaços de uma potencial «abertura ao mundo»" (Correia *apud* Projecto Mediascópico, 2011, p. 30).

Essa ligação entre os *media* de proximidade e a dimensão identitária das comunidades é também assentada por Paulo Ferreira, quando afirma que eles podem ser um "instrumento (porventura decisivo) susceptível de ajudar a criar um renovado espaço público nas comunidades, de modo a assegurar que as identidades não se diluem – as pessoais e as comunitárias" (Ferreira *apud* Projecto Mediascópico, 2011, p. 30).

Para o caso particular das cidades do interior, escutamos novamente Vítor Amaral quando refere que os jornais regionais devem ser entendidos "como instituições com forte relação com o respectivo contexto político e social. São, por isso, espaços propícios à luta simbólica entre os mais diversos actores que, a montante e a jusante, com eles interagem e se relacionam" (Amaral *apud* Projecto Mediascópico, 2011, p. 30).

Também Azeredo Lopes, Presidente do Conselho Regulador da ERC em 2010, reitera esse funcionamento no seio do próprio tecido comunitário:

"A imprensa regional, pude comprová-lo se dúvidas tivesse, desempenha um papel notável de reforço de um conceito rico de cidadania. Cultiva a proximidade, é útil para quem a lê, estimula ou, pelo menos, conserva, laços identitários, culturais e históricos da maior importância – e muitos exemplos concretos conheci. Acarinha o particular, numa altura em que só se prega o global. Cultiva a língua portuguesa, num plano cada vez mais raro na Imprensa em geral" (ERC, 2010, p. 18).

A imprensa de proximidade revela-se assim suficientemente validada como terreno de análise onde se poderão surpreender os traços identitários aqui demandados. Como havíamos visto no início do terceiro capítulo,

"(...) estudar a imprensa regional pode contribuir para compreendermos a realidade económica e social regional e local, e o modo como os actores e agentes intervêm" (Jacinto *et al*, 1992, p. 54).

## 2. A identidade regional nos periódicos viseenses: O afinar metodológico

Pretende-se agora aferir distâncias entre o trabalho demarcatório do centro político-administrativo nacional e o sentir local e regional, bem como contribuir para o esclarecimento e caracterização de uma eventual identidade infranacional e supramunicipal.

Como alvitrado no nosso primeiro capítulo e, de acordo com as reflexões sobre o território mediático do terceiro capítulo, pretende-se agora indagar sobre o discurso da imprensa de proximidade viseense, de forma a surpreender traços ou mesmo sedimentos identitários regionais, coincidentes ou não com o discurso centralista do Estado, para o período a partir de 1959, eventualmente percebendo-se continuidades ou fraturas identitárias. Sendo a imprensa regional um elemento de expressão identitária, consideramos que ela deveria ser um espaço privilegiado para perceber a construção simbólica das comunidades através dos momentos demarcatórios regionais, a partir das iniciativas do Estado. Assim, procura-se verificar através dos *media* regionais a eventual existência e dimensão de uma plausível memória regional.

Procura-se também entender a dimensão do impacto da atuação demarcatória estatal (política e administrativa) e os regimes da sua reprodução ao nível do discurso regional e local. Nesse sentido, e considerando a multiplicidade de ocorrências de mobilização da escala regional pelo Centro referência estatal, apresenta-se como hipótese essencial de trabalho a aceitação da existência de identidades regionais que poderão ser encontradas como sedimento *co-memorativo* orientado no sentido desse seu criador: o Estado. Não se exclui, ainda assim, o cuidado com a deteção de outras tipologias de ocorrências e outras orientações do fenómeno identitário em estudo.

De forma a estabelecer esteios cronológicos precisos para a análise, foram apurados momentos considerados inevitáveis e particularmente marcantes, dotados de elevado potencial para a manifestação de traços reveladores de construção identitária regional e da sua relação com o poder central. Essas datas<sup>48</sup>, determinadas a partir dos dados já referidos e esquematizados no segundo capítulo, correspondem a momentos de profunda alteração legislativa enquanto atos demarcatórios do Centro estatal ou momentos de evidenciada discussão pública sobre a temática. Essas duas tipologias de ocorrência serão, por hipótese, espaços privilegiados de debate ou de expressão identitária que, a existirem, poderão, muito provavelmente, encontrar lugar na imprensa regional. Considera-se assim ser possível aceder aos dados que revelem o impacto dos atos autorais estatais sobre a Nação e assim melhor entender a *contingência* no plano *progressivo*. Acredita-se que, a existirem traços

---

<sup>48</sup> A este respeito, convirá recordar as necessárias cautelas especiais quanto às especificidades da Imprensa Regional e Local no período do Estado Novo, que, devido aos condicionalismos de controlo e da censura prévia, verá a sua ação muito mais limitada no seu espaço de expressão. Nesse sentido, as categorias de estudo deverão ser perfeitamente adequadas, não se centrando exclusivamente em espaços de debate aberto do discurso, mas sobretudo, na identificação dos traços identitários evidentemente marcados, dessa forma permitindo apurar a construção discursiva identitária para o período. A pertinência desses dados é evidentemente notável, permitindo a perceção de eventuais continuidades ou ruturas nos períodos anteriores e posteriores à revolução de 1974.

identitários regionais, a probabilidade de virem à luz aumentará nos momentos em que são postos em causa ou reforçados, ou seja, nos momentos em que se altera ou claramente se assume pretender alterar a demarcação, gerando certamente debates ou reivindicações identitárias. Deste modo, de acordo com o explanado no nosso segundo capítulo, foi possível definir-se um quadro cronológico preciso:

- 28 de setembro de 1959 – Decreto-Lei n.º 42536 – Promulga alterações ao Código Administrativo, extinguindo as Províncias.
- 11 de março de 1969 – Decreto-Lei n.º 48905 – Define a orgânica administrativa adequada ao início da realização do planeamento regional, criando as Regiões de Planeamento.
- 23 de maio de 1977 – Lei n.º 31/77 – Sistema e orgânica de planeamento e composição do Conselho Nacional do Plano – Contempla a criação das Regiões-Plano e respetivos departamentos regionais de planeamento.
- 21 de dezembro de 1979 – Decreto-Lei n.º 494/79 – Cria as Comissões de Coordenação Regional (CCR).
- 12 de junho de 1981 – 1º Encontro das Beiras Sobre Regionalização realizado em Viseu, na sequência da publicação do Livro Branco sobre Regionalização pelo Ministério da Administração Interna no verão de 1980.
- Março de 1983<sup>49</sup> – Publicação do "Relatório nacional do debate público sobre Regionalização" pela Secretaria de Estado da Administração Regional e Local do Ministério da Administração Interna.
- 26 de março de 1986 – Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/86 – Estabelece três níveis de Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

---

<sup>49</sup> O surgimento de dados contraditórios em diferentes fontes não permitiu apurar com toda a segurança o dia exato da publicação do Relatório. De forma a ultrapassar essa questão sem faltar à verdade, considerou-se, para fins analíticos, o mês de março e o de abril de 1983.

- 13 de agosto de 1991 – Lei n.º 56/91 – Lei-Quadro das Regiões Administrativas.
- 8 de novembro de 1998 – Referendo para a instituição em concreto das regiões administrativas.
- 13 de maio de 2003 - Lei n.º 10/2003 – Estabelece o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das áreas metropolitanas e o funcionamento dos seus órgãos.
- 30 de novembro de 2011 – Decreto-Lei n.º 114/2011 – Exoneração de todos os Governadores Cívicos e transferência de competências dos Governos Cívicos para outras entidades da Administração Pública.

Para a escolha das datas de alterações legislativas e de decisões governamentais considerou-se o grau de importância das medidas e a sua relevância e coerência com a bibliografia compulsada. Para isso, atendeu-se, por um lado, à duração temporal da sua implementação efetiva (não sendo consideradas propostas sem aplicação administrativa ou de curtíssima duração), por outro lado, considerou-se a dimensão significativa do debate público gerado, deixando de parte diversas propostas que se ficariam pelo debate partidário e parlamentar. No fundo, foram consideradas datas que traduziriam na prática efetivas alterações demarcatórias, quer nos limites, quer nas competências sobre essas demarcações, ultrapassando o campo da mera discussão político-administrativa e que, desse modo, se revelam claramente dotadas de potencial para se constituírem como espaços de discussão pública de expectável presença na imprensa regional. Para a definição das datas dos restantes momentos não legislativos ou de decisões governativas (1981, 1983 e 1998) considerou-se a extraordinária pertinência dos eventos e a elevada possibilidade de estarmos perante charneiras essenciais geradoras de debate na imprensa regional “beirã”.

Avançar-se-á então para a análise de conteúdo dos periódicos regionais na janela temporal definida. De forma a poder delimitar-se com clareza um *corpus* de análise, procedeu-se ao levantamento prévio dos periódicos da área correspondente ao Distrito de Viseu suficientemente representativos na cronologia proposta num período de dois meses em torno das datas apuradas, um mês antes e um mês depois. Procurou-se então estabelecer uma enumeração e caracterização sumária da Imprensa Regional ali sediada com potencial de objeto de estudo através do cruzamento dos dados da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, do extinto Instituto da Comunicação Social (ICS, s.d.), da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT, s.d.), da empresa Meio Regional (Meio Regional, s.d.)<sup>50</sup>, dos arquivos da Biblioteca Municipal de Viseu e das visitas às redações das publicações assim identificadas. Pretende-se assim conseguir um *corpus* dotado de relevante exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência (Bardin, 1995, pp. 97-98) para o objeto que nos propomos analisar.

Para a definição desse potencial objeto de estudo que permitirá estruturar o *corpus* consideraram-se os seguintes critérios: enquadramento das publicações na classificação de Imprensa Regional ao abrigo da legislação vigente à data do nosso estudo (mesmo quando anteriores a esta), a regularidade, a dimensão temporal da sua edição e o cuidado com elementos de ordem metodológica, como a existência e possibilidade de acesso aos arquivos.

Deste modo, foi possível definir o quadro 10, considerando as tiragens apresentadas nas edições da quinzena de 9 a 23 de fevereiro de 2012, à exceção do *Diário de Viseu*, que, pela

---

<sup>50</sup> A Meio Regional apresenta-se, à data do estudo, como empresa de gestão de suportes publicitários vocacionada para a imprensa regional, tendo trabalhado em parceria com a Marktest na elaboração do estudo *Bareme Imprensa Regional* de 2010. Por essa proximidade com o nosso terreno de análise, considerou-se pertinente a utilização desta fonte como complementar para a validação do cruzamento dos dados sobre as publicações.



não divulgação da tiragem nos exemplares analisados, obrigou à utilização dos valores de tiragem média de 2010, auditados pela APCT, e compilados pela empresa Meio Regional. Será também exceção a este critério o *Notícias de Viseu* que apresenta apenas a tiragem média mensal do mês anterior. Convirá realçar que os dados relativos às tiragens apresentam-se meramente como referenciais ilustrativos do perfil do periódico, mas não vinculativos para qualquer opção metodológica, uma vez que, além da exceção referida do *Diário de Viseu*, foram obtidos a partir dos exemplares impressos das datas referidas.

Deste modo, tal indicador pode encontrar diversas leituras, seja como marcador de expectativas dos próprios periódicos, como estratégia para alcançar patamares de tiragem que permitissem o acesso a situações como o regime de “Incentivo à Leitura”, ou mesmo, em limite, como estratégia de manipulação dos valores da publicidade para as publicações.

Tais situações são mesmo referidas no registo da reunião entre a ERC e os diretores dos periódicos do Distrito de Viseu, no dia 22 de julho de 2009 (ERC, 2010, pp. 92-94), onde se assume o verdadeiro ou mesmo falso aumento das tiragens para alcançar os apoios do Estado, onde se afirma que “ninguém controla as tiragens”, onde é posta em causa a validade dos dados da APCT e onde se questionam os pesos das “audiências da *Marktest*”. No caso, é ainda possível perceber no discurso dos diretores a profunda confusão e falta de clareza existente a respeito das verdadeiras tiragens e das audiências. A mera existência desse debate obriga-nos a proceder com muitas cautelas no que respeita aos dados das tiragens.

QUADRO 10 – Listagem da Imprensa Regional de Viseu com potencial de objeto para o estudo.

Nome	Periodicidade	Início	Tiragem (fev. 2012)
<i>Jornal da Beira</i>	semanal	1921	3700
<i>Notícias de Viseu</i>	semanal	1975	7500 (média de jan. 2012)
<i>Via Rápida</i>	quinzenal	1993	2500
<i>Diário de Viseu</i>	diário	1998	2967 (Meio Regional, s.d.)
<i>Jornal do Centro</i>	semanal	2002	6000

Fontes: (ICS, s.d.); (APCT, s.d.); (Meio Regional, s.d.).

De salientar que, por não cumprirem com os critérios acima enunciados (enquadramento na definição legal, regularidade, enquadramento cronológico e possibilidade de acesso), ficaram de parte alguns periódicos já extintos, de que são exemplo o *Política Nova* (órgão da União Nacional do Distrito de Viseu), o *Voz das Beiras*, entre outras publicações de edição mais pontual, não continuada ou de duração reduzida.

Considerando, para o estudo aqui proposto, um leque temporal que se espraia de 1959 até 2011, cedo ganha sentido o potencial maior da primeira publicação aqui apresentada pela sua continuidade e regularidade no intervalo cronológico apurado. Nesse sentido, numa abordagem inicial, atente-se ao estatuto editorial do *Jornal da Beira* (2007) que reproduzimos aqui na íntegra<sup>51</sup>:

---

<sup>51</sup> Convirá aqui destacar alguns aspetos essenciais vertidos no estatuto editorial do *Jornal da Beira*: 1) assume-se como continuidade de outros periódicos que se titulam da Beira e de Viseu; 2) assume o lema "Por Deus e pela Pátria"; 3) assume-se como Católico; 4) assume-se como avesso aos interesses político-partidários; 5) coloca fora da órbita do "são humanismo" os valores políticos. Tais características podem antever um perfil conservador, eventualmente evitando questões fraturantes da política e da economia.

1º - «*Jornal da Beira*» é um semanário que se publica na cidade de Viseu, ininterruptamente, desde 9 de janeiro de 1921. Foi fundado pelo Cónego Dr. José de Almeida Correia e é propriedade da Diocese de Viseu, sendo dirigido, presentemente, por Diretor, Chefe de Redacção, Adjunto da Redacção e Equipa Redactorial.

2º - O seu Fundador e primeiro Director, em Editorial da primeira edição, esboçou claramente as linhas programáticas da nova publicação, que surgiu na continuidade dos seus diretos antecessores «A Folha», «Folha de Viseu», «Correio da Beira» e «Defesa Social» e que ele sintetizou no seu lema «Por Deus e Pela Pátria».

3º - Com esse fundamento e nessa conformidade, o presente Estatuto Editorial reflecte e assume a linha programática do editorial do primeiro número, nomeadamente:

4º - «*Jornal da Beira*» é um «Jornal francamente católico», que «juntará à defesa religiosa a defesa dos grandes interesses nacionais»; e «nenhuma questão de interesse local, ou nacional lhe será estranha».

5º - «*Jornal da Beira*» manter-se-á «absolutamente estranho aos interesses dos partidos políticos ou dos grupos especuladores...»

6º - «*Jornal da Beira*», além da sua feição doutrinária, terá um carácter acentuadamente regionalista e será verdadeiramente o «*Jornal da Beira*» procurando constituir regular elo de ligação entre a Comunidade onde se situa e os membros dispersos pelo território nacional e pelo estrangeiro.

7º - «*Jornal da Beira*» assume claramente a defesa e promoção dos valores de um sã Humanismo e da dignidade da pessoa humana, na linha da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

8º - «*Jornal da Beira*» assume o compromisso de respeitar os princípios deontológicos da Imprensa e a ética profissional; e declara a sua intenção de não prosseguir apenas fins comerciais, nem atentar contra a boa-fé dos leitores, encobrendo ou deturpando a informação”.

A particularidade do 6º ponto, aliada à transversalidade temporal e à forte implantação, também garantida pela sua inclusão na listagem de publicações com incentivo à leitura (Gabinete para os Meios de Comunicação Social, s.d.), torna o *Jornal da Beira* um posto de observação assaz pertinente.

Emerge também da listagem apresentada o *Notícias de Viseu* como campo observável de análise, também por motivos semelhantes ao caso que acabámos de apresentar, como se vê logo no primeiro parágrafo do estatuto editorial da publicação (*Notícias de Viseu*, 2011, p. 2)<sup>52</sup> que optámos também por reproduzir integralmente:

"- *Notícias de Viseu* é um órgão de informação regionalista, independente, livre de influências políticas, económicas, religiosas ou quaisquer outras, votado à prática de uma informação cuidada, verdadeira e objectiva.

- *Notícias de Viseu* exercerá uma função independente e, tanto quanto possível, informativa e pedagógica, comentando com isenção e rigor, sempre em defesa dos interesses da região, rumo a um Portugal digno como nação livre e soberana, lutando pelo bem-estar de populações, de acordo com os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão.

- *Notícias de Viseu* jamais abusará da boa-fé dos leitores, encobrendo ou deturpando a informação e o seu espaço não servirá apenas para fins comerciais.

- *Notícias de Viseu* garante e impõe total independência aos jornalistas e colaboradores, determinada na lei de Imprensa e compromete-se a respeitar

---

<sup>52</sup> Do estatuto editorial do *Notícias de Viseu*, resulta a perceção de diferenças substanciais face ao *Jornal da Beira* que passamos a enumerar: 1) é uma publicação sem quaisquer antecedentes editoriais, não envolvendo, por isso, nenhuma continuidade jornalística com momentos políticos ou regimes anteriores; 2) apresenta-se como livre de quaisquer influências religiosas ou políticas; 3) não define claramente qual a circunscrição da sua "região" de implantação; 4) nasce num momento de intensa ação revolucionária no país. Estas diferenças poderão revelar-se essenciais, na medida em que, eventualmente, permitirão aferir com maior clareza algum conservadorismo específico do *Jornal da Beira*. Por outro lado, aproxima-se deste último pela sua faceta fortemente regionalista e pelo facto de ter Viseu como ponto de implantação, pelo que será expectável alguma proximidade no tratamento das grandes temáticas da vida regional. Como tal, os dois periódicos, também pelas suas diferenças e proximidades apresentam-se como território eventualmente fértil para a pesquisa pretendida.

também os princípios deontológicos e a ética profissional da imprensa portuguesa".

Os dois periódicos assim escolhidos, à semelhança de grande parte dos seus congéneres, configuram-se como ativos regionalistas, como construtores e agentes de um território tido como regional. Quando contabilizados, para um total de 96 semanas, seriam apurados 189 números. Os periódicos *Via Rápida*, *Diário de Viseu* e *Jornal do Centro* não serão analisados em virtude da sua reduzida abrangência cronológica para o nosso estudo, uma vez que não permitem analisar períodos de ocorrências de grande relevo na nossa janela temporal, como toda a ação demarcatória nos momentos após a Revolução de Abril, o aceso debate regionalista da década de 80 e a própria entrada de Portugal na CEE, tudo momentos anteriores a 1993, a 1998, ou mesmo a 2002, datas do início destas publicações<sup>53</sup>.

Para o nosso estudo, como referido, será utilizada a análise de conteúdo nas suas vertentes quantitativa e qualitativa (Daigneault & Jacob, 2014, pp. 6-24), incidindo sobre o conteúdo manifesto. A análise de conteúdo é um instrumento de tal forma corrente no seio das Ciências da Comunicação que não carece de grandes esclarecimentos. No entanto, no caso do estudo

---

<sup>53</sup> Para os anos de 1977, 1979 (com exceção dos números de 1980) e 1981 foram considerados dois números semanais do Notícias de Viseu, uma vez que, no primeiro destes anos, o periódico apresenta-se como bissemanário e, nos outros dois, como trissemanário, sendo um dos números de cada semana dedicado ao desporto, não evidenciando, na análise prévia realizada, traços pertinentes que permitissem considerar a sua inclusão no estudo, dadas as suas características essenciais de boletim sumário dos resultados desportivos do fim-de-semana. Aparentemente, tal situação poderia tornar-se constrangedora no que concerne à análise conjunta dos dados dos dois títulos, por apresentarem diferentes periodicidades nessas três datas. No entanto, entendeu-se tal situação como pacificada, no que a este estudo respeita, na medida em que é pretendido o levantamento e a perceção da totalidade dos traços discursivos tradutores de um sentir regional em períodos cronológicos determinados, sendo, por isso, absolutamente essencial contabilizar todas as ocorrências verificadas. A quantificação exaustiva com que trabalharemos corresponderá, portanto, à real dimensão da expressão das marcas identitárias a cada momento na área de expansão do periódico. Não nos debruçaremos, portanto, sobre uma quantificação estatística de ocorrências por publicação. Quaisquer relações aferidas entre o discurso dos dois periódicos serão consideradas na perspetiva do conhecimento da real dimensão das ocorrências possibilitador de tipificações da produção discursiva. Consideramos que, deste modo, será possível entender melhor os momentos em estudo, contribuindo para o cruzamento com a análise qualitativa realizada, que permitirá um encontro com os dados, de forma a inferir as grandes linhas dos eventuais traços identitários regionais.

que nos propomos realizar, ela justifica-se, mormente na medida em que "permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos" (Bauer, 2002). Assim, através da identificação precisa das unidades de análise relativas a cada tema de estudo, poderemos proceder à clara quantificação do número de ocorrências em cada categoria de análise, dessa forma sustentando, ou não, as hipóteses colocadas. Por outro lado, numa abordagem qualitativa, sempre que necessário, proceder-se-á à obtenção de "descrições detalhadas de uma realidade que permitam a interpretação de uma situação ou contexto" (Silvestre & Araújo, 2012, p. 76). Assim entendidos, estes dados qualitativos serão, *grosso modo*, "os dados que não possam ser expressos em números" (Tesch *apud* Rodríguez Gómez *et al*, 1995, p. 20). Este tipo de dados poderá definir-se como "uma elaboração primária que nos informa acerca da existência de uma realidade, suas propriedades ou o grau em que estas se manifestam" (Rodríguez Gómez *et al*, 1995, p. 21). Na verdade, a natureza de aproximação inicial à realidade deste tipo de dados oferece-nos franco acesso à caracterização do fenómeno em estudo, favorecendo "a explicação contextualizada", permitindo "aprofundar os elementos singulares ou os que aportam uma visão mais global e/ou integrada dos problemas" (Rodríguez Gómez *et al*, 1995, p. 23).

Já a componente quantitativa da análise de conteúdo obrigar-nos-á à "definição de categorias de sentido pertinentes ao objeto de análise, reflectindo-se nas variáveis e códigos que originam os resultados quantitativos" (Cunha, 2004, p. 8). Assim, será possível identificar e contabilizar a dimensão das ocorrências através de um quadro categorial preciso, bem como buscar o seu sentido diretamente nos contextos, sempre que tal se revele essencial para um esclarecimento ou ampla caracterização de cada fenómeno identificado. Uma preocupação inevitável em tal tipologia de estudo reside na validade das conclusões alcançadas a partir dos textos em análise. Referimo-nos aqui ao que Weber (1990) define como confiança dos

procedimentos de classificação<sup>54</sup>, garantindo, por exemplo, que qualquer investigador que repita os mesmos passos possa verificar os mesmos resultados. A esse respeito, Krippendorff (1980, pp. 130-154) define as três características inevitáveis que garantem o que podemos traduzir por confiabilidade<sup>55</sup>: estabilidade, reprodutibilidade e precisão. No sentido dessa confiança garantida por resultados estáveis, repetíveis, precisos e adaptados à especificidade do campo de trabalho, foi determinada a tipologia de unidade de registo na senda de Krippendorff, traduzido em Bauer (2002, p. 198), optando-se por "unidades temáticas ou semânticas". Tal tipologia é também referida por Bardin como "tema", que, na sua citação de Berelson, corresponderá a "uma afirmação acerca de um assunto. Quer dizer, uma frase, ou uma frase composta, habitualmente um resumo ou uma frase condensada, por influência da qual pode ser afetado um vasto conjunto de formulações singulares" (Berelson *apud* Bardin, 1995, p. 107). Para o apuramento do *corpus* serão consideradas todas as peças que apresentem unidades temáticas explícitas de demarcações regionais, aqui entendidas como toda e qualquer referência a limites infranacionais e supramunicipais.

Tendo em conta o seu carácter mais plástico e a considerável dimensão cronológica do *corpus*, concluiu-se ser a unidade temática a opção mais adequada para lidar com as elevadas variações de estrutura, intervenientes e tipologia de textos do objeto de estudo, bem como a que melhor serve a especificidade do estudo que se apresenta inevitavelmente como condicionante maior. Nas palavras de Bauer (2002, p. 198), "a representação, o tamanho da

---

<sup>54</sup> Nas suas palavras: "Para fazer inferências válidas a partir do texto, é importante que os procedimentos de classificação sejam confiáveis no sentido da sua consistência: diferentes pessoas devem conseguir codificar o mesmo texto da mesma forma. Do mesmo modo, os procedimentos de classificação devem gerar variáveis que sejam válidas. Uma variável é válida quando mede ou representa aquilo que o investigador pretenda que ela meça" (Weber, 1990, p. 118).

<sup>55</sup> No original, *reliability*.

amostra e a divisão em unidades dependem, em última instância, do problema de pesquisa, que também determina o referencial de codificação".

A partir daqui torna-se essencial proceder ao processo de categorização. As categorias poderão ser definidas como "rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos" (Bardin, 1995, p. 117). Por outras palavras, as categorias são "rubricas significativas, em função das quais o conteúdo será classificado" (Grawitz *apud* Carmo & Ferreira, 1998, p. 255) e que devem ter em conta as especificidades do texto a classificar. O processo de categorização utilizado resultará "da classificação analógica e progressiva dos elementos", definindo-se o título de cada categoria no final do procedimento, de acordo com o que Bardin define por "procedimento por «milha»" (1995, p. 119)<sup>56</sup>.

Para o sistema de categorias a definir, atendeu-se também ao mesmo autor, no tocante às qualidades a respeitar, nomeadamente a exclusão mútua, a homogeneidade, a pertinência, a objetividade e a fidelidade e a produtividade. Deste modo, procurou-se garantir que o sistema de categorias resultaria das profundas especificidades do *corpus* face aos objetivos do estudo proposto.

Convirá traçar vários esclarecimentos a respeito das opções que estiveram na base da sua determinação das categorias, procedendo-se à sua elencagem<sup>57</sup>, aqui possível após trabalho

---

<sup>56</sup> A esse respeito, Bardin esclarece: "O sistema de categorias não é fornecido, antes resultando da classificação analógica e progressiva dos elementos. Este é o procedimento por «milha». O título conceptual de cada categoria somente é definido no final da operação" (1995, p. 119).

<sup>57</sup> Cf. Apêndice 1.



sobre as fontes: *Título, Dia, Mês, Ano e Ano Relativo*<sup>58</sup>, *Localização no Periódico, Género Jornalístico, Assinatura da Peça, Atores, Tema, Demarcação Geográfica, Tom, Relação com a Data em Estudo, Reivindicação Essencialista, Marcação Identitária e Escala Identitária*. Com elas foram também determinadas subcategorias que permitirão a sua eficaz delimitação e o não cruzamento intercategoriais.

Será pertinente reforçar que, mais do que uma caracterização dos periódicos em análise, interessa sobretudo a identificação de traços discursivos que permitam trazer luz ao questionário proposto. Ainda assim, são essenciais alguns esclarecimentos. Antes de mais, revelou-se imediatamente inatingível a determinação de uniformidades ou continuidades nas estruturas, distribuição temática ou tipologia textual no universo de estudo. Não foi possível encontrar um padrão coerente para a redação, ou mesmo para a estruturação dos periódicos. Para isso, contribuirão algumas das características já referidas da imprensa regional e local portuguesa e que se confirmaram nos periódicos analisados, pelo menos até às datas em torno do início do século XXI. Referimo-nos a traços intensamente vinculados, aparentemente herdados de um jornalismo pré-industrial, desprovido de um alinhamento editorial coeso e estável, dotado de uma total ausência de critérios de marcação dos diferentes géneros jornalísticos, frequentemente misturando informação e opinião, ou mesmo dividindo peças em várias partes ao longo do jornal, aparentemente organizando-as sem critério lógico. Servem de ilustração as inúmeras ocorrências de artigos iniciados numa página, continuadas noutra e concluídas noutra ainda, sem qualquer padrão ou obediência a critérios perceptíveis

---

<sup>58</sup> A diferença entre *Ano* e *Ano Relativo* prende-se com a data em estudo de 21 de dezembro de 1979 que, para o mês posterior, cumprindo com o preconizado estudo de dois meses em torno da data de referência, obrigou à análise dos números de 03/01/80, 10/01/80 e 17/01/80 para o *Jornal da Beira* e de 06/01/80, 09/01/80, 16/01/80 e 23/01/80 para o *Notícias de Viseu*. De forma a não falsear os dados, criando mais uma categoria de ano de análise (1980), mas garantindo a reprodutibilidade e validade do estudo, atribuíram-se esses periódicos publicados no *Ano* de 1980 ao *Ano Relativo* de 1979 de forma a poderem ser tratados em relação à data em estudo (21/12/79).

para tal opção. Contribuirá também para a definição desse perfil o baixo índice de profissionalismo traduzido também na reduzida dimensão da equipa redatorial, frequentemente composta por uma ou duas pessoas, nem sempre profissionais, e por uma panóplia de colaboradores, cuja regularidade revela profundas oscilações. Perante este cenário, as categorias determinadas acabariam obrigatoriamente por ter de respeitar essa especificidade.

Tal perfil obrigará, portanto, a um melhor esclarecimento de algumas das categorias determinadas. Será o caso da *Localização no Periódico*, com a qual não se pretende aferir do nível de importância do conteúdo detetado, contrariamente à prática habitual em Ciências da Comunicação, mas apenas garantir a estabilidade, a reprodutibilidade e a precisão do estudo, ao determinar com clareza a localização das ocorrências. Para esta opção contribuiu a já referida elevada recorrência na amostra do evidente alheamento de critérios claros de organização interna dos conteúdos dos periódicos. A acentuada ocorrência deste tipo de situações, permitiu apurar a total ausência de um padrão lógico nesse alinhamento de conteúdos, obrigando-nos a desconsiderar a validade de alguma pressuposta relação entre localização e relevância da peça. Contribuiu também para essa opção o facto de essa repartição das peças ser absolutamente aleatória, não correspondendo de todo a um qualquer destaque ou menorização ou a um lugar especial considerado para as peças assim apresentadas.

Deverá ainda esclarecer-se que a categoria *Género Jornalístico* não poderá corresponder a uma definição "tradicional"<sup>59</sup>. As características atrás referidas dos periódicos, em particular

---

<sup>59</sup> Para a definição dos géneros jornalísticos utilizaremos a classificação de Jorge Pedro Sousa (2001, pp. 230-231), que aceitará os seguintes grandes géneros: "notícia, entrevista, reportagem, editorial e artigo (de opinião, de análise, etc.)".

os baixos níveis de profissionalismo, tornam efetivamente impossível a perfeita inclusão da esmagadora maioria das suas peças em géneros jornalísticos, verificando-se frequentes hibridizações das tipologias textuais<sup>60</sup>, surgindo notícias aparentes que se revelam artigos de opinião, reportagens aparentes que, na verdade, são crónicas, ou mesmo artigos de opinião que se revelam de conteúdo noticioso. A nossa posição encontrará também esteio na ideia de que "relativamente a quase todos os géneros não há uma forma estandardizada nem um estilo único" (Serrano, 2005, p. 1276) sendo também que, no encaço de José Rebelo (2000, pp. 117-118), se assume que "nenhum género exista em estado puro", pelo que caberá ao analista determinar qual o género dominante em cada situação.

Desse modo, livremente fundamentados em Carlos Chaparro (2001, p. 125) que considera duas grandes categorias de género (*comentário e relato*) e, após análise cuidada do *corpus*, optar-se-ia por categorizar as peças em dois grandes géneros, definidos à medida do objeto de estudo: *Opinião* (distinguindo três tipologias de ocorrência: o *Editorial*, a *Carta do Leitor* e o *Artigo de Opinião* que englobará os géneros jornalísticos *Crónica* e *Artigo*) e *Informação* (envolvendo, *grosso modo*, os géneros tradicionais *Notícia*, *Entrevista*, *Reportagem*). Estas categorias são seguramente mais próximas da realidade encontrada na amostra, também ultrapassando substancialmente a dificuldade da hibridização dos géneros. Entende-se assim poder contribuir com maior eficácia para a aferição da importância e pertinência atribuídas pelo periódico a determinado traço discursivo, ultrapassando-se metodologicamente um obstáculo severo para o seu eficaz apuramento e caracterização.

---

<sup>60</sup> Convirá salientar que a hibridização de estilo aqui aparenta vincar algum carácter doutrinário das publicações onde ocorre, reforçando a ideia de estarmos perante um jornalismo ainda dotado de fortes traços pré-industriais. Nesses traços ecoa ainda a descrição de Mar de Fontcuberta quando se refere ao jornalismo ideológico que terminará no final da I Guerra Mundial: "doutrinário e moralizante, com ânimo proselitista, ao serviço de ideias políticas e religiosas" caracterizar-se-ia como "uma imprensa com muito poucas informações e muitos comentários" (Fontcuberta, 2000, pp. 102-103).

Entendeu-se como inevitável a inclusão das categorias *Assinatura* (*Assinada, Não Assinada*), *Atores* (*Nacionais, Locais, Ambos, Outros*) e *Tema* (*Política, Cultura, Economia, Religião, Sociedade, Educação e Ciência, Urbanismo e Transportes, Saúde, Emprego e Segurança Social, Ambiente, Turismo, Segurança e Justiça, Desporto, Generalidades*). Estas categorias alinharam-se como contributos para a compreensão da relevância do discurso para o jornal (podendo ser aferida através da assinatura da peça), para a perceção da origem das motivações do discurso (auscultando se o discurso identitário surge mobilizado por atores mais ou menos próximos) e para o entendimento de quais as grandes temáticas que lhe fornecem enquadramento e se revelam principais ativadoras do discurso identitário.

A categoria da *Demarcação Geográfica* pretende registar as diferentes delimitações regionais consideradas pelos periódicos. Nela se incluirão as seguintes subcategorias relativas às demarcações regionais que ganharam ou perderam operatividade nas datas consideradas para o nosso estudo: *Provincial do Estado Novo*, incluindo referências a Beira, Beira Alta ou mesmo Beiras; *Região de Planeamento*, relativas a 1969; *Região do Referendo*; *Distrital*; *Região-Plano/Comissões de Coordenação*, onde caberão as alusões às CCR's, CCDR's e à Região Centro; *NUTS*, com particular enfoque nas demarcações NUTS III, ainda que considerando também as referências claras a outras escalas NUTS; *Intermunicipal*.

Para além destas, foram ainda encontrados elementos discursivos que, pela sua considerável dimensão e expressão, levariam a incluir mais duas subcategorias: *Outra*, onde se inscreverão demarcações diversas das consideradas e de baixa ocorrência, como Lafões,

Terra de Besteiros ou Terras de Azurara, geralmente relativas a memórias ancestrais históricas; *Imprecisa*<sup>61</sup>, incluindo todas as demarcações não determinadas como Região de Viseu ou Nossa Região.

A categoria seguinte a considerar será a do *Tom (favorável, desfavorável)* que permitirá perceber o posicionamento do periódico ou do autor face à demarcação registada, no sentido de entender a sua eventual aceitação ou rejeição. Tal categoria reveste-se de uma importância marcante, uma vez que permitirá entender separadamente reações negativas ou positivas face a novas demarcações propostas ou face a demarcações já existentes.

Complementando a anterior, teremos também a categoria *Relação com a Data em Estudo (Sim e Não)* que se prende com a necessidade de aferir o nível de comprometimento entre o discurso estatal legislador e o discurso mediático através da eventual correspondência com os momentos que traçaram a cronologia aqui em estudo, ou se, pelo contrário, se verifica um afastamento do discurso dos periódicos face a estas mudanças que lhe diriam certamente respeito.

---

<sup>61</sup> A propósito da categoria *Imprecisa*, convirá esclarecer o seu lugar específico. Não se deverá confundir com uma categoria difusa de somenos. Antes pelo contrário, essa imprecisão surge como uma das grandes categorias a considerar para a nossa análise, ressaltando imediatamente dos estatutos editoriais dos dois periódicos, assim correspondendo a uma clara enunciação de um sentimento regional. A imprecisão deverá ser lida como ausência de demarcação clara de limites geográficos, não correspondendo em nenhum momento a uma menor sensibilidade identitária regional. Serão disso exemplos as expressões como "Região de Viseu" ou "Esta Região". De facto, algumas das mais exclamadas afirmações do sentir regional estarão também incluídas nessa categoria, frequentemente associada a reivindicações explícitas perante o poder central ou outras latitudes da alteridade.

Já as categorias das *Reivindicações*<sup>62</sup> *Essencialistas* (*Reivindicação Étnica*<sup>63</sup>, *de Raça*<sup>64</sup>, *de Parentesco*, *Histórica* e *Ausência de Reivindicação*), da *Marcação Identitária* (*Diferenciação Simbólica*, *Diferenciação Social*, *Diferenciação Material* baseiam-se num modelo definido sobretudo a partir dos padrões da ação regionalizante portuguesa exposta no segundo capítulo, bem como da teorização de Kathryn Woodward (2009, pp. 13-14) e de Pina Cabral (2002) já explanadas no primeiro capítulo<sup>65</sup>. Com elas pretende-se surpreender marcas *co-memorativas*, liturgias identitárias bem identificadas<sup>66</sup>. Acrescentaram-se à segunda destas categorias duas outras possibilidades de ocorrência (*Autorreferenciação* e

---

<sup>62</sup> Optou-se pela utilização da redação original "reivindicação". Ainda assim, caberá lugar para o afinar do termo, esclarecendo-se que a expressão poderá também ser entendida como "afirmação".

<sup>63</sup> Para o esclarecimento do conceito "étnico" a utilizar aludiremos às enunciações de Fredrik Barth quando entende que dele advirá o conceito de "grupos étnicos" dotados de características por eles enunciadas ou atribuídas: "1 – são grupos que se auto-perpetuam biologicamente; 2 – partilham valores culturais fundamentais manifestados em diversas formas culturais; 3 – formam um campo de comunicação e interação; 4 – constituem um grupo que se identifica a si mesmo e é identificado por outros, constituindo uma categoria distinta de outras da mesma ordem" (Barth, 1969, pp. 10-11). Considera, portanto que a etnia se definirá sobretudo pela ação dinâmica dos indivíduos face a outros, demarcando distinções culturais através da atribuição de características tidas como marcantes. Afirma ainda que a atribuição ou categorização étnica corresponderá à classificação do indivíduo em "termos da sua identidade básica, presumivelmente determinada pela sua origem e passado". Acrescenta também que "quando os atores utilizam as identidades étnicas para se categorizarem a si mesmos e aos outros, formarão grupos étnicos" (Barth, 1969, pp. 13-14). Daqui poderá advir a nossa aceção operativa para o termo "étnico": serão considerados como reivindicações essencialistas étnicas todos os elementos detetados de ordem cultural tidos como essência de uma determinada demarcação prévia.

<sup>64</sup> Para as reivindicações essencialistas de "raça", serão entendidas as atribuições de eventuais características de ordem biológica ou genética.

<sup>65</sup> Convirá aqui recordar alguns conceitos operativos. Pina Cabral assume que a identidade é resultado de um processo dialético identificável, sendo produzida e sustentada em identificações e diferenciações "através de um processo em que a auto-identificação e a alter-identificação se encontram sem nunca se corresponderem absolutamente" (2002, p. 8). As identidades assim construídas serão fixadas e transmitidas através de um processo de "objectificação" em "nomes, narrativas, formas de linguagem, normas e leis, objetos, formas de consumo, etc." (2002, pp. 9-10). Também Kathryn Woodward corrobora a necessidade de "conceitualizações". Em primeiro lugar, verifica a ocorrência de reivindicações essencialistas "sobre quem pertence e não pertence a um determinado grupo identitário", podendo muitas vezes ser encontradas reivindicações de origem dita natural, "por exemplo, em algumas versões da identidade étnica, na «raça» e nas questões de parentesco". Afirma que mais frequentes ainda serão as ocorrências de reivindicações de versões essencialistas da história que é construída ou representada como absoluta, verdadeira e imutável. Em segundo lugar, verifica a ocorrência de marcação simbólica relativamente a outras identidades ("na afirmação das identidades nacionais, por exemplo"), de marcação social e de marcação material ("se um grupo é simbolicamente marcado como inimigo ou como tabu, isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais") (Woodward, 2009, pp. 13-15).

<sup>66</sup> Ficará de fora a análise das dimensões psíquicas da identidade também referidas pela autora. Tal opção deve-se à especificidade do nosso estudo, bem como à escala de largo espectro aqui considerada, reportando-se essa dimensão para outros estudos especializados e de metodologia mais orientada nesse sentido.

*Enunciação*). Tais categorias justificam-se pela necessidade de se analisar não apenas os processos de alter-identificação, mas também, os de auto-identificação. De facto, pelo preconizado por Pina Cabral, como referido no nosso primeiro capítulo, é de esperar ocorrências em ambos os níveis, pelo que deveremos procurar elementos relativos à dialética entre os dois processos que "se encontram sem nunca se corresponderem absolutamente" (Cabral, 2002, p. 8). Assim, para a *Diferenciação Simbólica, Social e Material* considerar-se-ão as unidades que denunciem essas marcações específicas face a uma alteridade. Para a *Autorreferenciação* serão consideradas unidades como "nossa Beira", ou o "nosso chefe de Distrito", estabelecidas sem marcação face a uma alteridade particular, mas profundamente vincadas na auto-identificação pela pronominalização, adjetivação ou atribuição de epítetos. A subcategoria *Enunciação* dirá respeito a situações em que não se verifique de forma evidente a anterior, podendo, ainda assim, corresponder a uma escala identitária que se considera válida pela existência de nomeação, de acordo com Cardy (1997 a, p. 13), quando referia que o ato de nomeação é evidência primeira da reificação regional. Tal nomeação será, portanto, evidência de reconhecimento de uma determinada existência identitária.

A última das categorias estabelecidas, a *Escala Identitária (Internacional, Nacional, Regional, Local, Regional/Nacional, Local/Nacional, Local/Regional)* prende-se com a orientação da construção identitária encontrada, antevendo já possíveis fenómenos sedimentares paradoxais ou mesmo outros alucinatórios de regionalismos nacionalistas<sup>67</sup> cruzados, podendo não corresponder efetivamente à demarcação regional detetada. A título

---

<sup>67</sup> Recorde-se o conceito de "alucinação regionalista" referido anteriormente para o período de 1936 a 1959, entendido como movimento que visava consagrar a coeva divisão provincial, legitimando-a à luz da própria existência nacional, integrando as regiões beirãs na lógica organicista do Estado Novo de onde era aceite a emanação da tensão unificadora nacional. Essa alucinação resultará desse encarar da regionalização como processo de reforço da centralidade e da unidade nacional.

exemplar, justifica-o a plausibilidade da existência de peças sobre a demarcação distrital que apresentem traços identitários nacionalistas ou localistas.

Esclarecidas as categorias, convirá reter que o apuramento do *corpus* resultou de uma pré-análise, sendo então selecionadas as peças em que se verificaram as ocorrências discursivas identitárias em estudo. Nesse quadro, foi possível determinar um *corpus* constituído por 378 artigos do *Jornal da Beira* e 362 do *Notícias de Viseu*, perfazendo um total de 740 artigos, cuja análise se apresenta.

### 3. A identidade regional nos periódicos viseenses: dos resultados ao tracejar de um perfil identitário

#### 3.1. Constatação do fenómeno discursivo regional

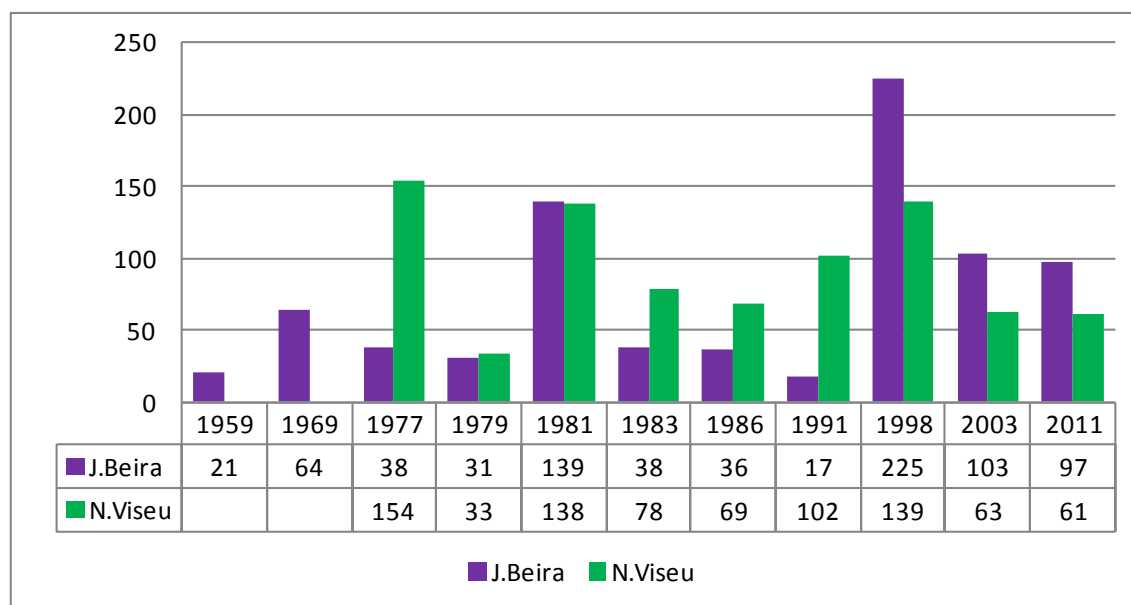
Mesmo de relance, os resultados obtidos revelam a existência de um claro discurso identitário regional, ainda assim frequentemente alheado dos grandes momentos da ação demarcatória central. Foi apurado um total de 1646 ocorrências relativas a demarcações regionais em ambos os periódicos<sup>68</sup>, contabilizando-se um total de 809 ocorrências para o *Jornal da Beira* e de 837 para o *Notícias de Viseu*, cuja distribuição se pode verificar no Gráfico 2:

---

<sup>68</sup> Cf. Apêndice 2.



GRÁFICO 2 – Número de ocorrências por periódico e por ano.



Fonte: Dados recolhidos pela pesquisa.

Pela dimensão do *corpus*<sup>69</sup>, é pacífica, para já, a aceitação de existirem ocorrências de porte significativo, indiciadoras de um fenómeno identitário que, à partida, permitirá uma caracterização pertinente. Nesse sentido, a análise dos resultados confronta-nos imediatamente com a existência de dois picos comuns a ambos os periódicos para os anos de 1981 e 1998, apresentando um total de 277 ocorrências para a primeira data num registo extraordinariamente próximo dos dois títulos (139 para o *Jornal da Beira* e 138 para o *Notícias de Viseu*) e 364 ocorrências para a segunda data (225 para o *Jornal da Beira* e 139 para o *Notícias de Viseu*).

<sup>69</sup> Caberá aqui lugar para uma ressalva de ordem metodológica. No sentido de permitir uma leitura clara dos dados nos gráficos, optou-se pela apresentação dos números das ocorrências e não das suas percentagens relativas. Por um lado, considerámos que a apresentação das ocorrências em percentagens iria afastar-nos da percepção do número real das ocorrências de gráfico para gráfico. Por outro lado, entendemos que tal opção iria dificultar a clareza que só esta apresentação das ocorrências traduz, na medida em que teríamos de trabalhar quer com percentagens do total dos dois periódicos, quer com percentagens de cada periódico, ou mesmo com diferentes percentagens de ocorrências para cada categoria considerada e para cada gráfico a criar. Ainda que a apresentação dos dados em percentagens facilite a compreensão das relações de grandeza entre as ocorrências em cada momento de análise, entendemos que essa percepção pode ser facilmente garantida pela visualização gráfica acrescida dos números efetivamente verificados, não incorrendo nos problemas anteriormente referidos.

A primeira data<sup>70</sup> diz respeito a um evento local sobre regionalização (1º Encontro das Beiras Sobre Regionalização realizado em Viseu, na sequência da publicação do Livro Branco sobre Regionalização pelo Ministério da Administração Interna no verão de 1980), e a segunda corresponde a um evento nacional já explorado anteriormente (Referendo Sobre a Instituição em Concreto das Regiões Administrativas), que geraria forte impacto, mobilizando ocorrências de discussão local e debate público à escala nacional. Tais momentos serão seguramente mais próximos do sentir local do que se esperará de qualquer outra medida legislativa de carácter exclusivamente central a partir da capital Lisboa, pelo que tais dados seriam, no mínimo expectáveis. Por outro lado, um outro pico ligeiramente discrepante pedirá esclarecimento mais adiante, prendendo-se claramente com questões de periodicidade e especificidade editorial: o ano de 1977 do *Notícias de Viseu* com 154 ocorrências.

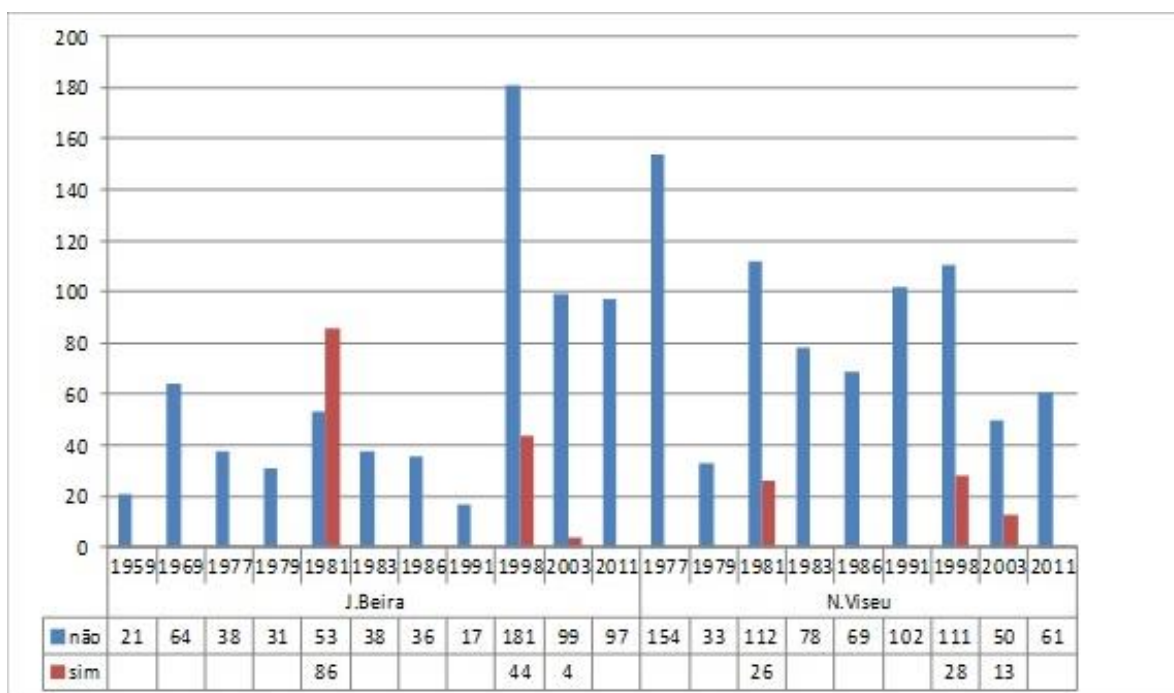
De forma a apurar a eventual especificidade destas datas, convirá auscultar os dados quanto ao nível de coincidência entre as ocorrências das categorias estudadas e os períodos de debate em torno da definição ou institucionalização de novas unidades administrativas, geográficas e identitárias<sup>71</sup>. Desses dados foi possível elaborar o Gráfico 3 que nos apresenta os valores de ocorrências relacionadas com as datas em estudo (subcategoria *sim*), bem como daquelas que não se relacionam (subcategoria *Não*).

---

<sup>70</sup> O 1º Encontro das Beiras Sobre Regionalização decorreu em Viseu nos dias 11, 12 e 13 de junho de 1981, tendo sido organizado pela PROVISEU, Associação para a Promoção de Viseu e Região e consistiu em ciclos de conferências e atividades de promoção e mostra da produção económica e cultural regional. Decorreu na sequência da publicação do Livro Branco sobre Regionalização e pretendeu ser um espaço de debate e reflexão sobre a regionalização, mas, acima de tudo, de valorização da "região de Viseu". Nas suas conferências e comunicações participaram diversos especialistas nacionais, regionais e elementos da administração nacional e local. Será importante referir que foi sobretudo um momento de reflexão sem grandes implicações visíveis para movimentações regionalistas a médio ou longo prazo.

<sup>71</sup> Cf. Apêndice 3.

GRÁFICO 3 – Relação das ocorrências com as datas em estudo por periódico e por ano.



Fonte: Dados recolhidos pela pesquisa.

Dos dados é possível aferir que apenas encontramos ocorrências relacionadas com as datas em estudo (subcategoria *Sim*) nos dois periódicos nos anos de 1981, 1998 e 2003. A enorme coincidência entre os dois periódicos para este valor será corroboradora, por um lado, da especificidade das duas primeiras datas já esclarecidas anteriormente, enquanto, por outro, a terceira, de 2003<sup>72</sup>, poderá encontrar rápida justificação na sua principal particularidade: trata-se da única de todas as datas que se prende imediatamente com decisões emanadas do poder municipal, implicando diretamente com as demarcações constituídas por agrupamentos de autarquias, não resultantes de um exclusivo ato demarcatório do centro estatal.

<sup>72</sup> Data em que se estabelece legalmente o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das Áreas Metropolitanas e o funcionamento dos seus órgãos.

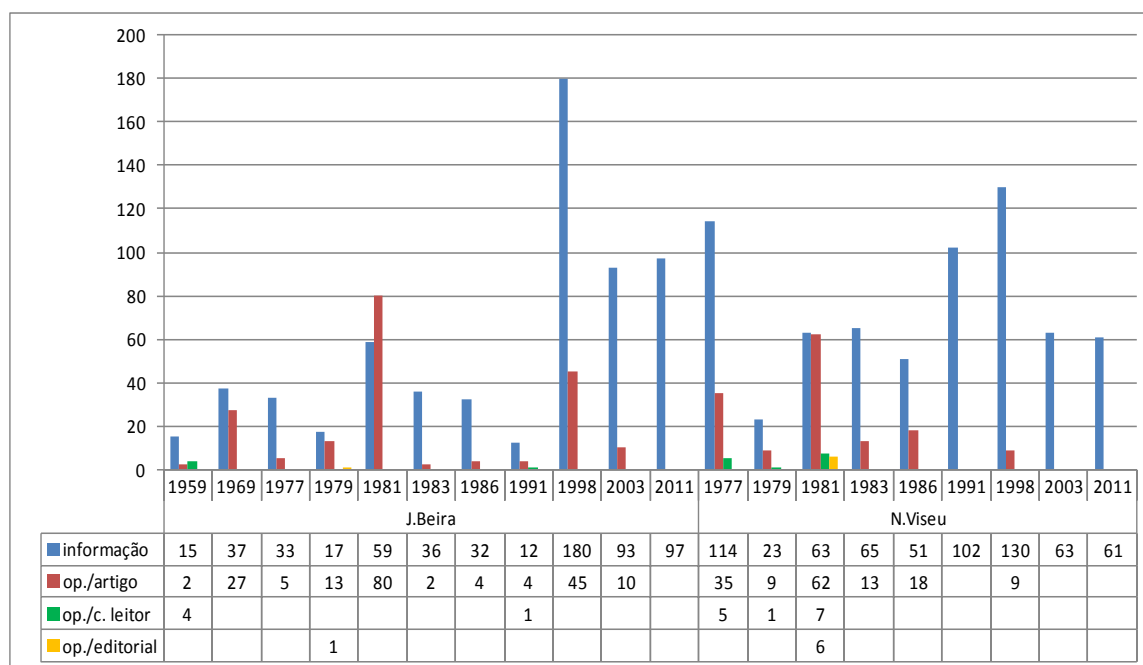
Esta proposta de criação de novas Regiões Administrativas implica uma escolha em que as autarquias participam ativamente na escolha dos concelhos a que se irão associar, sendo de esperar maior discussão pública, uma vez que está em causa a redefinição de territórios geográficos e simbólicos de pertença mais próximos do viver e sentir locais.

Sobre o pico de ocorrências detetado pelo Gráfico 2 no ano de 1977 do *Notícias de Viseu*, verificou-se, pelo Gráfico 3, que não se encontraria qualquer relação com a data relativa em estudo, pelo que, da análise realizada, as explicações para o maior número de ocorrências apontam, por um lado, para o facto de nessa altura ser bissemanal (aumentando assim o número de publicações passíveis de conter ocorrências), por outro, para o profundo cunho noticioso regional do periódico naquele momento. De facto, por clara e assumida opção editorial, procurou-se nessa altura esse pendor regional, fazendo a cobertura exaustiva de temáticas menos centradas na cidade de Viseu, assumindo-se como periódico profundamente vocacionado para a cobertura de eventos ditos regionais, fazendo disparar o número de alusões a demarcações supramunicipais em detrimento de conteúdos sobre a cidade ou o país. Nesse sentido, a título exemplar, ganha particular importância a existência de uma rubrica de título "As Beiras em Notícia", fazendo a cobertura de diversos concelhos muito ao sabor da ação dos colaboradores nesses locais e multiplicando assim o número de ocorrências para esse ano. Tal rubrica não existirá nos anos subsequentes. No caso, também se evidenciou para esse período um forte afastamento da realidade nacional, contribuindo para o alheamento do impacto que a produção discursiva central poderia efetivamente ter junto das comunidades regionais. De facto, de algum modo corroborando esta hipótese, tal situação não se verificará com a mesma dimensão nos anos seguintes, reforçando tanto o carácter de exceção destes números, como a explicação para o elevado número de ocorrências sem relação com a data em estudo.

A leitura dos dados vai-nos encaminhando paulatinamente para um primeiro ponto de ordem relativamente à expressão do sentir regional que se mostra mais operativo no que à escala mais próxima diz respeito, revelando algum afastamento relativamente às iniciativas demarcatórias e enunciativas da região por parte do Estado. Para esse traçar do perfil discursivo que se vai apontando como posicionado perifericamente, deveremos agora atender aos dados relativos à tipologia discursiva, nomeadamente quanto aos géneros, aos atores e às temáticas capazes de mobilizar traços identitários regionais.

A respeito dos géneros jornalísticos<sup>73</sup>, podemos encontrar as ocorrências presentes no Gráfico 4.

GRÁFICO 4 – Géneros jornalísticos definidos por periódico e por ano.



Fonte: Dados recolhidos pela pesquisa.

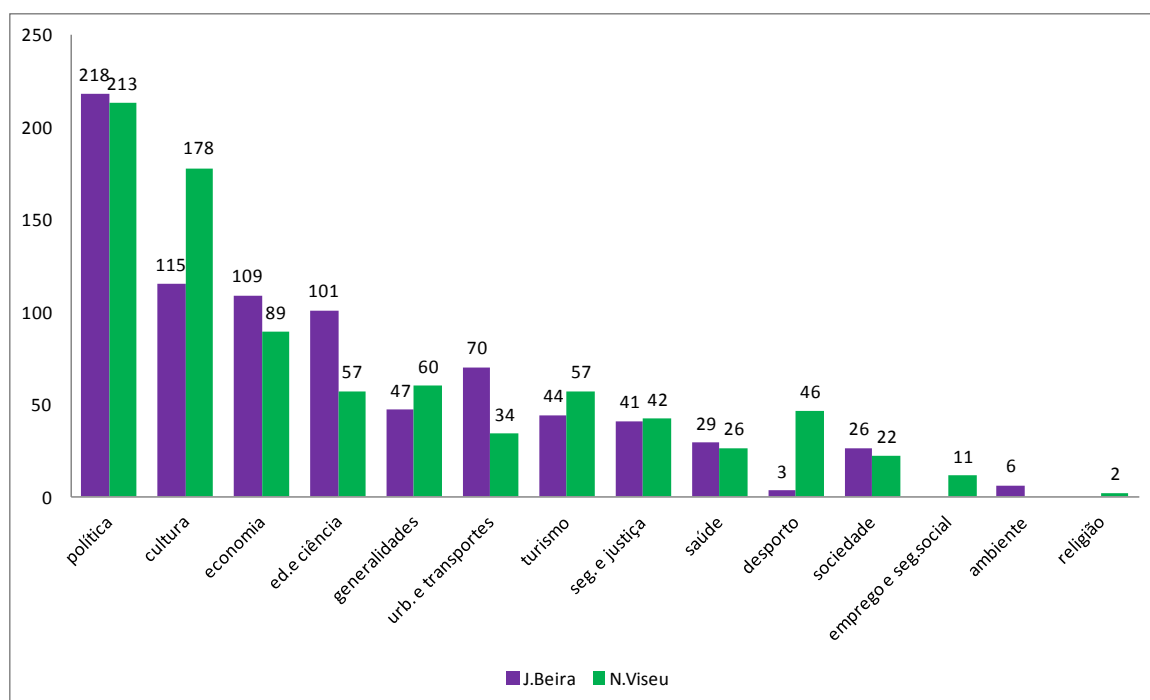
<sup>73</sup> Cf. Apêndice 4.

Uma vez mais, encontra-se uma profunda paridade entre os dois periódicos, verificando-se para o *Jornal da Beira* um total de 611 peças de *informação* e 198 de *opinião* (incluindo 5 *cartas do leitor* e 1 *editorial* claro) e, para o *Notícias de Viseu*, 672 de *informação* e 165 de *opinião* (dos quais 13 são *cartas do leitor* e 6 *editoriais*). Na sua análise por anos, como ilustra o Gráfico 4, será apenas em 1981, data do 1.º Encontro das Beiras Sobre Regionalização, que se assiste a uma proximidade entre os dois géneros mais contabilizados, verificando-se excecionalmente uma maior ocorrência da *opinião* nos dois periódicos. O *Jornal da Beira* apresenta 59 unidades de *informação* face a 80 unidades de *artigo de opinião*. O *Notícias de Viseu* regista 63 ocorrências *informativas* face a um total de 75 ocorrências de *opinião* (62 *artigos de opinião*, 7 *cartas do leitor* e 6 *editoriais*).

Tais dados permitem desde já uma leitura: o ano de 1981 serve como elemento chave de autorreferenciação do discurso identitário regional distinto dos restantes momentos. As vozes da *opinião* no discurso do jornal ultrapassam a preponderância da abordagem noticiosa acerca da regionalização apenas no momento de uma realização promovida por forças locais a respeito da regionalização. Poderá mesmo entender-se aqui o assumir pouco frequente de um espírito de debate que será revelador de posicionamentos identitários existentes. Ou seja, perante a grande distância entre o número de ocorrências informativas e as ocorrências de *opinião*, a invulgar inversão dos números no ano de 1981 surge como elemento fortemente contribuidor para o traçar de um perfil identitário. Se não, veja-se: se, por um lado, a identidade regional é constante no discurso mediático de proximidade, por outro, apenas em dois momentos estudados ele se refere ou pronuncia sobre eventuais demarcações estatais (1998 e 2003), sendo que o outro momento de pronúncia coincidente com a data estudada (1981) é sobre ações promovidas regionalmente.

Sabendo também que as ocorrências de demarcações regionais vão surgindo frequentemente na categoria da informação e só se tornam verdadeiramente ativadoras do discurso de opinião quando a discussão é efetivamente tida em proximidade, começa a configurar-se um perfil identitário estabilizado, autocentrado, bem presente e alheado ou verdadeiramente periférico face à profusa discussão central a esse propósito. Fará sentido aqui tentar então perceber quais os temas<sup>74</sup> ativadores do discurso identitário na imprensa regional viseense e verificar a sua dimensão, aferindo correspondências ou distâncias caracterizadoras. Para tal tarefa, poderemos guiar-nos pelo gráfico 5.

GRÁFICO 5 – Ocorrências por temas e por periódico.



Fonte: Dados recolhidos pela pesquisa.

<sup>74</sup> Cf. Apêndice 5.

Verifica-se que os temas que maioritariamente mobilizam ocorrências identitárias (acima de 100 unidades) são, por ordem decrescente, a *Política*<sup>75</sup> (com um total de 431 ocorrências), a *Cultura* (total de 293), a *Economia* (total de 198), a *Educação e Ciência* (total de 158), podendo ainda contabilizar-se *Generalidades* (107 ocorrências), *Urbanismo e Transportes* (total de 104) e o *Turismo* (com um total de 101 ocorrências).

Como se evidencia na distribuição presente no Gráfico 5, assiste-se a uma nova correspondência entre o discurso dos dois periódicos nesta escala de importância temática apenas com uma pequena discrepância na categoria *Desporto* que, fora das enunciadas, no *Notícias de Viseu*, consegue ultrapassar as 40 ocorrências. Ainda assim, a correspondência entre os periódicos afigura-se-nos legitimadora de uma perspectiva que vai ganhando dimensão: a da efetiva consonância e partilha das mesmas dimensões contextuais dos dois títulos e a de uma similitude discursiva aquando das ocorrências identitárias regionais, novamente alicerçada de dados válidos para a pretendida caracterização identitária. Referimo-nos à plausibilidade de se depreender que a identidade regional é mobilizada sobretudo pelas grandes temáticas da vida pública, pelos assuntos da gestão e da economia, da cultura e da educação, não sendo portanto componentes de uma poeira resquicial da vida coletiva, mas antes, presença próxima e marcante do quotidiano das populações.

Os dados respeitantes aos *Atores* das peças jornalísticas apuradas virão também corroborar esta posição de proximidade e intimidade dos periódicos com o sentir local<sup>76</sup>, na medida em

---

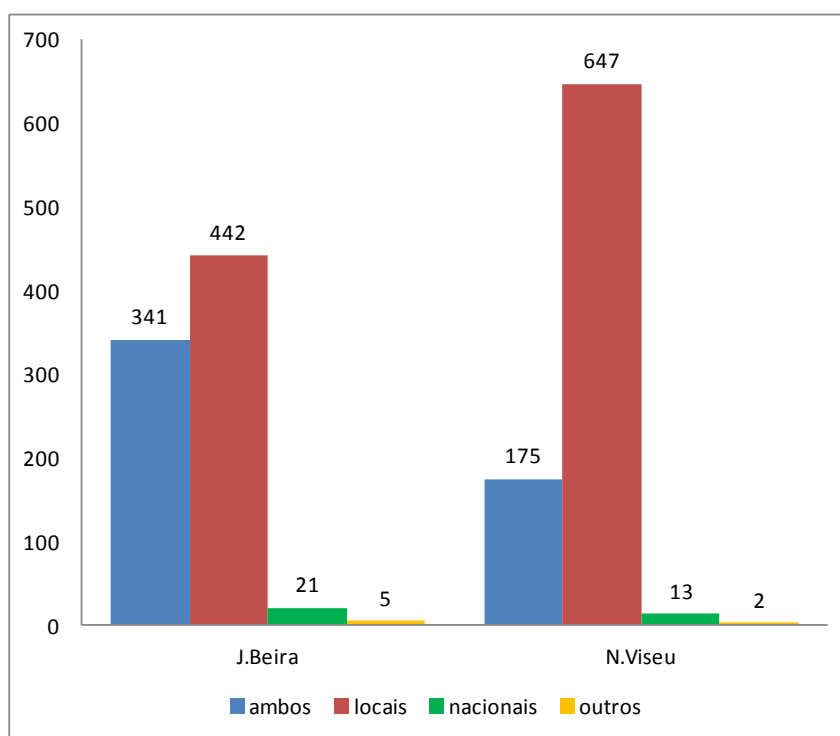
<sup>75</sup> Esta grande mobilização de ocorrências identitárias a partir de temáticas políticas poderia soar estranha em dois jornais que aparentemente desprezam a componente político-partidária, como manifestado nos seus estatutos editoriais. No entanto, atendendo ao teor desses conteúdos políticos, verificamos que não há realmente um assumir claro de posturas partidarizadas, mas quase sempre a cobertura de momentos políticos da ação governativa, independentemente do partido que ocupa o poder em cada momento.

<sup>76</sup> Cf. Apêndice 6.



que se verificará uma elevada incidência da ação de personalidades locais. Com efeito, através do Gráfico 6 pode verificar-se a expectável elevada incidência de ocorrências protagonizadas por *Atores Locais* (1089 no total) ou por atores locais em parceria com elementos nacionais (516 no total). Verifica-se uma ligeira diferença nos dois periódicos com o *Notícias de Viseu* a apresentar uma diferença substancial na relação entre as duas categorias (647 *Locais* face a 175 da categoria *Ambos*<sup>77</sup>) muito mais marcada do que no *Jornal da Beira* (442 *Locais* para 341 *Ambos*).

GRÁFICO 6 – Atores por periódico.



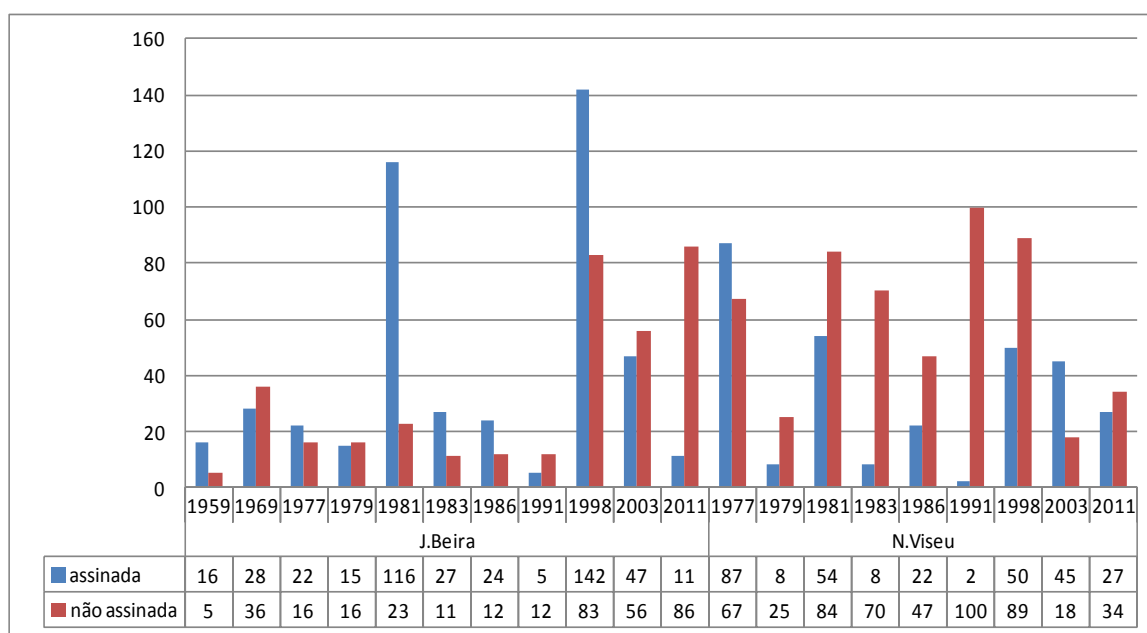
Fonte: Dados recolhidos pela pesquisa.

---

<sup>77</sup> A categoria *Ambos* reporta-se à presença de personalidades nacionais e locais, frequentemente, elementos ou dirigentes de órgãos nacionais acompanhados por elementos de órgãos locais associativos ou dirigentes políticos.

Um dado relevante para a compreensão dos dois periódicos e ao qual deveremos também atender, prende-se com a *Assinatura das Peças*<sup>78</sup>. Tal procedimento, em si mesmo, poderá ser indiciador da importância de determinada temática para cada periódico. Este dado veio revelar-se essencial para auscultar diferenças de sensibilidade entre os dois títulos. Com efeito, o *Jornal da Beira* viria a vincar com maior intensidade o seu discurso identitário tendencialmente tradicionalista assumido como algo de pessoal firmado pelo assinar de artigos sobre questões regionais, sobretudo se atendermos aos três anos já reconhecidos como marcantes. Para isso, atente-se no Gráfico 7.

GRÁFICO 7 – Artigos assinados por periódico e por ano.



Fonte: Dados recolhidos pela pesquisa.

Os totais de 453 peças *Assinadas* e 356 *Não Assinadas* para o *Jornal da Beira* e de 303 *Assinadas* e 534 *Não Assinadas* do *Notícias de Viseu* são também corroboradas pelo Gráfico 7 de forma evidente em duas das três datas marcantes. Com efeito, o *Jornal da Beira* aumenta

<sup>78</sup> Cf. Apêndice 7.

significativamente a diferença entre os dois parâmetros, em 1981 (116 assinadas face a 23 não assinadas), e em 1998 (142 assinadas face a 83 não assinadas), revelando um assumir da autoria das posições tomadas. O *Jornal da Beira* apresentará muito frequentemente artigos assinados como forma de acentuar posições pessoais.

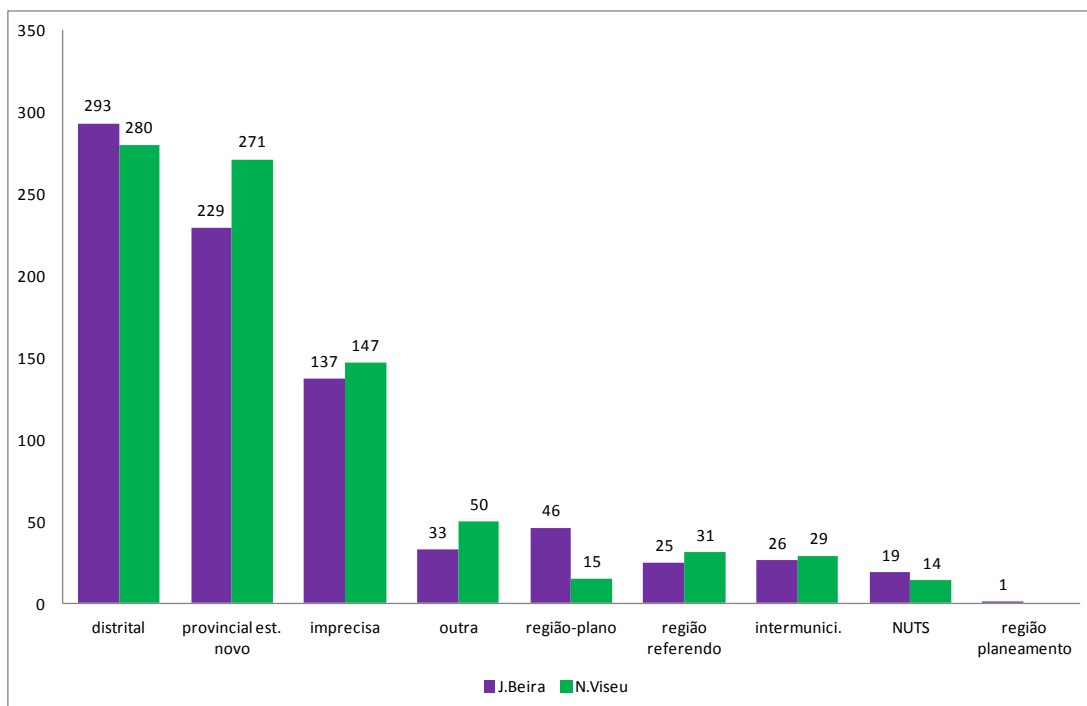
Outra razão para o elevar das ocorrências, pelo menos para o ano de 1981, prende-se com o aumento considerável de ocorrências em artigos de opinião neste periódico, nesta data. Já o *Notícias de Viseu* não apresenta o mesmo pendor personalizante do discurso, permanecendo a maioria dos seus artigos a coberto da responsabilidade de uma redação tida como coletivo.

Daqui se consolidará mais um passo para a compreensão do discurso identitário regional dos dois periódicos, consonantes na matéria identitária, ainda que dotados de particularidades específicas. No caso, o *Jornal da Beira* acaba por se diferenciar do *Notícias de Viseu*, não necessariamente na natureza da matéria identitária construída ou reclamada, mas na intensidade de uma personificação das posições regionalistas. Enquanto o segundo se pronuncia sobre a matéria identitária como um dado adquirido, no primeiro verificamos uma maior incidência da expressão de discursos individualizados relativamente ao sentir regional, muitas vezes expressos em artigos de opinião.

Este posicionamento permitirá agora avançar para a caracterização do discurso identitário em si. Do exposto se subjaz que uma radiografia à imagem identitária regional produzida pela imprensa de proximidade estudada apresentará traços de alguma desvinculação da produção discursiva estatal, aparentemente não funcionando como mera câmara de ressonância ou de consonância do discurso central. Para perceber as *Demarcações*

*Geográficas* consideradas e assim melhor aferir o seu grau de comprometimento com o discurso estatal, poderemos atentar nos dados do Gráfico 8<sup>79</sup>.

GRÁFICO 8 – Ocorrências de demarcações geográficas por periódico.



Fonte: Dados recolhidos pela pesquisa.

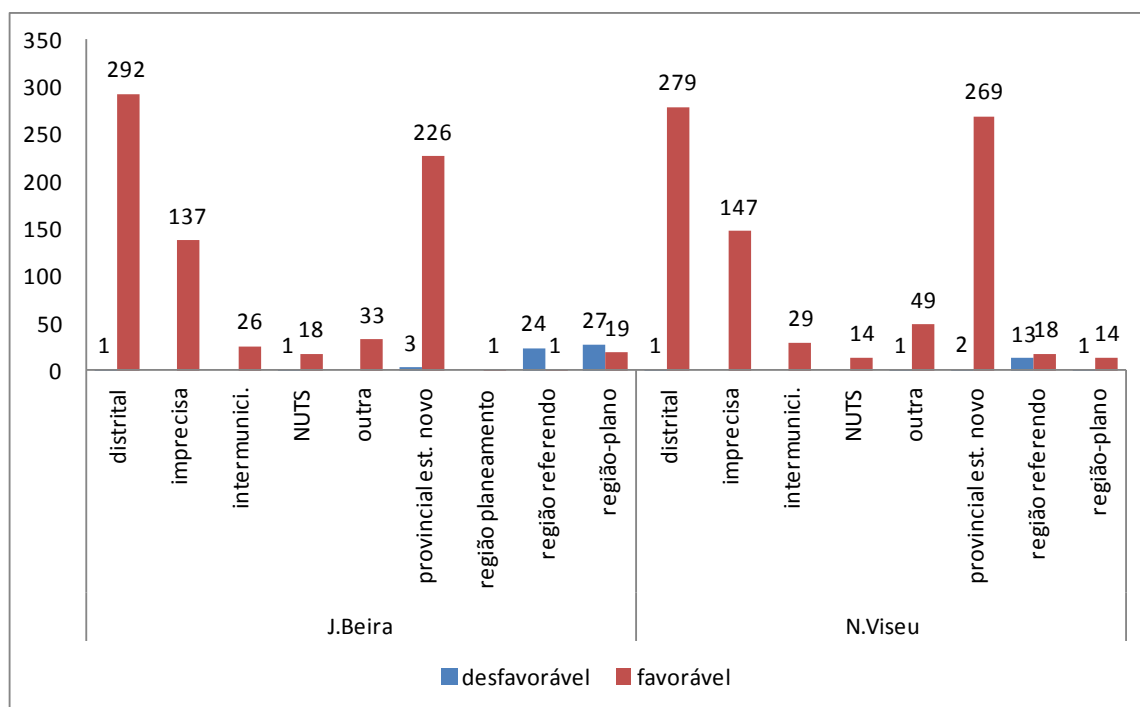
Verifica-se aqui nova correspondência entre os dois periódicos, podendo agora com mais segurança traçar-se a cartografia da expressão identitária regional neles encontrada. Os números vêm revelar uma forte incidência da demarcação *Distrital* (total de 573 ocorrências), secundada pela demarcação *Provincial do Estado Novo* (total de 500 ocorrências), por sua vez seguidas bem de longe por demarcações *Imprecisas* (total de 284 ocorrências).

Noutro sentido será também destacável a quase ausência de referências às *Regiões de Planeamento de 1969*, certamente indiciadora da sua pouca implementação no discurso

<sup>79</sup> Cf. Apêndice 8.

mediático viseense. Tal leitura carece imediatamente da análise do tom das diversas enunciações, facilitada pelo Gráfico 9<sup>80</sup> de forma a apurar-se o sentido de tais números.

GRÁFICO 9 – Tom das ocorrências por demarcação geográfica e por periódico.

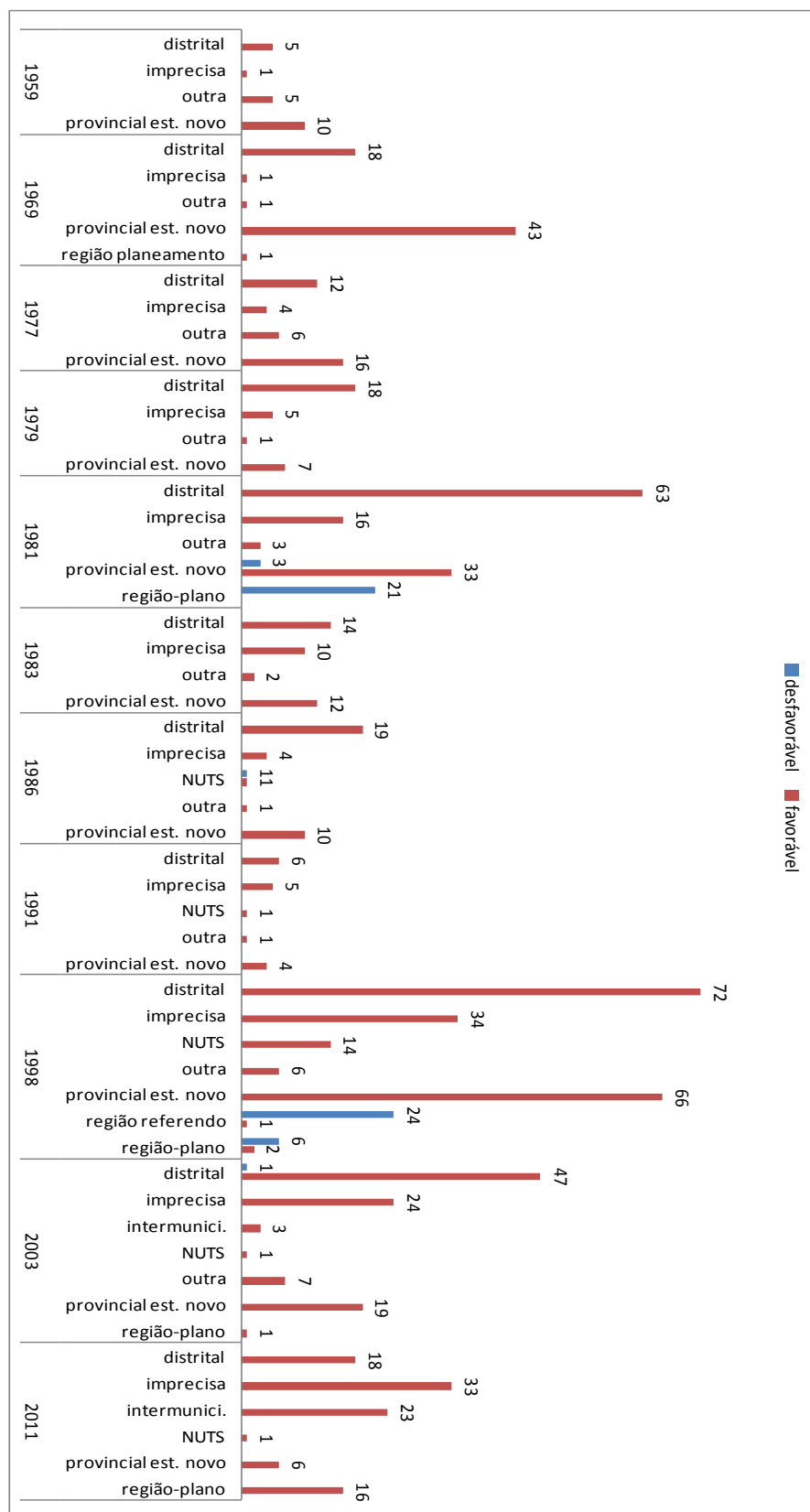


Fonte: Dados recolhidos pela pesquisa.

Do Gráfico 9 será possível perceber o caráter francamente favorável das três grandes demarcações verificadas no Gráfico 8. De facto, as unidades *desfavoráveis* relativas a uma atitude de posicionamento desfavorável ou de rejeição de determinada demarcação geográfica centram-se sobretudo nas demarcações das *Regiões-Plano* e das *Regiões do Referendo*. Para uma análise mais detalhada, seguem-se os gráficos 10 e 11, relativos aos mesmos dados na sua distribuição por ano.

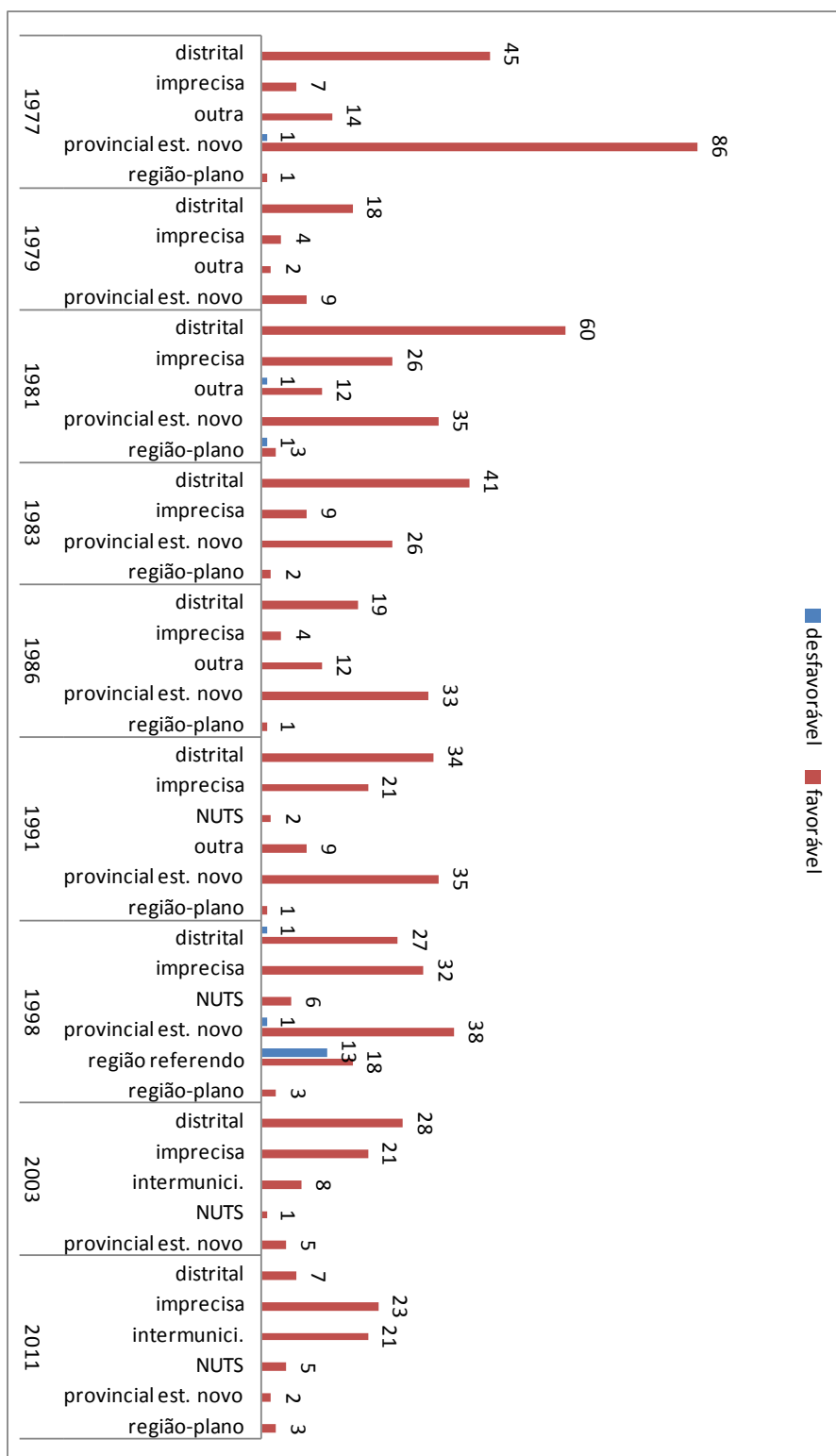
<sup>80</sup> Cf. Apêndice 9.

GRÁFICO 10 – Tom das ocorrências por demarcação geográfica e por ano no *Jornal da Beira*.



Fonte: Dados recolhidos pela pesquisa.

GRÁFICO 11 – Tom das ocorrências por demarcação geográfica e por ano no *Notícias de Viseu*.



Fonte: Dados recolhidos pela pesquisa.

Deveremos, antes de mais, entender melhor esta categorização *Tom Favorável* e *Tom Desfavorável*. No caso, entenderemos como *desfavoráveis* todas as ocorrências que se assumam claramente contrárias face a determinada demarcação. Todas as outras que se apresentem neutrais ou mesmo encomiásticas foram entendidas como *favoráveis*. Tal opção decorre sobretudo da necessidade de identificar algum tipo de atuação regionalizante que opere por oposição ao poder central. As ocorrências que não operem nesse sentido negativo serão portanto favoráveis, assumindo uma vez mais que, a partir do momento que existe nomeação existe construção identitária.

Para a *Região-Plano* podem ser contabilizadas no *Jornal da Beira* 27 unidades *desfavoráveis* (21 em 1981 e 6 em 1998) ainda que se contabilizem 19 *favoráveis* (2 em 1998, 1 em 2003 e 16 em 2011). No *Notícias de Viseu* encontramos 1 unidade *desfavorável* em 1981 por oposição a 14 *favoráveis* (1 em 1977, 3 em 1981, 2 em 1982, 1 em 1986, 1 em 1991, 3 em 1998 e 3 em 2011). Para a demarcação *Região do Referendo* podem ser contabilizadas 24 unidades *desfavoráveis* no *Jornal da Beira* em 1998 e 1 *favorável* no mesmo ano. No *Notícias de Viseu* encontramos 13 unidades *desfavoráveis* e 18 *favoráveis* e 1998. As restantes unidades *desfavoráveis* apresentam um número extraordinariamente reduzido, exíguas contradições discursivas de dimensão desprezável: no *Jornal da Beira* encontramos 1 unidade referente à demarcação *Distrital*, em 2003, 1 ocorrência referente às *NUTS* (Dão-Lafões), em 1986, e 3 unidades para a demarcação *Provincial do Estado Novo*, em 1981; no *Notícias de Viseu* surgiu 1 ocorrência para o *Distrito* em 1998, 1 em 1977, 1 em 1998 para a demarcação *Provincial do Estado Novo* e 1 para a categoria *Outra*, em 1981.

Convirá aqui algum esclarecimento quanto a algumas destas ocorrências *desfavoráveis*, no sentido de apurar a sua natureza e contexto. Com efeito, serão ocorrências muito pontuais,



agrupadas em muito poucos artigos, dotados de um caráter de exceção, sendo que a regra continuará sendo a da aceitação ou passividade perante as diversas propostas do poder central. A título de exemplo, as 21 unidades desfavoráveis do *Jornal da Beira* para o ano de 1981 relativas à *Região-Plano*, encontram-se todas na regular rubrica de opinião "Regionalização e Descentralização"<sup>81</sup> da autoria de Leal Loureiro, ex-Presidente da Câmara de Viseu, adepto incondicional da divisão distrital, contra as Regiões-Plano, como podemos ver no seguinte excerto:

"Cuidando [*sic*] pouco de saber se a nossa persistente atitude se concilia ou não com os preceitos e intenções fundamentais da Constituição em vigor temos insistentemente defendido, como os nossos leitores sabem, a divisão distrital como âmbito territorial das regiões administrativas" (Loureiro, 1981).

A esse propósito, cita um artigo da autoria de Aníbal Venâncio Menino, secretário da Câmara Municipal da Figueira da Foz e presidente da Assembleia Geral da Associação dos Secretários Municipais:

"«O distrito, já personalizado como autarquia, é uma realidade difícil de esquecer e de substituir por uma Região Administrativa [Região-Plano] sem qualquer tradição no nosso País». (...) Defendamos, pois, a nossa região! Continuaremos atento [*sic*] ao problema, cuja solução está perto..." (Loureiro, 1981).

Quanto às unidades desfavoráveis relativas à *Região do Referendo*, no mesmo periódico, em 1998, verificamos que 8 correspondem a um artigo de opinião de título "Retalhar Portugal", de 15 de outubro de 1998, da autoria de Diamantino Maria, referindo a inutilidade

---

<sup>81</sup> Números de 21/05/1981 (p.5), 04/06/1981 (p.4), 11/06/1981 (p.3) do *Jornal da Beira*.

de tal processo de regionalização face a problemas bem mais pertinentes, marcando uma postura marcadamente conservadora e politizada:

"Pela nossa parte, estamos convictos de que a alteração que o PS/PCP pretendem introduzir no sistema governativo é prejudicial. Irá provocar, já previsíveis, reacções de desgosto em vários sectores populacionais, com consequências negativas no sossego que ora fruímos" (Maria, 1998, p. 13).

Noutro artigo de opinião, "... E Mais Regionalização...", de 22 de outubro de 1998, assinado com o pseudónimo Viso, vai-se mais longe, advogando a unidade do território e a total discordância com qualquer processo descentralizador. Refere-se aí que, a considerada a unidade do território e as melhorias das comunicações e dos transportes, não se vislumbram razões suficientes para descentralizar ou para regionalizar, defendendo que tal ação não contribuiria para o progresso da Nação. Esta posição surgirá como um dos exemplos mais marcantes de um aparente extremar nacionalista, nitidamente antieuropeu, revelando um acentuado carácter excepcional. De realçar que, apenas neste artigo, encontramos 10 ocorrências desfavoráveis relativamente às demarcações propostas no Referendo. Vejamos também um excerto desse texto:

"Era e sou contra, porque não é admissível que, por ser moda europeia, seguida por outros países que lá terão as suas justificações, se vá desmembrar um território tão pequeno e tão coeso, ao longo de séculos. (...) Era e sou contra, pois, não entendo, que numa época em que a tecnologia e auto-estradas diminuíram já as curtas distâncias, se vá justificar, com elas, razões para descentralizar" (Viso, 1998, p. 11).

As restantes ocorrências desfavoráveis neste periódico, para esta demarcação, encontram-se num artigo posterior ao Referendo, da autoria de Rodrigues Bispo, de 12 de novembro de 1998, congratulando-se com o resultado da votação, salientando os erros do mapa proposto, nomeadamente a prevista inclusão do Distrito de Viseu na Beira Litoral e Trás-os-Montes e Alto Douro, enaltecendo a ação dos viseenses, palavra que estende ao Distrito, como se pode ver no excerto:

"Os viseenses – no caso presente todo o Distrito – disseram NÃO à regionalização e à região onde «pretendiam» incluí-los. Conhecidos os resultados, restará agora a todos trabalhar para que os serviços que foram retirados de Viseu regressem o mais breve possível, descentralizando e não centralizando, como estava a ser tendência. Aliás, a votação foi clara e nada poderá continuar a ficar na mesma, ignorando-se a vontade dos viseenses"

(Bispo, 1998, p. 13).

Já para o *Notícias de Viseu*, será digna de nota a ocorrência de 13 unidades desfavoráveis para a demarcação do Referendo, no ano de 1998, em menor número do que as favoráveis. No caso, 2 dessas ocorrências surgem em citações do Presidente da Câmara de Viseu<sup>82</sup>, Fernando Ruas, claramente contra as divisões propostas do Referendo em sintonia com o seu partido (PSD), 1 é da autoria de Manuel Joaquim em artigo de opinião de título "Os Contos do Vigário: A Regionalização é uma Mentira Política"<sup>83</sup> sobre o Referendo, outras 3 surgem em afirmações de Durão Barroso, também do PSD, proferidas num debate em Tondela<sup>84</sup> e a grande maioria das restantes podem ser encontradas em artigo que faz a cobertura da passagem por Viseu do líder do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa<sup>85</sup>. A este

---

<sup>82</sup> Número de 23/10/1998 (p.5) do *Notícias de Viseu*.

<sup>83</sup> Número de 30/10/1998 (p.2) do *Notícias de Viseu*.

<sup>84</sup> Número de 30/10/1998 (p.10) do *Notícias de Viseu*.

<sup>85</sup> Número de 06/11/1998 (p.8) do *Notícias de Viseu*.

propósito, mais do que os discursos manifestamente politizados de elementos do PSD, claramente contrários ao Referendo e consonantes com a linha do partido, será interessante ver um excerto do artigo de Manuel Joaquim para auscultar as outras linhas de argumentação aqui esgrimidas, discordando da natureza política da proposta de regionalização do Referendo referindo que qualquer proposta deveria obedecer sobretudo a critérios sociológicos:

"Acrescentamos, ainda, que a regionalização, conceituada na Etnologia e a Etnografia, nunca deve depender da política, nem das exigências ou opiniões desta; a política, pelo contrário, deve depender das leis sociológicas, tirando delas – regionalização – esclarecimentos, sob forma de ser apenas uma esgrima baldada de sofismas ou uma chata luta de interesses" (Joaquim, 1998, p. 2).

Daqui emanam algumas linhas de reflexão sobre os números mais significativos de pronúncias claramente desfavoráveis face a estas demarcações regionais. Em primeiro lugar, rapidamente se percebe a sua reduzida expressão quando contraposta com o grande número de referências favoráveis, efetivamente conotando um posicionamento pouco combativo no tocante ao sentir regionalista. Por outro lado, nos poucos momentos em que há expressão de algum desacordo face a propostas demarcatórias, verificamos diferenças entre os dois periódicos.

O *Jornal da Beira* encerra todas as ocorrências negativas em muito poucos artigos de opinião, enquanto o *Notícias de Viseu* vê quase todas as ocorrências desfavoráveis surgirem em citações de líderes do partido político que se revelou contrário ao Referendo, enquanto as restantes são mais desfavoráveis à natureza política da demarcação do que à demarcação proposta em si. Deste modo, é possível entender que a construção identitária nos dois

periódicos não se faz tendencialmente por oposição, sobretudo no *Notícias de Viseu*, não se encontrando uma ação regionalizante que funcione pelo posicionamento contra propostas centrais. Ao invés, verifica-se uma insistência permanente no mesmo tipo de discurso regional, corroborando ou apresentando-se muitas vezes alheado da produção discursiva governamental.

Os dados apresentados nos gráficos permitem ainda considerar como absolutamente plausível a aceitação de um sentir esmagadoramente favorável, por um lado, para as demarcações *Distrital* e *Provincial* e, por outro, para demarcações *Imprecisas*, frequentemente enunciadas como "Região de Viseu" ou "a nossa Região".

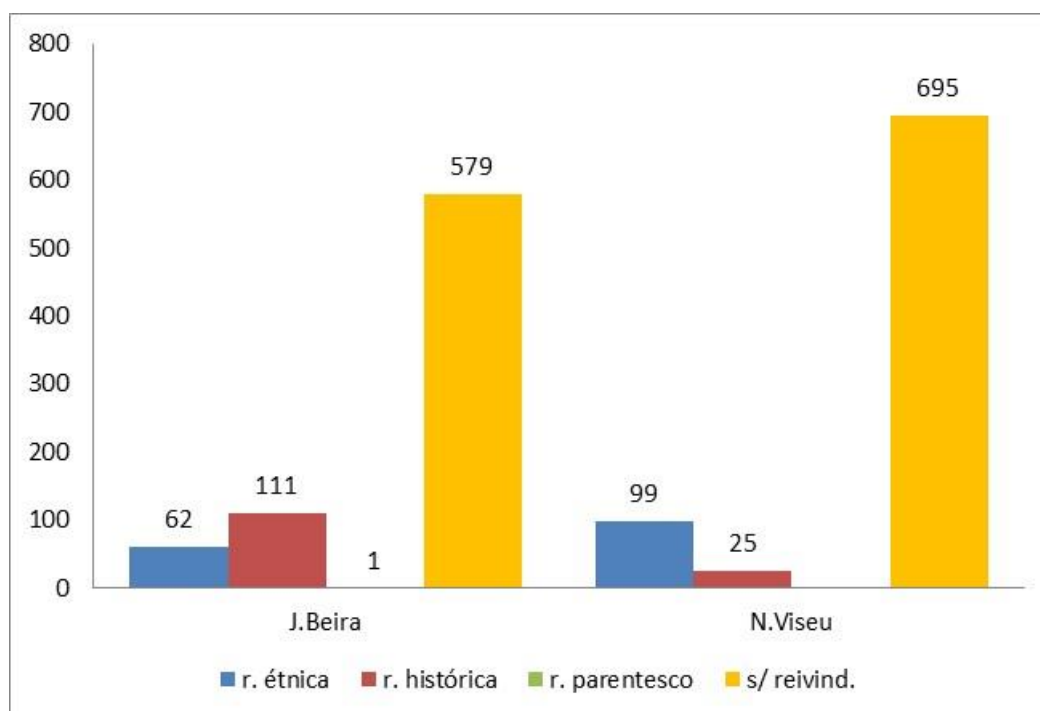
### 3.2. O desenho do perfil discursivo regional

De forma a poder caracterizar um perfil identitário correspondente às verificadas ocorrências demarcatórias, convirá analisar os dados respeitantes às *Reivindicações Essencialistas*, às *Marcações Identitárias* e às *Escalas Identitárias*. Aqui poderemos certamente surpreender as *co-memorações* realmente tradutoras da fronteira interior, mais do que atentar nas nacionalmente delimitadas fronteiras internas. Assim, para se poder surpreender e caracterizar uma eventual identidade expressa através de *Reivindicações Essencialistas*, elaborou-se o Gráfico 12<sup>86</sup>.

---

<sup>86</sup> Cf. Apêndice 10.

GRÁFICO 12 – Reivindicações essencialistas de tom favorável por periódico.



Fonte: Dados recolhidos pela pesquisa.

Daqui resultarão duas leituras: uma primeira, que revela o elevado número de ocorrências demarcatórias *Sem Reivindicações Essencialistas*, e uma segunda, que revela que a ocorrência das diferenciações essencialistas se revestirá de uma matriz memorial, quer no que ao legado histórico concerne (*Reivindicações Históricas*), quer no que respeita ao campo das tradições e vivências de um povo de aparente sentir comum (*Reivindicações Étnicas*). Num esboço meramente retórico, teremos, por um lado, um total virtual (porque considerado pela soma simples das ocorrências dos dois periódicos) de 1274 ocorrências de demarcações geográficas sem qualquer reivindicação essencialista e, por outro, 297 ocorrências de reivindicações essencialistas *Históricas* e *Étnicas*.

Obviamente que estamos perante um número esmagador de ocorrências demarcatórias sem reivindicações essencialistas. No entanto, de acordo com o nosso quadro teórico, tal situação seria, no mínimo, expectável. De acordo com a formulação já desenvolvida no primeiro

capítulo, a propósito das "conceitualizações" sobre o fenómeno identitário, de acordo com Kathryn Woodward<sup>87</sup>, assume-se que possam existir reivindicações essencialistas naquilo que será matéria mutável e em construção e não o contrário, sendo portanto de esperar esta menor dimensão das ocorrências sem reivindicações. As identidades, consideradas como processo construtivo, na verdade, não possuem nenhuma "essência" típica das formulações iluministas. Assim, a existência de reivindicações dessa ordem, ainda que de número reduzido, funciona também como sinal de evidência de matéria identitária, uma vez que, como vimos, "com frequência a identidade envolve reivindicações essencialistas" (Woodward, 2009, p. 12). Essa faceta essencialista será, portanto, um dos matizes específicos do fenómeno em estudo, evidência também de matéria identitária. A compreensão desses traços aproximar-nos-á do retrato mais fiel daquilo que é a identidade regional presente nos dois periódicos e que poderá corresponder a um sentir regional.

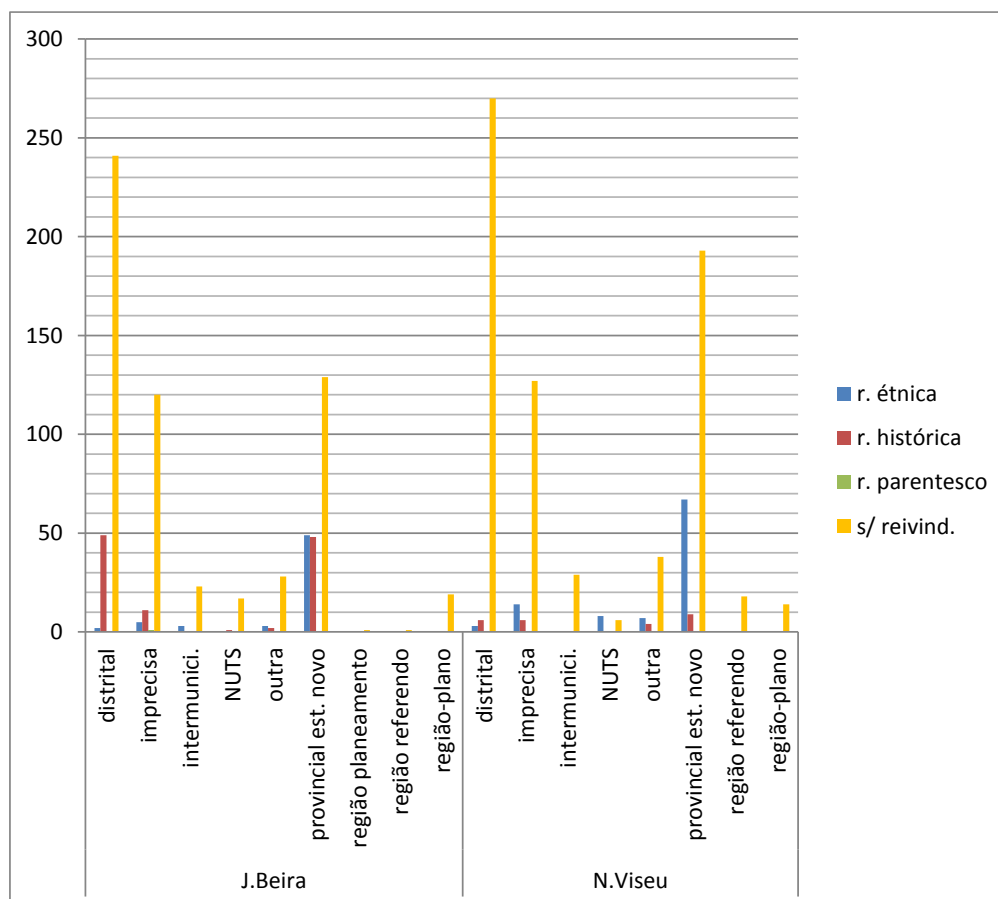
Deverá ainda prestar-se atenção quanto à interessante diferença de posicionamento dos dois periódicos face a essas reivindicações. O *Jornal da Beira* esgrime maioritariamente argumentos históricos (111 ocorrências face a 62 étnicas), enquanto o *Notícias de Viseu* utiliza maioritariamente uma argumentação étnica (99 ocorrências para 25 históricas). Isto poderá indiciar uma diferente perspetiva do espaço identitário. O *Jornal da Beira*, pelo seu vasto legado tradicional revelar-se-á defensor de um passado histórico glorioso, enquanto o *Notícias de Viseu* percecionará e construirá uma imagem identitária mais assente em traços culturais da região que circunscreve. Aqui, será inevitável perceber a que demarcação corresponderá cada tipologia de reivindicação, ainda que assumindo o carácter ténue de que

---

<sup>87</sup> Reforçamos aqui a enunciação da autora: "1. Precisamos de conceitualizações. (...) 2. Com frequência a identidade envolve reivindicações essencialistas. (...) 3. Algumas vezes essas reivindicações estão baseadas na natureza [etnia, «raça», parentesco e história] (...). 4. A identidade é na verdade relacional e a diferença é estabelecida por uma *marcação* simbólica (...). 5. A identidade está vinculada *também* a condições *sociais* e *materiais*. (...) 9. As identidades não são unificadas. Pode haver contradições no seu interior que têm de ser negociadas" (Woodward, 2009, pp. 13-15).

tal reivindicação essencialista se reveste. O Gráfico 13 apresenta-nos a distribuição das *Reivindicações Essencialistas* por *Demarcações Geográficas*, considerando apenas as unidades de *Tom Favorável*<sup>88</sup>.

GRÁFICO 13 – Reivindicações essencialistas de tom favorável por demarcações geográficas e por periódico.



Fonte: Dados recolhidos pela pesquisa.

É possível aqui verificar que se destacam, para o *Jornal da Beira*, a demarcação *Distrital* com 51 ocorrências de reivindicações (2 *Étnicas* e 49 *Históricas*) e a *Provincial do Estado Novo* com 97 ocorrências (49 *Étnicas* e 48 *Históricas*) face a todas as outras demarcações que perfazem um total de 26 ocorrências. Dessas, será de destacar a categoria *Imprecisa* com

<sup>88</sup> Cf. Apêndice 13.



17 ocorrências. Lê-se daqui o entendimento da carga histórica dada ao Distrito e da carga histórica e étnica dada à Província do Estado Novo.

Já para o *Notícias de Viseu*, o particular destaque incide na demarcação provincial com 76 ocorrências (67 *Étnicas* e 9 *Históricas*), sendo que a *Distrital* (9 ocorrências) é mesmo ultrapassada pela categoria de demarcação *Imprecisa* (20 ocorrências) e pela categoria *Outra* (11 ocorrências). Serão ainda de considerar mais 8 ocorrências de reivindicações essencialistas para a demarcação *NUTS*. Destes resultados, e pela dimensão numérica verificada, poderá ler-se para este periódico a aceitação da Província do Estado Novo como unidade demarcatória de matriz essencialmente étnica face às outras demarcações.

No sentido de apurar o seu contexto e melhor perceber a natureza dessas reivindicações, iremos proceder aqui a uma exploração de natureza qualitativa, no sentido de melhor contextualizar e visualizar os traços que poderão contribuir para a caracterização do perfil identitário em análise, debruçando-nos sobre as duas demarcações precisas de maior ocorrência, o Distrito e a Província do Estado Novo. Consideramos que, desse modo, será possível encontrar as marcas mais vincadas dos perfis essencialistas da identidade regional. Tal opção pontual neste momento específico justificar-se-á pela importância de que tais reivindicações se revestem. De facto, a identidade regional identificada não se apresenta dotada de intensa ação efetivamente regionalizante de pendor autonomista, nem de uma forte marcação face à alteridade, como veremos melhor adiante. A unidade nacional nunca é posta em causa e esta identidade regional não operará nunca como movimento de oposição a outras realidades regionais. No entanto, estas marcas identitárias de pendor essencialista revelam a sua especificidade e importância pela transversalidade do seu discurso, cruzando toda a linha cronológica dotando-o das mesmas características e heróis. Como tal, será nestas ocorrências

que poderemos encontrar as marcas discursivas que nos permitirão surpreender as tonalidades do discurso identitário. Para além das marcas e componentes identitárias verificadas na análise quantitativa, poderemos aqui perceber a essência que lhe confere sentido e que fará parte do imaginário coletivo, sendo, no fundo, um dos centros gravíticos desta realidade identitária. Por tudo isto, consideramos esta pontual análise qualitativa da maior importância, permitindo-nos perceber a natureza e principais qualidades deste fenómeno identitário.

No caso, iremos atender a alguns excertos tidos como significativos para esse esclarecimento. O entendimento da Província do Estado Novo como principal demarcação dotada de reivindicações étnicas é facilmente detetável nos dois periódicos para os períodos estudados, claramente posteriores à existência administrativa desta demarcação, revelando o seu carácter de permanência e de resistência ao apagamento. Será sobre essa demarcação e os seus traços étnicos e históricos que incidirá esta primeira análise, visto serem os que apresentam maior número de ocorrências, acreditando-se ser possível, dessa forma, decifrem-se as suas principais linhas caracterizadoras.

Veja-se o exemplo do artigo de Adriana Rodrigues, no *Jornal da Beira*, intitulado "Nossa Senhora na Poesia Popular Portuguesa – As Beiras", em 28 de fevereiro de 1969, onde se postula a existência de uma unidade etnográfica beirã para a área entre Douro e Mondego. Nas suas palavras pode ler-se: "Prossigamos, porém, o nosso jornadear por livros e Cancioneiros da Etnografia das Beiras. (...) Fácil é pois de pressentir a grandeza «marial» no folclore das Beiras" (Rodrigues, 1969, pp. 1-2). Assume-se aqui claramente a existência de especificidades étnicas coincidentes com a demarcação provincial, dotando-a de traços culturais diferenciados das circundantes ou mesmo de um folclore específico. Ainda no

mesmo número encontraremos novos exemplos de expressão de um sentir comum de matriz alegadamente étnica, demarcando uma especificidade cultural perfeitamente assumida e dotada de uma dignidade de relevo que a posiciona num lugar de enaltecimento também enquanto portuguesa. Atente-se no seguinte excerto do artigo "No Centenário de Fortunato de Almeida" onde se reivindica uma essência beirã na homenagem a esse "distintíssimo e saudoso beirão": "Portugueses e beirões que somos, orgulhamo-nos na verdade de o sermos, por isso mesmo temos a convicção de sermos ouvidos. Aqui fica expresso o nosso voto para que este ilustre filho da nossa terra seja sempre lembrado, através da história" (Jornal da Beira, 1969, p. 3).

Em anos seguintes, tais reivindicações não diferem muito na sua tipologia, assumindo-se a existência de uma unidade regional étnica para a Província, como se pode verificar em vários exemplos do *Jornal da Beira*, como o "Aniversário do Rancho de Torredeita" do ano de 1977, de onde se transcreve o excerto "Bela jornada a que se viveu no domingo na Torredeita e que assinalou, festivamente, mais um aniversário do seu Rancho, porta-voz do Folclore Beirão" (Jornal da Beira, 1977, p. 8), ou no caso do artigo sobre a Universidade Católica em Viseu do ano de 1979, onde se lê "É mais uma arrancada gloriosa da alma do povo beirão" (Jornal da Beira, 1979, p. 5). Muito interessante para este quadro ilustrativo será também a referência à existência étnica do beirão num artigo da série "Regionalização e Descentralização" do já referido Leal Loureiro, adepto da regionalização distrital:

"Não somos nem pretendemos vir a ser jornalista [*sic*] (actividade que muito prezamos mas para a qual não nascemos nem estamos preparado [*sic*]); e, se nos abalançamos, contra o que a nossa avançada idade aconselharia, a estudar e a escrever sobre tão momentoso e apaixonante problema, é porque sentimos profundamente que o nosso País, nomeadamente a nossa região, à qual nos

encontramos ligado [sic] por nascimento e permanência, tem sido e continua a ser vítima, mais ou menos resignada, dum processo de falsas, erradas ou encobertas intenções que todos nós, beirões do interior, devemos denunciar e combater firmemente" (Loureiro, 1981, p. 5).

Também no *Notícias de Viseu* será possível encontrar marcas discursivas da mesma natureza, vincando essa matriz étnica, como se pode ver no seguinte excerto: "A imagem mostra-nos um dos mais belos recantos de Viseu, em pleno Rossio, mesmo no coração da cidade. Nela é posto em evidência o magnífico painel de azulejos com motivos regionais, através dos quais aflora a alma do Povo Beirão" (Notícias de Viseu, 1977, p. 1). Para o mesmo ano e para o mesmo periódico, podemos ainda evidenciar um outro exemplo desse entendimento de existência de uma unidade étnica regional. Com efeito, trata-se de uma das muitas evocações de Aquilino Ribeiro, em Viseu. O escritor não era na verdade, viseense, encontrando as suas raízes nos concelhos de Sernancelhe e Vila Nova de Paiva. No entanto, o discurso identitário tornou-o um dos principais ícones da cultura regional, logo, profundamente marcado em Viseu, onde, alegadamente, essa matriz étnica se espelha, como se pode ver no seguinte excerto: "Está marcada para dia 27 deste mês, a inauguração da Biblioteca Infantil Aquilino Ribeiro, no Parque da Cidade. A Câmara Municipal de Viseu, associar-se-á desta maneira, à homenagem a prestar àquele ilustre escritor beirão, na ocorrência do aniversário da sua morte" (Notícias de Viseu, 1977, p. 2).

Ainda no mesmo ano, encontramos a referência ao aniversário do Rancho Folclórico de Torredeita e, tal como visto anteriormente no *Jornal da Beira*, também no *Notícias de Viseu*, surgirá dotada das mesmas marcas de existência étnica beirão, tida aqui como autêntica, como se pode ver no excerto: "O Rancho Folclórico de Torredeita, sem dúvida, um lídimo representante do folclore e da etnografia da Beira Alta" (Notícias de Viseu, 1977, p. 12).

Mais à frente, no *Notícias de Viseu*, encontraremos novo exemplo dessa existência de uma tipologia étnica regional. No caso, em contexto desportivo, a propósito da organização de um evento competitivo, as "Beiríadas"<sup>89</sup>, reforça-se essa existência regional e marca-se o seu posto perante o País, assumindo-se o beirão como exemplo do sentir da unidade nacional: "E, uma vez mais, o homem da Beira mostra ao País aquilo de que é capaz. Dentro das suas limitações, da sua humildade, da sua singeleza – mas também do seu legítimo orgulho. Até para mostrar que não há dois, ou três, ou dez países dentro desta nossa terra, mas tão somente um só – o de todos nós" (Oliveira, 1977, p. 6).

Já para o ano de 1983, no *Notícias de Viseu*, e, ao encontro desta reflexão, podemos encontrar mais alguns exemplos dessas reivindicações étnicas, revelando um outro aspeto interessante sobre as suas ocorrências e o seu cruzamento com outras demarcações regionais. Veja-se o seguinte excerto do artigo "Associação Industrial da Região de Viseu": "Um grupo de beirões, preocupado com o futuro e desenvolvimento da nossa região, considerou de capital importância a sua expansão e desenvolvimento, fundou a sua Associação Industrial" (Pedro, 1983, p. 5). Com efeito, tal marca discursiva é recorrente ao longo dos periódicos compulsados. O ser beirão funciona como legitimador do melhor que a identidade regional confere, ainda que aqui a região a que se refere seja frequentemente imprecisa e confusa. O caso da Associação Industrial da Região de Viseu, agente essencial da ação económica na cidade, nunca marcará publicamente o seu conceito de demarcação regional, sabendo-se que está sediada em Viseu, opera sobre a sua região imprecisa e foi fundada por beirões. Este

---

<sup>89</sup> As "Beiríadas" consistiram num evento desportivo decorrido entre 8 e 12 de junho de 1977 nas várias capitais de distrito da área abrangida pela Direção Geral de Desporto da Província da Beira (Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu). Será interessante reparar que, muito depois da extinção das Províncias, ainda nos deparamos com órgãos funcionais que mantêm essa demarcação, coexistindo com outras demarcações na mesma altura.

cruzamento de linhas identitárias é, no mínimo, interessante e revelador de especificidades muito próprias, verificando-se essa ocorrência de traços reivindicativos de uma essência étnica, a par de uma demarcação regional imprecisa a partir de uma cidade perfeitamente definida, revelando a grande articulação de diferentes categorias identitárias regionais, como já íamos vendo na nossa análise quantitativa.

Regressando à análise dos traços identitários de natureza étnica, vão-se tornando claras as marcas reveladoras do assumir de uma unidade antropológica dada pelo nascimento e da partilha de valores culturais dos indivíduos no território da demarcação provincial do Estado Novo nos dois periódicos. Vemos que a Beira surge revestida desse carácter de fronteira interior, delimitadora de usos e tradições particulares e comuns entre si, até em situações em que os autores consideram o Distrito como a melhor unidade administrativa funcional, ou mesmo, sem operar qualquer discurso a esse nível, convivendo naturalmente com outras unidades demarcatórias. Mais, vai-se antevendo essa figura do beirão como exemplo emblemático do ser verdadeiro português. Mas atendamos a mais alguns exemplos, de forma a perceber a duração desse fenómeno e as suas eventuais continuidades ou mutabilidades.

Em 1991, No *Jornal da Beira* podemos encontrar outro exemplo marcante no artigo "Luiz de Loureiro – Um herói beirão" onde a reivindicação histórica encontra a reivindicação étnica, podendo-se ler: "Reinando em Portugal D. João II nasceu Luiz de Loureiro na cidade de Viseu. Seu avô paterno foi (...) Luiz Anes de Loureiro, filho de uma senhora da nobre família dos Figueiredos, a mais antiga estirpe da Beira Alta" (Mamede, 1991, p. 6). Aqui, percebemos a legitimação de identidade étnica, rebuscada na história, alegando correspondência antropológica entre a Beira do século XV e a extinta Beira Alta do século XX.

No *Notícias de Viseu*, no mesmo ano de 1991, encontramos novamente a temática do folclore específico da Beira Alta, a propósito de um festival que decorreu em França, assumindo-se essa demarcação regional como efetivamente dotada de unidade étnica, como se pode ver no excerto: "O Folclore da Beira Alta esteve representado em Rennes (...). De Portugal estiveram representadas quatro províncias e ao Rancho de Cabril coube representar a Beira Alta" (*Notícias de Viseu*, 1991, p. 8).

Já em 1998, no *Jornal da Beira*, podemos encontrar noticiado o lançamento de um CD do Grupo de *Cavaquinhos e Cantares à Beira – A Tradição Musical da Região* onde se pode ler: "Ao serem questionados «porquê o Cavaquinho», os responsáveis do Grupo adiantaram que é porque se trata de um instrumento base dos «Cantares à Beira», e ainda porque o Grupo «gosta de interpretar modas de outras regiões e fá-lo à sua maneira à Beira»" (*Jornal da Beira*, 1998, p. 5). Neste exemplo torna-se uma vez mais presente a ideia de que existe uma uniformidade cultural coincidente com a demarcação beirã.

No mesmo tom, no *Notícias de Viseu*, encontramos nova referência a esse assumir do carácter étnico da demarcação provincial, em artigo referente à realização do programa cultural "Viseu, Senhora da Beira", promovido pela Câmara Municipal de Viseu, do qual destacamos o seguinte excerto: "O espectáculo, de cariz marcadamente etnográfico e beirão, será apresentado por Miguel Almeida e conta com a participação do Grupo Etnográfico de Trajes e Cantares de Gumiei" (*Notícias de Viseu*, 1998, p. 8).

Ainda em 1998, no *Jornal da Beira*, um outro artigo sobre o "VI Encontro de Cultura Tradicional da Beira" merece honras de destaque nesta nossa explanação do qual transcrevemos:

"A Beira é uma das mais belas e típicas regiões de Portugal, situada no seu coração. É como diz o Dr. Lucena e Vale, os beirões são gente da melhor casta portuguesa; vivendo em terra portuguesa de lei, os Beirões haviam necessariamente de afirmar o seu particular modo de ser, os traços mais salientes do carácter nacional. É uma região em que a cultura popular, entendida como sendo elaborada por grupos humanos não discriminados encontrando expressão comum eficiente, traduzindo uma atitude seleccionada por gerações em torno dos problemas da comunidade. «Preservar a Cultura Tradicional é manter a identidade regional»" (RC, 1998, p. 11).

Vai sendo cada vez mais evidente esta aceitação de um existir étnico regional pacificado com a existência nacional, na medida em que representa o melhor da Nação. Trata-se aqui de uma forma de elevação étnica em que será mesmo assumido que o beirão corresponde à "melhor casta portuguesa" representando a sua especificidade os "traços mais salientes do carácter nacional". Tal posição é-nos profundamente familiar quando a confrontamos com o trabalho realizado na já citada investigação anterior da nossa autoria (Simões, 2005) relativa aos anos de 1939-1959. Vejamos uma citação do n.º 11 da II série do Boletim da Casa das Beiras de Lisboa datado de 1939, a título meramente exemplar e retirada da referida investigação:

"A parte central de Portugal [as Beiras] – o seu verdadeiro coração – o mais fecundo alfofre de homens notáveis que, em primeira plana, e em todos os seus tempos [sic], mais contribuíram para a fundação, para a independência, e para a



grandeza da nossa querida Pátria, bem como para a expansão, decidida, do vasto e glorioso Império Português. E quere [sic] parecer-me que cometeríamos uma falta imperdoável se deixássemos [sic] passar êste [sic] momento excepcional, como outro igual não nos poderá surgir, sem que procurássemos [sic] exaltar êsses [sic] Beirões de Antanho, essas gloriosas relíquias beirôas [sic] do passado, se não de harmonia com os seus inigualáveis serviços prestados a esta gloriosa Pátria Portuguesa, pelo menos em conformidade com as nossas mais que modestas possibilidades financeiras" (Lopes *apud* Simões, 2005, pp. 56-57).

Não é nova, portanto, esta aceção do beirão exemplar, do beirão como modelo étnico e precioso repositório dos melhores valores nacionais. De facto, este discurso apresenta-se próximo do perfil típico da retórica do Estado Novo, aparentando características provavelmente devedoras do regionalismo nacionalista já abordado, ou, pelo menos, não alterando a sua matriz de profunda ligação à unidade nacional. Com efeito, a necessidade de esclarecimento a esse respeito será alvo de análise quantitativa mais adiante, por forma a medir claramente a dimensão escalar e o sentido das manifestações identitárias regionais, percebendo se operam no sentido da Nação, no sentido da identidade local ou no sentido da região.

Tal processo de construção imagética de um modelo antropológico regional prossegue no tempo, caracterizando o homem beirão como combatente de grande nobreza, herdeiro de momentos gloriosos, também vinculando à cronologia as características humanas que se considera dotarem os nascidos na demarcação provincial, como se uma essência étnica marcasse a região. Também em 2003 se verifica essa situação, como se pode ver no artigo do *Jornal da Beira* "Um pouco de história de... Viseu. Beirões e Viseenses Ilustres". Aí, será possível perceber uma associação profunda entre as reivindicações históricas e as étnicas, referindo a raiz cronológica dos traços culturais regionais que, desse modo se

legitimam pela continuidade e longo passado, tornando-se assim indelével também pela intensidade da sua duração. Interessante também é o entendimento de Viseu como centro gravítico dessas características regionais. No artigo referido, para a história de Viseu, faz-se a apologia de diversos heróis beirões, apropriando-se a cidade das características da região, mesclando Viseu com a Beira Alta. Assume-se que as características da "capital" da região são as características do espaço que a envolve e vice-versa. Atente-se no seguinte excerto do *Jornal da Beira* onde se verá Viseu como região beirã: "Viseu é, sem dúvida, uma das mais lindas e antigas cidades do país, perdendo-se, no tempo, a origem da sua fundação, e é grande alfobre de heróis e gente nobre. «Desde o dealbar da Nacionalidade, sempre os Beirões se assinalaram em feitos de épica grandeza»" (JR, 2003, p. 7). Novamente encontramos essa referência à cidade e à região como o "alfobre" ou viveiro de uma estirpe de homens de grande nobreza, em nada ficando atrás face ao melhor que o país possui. Tal argumentação surge claramente como legitimadora da essência regional no âmbito da galeria de heróis nacionais e sem a qual não encontra a sua afirmação. Ser beirão surge como algo de grande elevação moral e valor humano, mas, acima de tudo, como forma de ser grande português. Trata-se aqui de uma essência étnica regional que não pode ser entendida sem a sua contextualização na Nação.

Interessante também será a percepção de que o discurso encomiástico da cidade, da região, da etnia, não se faz aqui por oposição com outras regiões. Verifica-se essa característica regionalista como vinculada ao ser-se nacional, ou seja, o discurso de enaltecimento da região pode surgir também como forma de assumir que se é um bom português ao nível dos melhores, mas não se assumindo uma superioridade face a nenhuma outra região.

No fundo, todas as outras regiões são portuguesas, como tal, esta é sempre uma região ao nível das melhores nunca identificadas. Esta será uma marca essencial de feições próximas das encontradas no discurso conservador do Estado Novo. Aí, verificava-se um entendimento dessa personalidade étnica de um beirão que não é apenas o habitante das Beiras, mas um paradigma de um verdadeiro português em cuja personalidade se inscreve sobretudo um nacionalismo fervoroso. Trata-se de um discurso regionalista que não se emancipa sobre outros ou que com eles colide. Ao invés, aceita os desígnios da Nação, porque, antes de mais, é nacional. Advoga-se que ser regional será sempre ser nacional, mesmo quando se constrói um discurso marcadamente regionalista<sup>90</sup>. Talvez aí possamos também encontrar reflexos de uma imagem justificativa para a marcada ausência de elementos discursivos relativos ao discurso demarcatório estatal. Com efeito, nos traços identitários regionais em estudo, não caberá lugar para uma emancipação ou contestação ao poder central, uma vez que a sua própria existência só se entende enquanto devedora dessa existência nacional. O beirão será sempre e antes de tudo um dos melhores portugueses, logo, incapaz de atentar contra essa estrutura de país, podendo debater os problemas da Nação, mas raramente questionando a sua geometria de poderes. Não assumimos que o discurso identitário regional opere fortemente à escala nacional à semelhança do encontrado para o Estado Novo, até 1959, até porque, como já referimos, tal dimensão escalar será auscultada mais à frente. No caso, é de notar, tão-somente, que o discurso regional não é, de

---

<sup>90</sup> A esse respeito, permitimo-nos citar o seguinte excerto do Boletim da Casa das Beiras de Lisboa de 1942 presente na nossa investigação anterior: "Recordar que se é beirão é simplesmente afirmar o acaso geográfico do nascimento; de raça, da bôa [sic] cepa, não é com palavras nem gestos mais ou menos suspeitos ou teatrais que se afirma a descendência; as atitudes claras, o espírito de compreensão e justiça, o sacrifício do pessoal ao colectivo, o uso moderado do próprio egotismo, o respeito da opinião alheia e o fácil reconhecimento [sic] das virtudes e qualidades do nosso semelhante, eis grandes afirmações de predicados que, sem serem daqueles que é uso escreverem-se com letra maiúscula, são o melhor e meritório mostruário da superioridade de uma raça e, quanto a beirões, supomos que a verdadeira pedra de toque, o bom timbre étnico, que entre nós é somatório das virtudes complementares que herdamos [sic] das muitas raças que conôscos [sic] caldearam, e não só não nos adulteraram, mas ficaram fazendo cortejo triunfal à nossa principal característica rácica de beirões: - a nossa Lusitaneidade [sic]" (Boletim da Casa das Beiras de Lisboa *apud* Simões, 2005, p. 136).

todo, avesso a uma profunda coesão nacional, nunca se revelando fragmentador<sup>91</sup>. Antes pelo contrário, o discurso regionalista revela-se fortemente adepto da unidade do país onde a região se realiza efetivamente. Com efeito, as reivindicações étnicas e históricas encontradas são sempre consideradas à luz do seu contributo para a Nação, nunca entendidas como isoladas dessa realidade, ainda que operando no sentido do enaltecimento regional.

Esta faceta do enaltecimento da identidade regional detetada é ainda encontrada mais à frente, no ano de 2011, podendo atender-se ao exemplo de um artigo de louvor a um piloto da Força Aérea Portuguesa envolvido numa bem-sucedida operação de resgate de pescadores no Oceano Atlântico, homenageado em Viseu, e a quem se atribuem características que o tornam parte da galeria de heróis regionais, como se a sua bravura fosse pré-determinada pelo local de nascimento ou pelos seus traços étnicos. Nesse artigo do *Jornal da Beira*, de título "Muito Obrigado", podemos ler: "O piloto/comandante quis também deixar igual testemunho pessoal, face ao «reconhecimento do Município a um filho da terra. Muito obrigado». Palavras simples de um homem da gesta das gentes da Beira: valentes e altruístas, no cumprimento da sua missão" (Bispo, 2011, p. 8).

O mesmo sentido de um manifesto orgulho nas raízes étnicas inscritas na demarcação provincial pode também ser encontrado, no mesmo ano de 2011, no *Notícias de Viseu*. O artigo considerado refere-se ao património gastronómico tido como parte do perfil coletivo desse grupo étnico beirão que vê as suas características culturais perdurarem no tempo pela partilha de saberes dentro desse mesmo grupo. Encontramos também a evocação e associação do beirão a um modelo personificado, tido como herói exemplar da galeria beirão, neste caso para a restauração. Percebemos que essa evocação do herói funciona como

---

<sup>91</sup> Por aqui se confirma também o já referido entendimento da expressão "reivindicação" mais como "afirmação" num sentido não disruptivo.

legitimadora para as pretensões essencialistas, tornando-se inquestionável a existência de traços étnicos marcados na recolha gastronómica feita no passado por Dom Zeferino, cozinheiro de renome local que aqui se consagra como exemplo a seguir para a perpetuação dessa riqueza étnica. Tal situação será evidente no seguinte excerto, alusivo à componente de restauração da empresa Visabeira que assim vincará a sua legitimidade como "Modelo empresarial", associando a sua cozinha ao grande vulto da gastronomia regional:

"Longinquamente, Viseu foi considerada uma das melhores regiões na confecção dos alimentos que as avós, das avós, transmitiram às netas, com qualidade dos saberes e sabores da culinária. Mais recentemente, dispersas essas receitas que, orgulhosamente, caracterizam a Beira Alta, foi o saudoso Dom Zeferino que, a ele, chamou o estudo da culinária, procedendo, com muita mestria e arte, ao tratamento e arranjo dos víveres que deram à região toda a qualidade antiga, e que, rapidamente, ultrapassaram fronteiras, para chegar aqueles [*sic*] que apreciam a qualidade em detrimento da quantidade" (Notícias de Viseu, 2013, p. 16).

A demarcação provincial do Estado Novo revela-se assim como grande mobilizadora de reivindicações étnicas operando sobretudo ao nível de temáticas autocentradas, auto-legitimadoras, ou seja, a Beira Alta é demarcação essencial de um perímetro étnico de tradições e cultura tidas como uniformes.

No tocante às reivindicações essencialistas de teor histórico, verificamos a sua maior ocorrência no *Jornal da Beira*, sobretudo para a demarcação provincial, corroborando o seu já referido pendor tradicionalista ou conservador e mergulhando frequentemente a legitimação do seu discurso na continuidade de um passado que se tem como exemplar. No *Notícias de Viseu*, o número máximo de 9 ocorrências de reivindicações históricas para a

Província revela-se extremamente reduzido e espalhado ao longo da cronologia, não demonstrando uma verdadeira expressão dessa tipologia argumentativa. Por estas razões, não se justificará a sua análise de pendor qualitativo, procedendo-se então à análise das ocorrências no *Jornal da Beira*. Para este periódico, a carga histórica atribuída a muitas das ocorrências identitárias prende-se frequentemente com a validação do presente através da *co-memoração* de figuras históricas. Alguns exemplos poderão ser a clara ilustração desta nossa perspetiva, associando a cidade e a região a um património histórico de raiz mítica, nomeadamente através da muito repetida referência a Viriato, como se verifica no seguinte exemplo alusivo à inclusão de Viseu nas rotas aéreas domésticas que a transportadora aérea nacional (TAP) iria iniciar em 1969:

"Uma onda de euforia contagiou não apenas os viseenses, mas quantos estão atentos aos problemas desta Província (...). Efectivamente, alguma coisa de extraordinário se passava: A cidade do destemido Viriato fora escolhida para a inauguração dos Táxis Aéreos Continentais" (*Jornal da Beira*, 1969, p. 1).

Para além do recurso direto a figuras históricas como referências essencialistas legitimadoras da existência regional do presente, encontramos também o recurso à argumentação mais genérica de um passado glorioso que dota a Província de um legítimo perfil identitário. A esse propósito poderemos atender a um momento alusivo à vitória da Aliança Democrática nas eleições legislativas intercalares, no ano de 1979, que será fortemente ilustrador da tipologia destas ocorrências:

"Para o efeito, outra geografia não seria mais apetecida do que as terras da Beira Alta: têm cota geográfica mais elevada, possuem padrões de história que são guias permanentes de práticas de patriotismo e glória e cultivam o sentido de dignidade da sua população. Ora, por intermédio do *Jornal da Beira* se formula

um apelo ao sentido patriótico e de gratidão aos gestores eleitos da Aliança para que, em exercício de gestão e em prática de atitudes, correspondam em absoluto à confiança neles depositada" (Martins, 1980, p. 3).

A referência ao alegado passado glorioso da Beira Alta é ativado neste exemplo como legitimador para um ombrear com o poder central do país. A partir desse posto, legitima-se a sua exigência para que o partido eleito chegue a esse nível de grande elevação no qual os beirões já estarão. Assistimos aqui novamente a traços da já detetada profunda relação entre o regionalismo e a Nação. O autor eleva a sua região de forma a conseguir colocar-se ao nível do melhor que a Nação possui. Compara mesmo a cota geográfica da altitude mais elevada da região com a elevação de valores morais da Beira Alta. Desse posto, confronta o partido recentemente eleito (e com o qual notoriamente simpatiza) com uma aparente exigência paternal, agradecendo-lhe e exigindo-lhe que cumpra com o prometido aos beirões, de forma a não falhar perante gente de tão longas e gloriosas raízes. Desse modo, a carga histórica, a reivindicação essencialista regional, apresenta-se mais como um alcançar retórico do orgulho patriótico, do que como qualquer forma de fragmentação interna, não deixando, contudo, de ser expressão desse profundo sentir regional, um sentir que se realiza profundamente, uma vez mais, na sua dimensão nacional.

A argumentação histórica para a Província do Estado Novo vai sendo repetida ao longo do *Jornal da Beira* a propósito das temáticas mais diversas e frequentemente projetando sobre a cidade de Viseu as características regionais. Essa clara marcação do registo de Viseu como polo centralizador da região no discurso do *Jornal da Beira* é novamente digna de alguma atenção. A tipologia de funcionamento discursivo entre as escalas nacional e regional que já havíamos visto, pode ser também encontrada para as escalas regional e local. Ou seja, se ser beirão é uma forma de se ser profundamente patriótico e genuinamente português, ser

viseense é ser genuinamente beirão. De acordo com as ocorrências identificadas, Viseu encerra em si a essência da identidade regional que a legitima, por sua vez, como intensamente patriótica. É desse modo que poderemos encontrar frequentes reivindicações essencialistas históricas sobre Viseu, uma Viseu da Beira, núcleo central do espírito beirão. Raras serão as vezes em que os artigos encomiásticos sobre Viseu a descrevem como cidade isolada destituída dessa dimensão regional. Com efeito, a cidade e a região serão frequentemente entendidas como parte de uma unidade étnica e histórica indiscutível. Tal discurso agregador dessas escalas identitárias, revela-se profundamente conservador e tradicionalista, funcionando de tal forma, que serão raras, ou mesmo inexistentes, as referências depreciativas a respeito da região ou da cidade, mesmo quando se pronuncia sobre os seus problemas e falhas estruturais. A esse propósito, atente-se no seguinte excerto inicial de um artigo sobre a ausência em Viseu de um espaço cultural capaz de suportar a procura e de promover e incrementar a produção artística: "Viseu, a velha, mas sempre rejuvenescida capital da Beira Alta, tem longínquas e honrosas tradições no âmbito da Cultura e da Arte. No decorrer do passado mês de Junho registaram-se assinaláveis realizações bem ao nível dessas tradições sumamente honrosas" (Jornal da Beira, 1981, p. 1).

Essa relação escalar Cidade-Região-Nação vai sendo registada com frequência no que concerne à identificação das ocorrências de reivindicações essencialistas históricas. De facto, sempre que o discurso do jornal se orienta para o poder central, exigindo ou clamando por algum apoio ou melhoria, procede sempre a um exercício retórico de auto-engrandecimento, passando sempre pela escala regional, nela encontrando a sua legitimação, excedendo o lugar de cidade e assumindo-se como região. A demarcação provincial será a que, efetivamente, vai sendo mais utilizada, também no que às



reivindicações históricas diz respeito. Atente-se no seguinte excerto, absolutamente sintomático desta situação, onde, exigindo a criação de um instituto universitário, se esgrime a argumentação histórica da Beira Alta já no ano de 1986, profundamente distante da data de extinção legal dessa unidade demarcatória:

"Como expressão dessa convergência de ideais, de entendimentos e de progresso cultural e económico, podemos destacar a aprovação unânime da proposta a remeter ao Ministro da Educação, com vista à elevação do Instituto Superior Politécnico de Viseu (...) a Instituto Universitário da Beira Alta; da Beira Alta, muito bem, que, no dizer de alguém, é a mais caracterizadamente lusitana das províncias portuguesas, em que Viseu, por razões de ordem geográfica, arqueológica, histórica e até sentimental, ocupa justo lugar de destaque, merecendo assim, sem quaisquer favoritismos, o título de capital desta província, portuguesa de lei" (RC, 1986, p. 4).

De facto, é bastante notória essa associação de base histórica entre a cidade de Viseu e a demarcação provincial do Estado Novo, sendo essa dimensão regional um dos pontos essenciais da construção identitária viseense. As evidências vão-se multiplicando e os seguintes excertos do artigo "Viseu e a Beira" revelam-se ilustradores perfeitos desta linha de reflexão:

"Testemunho de ancianidade, paradigma de progresso e presença de beleza, são expressões que temos usado, para caracterizarmos a nossa querida cidade. A primeira destas características enraíza na história, muitas vezes, secular do "Berço da Lusitanidade", de que Viriato é heróico Símbolo, com sucessivos encontros com a História de Portugal, como a atestam nobres figuras de antanho e o documentam muitos e honrosos factos e, ainda, o confirmam os vetustos monumentos e os sugestivos pormenores arquitectónicos que, continuamente, se

sucedem – por todo o espaço do magnífico Centro Histórico – Monumental. (...) Graças a estas características e, ainda, às que decorrem dos factores geográficos arqueológicos e sentimentais, Viseu ocupa, por direito próprio, o lugar cimeiro na Beira Tradicional, tendo sido elevada à condição de centro geométrico e de capital político-administrativa de uma ampla área territorial, cujos núcleos populacionais estão vinculados à cidade desde tempos muito remotos, por laços que nada há que seja capaz de destruir. (...) Que grande e bela Região a da Beira Alta, serrana e marítima!" (Cardoso, 1998, p. 13).

Da análise do excerto destacam-se alguns elementos que se prendem com as reivindicações essencialistas de matriz histórica com uma forte associação à cultura lusitana, em particular à figura de Viriato como ícone da raiz da cidade, podendo assumir-se o profundo carácter mitológico e de frequente errónea interpretação da história. Com efeito, a História, à data, já havia colocado profundas reservas quanto a esta assumida presença de Viriato em Viseu, pondo em causa esta associação da cidade aos Lusitanos<sup>92</sup>. Deste modo, pode afirmar-se estarmos em presença de um conhecimento histórico de base profundamente mitificada, construtor de uma galeria de heróis não necessariamente sustentada por conhecimento científico verdadeiramente plausível. Por outro lado, não deixa de ser interessante a referência ao título de "capital político-administrativa", ampliando fortemente as

---

<sup>92</sup> A esse respeito, considerem-se duas obras de referência maior à época, o *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão e a *História de Portugal* coordenada por José Mattoso. No primeiro, a única relação estabelecida entre Viseu e Viriato remete para a estátua que foi erigida em 1940 "modelada pelo escultor Mariano Benliure. Também a Espanha já havia prestado condigna homenagem ao grande defensor do solo ibérico, erguendo, numa praça da cidade de Zamora, a estátua do herói" (Serrão, 1979, p. 332). Na segunda, a única relação entre os Lusitanos e Viseu referida prende-se apenas com a hipótese remota de Viseu poder ser um município denominado "Interaniense" que, no caso, é apresentada como improvável. Nas suas palavras, "o topónimo «Viseu», de origem pré-romana, não apresenta qualquer relação com a designação conservada pela inscrição da ponte de Alcântara, pelo que devemos considerar ainda em aberto o problema da localização dos Interanienses" (Fabião, 1993, p. 184). Com efeito, em 1998, a historiografia coeva há muito que abandonara essa relação óbvia entre Viseu e as figuras pré-romanas típicas da propaganda do Estado Novo, de que é exemplo a estátua de Viriato. Tal obra terá sido edificada também a propósito das comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal nesse ano de 1940, a par de outras iniciativas por todo o país e da Exposição do Mundo Português em Lisboa.

competências da cidade e relacionando-as com a sua tradição histórica de sede de uma demarcação a que chamam de "Beira Tradicional", alargada desde o oceano até à montanha.

Como vemos, a argumentação histórica legitimadora de identidades regionais vai pontuando de forma regular o nosso *corpus* sobretudo no tocante à divisão provincial do Estado Novo no *Jornal da Beira*.

Relativamente ao Distrito, verificamos que estas ocorrências são mais reduzidas e situadas em muito poucos artigos particulares, não sendo uma constante ao longo dos periódicos, para além de serem muito mais marcadas no *Jornal da Beira*. Os números reduzidíssimos encontrados no *Notícias de Viseu* excluem-no imediatamente de uma análise de teor qualitativo, dada a quase total ausência de expressão dos traços identitários históricos e étnicos para essa demarcação.

Para o *Jornal da Beira* poderemos realçar uma das principais colunas onde encontraremos grande parte dessas ocorrências. Referimo-nos ao já comentado "Regionalização e Descentralização" da autoria de Leal Loureiro, adepto fervoroso dos Distritos. A título de exemplo, o artigo da edição de 21 de maio de 1981 apresentará 12 do total de 49 ocorrências de reivindicações de natureza histórica para essa demarcação neste periódico. Na mesma série de artigos desse autor, para esse ano, encontraremos mais 23 ocorrências, perfazendo um total de 35, ficando apenas 14 ocorrências de reivindicações históricas para o Distrito espalhadas ao longo do restante *corpus*. Podemos aqui destacar alguns excertos, por forma a perceber a linha contextual dessas ocorrências, percebendo-se uma vez mais a posição do autor favorável à demarcação distrital que, na sua perspetiva, se valida sobretudo na duração da sua existência, na pertinência do seu passado:

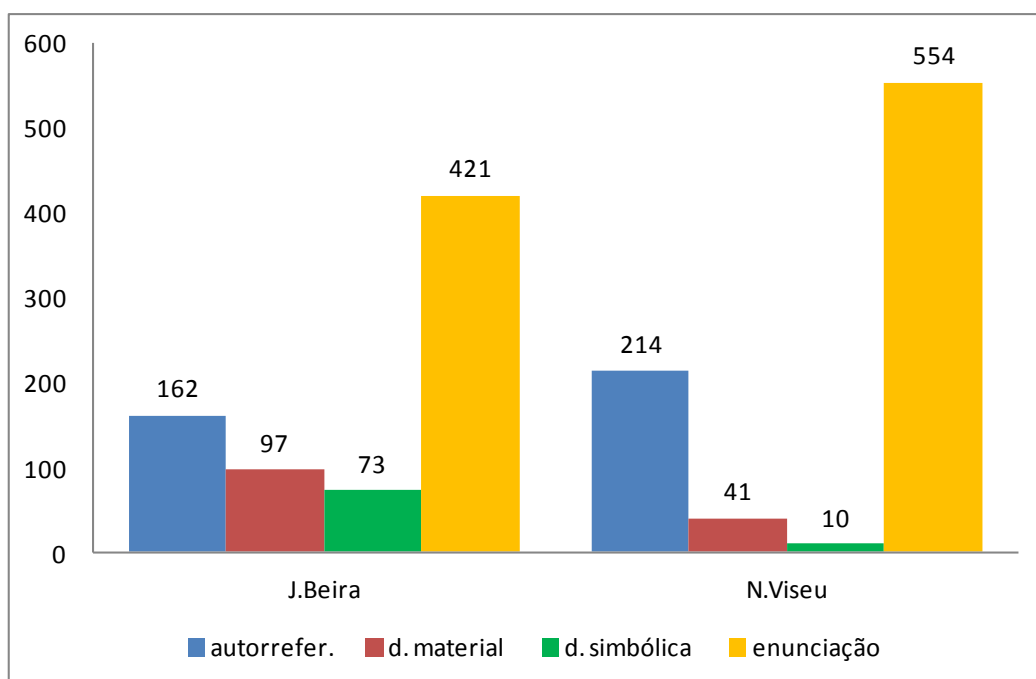
"Os distritos oferecem a enorme vantagem de as suas capitais terem sido sempre consideradas como centros regionais, como pontos obrigatórios no planeamento das vias de comunicação" (Loureiro, 1981, p. 5). "Argumenta-se que «politicamente não é possível nem desejável» extinguir freguesias ou concelhos, apenas por serem pequenos. Compreendemos facilmente tal argumento e aceitamo-lo; mas vem-nos à mente perguntar: e os distritos, que já disfrutaram de longa tradição, que mal fizeram eles ao País ou à Política para serem extintos de tal modo?" (Loureiro, 1981, p. 4).

Confirma-se portanto uma muito menor frequência de reivindicações essencialistas do Distrito, para além de surgirem de forma muito irregular e agrupadas em muito poucos momentos. Com efeito, o Distrito surgirá mormente como demarcação de natureza administrativa, operando sobretudo em questões de ordem funcional e de organização política do território. Fica daqui a ideia clara que as reivindicações essencialistas presentes nos dois periódicos se referem sobretudo à Província do Estado Novo. Percebe-se também que o *Jornal da Beira* se apresenta dotado de uma retórica mais conservadora, reforçando as marcas étnicas e históricas dessa demarcação, urdidas numa trama auto-legitimadora de região que se realiza na sua dimensão local e nacional. Poder-se-ia dizer estarmos perante a afirmação de uma identidade regional que legitima e confere sentido às existências viseense e portuguesa: o viseense é beirão e o beirão é um português exemplar. Por seu lado, o *Notícias de Viseu*, ainda que de perfil ligeiramente diferente, corrobora o discurso do *Jornal da Beira*, pelo menos no tocante às reivindicações étnicas para a Província do Estado Novo. Assim, a região surge dotada de características étnicas e históricas alegadamente ao nível do melhor do país e a cidade é o alfobre ou viveiro essencial onde tal identidade se reproduz, espelhando no presente a galeria de heróis míticos legitimadores dessa identidade. De realçar

ainda que as bases históricas para tal galeria de heróis ou alegada uniformidade étnica são frequentemente frágeis e mais ficcionadas do que científicas.

O passo seguinte desta análise, agora de pendor quantitativo, prende-se então com a marcação identitária<sup>93</sup> encontrada nos dois periódicos<sup>94</sup> como se pode ver no Gráfico 14.

GRÁFICO 14 – Marcações identitárias de tom favorável por periódico.



Fonte: Dados recolhidos pela pesquisa.

<sup>93</sup> A este respeito, recordamos o nosso quadro teórico. De acordo com Woodward (2009, pp. 13-15), para além das reivindicações essencialistas frequentemente encontradas nas manifestações identitárias, será também possível verificarem-se marcações simbólicas, sociais ou materiais por relação com outras identidades. Serão esses traços que aqui se buscarão. Para além destas marcas identitárias por relação com a alteridade, buscaremos também os elementos de auto-identificação de acordo com o explanado por Pina Cabral (2002, p. 8) e por nós já descrito. Esses elementos de auto-identificação serão aqui considerados em duas dimensões, a enunciação simples, de acordo com o exposto por Cardy (1997 a, p. 13) quando considera que o ato de nomeação é evidência primeira da reificação regional, e a autorreferenciação, por nós entendida como enunciação sem marcação face a uma alteridade particular, mas profundamente vincada na auto-identificação pela pronominalização, adjetivação ou atribuição de epítetos.

<sup>94</sup> Cf. Apêndice 11.

Ressalta imediatamente dos dados o paralelismo entre os dois periódicos a nível da relação de grandeza entre as diferentes marcações identitárias. Pelos dados, é possível verificar já com bastante acuidade as traves mestras do perfil identitário presente nos periódicos. Considerando a *Enunciação* como marca primeira de presença identitária, verifica-se a elevada ocorrência deste traço (421 ocorrências para o *Jornal da Beira* e 554 para o *Notícias de Viseu*) que se marca sem relação com a alteridade, funcionando como elemento de auto-designação.

No mesmo sentido, o segundo marcador das ocorrências autorreferenciais vincadas pela pronominalização e adjetivação apresenta também um lugar de destaque (162 ocorrências para o *Jornal da Beira* e 214 para o *Notícias de Viseu*), dando força à ideia de uma identidade autorreferencial, auto-designativa, presente mesmo na ausência de um Outro direto.

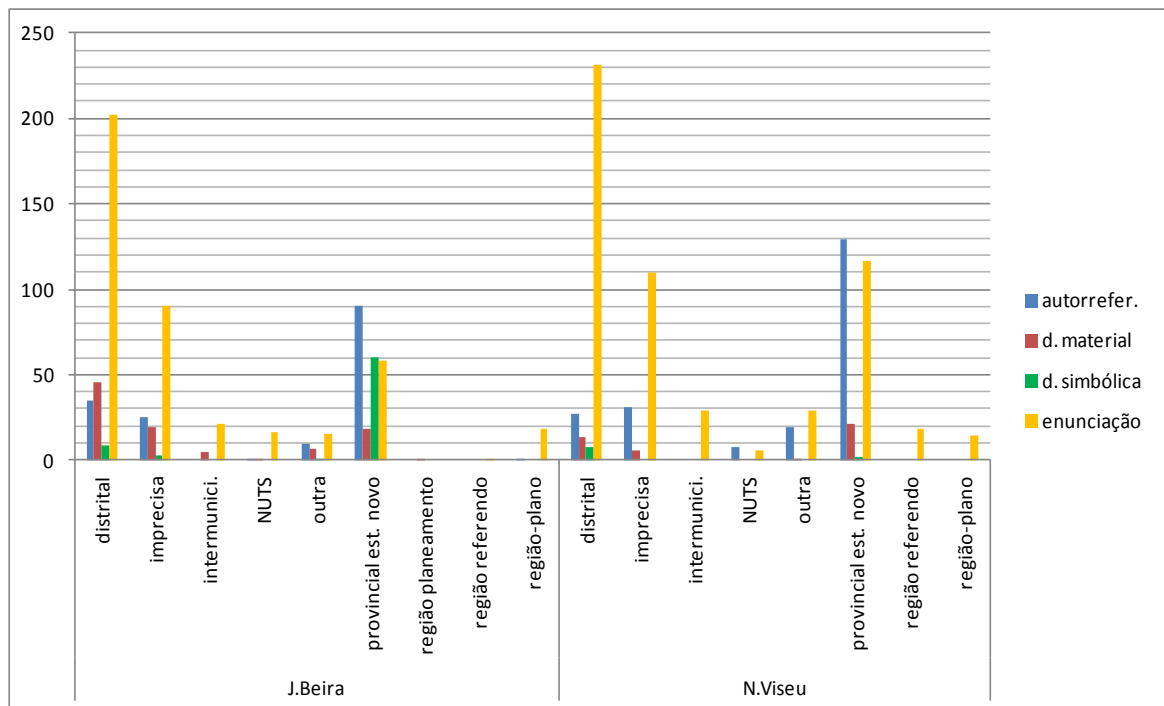
No que concerne às diferenciações face à alteridade, vemos a similitude de relação entre elas nos dois periódicos, sendo a material mais frequente que a simbólica, ambas perfazendo um total de 170 ocorrências no *Jornal da Beira* e 51 no *Notícias de Viseu*. Aqui, tal diferença de valores poderá encontrar justificação no perfil histórico do *Jornal da Beira* que acaba por esgrimir com mais frequência argumentos diferenciadores de ordem simbólica e de diferenciação material.

De maneira a poder fazer luz sobre a forma como estas marcações identitárias operam nas demarcações geográficas registadas, procedeu-se à organização dos dados no Gráfico 15<sup>95</sup>.

---

<sup>95</sup> Cf. Apêndice 13.

GRÁFICO 15 – Marcação identitária de tom favorável por demarcações geográficas e por periódico.



Fonte: Dados recolhidos pela pesquisa.

Pelos dados apresentados, verificamos a prevalência do Distrito como principal demarcação identitária enunciada e autorreferencial, com o *Jornal da Beira* a registar 35 ocorrências autorreferenciais e 202 enunciativas. Neste periódico entende-se o Distrito como demarcação diferenciada materialmente, mais do que autorreferencial, ao apresentar 46 ocorrências naquela categoria. A demarcação *Provincial do Estado Novo* (Beira, Beira Alta ou Beiras) será argumento para uma elevada repartição das marcações identitárias, apresentando um forte pendor *Autorreferencial* (90 ocorrências), seguido do seu caráter de *Marcação Simbólica* (60 ocorrências) e só então enunciado sem qualquer marcação (58 ocorrências). A *Diferenciação Material* perde aqui expressão com 18 unidades. Temos então a Província como dotada de uma elevada carga autorreferencial e simbólica e o Distrito, fortemente enunciado, dotado de uma maior diferenciação material.

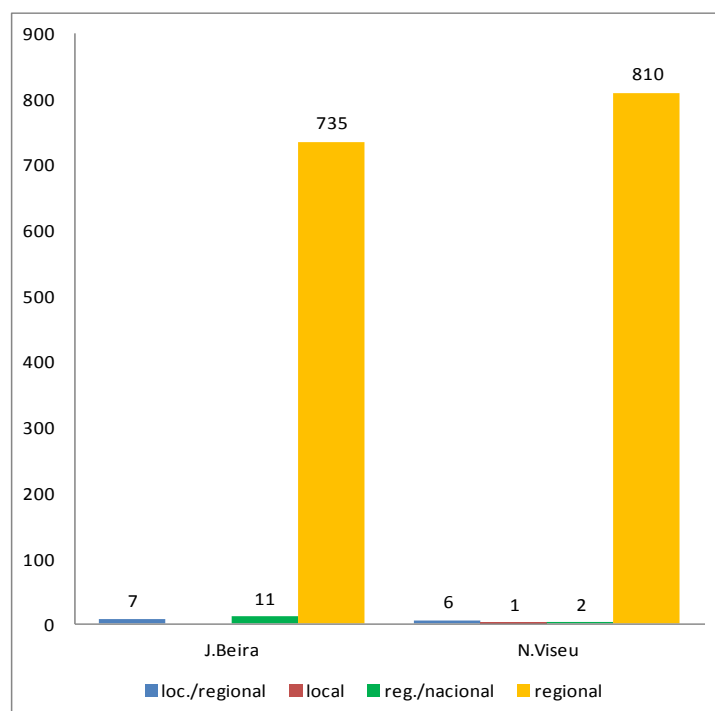
Tais resultados corroboram, de algum modo, a imagem que vai sendo contruída da Província como espaço de pertença afetiva dotada de um carácter étnico e histórico, surgindo como demarcação autorreferencial, com alguma diferenciação simbólica de outras regiões. Do mesmo modo, para o *Jornal da Beira*, o Distrito surge como demarcação de carácter político-administrativo validado pela sua duração, espaço enunciado, menos autorreferencial e ligeiramente diferenciado pelas suas especificidades materiais, como atividades económicas ou particularismos ambientais. No *Notícias de Viseu* verifica-se uma postura identitária muito próxima na relação entre os diversos parâmetros, ainda que com substanciais diferenças numéricas. A divisão *Distrital* é que reúne mais enunciações (231) seguida da carga autorreferencial (27 ocorrências) e das diferenciações material (13 ocorrências) e simbólica (8 ocorrências). Quando comparados com os valores respeitantes à demarcação provincial, confirmamos a elevada carga autorreferencial (129 ocorrências), não apresentando a mesma importância da demarcação simbólica do *Jornal da Beira* ao manifestar apenas 2 ocorrências, mas conferindo relevância à diferenciação material (21 ocorrências). Também neste periódico verificamos que a Província do Estado Novo apresenta maior autorreferenciação face à enunciação simples (117 unidades). Uma vez mais se confirma a elevada carga autorreferencial da Província do Estado Novo face a uma demarcação distrital fortemente enunciativa.

De forma a confirmar o sentido destes dados, antes de qualquer conclusão que se revelaria precipitada, convirá atender às escalas identitárias em presença, ou seja, verificar se estas manifestações identitárias operam no sentido regional, ou se, por exemplo, se poderá verificar uma ação identitária nacional ou uma ação identitária local operada através de identificações regionais e locais, extremando aquilo que já vimos existir como sedimento de alucinação regionalista. De facto, como visto anteriormente para as reivindicações



essencialistas, é possível verificar que o discurso regional se pode realizar pela relação com os discursos nacional e local. Este será o momento em que se verificará essa dimensão do discurso identitário regional<sup>96</sup>. Assim, torna-se essencial auscultar os dados que trarão alguma luz sobre o sentido e a dimensão escalar das manifestações identitárias já percebidas. Nesse sentido, foi possível criar o Gráfico 16<sup>97</sup>.

GRÁFICO 16 – Escala identitária de tom favorável por periódico.



Fonte: Dados recolhidos pela pesquisa.

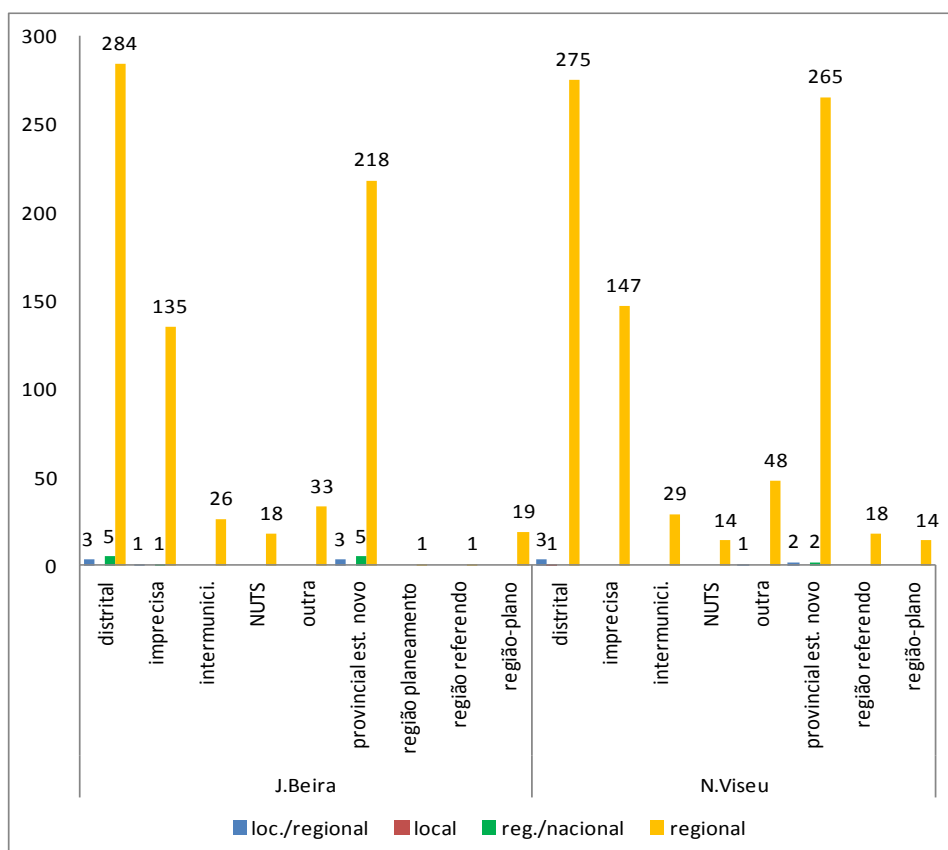
Dos dados expostos é possível inferir a elevada dimensão da escala regional pronunciada nas ocorrências dos dois periódicos. De destacar apenas a incidência de algumas unidades que apontam escalas de sentido vertical, ou seja de uma escala inferior para uma superior,

<sup>96</sup> Seria a alucinação do nacionalismo regionalista já abordada, em que o movimento de divisão regional interna, no caso, servia mais como garantia de um vincar dos valores nacionalistas, como se, dessa forma, eles se entranhassem mais eficazmente no tecido social. Valorizava-se a especificidade aparente de cada região para, em seguida, a colocar ao serviço de um todo orgânico cuja importância transcendia qualquer especificidade regional.

<sup>97</sup> Cf. Apêndice 12.

do local para o regional (7 no *Jornal da Beira* e 6 no *Notícias de Viseu*) e do regional para o nacional (11 no *Jornal da Beira* e 2 no *Notícias de Viseu*). Estas ocorrências dizem respeito a unidades que, manifestando uma determinada demarcação, o fazem de forma a legitimar uma outra dimensão identitária. No caso, tal processo ocorre com uma incidência pouco marcante, ainda assim, deverá ser tido em atenção, por forma a percebermos quais as demarcações que foram mobilizadas em sentidos de ultrapassagem de si mesmas, ou seja, excedendo a sua própria escala, seja usando a cidade de Viseu para enaltecer a sua região, ou usando a região para enaltecer a Nação. Desse modo, foi possível apurar o Gráfico 17<sup>98</sup>.

GRÁFICO 17 – Escala identitária de tom favorável por demarcações geográficas e por periódico.



Fonte: Dados recolhidos pela pesquisa.

<sup>98</sup> Cf. Apêndice 15.

Da análise dos dados, para além da enorme representatividade da escala identitária regional das ocorrências, verifica-se que, para o *Jornal da Beira*, apenas o *Distrito*, a *Província* e as *Demarcações Imprecisas* mobilizam cargas identitárias diversas com sentido *Local/Regional* (3, 3 e 1 ocorrências, respetivamente) e com sentido *Regional/Nacional* (5, 5 e 1, respetivamente) correspondendo a diferentes dimensões da própria identidade regional, como a da Beira que apenas encontra legitimidade enquanto divisão nacionalista. Para o *Notícias de Viseu*, os resultados são ligeiramente diversos, considerando-se as demarcações *Distrital*, *Provincial do Estado Novo* e *Outra* como dotadas de orientações diversas, seja no sentido *Local/Regional* (3, 2 e 1 ocorrências, respetivamente), seja no sentido *Local* (1 ocorrência para o Distrito), ou seja no sentido *Regional/Nacional* (2 ocorrências para a Província).

Os dados não permitem efetivamente ler a existência claríssima de uma "alucinação regionalista" de grande expressão para o período estudado. Ainda assim, de forma mais clara para o *Jornal da Beira*<sup>99</sup>, os aparentes resquícios desse fenómeno são operados sobretudo nas demarcações provincial e distrital, como se de um sedimento ou de um eco se tratasse, confirmando a plausibilidade desse fenómeno alucinatório para um momento anterior que não terminaria instantaneamente com a extinção das Províncias ou com a Revolução de Abril. Aqui, a análise clama pelo elemento cronológico para que se possa construir uma imagem mais clara. Nesse sentido, foi possível elaborar os Gráficos 18 e 19<sup>100</sup>, de forma a poder analisar os dados, contemplando essa dimensão temporal. Da sua análise, verifica-se

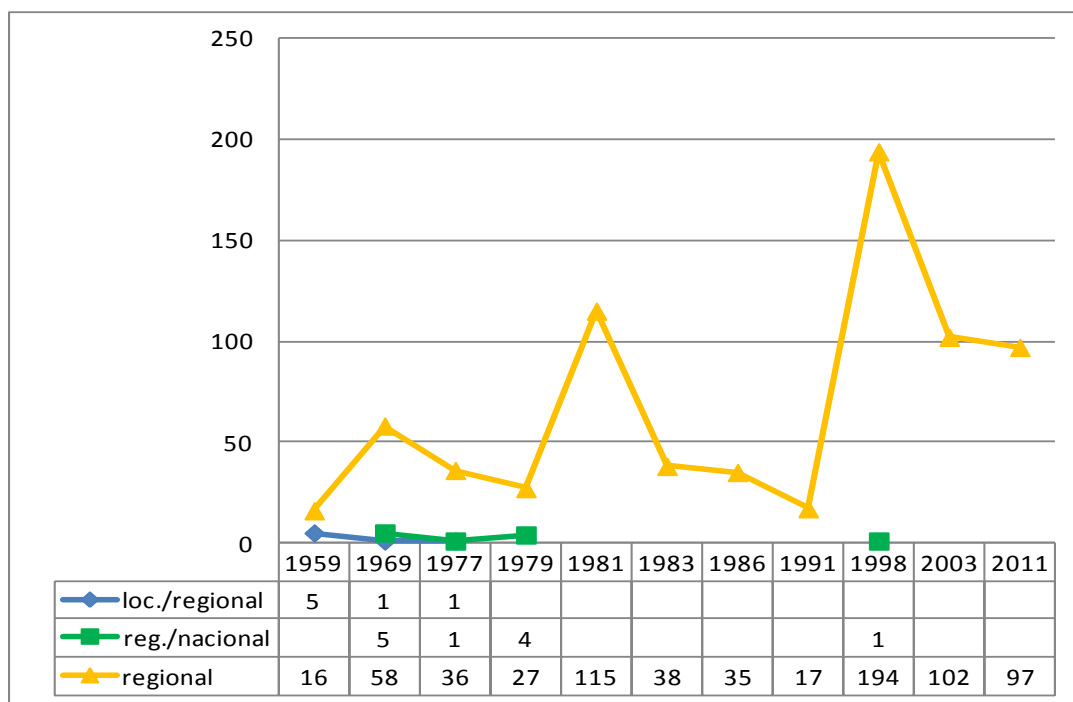
---

<sup>99</sup> Para essa especificidade concorre certamente a sua duração cronológica, enquanto o *Notícias de Viseu* inicia a sua ação após a revolução de 1974. É, portanto, expectável que os traços discursivos típicos do Estado Novo se verifiquem durante mais tempo ou com maior marcação no *Jornal da Beira*.

<sup>100</sup> Optou-se aqui pela apresentação separada dos dados dos periódicos, em virtude das diferentes janelas temporais dos dois títulos.

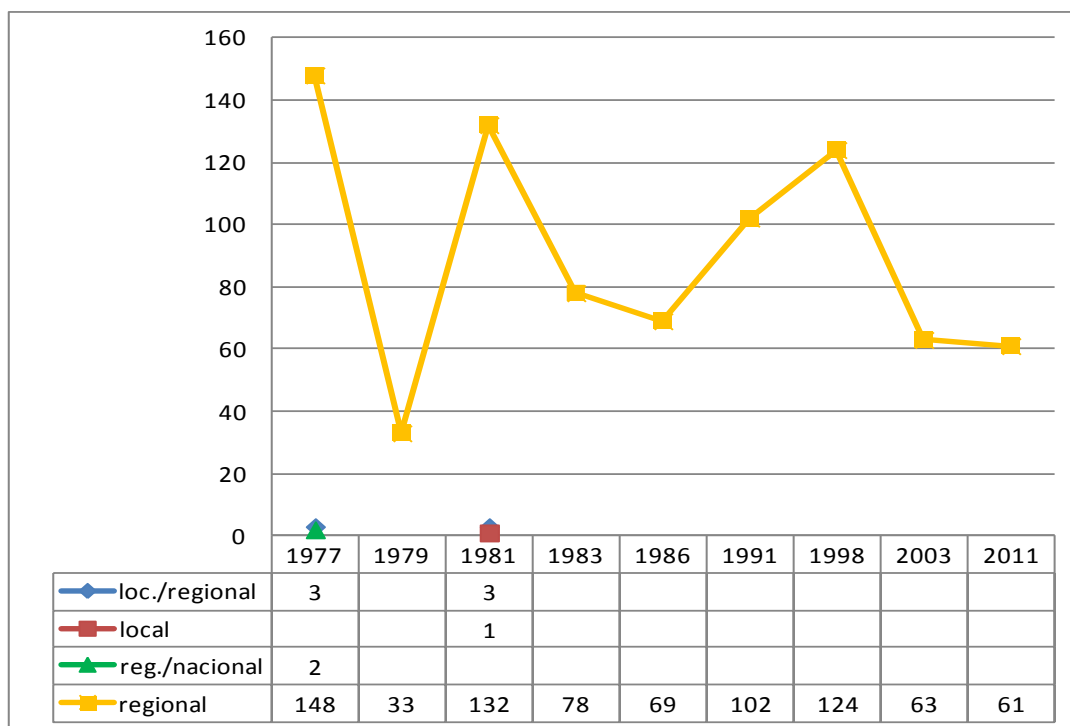
que, no caso do *Jornal da Beira*, as ocorrências de escalas identitárias não regionais deixam de ser registadas a partir do ano de 1979, com exceção de uma ocorrência isolada de escala *Regional/Nacional* em 1998. No caso do *Notícias de Viseu*, as ocorrências surgem ainda mais pontuais e surgindo apenas nos anos de 1977 e 1981, não permitindo sequer a deteção de um padrão significativo. Será de reter, ainda assim, o pormenor de, a partir de 1981, com exceção de uma em 1998, todas as ocorrências de demarcações regionais surgirem apenas enquadradas na escala identitária *Regional* que se afirma presente e clara daí em diante. Na dimensão temporal verifica-se uma diminuição gradual conducente ao desaparecimento das escalas identitárias de sentido vertical (*Local/Regional* e *Regional/Nacional*). Tais processos de alucinação que haviam sido detetados em estudos anteriores (Simões, 2005) vão-se encaminhando para um aparente desvanecimento, restando as manifestações de escala claramente regional.

GRÁFICO 18 – Escala identitária de tom favorável por ano relativo no *Jornal da Beira*.



Fonte: Dados recolhidos pela pesquisa.

GRÁFICO 19 – Escala identitária de tom favorável por ano relativo no *Notícias de Viseu*.

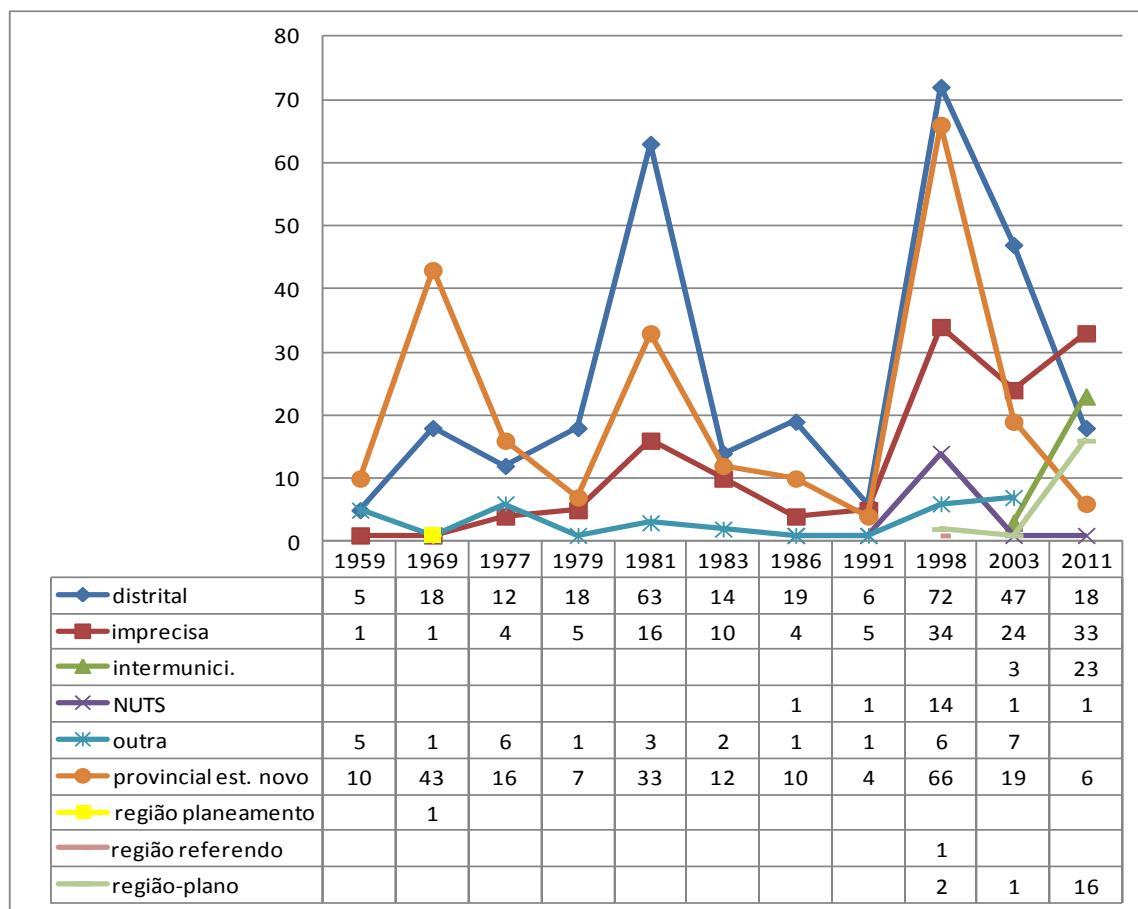


Fonte: Dados recolhidos pela pesquisa.

É possível também perceber que a escala regional é efetivamente coincidente com os momentos já percebidos, apresentando os mesmos picos de 1981, 1998, com os casos particulares de 1969 e 1977, para o *Jornal da Beira* e o *Notícias de Viseu*, respetivamente. No mesmo sentido de análise, convirá proceder-se à confrontação dos dados já discutidos com a cronologia, de forma a poder alcançar maior clareza na percepção dos resultados. Através do Gráfico 20 e do Gráfico 21<sup>101</sup> será possível surpreender a evolução das ocorrências demarcatórias ao longo da cronologia e aí poder aferir o nível de comprometimento com as demarcações estatais percebido pela eventual coincidência com a criação das diferentes demarcações pela ação governativa.

<sup>101</sup> Cf. Apêndice 16.

GRÁFICO 20 – Demarcações geográficas de tom favorável por ano relativo no *Jornal da Beira*.



Fonte: Dados recolhidos pela pesquisa.

Dos dados do *Jornal da Beira* é possível verificar picos significativos de demarcações geográficas francamente evidentes para as categorias referentes ao Distrito, à Província do Estado Novo e à demarcação *Imprecisa*.

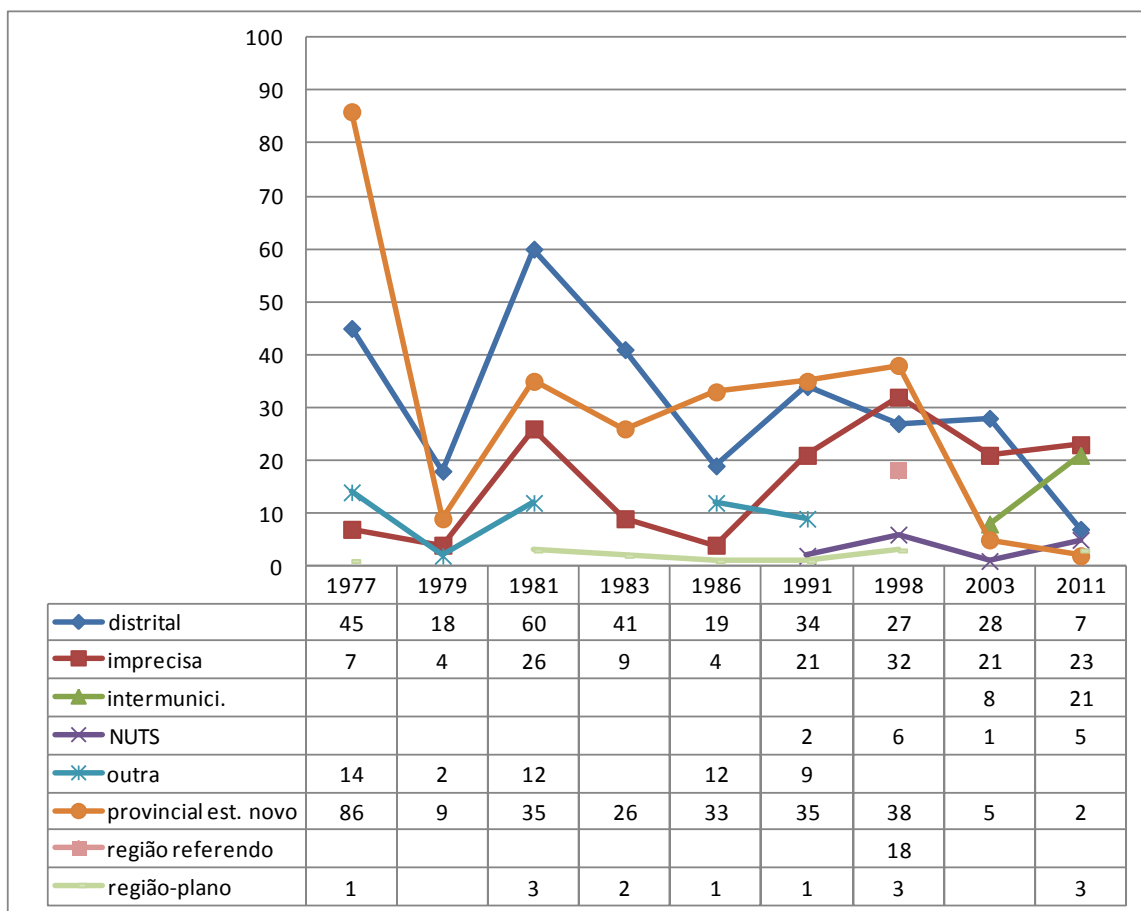
O Distrito revela ser a demarcação mais estável com dois momentos profundamente marcantes em 1981 (63 ocorrências) e em 1998 (72 ocorrências). Também o ano de 2003 se evidencia com 47 ocorrências. A demarcação provincial apresenta oscilações de sentido semelhante, mas com maior amplitude de ocorrências. Apresenta uma subida acentuada que lhe é exclusiva ainda no período do Estado Novo, em 1969 (43 ocorrências), seguida de

novos picos em 1981 (33 ocorrências) e 1998 (66 ocorrências). É possível identificar uma tendência de decréscimo para as últimas duas datas que são também coincidentes com uma subida das demarcações Imprecisa, das Regiões-Plano/Comissão de Coordenação e das Intermunicipais.

No último ano estudado registam-se os valores mais elevados destas duas últimas demarcações, com 23 ocorrências inter-municipais e 16 relativas às áreas das comissões de coordenação regional, correspondendo efetivamente ao período de aparecimento das Comunidades Intermunicipais e ao crescente incremento da ação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, antigas Comissões de Coordenação Regional.

Os dados dos *Jornal da Beira* podem permitir desde já uma reflexão sobre a presença de sedimentos identitários claros. No caso, a demarcação provincial e a distrital mantêm-se profundamente ativas no discurso do periódico, sendo que, se uma ainda permanecia funcional, a outra estaria extinta desde o início do período em estudo, revelando um carácter sedimentar, de matriz autorreferencial de sentido diverso do produzido pela ação estatal cuja ação demarcatória só aparenta produzir efeitos identitários significativos a partir das duas últimas datas, possivelmente pela introdução da nova forma supramunicipal (Comunidades Intermunicipais) resultante precisamente do agrupamento de concelhos e, como tal, certamente devedora dos traços identitários locais de longas raízes temporais.

GRÁFICO 21 – Demarcações geográficas de tom favorável por ano relativo no *Notícias de Viseu*.



Fonte: Dados recolhidos pela pesquisa.

A leitura dos dados do Gráfico 20 é, de algum modo, corroborada pelos dados do Gráfico 21 relativo ao discurso do *Notícias de Viseu*. As datas de 1981 e de 1998 são também marcantes para as ocorrências neste periódico, ainda que de uma forma menos abrupta. Se a primeira data ainda revela forte presença do Distrito (60 ocorrências), já a Província do Estado Novo (35 ocorrências) assume uma taxa de ocorrências que se manterá muito próxima para as datas seguintes (26, 33, 35 e 38), apenas decrescendo subitamente no ano de 2003. Também a segunda data de 1998 já não apresenta a mesma subida acentuada verificada no *Jornal da Beira* com a demarcação provincial menos marcada (38 ocorrências) e a *Distrital* claramente em queda (27 ocorrências). De facto, assiste-se a uma tendência gradual de decréscimo das



ocorrências das demarcações mais tradicionais, contrastante com uma subida das ocorrências relativas às categorias *Intermunicipal* e *Imprecisa*, apontando pela primeira vez para uma inflexão do discurso identitário regional no mesmo sentido do discurso do poder central da Nação com a implementação das Comunidades Intermunicipais. É interessante, ainda assim, perceber que o único momento em que tal se verifica é quando a demarcação regional apresentada decorre da escolha autónoma dos municípios, ou seja, de algum modo dando voz ao sentir e à dimensão relacional das comunidades. No mesmo sentido, o aumento das ocorrências de demarcação *Imprecisa* poderá prender-se com essa viragem, em que o discurso lentamente se vai orientando num novo sentido, ainda que não perdendo o vigor identitário regional, acompanhando a subida da principal demarcação regional no momento, como verificado nos picos de 1981 e 1998. Também aí a demarcação *Imprecisa* teria acompanhado as subidas das principais ocorrências, as distritais e as provinciais.

Os dados do *Notícias de Viseu* apresentam-se coincidentes com os do *Jornal da Beira*, evidenciando duas tendências primordiais: por um lado, a da prevalência do tal sedimento identitário da Província do Estado Novo e do sentido histórico e funcional do Distrito; por outro, o da crescente valorização da demarcação intermunicipal para os últimos anos do estudo. Das diferenças entre os dois gráficos evidenciam-se também as diferenças do teor mais ou menos conservador do discurso dos dois títulos. Apesar do decréscimo das ocorrências provinciais e distritais nos dois periódicos, o primeiro mantém uma intensidade discursiva tradicional mais vincada, com maior número de ocorrências provincial e distrital, enquanto o segundo foi primeiramente reduzindo essas ocorrências, sem picos tão evidentes.

Um elemento chave que convirá aqui ter em atenção, prende-se com a já referida categoria *Imprecisa* de demarcação e a sua elevada ocorrência. Dos resultados observados até aqui, é

possível identificar um padrão interessante. As duas principais marcações de identidade regional, pelo menos até 2003, a Província e o Distrito, conviveram sempre com essa enunciação, muitas vezes autorreferencial, dessa "nossa Região" ou "Região de Viseu". Naturalmente que tal elemento poderia frequentemente confundir aquilo que era entendido como Região: o Distrito ou a Beira Alta. No entanto, com o decréscimo da ocorrência dessas demarcações, a "Região Imprecisa" ganha maior importância, sendo sistematicamente repetida e excedendo, em 2011, todas as outras demarcações (23 ocorrências no *Jornal da Beira* e 33 no *Notícias de Viseu*). Esta categoria apresenta um traço discursivo recorrente de enunciação regional, de tal forma presente, que indicia uma vez mais um claro sentir regional, uma escala óbvia supramunicipal agregadora de um território envolvente, ainda que muitas vezes indeterminado. As ocorrências de demarcações imprecisas revelam frequentemente uma forte noção regional, ainda que não a delimitando territorialmente. Verifica-se, portanto, que existe uma relação direta das ocorrências imprecisas com os momentos de maior intensidade do discurso identitário regional, pelo que, também por isso, este momento final do nosso estudo continua a revelar fortes evidências de estarmos perante uma bem afirmada identidade regional que assume agora uma nova faceta crescente, a das Comunidades Intermunicipais.

Noutro viés, dos números apresentados não ressaltam quaisquer elementos de evidência irrefutável que permitam concluir de forma perentória que as marcas identitárias *co-memorativas* dos Distritos e das Províncias esteja em declínio, até porque, no caso do *Jornal da Beira*, o valor de 1979 para a Província (7 ocorrências) é bastante próximo do de 2011 (6 ocorrências) e para o Distrito, o valor de 2011 (18 ocorrências) está bastante distante das 6 ocorrências de 1991. É óbvio que o *Notícias de Viseu* apresenta os valores mais baixos de todo o período para essas demarcações, no entanto, pela oscilação apresentada e pela

profunda marcação discursiva de traços identitários regionais é expectável que o registo regional continue a existir no discurso da imprensa regional viseense.

#### Notas conclusivas do capítulo

Na busca dos traços identitários regionais, foi possível surpreendê-los bem vincados na imprensa de proximidade viseense, revelando-se uma identidade fortemente enunciada e autorreferencial, muitas vezes reportando-se a uma existência geográfica imprecisa, mas também profundamente devedora de construções identificadas com o ideário do Estado Novo. Tal conclusão pode ser depreendida da forte presença das ocorrências encontradas e da permanência e mobilização crescente em momentos longínquos face à data da criação ou extinção das demarcações geográficas a que se referem. Reportamo-nos em particular à presença de uma identidade provincial que, até 2011, vemos repetidamente ser invocada e mobilizada.

Ainda assim, foi possível identificar algumas fraturas identitárias ao longo da dimensão temporal. Referimo-nos sobretudo à orientação da expressão identitária regional-nacional, em particular no que concerne à existência de sedimentos da já referida "alucinação do regionalismo nacionalista". De facto, ainda que a identidade regional descrita não seja nunca contrária à unidade nacional, pouco depois da Revolução de Abril, ela deixa de operar nesse sentido de regionalizar para unificar a Nação para passar a funcionar essencialmente na escala regional, ainda que nunca operando de forma conflituosa com o Estado. Trata-se de um processo que poderemos descrever como orfandade identitária, ou seja, a identidade

provincial cultivada ao longo do regime anterior a 1974 no sentido do seu criador, o Estado, perpetua-se como sedimento *co-memorativo* dessa cultura regional, continuando a existir após o desaparecimento do seu criador, mas despojando-se dessa principal orientação de cariz propagandística do enaltecimento nacional. A fratura nessa dimensão alucinatória vem confirmar o carácter de duração das características demarcatórias herdadas do Estado Novo, na medida em que não desapareceu imediatamente, antes revelando alguma resistência ao apagamento numa espécie de movimento de inércia.

Por outro lado, ao desaparecer, ela vem sobretudo atestar a vitalidade das marcas identitárias encontradas depois da Revolução de Abril. Queremos com isto dizer que, do mesmo modo que essa característica herdada do Estado Novo tendeu a dissipar-se – ainda que demonstrando alguma resistência ao apagamento –, do mesmo modo, tal fenómeno poderia eventualmente ter ocorrido com toda a identidade regional de raiz salazarista. Para tal poderia ter contribuído a extensa produção discursiva e ação demarcatória do poder central do Estado. Com efeito, tal não se verificou, sendo os traços identitários regionais provinciais bem marcados ao longo de toda a cronologia estudada, permitindo-nos afirmar que a identidade regional é constante ao longo dos periódicos analisados.

Para além desta dimensão, é possível confirmar o reduzido impacto da posterior ação demarcatória estatal sobre a identidade regional existente. Quando muito, assiste-se a um processo de resistência a novas propostas em dois momentos particulares (1981 e 1998), perpetuando a intensidade da existência provincial e distrital, mesmo quando esta não é coincidente com as propostas estatais que, frequentemente, não ganham expressão significativa no discurso da imprensa regional estudada. A ação do Estado, até 2003, não operará alterações significativas na identidade regional, revelando dificuldade no seu poder

de autoria demarcatória. Esses dois momentos de resistência trariam à luz as principais marcas da liturgia regional, reveladas também ao longo de todo o período estudado, apontando sempre para uma forte identidade regional, comprometida com as demarcações do Estado Novo.

Dos dados apresentados poderá então traçar-se com alguma segurança o quadro que já se foi delineando. Como se viu, estaremos em presença de um discurso identitário de cunho autorreferencial, autodesignativo, diverso do discurso estatal, muitas vezes desligado das deliberações demarcatórias do Centro Lisboa, coexistindo com sedimentos identitários persistentes de liturgias históricas e étnicas, mas sobretudo, bem presente, contrariamente às já enunciadas teses que de alguma forma vão minorizando a existência de identidades regionais em Portugal.



## CAPÍTULO V – IDENTIDADES REGIONAIS, RESISTÊNCIA AO APAGAMENTO E O LUGAR DA IMPRENSA REGIONAL E LOCAL.

### 1. A metáfora oceânica e a identidade regional

A expressão da identidade regional na imprensa regional viseense, matéria identitária aqui em estudo, é entendida sob a luz de um contexto metafórico que lhe permitirá estear-se com alguma solidez e que agora convém recuperar e rever com algum detalhe, de forma a garantir a sua máxima operatividade. Trata-se da referida metáfora do mega-oceano global de marés agitadas cuja superfície iluminada impede o fácil vislumbre de quaisquer elementos estáveis, aparentemente diluídos nas águas. Esta metáfora pretende traduzir a complexidade do contexto social contemporâneo de grande visibilidade e enorme volatilidade onde se acredita ser possível surpreender padrões identitários bem definidos, assim descritos como correntes de profundidade nesse oceano global. Para esta nossa construção significativa, usámos livremente três figuras que entendemos possuírem parentesco imediato comum no que concerne ao descrever da atualidade e que, por isso, se articulam quase instantaneamente.

Na base deste compósito metafórico temos o conceito de Modernidade Líquida, na senda de Bauman (2006, p. 2). Nele se alude ao "derreter dos sólidos" e à fluidez e dissolução das forças tradicionais no seio das sociedades e à transformação dos conceitos de tempo e de espaço. Essa imagem de liquidez pretende traduzir um cenário pós-moderno em permanente mutação, de limites fluidos e escorregadios. Desta forma, consegue-se uma visualização eficaz de um mundo em constante mudança e rearticulação permanente.

Daí decorre a ideia de fluidez que pode ser imaginada como um oceano que vê a sua superfície ornada da segunda figura em uso: o conceito de nevoeiro de José Gil (2008, p. 12). Esse nevoeiro será capaz de esbater escalas e dimensões, afastando a clareza da percepção no aqui e agora. Um nevoeiro resultante das representações mediatizadas que garantem a aproximação contínua de mundos e tempos distantes ao nosso próprio tempo e espaço que, paradoxalmente, confundem e diluem a nossa própria percepção dessas dimensões. O imediatismo não será já característica do agora e a proximidade não será apanágio da contiguidade geográfica. Repetimos: "o perto-longe das imagens da China ou da Palestina entram na mesma atmosfera nevoenta do meu presente" (Gil, 2008, p. 12).

Importa referir ainda que, além dessa atmosfera que reveste o oceano, a sua própria superfície revela-se ocultadora e a extraordinária visibilidade (tida mesmo como hipervisibilidade) dos fenómenos da atualidade, garantida também pela mediatização do mundo é, em si mesma, dotada da opacidade dos signos que a constituem, gerando-se a terceira imagem em uso, a invisibilidade. Falamos aqui da terceira figura em jogo, da "invisibilidade" ou "cegueira específica" produzida pela visibilidade e transparência dos *media*, tal como referido por Innerarity. Repetimos as suas palavras que servirão de esteio a este momento: "a profusão de imagens e palavras satura-nos com uma massa indiferenciada de factos brutos, lançando uma superfície espessa e desorientadora sobre um fundo indiferenciado" (2009, p. 51). Esta imagem decorre da ideia de que a ocultação é inerente a todas as superfícies (Innerarity, 2009, p. 27). Logo, a extraordinária difusão de signos nas sociedades modernas alarga também a dimensão dessa superfície ocultadora que reveste a realidade, afastando-nos verdadeiramente dos fenómenos e dotando-os de uma inevitável invisibilidade.



Estes são os elementos para a construção da metáfora operativa que permite desenhar a nossa investigação. Apesar da ausência de visibilidade à superfície do oceano dos fenómenos da modernidade, há certamente correntes de profundidade que se deslocam no seu interior. Elas devem ser perscrutadas com atenção. Os processos construtivos das identidades são seguramente resultados ou tradução de algumas dessas correntes. No nosso estudo, o processo de construção identitária regional é analisado a partir de duas grandes correntes construtivas, o Estado e a Nação, aqui traduzidas em duas expressões do seu agir: a ação demarcatória estatal e o discurso identitário da imprensa regional.

Este contexto metafórico permitiu-nos sobretudo traduzir as dificuldades de leitura e as mais variadas posições sobre o entendimento da identidade regional, seja à luz da administração pública ou da imprensa regional. Essas dificuldades advêm, por um lado, deste cenário de fundo comum a todos os fenómenos da modernidade e, por outro, da própria natureza discursiva desses dois agentes identitários aqui em estudo. É, pois, uma superfície de signos sobre a qual nos obrigámos a mergulhar, conscientes da própria ocultação ou opacidade das estruturas discursivas e da especificidade da análise das construções significativas.

Num primeiro olhar, teríamos aparentemente um discurso estatal profundamente descentralizador, pelo menos a avaliar pela grande dimensão do edifício discursivo em favor da regionalização, ao longo de todo o período estudado. Por outro, teríamos uma ausência de identificação regional da imprensa viseense com a produção discursiva estatal. A opacidade discursiva é tão densa que se poderia retalhar a sabre.

A hipervisibilidade de uma luta descentralizadora estatal oculta uma realidade absolutamente contrária: um claro reforço da centralidade por parte dos sucessivos governos

desde 1959 sem exceção operativa verdadeiramente digna de nota. Tal não é inesperado, pela própria teorização do ato de demarcar, na senda de Pierre Bourdieu (1989, p. 113) quando refere que delimitar será sobretudo um ato de sacralização do seu autor.

Por outro lado, o discurso da imprensa regional remete o leitor para um entendimento de uma identidade regional bem marcada, mas de raiz diversa do discurso demarcatório estatal coevo. A hipervisibilidade regionalista da imprensa analisada oculta, na verdade, a presença de um sedimento de traços identitários do Estado Novo, quase como uma reserva de sentido que se mobiliza como *co-memoração* de um sentir regional, geralmente tido como beirão. O nevoeiro que mitiga as escalas de tempo permite e legitima tal matriz identitária, percebendo-se assim a naturalidade com que se adotam ícones e matrizes ideológicas criadas pelo próprio regime ditatorial.

## 2. Esboço de uma tipologia identitária regional para o caso em estudo

Da leitura dos resultados da análise de conteúdo realizada e do exposto sobre a ação demarcatória estatal, é então possível afirmar a plausibilidade da existência de um sentir regional que persiste no tempo, apesar das contínuas alterações demarcatórias frequentemente diversas das consagradas por esse sentimento. Tal existência memorial é evidenciada pelo grande número de referências a demarcações anteriores ao regime democrático e de enunciações imprecisas como "a nossa região" ou a "região de Viseu". De facto, o discurso regionalizante estatal – que culmina frequentemente na delimitação quase compulsiva de dezenas de demarcações pouco funcionais –, no que concerne à cartografia

dos limites regionais, raramente corresponde ao discurso presente na imprensa regional. Essa não coincidência entre a ação central e o discurso mediático de proximidade, no mesmo momento, revela um sentir identitário regional distante da ação demarcatória administrativa frequentemente verificada. Consta-se portanto, a coexistência de novas demarcações político-administrativas com regiões identitárias de raízes anteriores ao período estudado. Deste modo, para as fronteiras regionais identitárias, confirma-se um carácter tão intensamente gravado que estas tendem a persistir, revelando um perfil de resistência ao seu apagamento. Por outro lado, as demarcações administrativas tendem a manifestar uma profunda oscilação e efemeridade sem tradução significativa no discurso identitário regional. Portanto, somos levados a assumir, para o território e período estudados, que o ato demarcatório estatal após 1959 apresenta dificuldades em se instituir como reificador de fronteiras, não espelhando claramente os limites configurados no tempo histórico.

Por outro lado, pelo discurso identitário da imprensa regional estudada, foram reveladas as fronteiras beirã e distrital, que encontram na cronologia o reforço da sua própria existência, também pelo cumprimento estrito com as três dimensões teóricas da relação da fronteira com a temporalidade: a *interparadigmática*, a *paradoxal* e a de *concretização multiforme* (Cruz, 2006). Num traço explicativo, as fronteiras marcadas no discurso identitário da imprensa regional cumprem a dimensão *interparadigmática* ao atravessarem sucessivas padronizações, coexistindo com elas e resistindo mesmo a uma mudança radical do regime político sem perder a sua operatividade. Cumprem também a segunda dimensão, a *paradoxal*, ao realizarem-se paradoxalmente enquanto limitação e ilimitação <sup>102</sup>,

---

<sup>102</sup> Recordamos aqui conceitos de *border* e de *frontier*, perfeitos exemplos do funcionamento paradoxal da fronteira enquanto limitadora e como tendente para a ilimitação. *Border* será entendida como limite estabelecido de um país, enquanto a *frontier* remete para a ilimitação, como no caso dos Descobrimientos Portugueses ou da *American Frontier* que, mais do que limitadora, compele os pioneiros ao seu alargamento.

impossibilitando a sua ultrapassagem. Daí revelam também um perfil de resistência ao apagamento, na medida em que, apesar de limite, são também um espaço tendente para a abertura<sup>103</sup>. Estas fronteiras cumprem ainda com a terceira dimensão, de *concretização multiforme*, uma vez que a elas corresponde não apenas uma linha, mas uma miríade de dimensões humanas, tidas como comuns no seu interior, desse modo aceitando a passagem do tempo e as alterações que ele acarreta.

Referimo-nos então a uma dualidade constatável de coexistência de limites identitários e de limites administrativos. Por um lado, no discurso da imprensa regional, temos a existência de regiões enunciadas, autorreferenciais de matriz histórica e de frequente argumentação étnica, por outro, temos a ação administrativa central de valores político-administrativos sujeita a oscilações constantes, como que alheadas desse sentir nacional.

Aqui convirá também referir as dualidades caracterizadoras do viver nacional português (Norte-Sul, Litoral-Interior, etc.), na medida em que nelas assentará uma busca constante de identidade, como se dessa dicotomia resultasse uma necessidade de precisão e que, também por isso, vai legitimando a ação do Estado como entidade suscetível de impor uma "ordem". David Justino diria mesmo que "a Nação não é suficientemente forte e coesa para o fazer" (2011, p. 63), reforçando esse lugar do Estado como um dos grandes protagonistas desse trabalho de construção e ordenação identitária. A leitura que aqui fazemos das suas palavras remetem-nos, portanto, para a aceitação do lugar de grande destaque do Estado na construção identitária portuguesa, ainda que não incorrendo no absurdo de lhe atribuir a exclusividade da função.

---

<sup>103</sup> As inúmeras agremiações beirãs espalhadas pelo país e pelo estrangeiro servirão de exemplo claro para ilustrar esse carácter paradoxal da fronteira regional beirã que tende para a ilimitação, para a desmultiplicação, não se confinando a identidade beirã ao interior dos seus limites.

Nesse sentido, considerando apenas a análise já elaborada sobre o discurso estatal (demonstradamente ativo na demarcação por decreto), com facilidade se poderia esperar a existência de uma construção identitária muito próxima de uma identidade legitimadora<sup>104</sup>, como referida por Castells, ainda que salvaguardando-se os pressupostos de que "nenhuma identidade pode constituir uma essência e nenhuma delas encerra, *per se*, valor progressista ou retrógrado se estiver fora do seu contexto histórico" (Castells, 1999, p. 24). Ou seja, nada exclui a possibilidade de uma transformação identitária, aceitando-se, na senda do autor, que aquilo que começa como identidade de resistência se possa transformar em projeto e, posteriormente, em identidade legitimadora como forma de "racionalizar a sua dominação" (Castells, 1999, p. 24). No caso do nosso estudo sobre a produção estatal vão-se repetindo as evidências de estarmos em presença de um registo identitário de marcas características desse terceiro tipo legitimador. A esse respeito é conveniente perscrutar novamente Castells quando descreve a identidade legitimadora como dando origem a uma sociedade civil, a um conjunto de organizações e instituições, "bem como uma série de actores sociais estruturados e organizados, que, embora às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural" (Castells, 1999, pp. 24, 25).

Aqui residirá um dos problemas mais pertinentes do presente estudo e que convirá esclarecer. De facto, a análise da contínua ação demarcatória estatal apontaria para essa tipologia identitária, para a possibilidade de estarmos perante identidades correspondentes a

---

<sup>104</sup> Recordamos aqui que identidade legitimadora será aquela que é "introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos actores sociais" (Castells, 1999, p. 24). Na sua teorização, haverá ainda a identidade de resistência ("criada por actores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos") e a de projeto ("quando os actores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir a sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social").

demarcações criadas por decreto, não ligadas a uma exclusiva ação social comunitária, mas sobretudo a uma intensa atuação do centro decisor. No entanto, tal não é verificável através da produção discursiva identitária regional coeva analisada. Ou seja, a identidade regional evidenciada no discurso dos *media* estudados não apresenta correspondência ou relação direta com a ação estatal demarcatória de 1959 a 1974 e, muito menos ainda, no período democrático na nossa janela temporal. Esta situação poderia surgir como primeiro argumento para a clara contradição ou negação dessa tipologia identitária legitimadora.

Um segundo argumento contrariador da possibilidade de estarmos perante uma identidade legitimadora poderia prender-se com a tipologia do regime democrático vigente. Por outras palavras, considerando a existência de uma democracia representativa, seria expectável que o discurso estatal devesse corresponder, em hipótese, a um sentir nacional emanado das bases sociais, ou seja, as ações demarcatórias poderiam corresponder aos sentimentos regionais da Nação.

Tal problemática não carece de jogos de azar para se encontrar uma solução eficaz. Para o primeiro argumento, as demarcações de matriz identitária mais persistentes, ou são imprecisas, ou encontram a sua origem num passado histórico e, sobretudo, no momento de menor representatividade democrática, ou seja, no Estado Novo, o que se revela perfeitamente compatível com os pressupostos de uma identidade legitimadora para aquele período. Quanto ao segundo argumento, a ação representativa do Estado da III República tem apresentado profundas dificuldades, pelo que a evocação da democracia não se revelará suficiente para se aceitar as suas medidas como absolutamente próximas do sentir das comunidades. Com efeito, o Estado em Portugal tem sido caracterizado como labiríntico e extraordinariamente centralizador com dificuldades em respeitar posições entre Centro e

Periferia. Aliás, o caso português encontra mesmo fortes proximidades com a teorização de Castells para a identidade legitimadora, dado o lugar macrocéfalo do centro decisor ao longo de toda a História, sendo hoje pacífico o reconhecimento do papel central predominante do Estado em Portugal (Ruivo, 2000, p. 44). Aqui convirá recordar o explanado por Fernando Ruivo a respeito dos três pilares da regulação do projeto sociocultural da modernidade (o Estado, o mercado e a comunidade). No seu entender, no caso português, o Estado terá assumido sempre uma posição de extraordinário destaque e centralidade, sendo os mercados por si tutelados e as comunidades caracterizadas por dificuldades de concretização (2000, p. 45).

Por tudo isto, não é de todo inverosímil aceitar as marcações identitárias detetadas na análise de conteúdo como resultantes de um processo de demarcação estatal legitimador e sacralizador, mas de um outro momento. As evidências emergentes dos dados apontam a atenção para os traços de continuidade do discurso regionalizante de teor *co-memorativo*, como se a região se instituísse como elemento intrínseco à própria existência do Estado, melhor ainda, como resultado processual da inevitabilidade genética da estrutura estatal anterior ao regime democrático.

Da análise de conteúdo realizada poderão então ser inferidas características de anamnese no seu perfil mais pragmático, como preconizava Fernando Catroga. De facto, é possível perceber nessa *co-memoração* de identidades provinciais ou distritais, nessa permanência sedimentar, quase ritual, de carácter retrospectivo, uma dimensão teleológica que visa apaziguar, como já havíamos visto, “o aleatório, o casual, os efeitos perversos e descontínuos do real-passado quando este foi presente” (Catroga, 2001 b, p. 20). Tal permanência é claramente confirmada pela presença contínua de uma evidenciada memória regional

traduzida em identidades regionais não correspondentes às demarcações operativas de cada momento e pelo aparente alheamento face às decisões administrativas, como se estas fossem exteriores à existência das comunidades. Nos momentos de discussão mais ampla, mais aberta à periferia e fora dos círculos do poder central, recuperam-se sistematicamente as mesmas linhas identitárias de tom anacrónico, sedimentar. Desse modo, perde também intensidade o argumento contrário a uma identidade legitimadora baseado numa leitura superficial dos dados da análise de conteúdo. De facto, os dados revelam que, sempre que confrontada com a possibilidade de discussão pública, a periferia reativa elementos discursivos sedimentares apropriados a partir de determinadas criações estatais de delimitação. Será uma reserva de sentido que, no período estudado, é mobilizada sempre que a região se vê de algum modo confrontada, revelando em si mesma a presença marcada dos traços identitários regionais que, no caso, se identificam largamente com os do ideário do Estado Novo. Nesta aceção, os traços identitários regionais da Beira podem mesmo funcionar num sentido metafórico, sendo entendidos como parte de um sedimento memorial comum que, quando agitado, se eleva em suspensão no tal oceano da liquidez, dessa forma operando como *co-memoração* capaz de conferir sentido a uma existência grupal que assim se reifica.

### 3. O carácter sedimentar da identidade regional em estudo

Temos então, por um lado, uma profusa ação demarcatória estatal evidente no período após 1974 que não se corporiza facilmente em construção identitária, quiçá revelando profundas dificuldades de afirmação do regime democrático, verdadeiramente incapaz de se descentralizar. Por outro lado, verifica-se a existência marcada de identidades regionais



aparentemente de resistência, mas resultantes de ações legitimadoras, quase que se traduzindo numa absoluta incorporação do discurso estatal do Estado Novo e que vai marcando os anos que lhe sucederam. Estaremos, de algum modo, perante fenómenos de resistência ao apagamento de traços identitários de raiz legitimadora.

A este propósito, convirá realçar que a identidade regional detetada, muito raramente é utilizada para esgrimir argumentos de dissensão ou de contestação da autoridade do poder central, caracterizando-se mais por ser incorporada numa tipologia muito particular de nacionalismo, à semelhança do que sucedia no Estado Novo. O argumento da identidade regional é frequentemente utilizado como autorreferencial e incorpora em si mesmo os valores nacionais. Mesmo quando são rejeitadas propostas de demarcação administrativa, é frequente a alusão à identidade beirã como garantia do bom português, nunca questionando a unidade nacional, de modo análogo ao período antes da Revolução de Abril. Na verdade, o número de ocorrências discursivas na imprensa regional, claramente desfavoráveis a propostas ou medidas governamentais, é extraordinariamente reduzido. De alguma forma, confirma-se a natureza desses traços identitários: de origem no Estado Novo, as identidades regionais beirãs identificadas são também e ainda elemento "pela Nação", marca sedimentar que continua a operar no mesmo sentido em que operava durante o anterior regime político português. Nesta aceção, o discurso da identidade beirã revela-se dotado de um carácter não disruptivo que muito contribui para o entendimento da sua permanência. Na realidade, para além de assentar no simbolismo herdado do Estado Novo, ele identifica-se como sendo o genuíno sentir do povo português. Ou seja, a Nação continua a ser um elemento fundamental para a afirmação da sua especificidade/especialidade identitária. A aceitar-se esta posição e dada a permanência de clara identidade regional, naturalmente que se torna plausível o mesmo fenómeno para a demarcação distrital, ou mesmo para os traços regionalistas tidos

como imprecisos de que são exemplo expressões como "Região de Viseu" ou "a nossa Região".

Na senda da percepção das correntes de profundidade identitárias a que nos propusemos, será agora possível marcar com maior precisão a existência desse sedimento de identidade regional legitimadora. No entanto, face a uma realidade político-administrativa que repetidamente busca afirmar uma centralidade autoral, incorrendo num excesso de produção demarcatória de elevada opacidade, verifica-se a existência de um discurso que, até do ponto de vista político e académico aceita a plausibilidade de se considerar a inexistência de realidades identitárias regionais.

Será interessante aqui atender ao artigo de Moisés de Lemos Martins, questionando sobre a natureza mitificadora do discurso da regionalização, nomeadamente se é da ordem da tradição portuguesa ou se resulta da "acomodação estratégico-política, no contexto de mundialização de cultura" (Martins, 1991, p. 205). Na sua perspectiva, deverão ser entendidos dois grandes polos na dinâmica da realidade nacional, o Centro e a Periferia. Pelo verificado no presente estudo, consideramos poder trazer algum contributo ao seu raciocínio. Na verdade, essa dinâmica nacional é visível e notória, aceitando-se esse lugar maior do centro administrativo, bem à maneira do preconizado pelo Estado Novo. No entanto, a continuidade discursiva da enunciação regional percorre as linhas da administração e do discurso de proximidade dos *media* regionais, sendo inevitável considerar a plausibilidade da aceitação dessa poliédrica dinâmica identitária regional como coexistindo com fortes sentimentos nacionais e locais, pelo menos no que à identidade territorial concerne.

Como já havíamos visto no primeiro capítulo, a toada de alguma produção académica a propósito da problemática identitária portuguesa tem assumido como quase exclusiva a existência de identidades locais e nacionais, para além das outras óbvias manifestações identitárias pessoais e sociais inevitáveis. Para além dos autores já anteriormente referenciados, socorremo-nos novamente em Sérgio Claudino como exemplo, dada a ambivalência operativa do seu discurso. Baseando-se nos acontecimentos "que marcam a evolução da população de Portugal peninsular" como a emigração acentuada dos anos 60, o êxodo rural para o litoral, o regresso de centenas de milhares de "retornados" e mesmo a acentuada vaga de imigrantes dos anos 90, assume-se ser possível considerar uma "diluição das identidades regionais" (Claudino, 2006, p. 111).

Tal posição tem efetivamente vindo a ser defendida de forma insistente por outros autores, como Mendes (2001, p. 511), Oliveira (1996, p. 19) ou Gaspar (1993, p. 15). No entanto, no tal posto ambivalente, Claudino apresenta elementos que não devem ser postos de parte e que nos parece que são por si considerados com alguma ligeireza, minimizando claramente o impacto e os efeitos da inculcação ideológica do Estado Novo. Salaria que, antes da extinção das Províncias em 1959, "Amorim Girão (1958) povoara o continente de estereótipos regionais, como as seareiras alentejanas, o pastor beirão ou o pescador minhoto". Refere ainda que "Orlando Ribeiro (1957) reconheceu que as províncias constituem, sobretudo, unidades de identificação «sentimental» dos portugueses, assumindo também que os Distritos, «apesar de divisões heterogéneas, adquiriram alguma tradição»" (Claudino, 2006, p. 111). Assim, a Província teria sido alvo de uma profunda campanha de construção discursiva pela ação dos movimentos regionalistas, do Estado e dos próprios intelectuais, muito para além da já referida ação do próprio sistema educativo e também por si mencionada. Tais evidências contribuem claramente para a corroboração da validade dos

nossos resultados da análise de conteúdo onde se evidencia essa permanência e a não diluição da identidade regional – no mínimo, para o caso em estudo – em torno das referências de Província e de Distrito.

É aceitável, portanto, que apesar de todos esses acontecimentos referidos como potencialmente erosivos, a matriz identitária regional não se tenha dissipado, pelo menos na totalidade. Daqui advém um aspeto que consideramos ser óbvio e, no entanto, ainda assim dotado de pertinência digna de menção: o impacto de décadas de Estado Novo continua a carecer de continuada análise cuidadosa, sobretudo no que ao tecido social português diz respeito e no que à sua identidade e valores concerne. No caso, esta aceitação do carácter sedimentar da identidade regional ultrapassará mesmo o próprio regime ditatorial, uma vez que a existência regional apresenta raízes históricas consideráveis, pelo que o aceitar da sua completa obliteração será, no mínimo, arriscado. A minimização da profundidade da ação doutrinadora do Estado Novo pode mesmo aproximar-se de um perigoso processo de esquecimento ou de reescrita que roça os revisionismos que muitas vezes vão proliferando no mundo ocidental em face à sua História mais recente. De facto, pelas palavras de Fernando Rosas, é reconhecido que o Estado Novo se empenhou ativamente em executar um "projecto totalizante de reeducação dos «espíritos», de criação de um novo tipo de portuguesas e de portugueses regenerados pelo ideário genuinamente nacional de que o regime se considerava portador". Esse empenho seria de tal ordem que, "longe de se limitar a ser proclamado, ou de se restringir à formação do «escol», foi levado ao espaço e às sociabilidades privadas da massa, procurando modificar de raiz, e em extensão, os comportamentos, as atitudes e as condições sociais e mentais da sua geração" (Rosas, 2001, p. 1032).

O investimento numa construção simbólica totalizante durante o Estado Novo pode ser descrito, ainda pela pena de Fernando Rosas, a partir de sete mitos ideológicos que descreve como "mito palingenético" (ou mito do recomeço, da regeneração trazida pelo regime), o "mito do novo nacionalismo" (a afirmação de que, pelo Estado Novo se cumpria o verdadeiro e genuíno destino da Nação), o "mito imperial" (a crença na missão portuguesa de colonizar e evangelizar, "continuando a gesta heróica dos nautas, dos santos e cavaleiros"), o "mito da ruralidade" (referindo-se às virtudes de uma ruralidade tradicional sem obsessões com a miragem do enriquecimento), o "mito da pobreza honrada" (a ideia de *aurea mediocritas* e do conformismo da felicidade possível), o "mito da ordem corporativa" (a ideia de uma espontânea hierarquia social antiliberal) e o "mito da essência católica da identidade nacional" (Rosas, 2001, pp. 1035-1036). Este ideário ganhará particular dimensão com a ação da "política do espírito" de António Ferro, cuja ação sobre essa "matéria-prima da alma dos homens e da alma dos povos" associada ao "aparelho da educação nacional" abarcará o mais possível a totalidade do sentir do povo português. A sua ação combinada sobre todas as valências da cultura e da arte nacionais<sup>105</sup> e até, como já havíamos visto no nosso terceiro capítulo, sobre a própria imprensa regional, não podem ser relegadas para um campo da inconsequência ou da minimização dos seus efeitos a longo prazo.

As constatações da nossa anterior tese de mestrado a respeito da construção ideológica do arquétipo regional encontram aqui lugar. A intensidade da construção da figura do beirão excede a do mero habitante desse território, podendo considerar-se como "um verdadeiro paradigma do homem modelo do Estado Novo, partilhando de forma absoluta do seu quadro de valores" (Simões, 2005, p. 137). Essa carga simbólica é ainda dotada de um regime de reprodutibilidade que pode ajudar a esclarecer a sua aparente persistência. O investimento

---

<sup>105</sup> A esse propósito veja-se também Rosmaninho, 2008 e Santos, 2008.

simbólico no ideário que se espelha nessa figura-tipo é, pois, tido como deliberado, sendo evidente o "propósito de fabricar, pela força, sem alternativa, violentando os espaços tradicionais da privacidade ou da autonomia, um novo ser virtuoso que fosse o suporte da defesa e da reprodução da «ordem nova»" (Rosas, 2001, p. 1054). Será nesse mecanismo auto-reprodutor e no investimento da construção simbólica que poderemos encontrar as razões para a suspeita deste perdurar do sedimento de identidade de raiz legitimadora verificada.

#### 4. Notas prospetivas para a identidade regional em estudo e o lugar da imprensa regional

As conclusões relativamente a esse perdurar da matriz identitária regional do Estado Novo podem afigurar-se parciais quando entendidas de forma absoluta e imutável, devendo ser matizado algum estranho equívoco a propósito da imutabilidade dos traços identitários, mantendo-se sempre presente a ideia da natureza construtiva e poliédrica das identidades. Atendendo-se à evolução dos dados revelada pelo nosso estudo, verificamos que há efetivamente evidências desse processo transformativo da identidade regional. A hipótese de trabalho levantada para a análise de conteúdo – a aceitação da existência de identidades regionais que poderão ser encontradas como sedimento *co-memorativo* orientado no sentido do seu criador estatal – encontra também neles a sua validação, aceitando-se portanto como verificada essa fragmentação gradual de identidades regionais que se revelam sedimentares e *co-memorativas* do demarcador Estado. De facto, como vimos, tais identidades encontram a sua autoria na delimitação estatal e confirma-se certa tendência para alguma mutabilidade, como será de esperar de qualquer processo identitário. Não escamoteando essa constatação da presença de identidades regionais de origem no Estado Novo, em particular nos

momentos de maior discussão pública, é também constatável uma gradual redução das suas ocorrências numa dimensão mais macroscópica, acompanhada de um aumento das ocorrências de reivindicações regionais de natureza imprecisa e de um aumento de ocorrências favoráveis a demarcações como as Comunidades Intermunicipais.

Se, de acordo com Castells, se pode verificar um movimento transformador de sentido Resistência-Projeto-Legitimação, configura-se como plausível, pelos dados, a aceitação, ou, pelo menos, a ponderação da hipótese de se começar a assistir a uma identidade regional de projeto a partir de uma base legitimadora, como se pode verificar pela considerável aceitação das Comunidades Intermunicipais onde a periferia, ainda que na sua dimensão de poder local, se pronuncia sobre preferências de agrupamento, podendo escolher qual a comunidade a que deseja pertencer. No entanto, tal assunção carece ainda de validade histórica, dada a proximidade temporal deste estudo, assumindo-se aqui apenas como projeção possível.

Verificando-se, por um lado, a clara expressão de resistências identitárias de origem legitimadora e, por outro, a contínua ação construtiva de qualquer fenómeno identitário, convirá agora assentar posições sólidas no que à imprensa regional e ao seu papel concerne, neste tracejar de uma cartografia identitária regional.

Sendo plausível a constatação da existência de identidades regionais de tipo legitimador, é também aceitável a ponderação da sua mutabilidade a partir de um jogo entre fenómenos erosivos e construtivos. Considerando a elevada ação demarcatória estatal sobretudo para o período democrático, terá inevitável cabimento a possibilidade de uma gradual modificação dos valores identitários de raiz histórica, em particular de origem no Estado Novo, e a sua transformação ou mesmo eventual substituição. Além disso, reforçará esta posição a certeza

que o processo identitário não se fabrica exclusivamente por decreto e que resulta sempre da combinação da ação de todos os agentes envolvidos. A contínua mudança legislativa ou o incremento da comunicação global serão certamente alguns dos contribuidores para expectáveis alterações identitárias em vários sentidos. Serão disso exemplo as novas Comunidades Intermunicipais de crescente adesão pelo sentir regional (como confirmado pela nossa análise de conteúdo), acompanhadas de fenómenos de *marketing* territorial associados muitas vezes a rituais *co-memorativos* de matriz histórica fortemente mitificada. Tais processos podem-se verificar, para o caso viseense, no retomar das celebrações do Dia de Viriato em 2014, 80 anos depois da sua extinção, ou até na campanha que visa a aceitação e oficialização do nascimento de Afonso Henriques nessa cidade, consumada mesmo através da produção de iconografia e arte pública, como se verifica na existência da recente estátua comemorativa do nascimento do rei numa das entradas da cidade. Tais movimentos vão operando uma efetiva construção identitária regional, como que rearticulando peças existentes e adquirindo novos componentes.

No caso, estaremos perante uma ativa construção identitária que se processa em diferentes níveis, não se limitando a uma ação do centro governamental da Nação, nem sequer a uma ação exclusivamente política. Com efeito, do mesmo modo que os sedimentos identitários de matriz histórica foram sobrevivendo apesar da profunda ação estatal, será de esperar que a sua modificação se continue a operar sem o cunho exclusivista de um agente único.

Da leitura cronológica dos dados da nossa análise de conteúdo é possível então esperar novas posturas identitárias regionais de marcada ação local. Nesse quadro de perspetivas será particularmente relevante esta reflexão sobre o papel da imprensa regional, agente essencial de proximidade. O seu lugar tem muitas vezes sido referido como essencial e,



frequentemente levado ao extremo e apresentado mesmo como alternativa a uma comunicação globalizada, quase como reconstrutor maior de um espaço público fragmentado. No caso, surge como particularmente pertinente o lugar de Isabel Férrin da Cunha que encontra um posto, na nossa ótica, perfeitamente tradutor dos cenários já explorados. Nas suas palavras, assume-se que "os *media* regionais ou locais não devem ser pensados como formas de resistência aos processos de globalização, mas sim dentro de uma complementaridade cultural voltada para as expectativas de comunidades geograficamente delimitadas" (Cunha, 2008, p. 382).

Nesse sentido de complementaridade surge-nos com particular pertinência a problematização que vai sendo reiterada a propósito dos novos lugares da proximidade e que espelha bem os contornos do que poderá ser o papel da imprensa regional. Fugindo ao absurdo de colocar sobre a imprensa regional o peso da exclusividade da preservação e construção identitária regional, devemos contudo colocá-la em posto de relevância, como já referido, salvaguardando o seu lugar privilegiado de expressão e agente também construtor da existência comunitária. Nesse sentido, a sua ação deverá ser pensada também para lá do *medium* utilizado, ponderando-se os traços de uma ética da proximidade capaz de posicionar o segmento com mais segurança na complexa trama das sociedades atuais.

No seu esclarecimento a respeito da comunicação como proximidade que será expectável na imprensa regional e local, Paulo Serra refere que a proximidade "não é a «fusão» ou «comunhão» num todo que constituiria uma mera pluralidade de eus mais ou menos silenciosos", nem tão-pouco "a simetria entre o eu e o tu" (2006, p. 5). Não sendo fusão, nem simetria, convirá entender a sua dimensão ética, para melhor enquadramento. Pelas palavras de Carlos Camponez, vemos que "a ética da proximidade é uma ética que deixa espaço ao

desacordo e à pluralidade; é, finalmente, uma ética do outro: o outro enquanto expressão de uma alteridade a quem é preciso dar voz, mas também o outro como diferente (2012, p. 44). O autor refere ainda que esta será sobretudo uma "ética da responsabilidade" implicando todos os agentes nas variadas áreas da ação social.

Este lugar da proximidade deve também ser pensado atendendo a uma "economia da distância", "nem demasiado perto, que não permita ver, nem demasiado distante, que não permita o reconhecimento das diferenças" (Camponez, 2012, p. 44). Mais do que determinar soluções generalistas aplicáveis à miríade de formatos e perfis de publicações de proximidade a respeito da sua relação com a publicidade, com os poderes locais, ou sobre a necessidade de elevar a qualidade dos seus profissionais, entre outras facetas essenciais, concordamos e apontamos também para uma ética de proximidade para a imprensa regional e local que contemple a responsabilidade e o cuidado como valores essenciais. Obviamente que tais reflexões estão ainda aquém do necessário face à aceleração das mudanças nos fenómenos comunicacionais, no entanto, vão-se configurando como ferramentas capazes de permitir uma redução da invisibilidade e do nevoeiro, posicionando-se nessa "economia da distância" como solução para o "modelo dominante do «jornalismo distanciado»" (Camponez, 2012, p. 44) e assim permitindo à imprensa regional e local o preenchimento de um lugar que é a sua vocação primordial enquanto agente e expressão do viver e do sentir das comunidades nas novas gramáticas identitárias.

## CONCLUSÃO

No momento final da nossa investigação revela-se essencial um ponto de ordem, recordando o seu arranque como parte de um processo de continuidade com os nossos estudos de mestrado. Neles, procurou-se perceber a dimensão do processo de construção de uma imagem beirã, à luz do ideário do Estado Novo, para o período de duração administrativa da demarcação Beira Alta no século XX (de 1936 a 1959). Tal trajeto demonstrou-nos também o alcance ultramarino desse projeto identitário, que se revelaria bem marcado na produção discursiva dos boletins das Casas das Beiras de Lisboa, do Rio de Janeiro e de Lourenço Marques. Com efeito, foi possível identificar claramente um labor de construção identitária beirã tradutora do ideário do regime, colada mesmo à "política do espírito" de António Ferro, veiculando a imagem de "uma região que existe enquanto tradução do todo que será o país na sua unidade absoluta" (Simões, 2005, p. 137). Desse modo cumpria-se também a tónica totalitária e nacionalista do regime.

O reconhecimento da extinção das Províncias em 1959 deixaria em aberto a dúvida sobre a duração dos efeitos dessa intensa ação discursiva no tecido social das regiões beirãs e mesmo do próprio país. Contribuiria para a razoabilidade dessa dúvida a ideia paradoxal mais ou menos instituída da prevalência das identidades locais e nacionais no território português como sobrepostas a quaisquer identidades regionais claramente marcadas. Tal pressuposto surgiu-nos como paradoxal, muito pelo convívio diário com uma intensa enunciação regional no discurso mediático viseense, nomeadamente na imprensa regional aí sediada. Esta situação serviria para acicatar mais ainda essa suspeita de estarmos perante uma situação-problema que convinha aprofundar.

Sabendo, antes de mais, que "região é discurso" (Cardy, 1997 a, p. 79), cedo se configurou um questionário sobre a possível existência e eventuais tipologias de uma identidade regional mensurável patente no discurso da imprensa regional e local portuguesa.

O presente estudo pretendeu, portanto, definir-se a partir deste questionar que permitiria avançar para um apuramento e caracterização dessas eventuais identidades regionais aqui centrado sobre a sua expressão na imprensa regional de Viseu, antiga capital da Beira Alta. Como hipótese essencial colocámos a possibilidade de existirem identidades regionais que, no caso, poderão surgir como sedimento *co-memorativo* do seu criador estatal.

A partir desta investigação foi possível obter respostas que consideramos pertinentes para um alargamento da compreensão das questões identitárias portuguesas, bem como para um aprofundar do entendimento da sua forte vinculação a um passado de inculcação ideológica hoje ainda bem traçado, cumprindo também com essa lógica de continuidade da anterior investigação. Em suma, acreditamos que o presente estudo venha operar no sentido da construção de um saber mais sólido sobre as dimensões identitárias e a sua relação com os *media*.

Para a consecução desse trabalho considerou-se essencial estabelecer sólidas amarras no que concerne às questões identitárias e às suas principais teorizações. Desse modo, foi possível apreender a forte vinculação das identidades à temporalidade, assim entendidas como construções multifacetadas para as quais contribuem sempre diversos agentes, não dependendo da mera espontaneidade, como referiria Fernando Catroga (2011, p. 11). Nesse sentido, e a partir do enunciado por Pina Cabral (2002, p. 8), verificámos que as identidades serão resultado de um processo dialético entre auto e alter-identificação do qual são

produzidas identificações e diferenciações. Como construção, as identidades são pois identificáveis, na medida em que se fixam e se transmitem através daquilo que chamaria "processo de objectificação" cujos "objectos" serão passíveis de análise. Num sentido próximo, Kathryn Woodward (2009, pp. 13-14) confirma a existência de manifestações sensíveis cuja mensurabilidade se revela possível. Manuel Castells (1999, p. 24) vai mais longe e procede à tipificação de três grandes formas de construção identitária: a legitimadora, a de resistência e a de projeto.

Tal enumeração revela-se preciosa neste momento, quando consideradas as especificidades do caso português, no tocante à plausibilidade de existência de identidades regionais identificáveis. Com efeito, apesar de muito do discurso académico e administrativo insistir na ausência dessa escala identitária regional, foi possível perceber as fragilidades dessa argumentação face à natural complexidade dos processos identitários. A esse respeito, ganharão particular relevância as palavras de David Justino (2011, p. 63) quando salienta o particularismo português em que o Estado se torna primordial agente construtor de identidades. Logo aí, a profunda ação demarcatória regional do Estado entra em rota de colisão com uma aceitação tácita da ausência de traços identitários regionais, legitimando ainda mais a suspeita sobre essa teorização. Nesse prisma, foram adotados dois sentidos de análise: um debruçado sobre a ação demarcatória estatal e outro sobre o discurso dos *media* regionais, eventuais agentes e expressão dos possíveis sentimentos regionais.

Da primeira linha de análise foi possível concluir que a ação governativa se pautou por um elevado labor demarcatório de reduzida reificação regional, em particular no que concerne ao período posterior a 1974. Na verdade, foi possível apurar que, mais do que descentralização, a ação regionalizante, operaria um reforço da centralidade. Tal constatação

encontraria sustentação teórica no enalço de Pierre Bourdieu (1989, p. 113) quando refere que a própria *região* resultará do "*regere fines*, o acto que consiste em «traçar as fronteiras em linhas rectas», remetendo o seu *auctor* para o campo do sagrado, revestindo-o da *auctoritas*. A verificar-se uma coincidência entre essas demarcações estatais e as marcas identitárias na Nação, seria imediatamente plausível estarmos em presença de traços de uma tipologia identitária legitimadora cujo principal agente será, portanto, o Estado.

A segunda linha de análise obrigar-nos-ia a uma reflexão aturada sobre o segmento da imprensa regional e local, tida como repositório e expressão privilegiada do pulsar das sociedades. Tal posto resultará sobretudo do seu perfil de proximidade que será tido aqui como a sua principal linha definidora. Verificou-se a sua dotação de um carácter profundamente mutável e cujas linhas descritoras, para o caso português, não se revelam de todo consensuais. Dando resposta a essa dificuldade, foi possível recorrer a uma linha definidora tida como essencial e que vai precisamente ao encontro desse lugar de íntima relação com os elementos por si mediados. Referimo-nos à definição a partir do conceito de "pacto comunicacional" de Francis Balle (1987, pp. 144-145). Assim, a imprensa regional será entendida como imprensa de proximidade, definida pela relação estabelecida a cada instante entre si e os leitores numa profunda relação com um território sujeito às novas geometrias do espaço e do tempo, não se estancando em supostas delimitações geográficas "naturais". Como referimos atrás, a imprensa regional e local, assim entendida, não se confundirá com uma especialidade jornalística, mas afirmar-se-á como segmento da imprensa escrita, suficientemente particular e dotado de um específico conceito de proximidade, entendido a partir do pacto comunicacional estabelecido na esfera das comunidades de lugar e co-interveniente no processo de nomeação e edificação regional.

Deste modo se percebeu imediatamente o seu lugar de posto essencial para a compreensão dos traços identitários regionais.

Nesta aceção de proximidade e, da análise histórica do segmento realizada, foi possível perceber a sua grande heterogeneidade, sendo de reter a ação de controlo exaustivo a que foi sujeito durante o período do Estado Novo e que, certamente deixaria marcas profundas. Por outro lado, verificou-se, a partir da Revolução de Abril, uma significativa evolução qualitativa e quantitativa do segmento, não se podendo falar de uma explosão, mas, ainda assim, de um aumento relevante de novas publicações não conotadas com a Igreja Católica ou com o anterior regime. Apesar disso, quando considerada a sua relevância e lugar no panorama mediático português, continuou a assistir-se, nos últimos anos, a situações de grandes dificuldades de sustentabilidade.

Uma das grandes conclusões que seria possível retirar desta reflexão prende-se com esse entendimento frequente da imprensa em Portugal a partir da sua vinculação à geografia de implantação. Com efeito, a ação demarcatória do Estado central, normalmente acusada de estar alheada de eventuais dinâmicas culturais das comunidades, é coerente com o tradicional associar da imprensa regional mais a uma geografia física do que a outras geometrias do território. Esta visão imperfeita da imprensa regional nessa dimensão geográfica, no caso, aumentaria a plausibilidade de nela se encontrarem traços identitários de matriz geográfica regional, na medida em que ela própria se poderá identificar com unidades demarcatórias definidas pelo Estado ou por si mesma.

Após a nossa análise de conteúdo, tal possibilidade foi absolutamente verificada, validando a nossa hipótese de forma clara. Foram identificados traços identitários regionais marcados

com um profundo carácter sedimentar *co-memorativo* orientados no sentido do seu criador estatal. Estas marcas identitárias regionais identificadas surgem profundamente pacificadas, não operando de forma disruptiva e, talvez por isso, muitas vezes, não apresentando intensidade suficiente para serem irrevogavelmente consideradas nos discursos administrativos e académicos.

A identidade regional constatada revelou marcas fortemente enunciativas e autorreferenciais, por vezes relativas a existências geográficas imprecisas (como "nossa região" e "região de Viseu"), mas intensamente devedoras de construções claramente identificáveis com o ideário do Estado Novo. Daqui se podem depreender mais duas grandes conclusões a reter. Por um lado, é indubitável a existência fortemente marcada de traços identitários regionais na imprensa de proximidade estudada, tendo por referência o Distrito e a Província. Por outro lado, estaremos em presença de uma tipologia identitária de origem legitimadora, profundamente arreigada ao ideário do Estado Novo, quando considerada a intensidade do discurso beirão alusivo a essa demarcação já extinta para o período estudado.

É óbvio, ainda assim, que não se tratará de uma continuidade identitária de apologia do anterior regime ditatorial. Tudo aponta para se poder considerar esta marca identitária como dotada sobretudo de um carácter sedimentar. Um carácter sedimentar que operará como uma reserva de sentido que se mobiliza eventualmente como defesa regional em situações muito pontuais ou como *co-memoração* de um sentir comum que confere sentido ao presente.

Uma outra conclusão a reter prende-se com a aparente dissipação da "alucinação do regionalismo nacionalista" como descrito por Rui Cunha Martins (2008, p. 161). Tal fenómeno identificado para o Estado Novo prendia-se com o movimento regionalista que,



numa dinâmica organicista, visava a consagração das províncias como elementos constitutivos da inquestionável unidade nacional. No caso, os indicadores analisados vão apontando para uma fratura identitária desse processo nos momentos imediatamente posteriores à democracia. No entanto, a identidade regional identificada ao longo de todo o período nunca se revela contrária à ideia de unidade nacional, nem nunca opera em sentido contrário ao Estado, ainda que passe apenas a operar numa escala regional. A este respeito, entendemos este processo de transformação como uma orfandade identitária, na medida em que a identidade de matriz do Estado Novo continua a perpetuar-se após o desaparecimento do seu criador, mas gradualmente despojando-se da carga propagandística de enaltecimento nacional que lhe tinha dado origem

Será essencial reter aqui um elemento essencial a respeito da reduzida dimensão do impacto da ação demarcatória estatal no discurso dos *media* estudados, raramente se reificando em matéria identitária mensurável. Estamos pois perante um discurso identitário regional autorreferencial, autodesignativo, diferente da produção discursiva estatal à qual é mesmo frequentemente alheio. Nele são encontradas marcas persistentes de sedimentos identitários mobilizados em processos litúrgicos de *co-memoração* frequentemente de argumentação histórica e étnica.

A presença destes traços identitários vem então contrariar claramente as teses que advogam a diluição ou dissolução das identidades regionais no Portugal Ibérico. Ainda assim, o estudo realizado indicia potenciais mudanças, com o aumento da enunciação de novas formas identitárias, nomeadamente a partir de 2003, com a criação das figuras administrativas intermunicipais de associação de municípios, que aparentemente se poderão tornar parte integrante da construção identitária regional. No entanto, a presença marcada de traços

identitários do Estado Novo ainda se continuará efetivamente a verificar de forma muito clara. Estamos perante traços identitários de raiz estatal, de natureza legitimadora, que resistem ao seu apagamento e que se vão mantendo fortemente vinculados, mesmo perante as tentativas novas demarcações do novo regime. Tais tentativas têm-se revelado frequentemente goradas, traduzindo-se mais numa toada centralizadora do que no seu oposto.

Caberá aqui lugar para uma nota de reparo no tocante à eventual aplicabilidade dos resultados deste estudo a outras geografias do país. Com efeito, pela própria constatação da existência de identidade regional dotada de características tão específicas, não será imediato ou pacífico o entendimento de perfis semelhantes para outras potenciais existências regionais. No entanto, pelos resultados obtidos, urge a indagação dos traços identitários em outras geografias da Nação, uma vez que será expectável que possam ocorrer outros processos similares de persistência identitária sedimentar. Tais conclusões carecem de novos estudos, atentando sobretudo nas lacunas ou ligeirezas com que o assunto pode ser abordado, não incorrendo em revisionismos ou construção de conhecimento pontual e estéril.

É essencial ainda uma nota sobre o papel da imprensa regional, retirando algumas conclusões a partir da construção identitária verificada nos dois periódicos estudados. O perfil dos dois jornais revela-se intimamente vinculado a uma mesma existência regional, ainda que um seja claramente dotado de um pendor mais empresarial (o *Notícias de Viseu*) e outro, de profundas raízes no tempo, se revele mais vinculado à sua tradição editorial (o *Jornal da Beira*). No caso, verifica-se que as mesmas dimensões identitárias regionais servem as duas posturas e os dois diferentes pactos comunicacionais estabelecidos por estes periódicos, sendo um tendencialmente mais comercial, enquanto o outro se inscreve mais no terreno da

sua ideologia. Para o primeiro, a região permite vender, para o segundo, ela é pressuposto indispensável à sua própria mundividência. No caso, parece óbvio que, nesse contexto, qualquer projeto editorial se veja forçado a manter o mesmo registo identitário, vinculando-se inevitavelmente ao mesmo sentir comunitário. Não é naturalmente expectável que um jornal inscrito numa comunidade que se assume como beirã conteste dramaticamente tal identidade. Tal postura só o encaminharia para uma garantida ostracização por parte do seu público. Também por isso se pode entender que a imprensa regional seja tão profundamente vinculada aos valores regionais vigentes que acaba por ver reduzida ou limitada na sua própria capacidade de contestação ou construção interna na própria região, percebendo-se como previsível este seu lugar de tradutor, perpetuador e construtor dos traços regionais do território em que se inscreve.

O justo equilíbrio da proximidade faz aqui sentido, sendo necessária uma ética do distanciamento que naturalmente não pode ser levada até às últimas consequências, coartando a viabilidade empresarial dos periódicos. É óbvio que o jornal deve ir ao encontro do território em que se inscreve, mas, ainda assim, deve procurar manter uma visão crítica e atenta da sua própria construção discursiva. Deste modo, e acautelando-se que nos afastamos de qualquer lugar salvífico no oceano da invisibilidade, reitera-se aqui a importância do papel de proximidade da imprensa regional, devendo salvaguardar-se o seu lugar privilegiado. De acordo com Carlos Camponez (2012, p. 44), a particularidade do seu lugar poderá corresponder também na prática a uma ética de proximidade, onde os valores do cuidado e da responsabilidade possam efetivamente contribuir como ferramentas para uma redução ou para um melhor entendimento da invisibilidade de Daniel Innerarity (2009, p. 27) e do nevoeiro de José Gil (2008, p. 8).



## BIBLIOGRAFIA E FONTES

### I – Obras citadas ou consultadas

- Abélès, M. (1977). *Poder, Sociedade, Simbólico*. Lisboa: A Regra do Jogo Edições.
- Abrunhosa, Â. (2011). *Centralismo e Anticentralismo no movimento constitucional em Espanha e Portugal*. Obtido em 5 de dezembro de 2013, de Instituto Politécnico de Leiria: <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/865/1/POLIS%20-%20CENTRALISMO%20E%20ANTICENTRALISMO%20NO%20MOVIMENTO%20CONSTITUCIONAL%20EM%20ESPANHA%20E%20PORTUGAL.pdf>
- Adão, Á. (2012). *A Educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969). Um repertório cronológico, temático e onomástico*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Agamben, G. (2008). *Infância e História, Destruição da Experiência e Origem da História*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Agnès, Y. (2008). *Manuel du Journalisme*. Paris: La Découverte.
- Alasuutari, P. (1995). *Researching culture - Qualitative Method and Cultural Studies*. London: Sage Publications.
- Albarello, L., & al, e. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Almeida, M. (2007). *Precedentes Históricos-Teóricos dos Regionalismos dos Açores e da Galiza*. Santiago de Compostela: Faculdade de Direito da Universidade de Santiago de Compostela. Tese de Doutoramento.
- Amaral, V. (2005). *Imprensa regional e políticas da comunicação: situação geral no quadriénio 1999-2002*. Obtido em 15 de 01 de 2014, de Comunicação e Sociedade - vol.7: <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1216/1159>
- Amaral, V. (2006). *Temas e Fontes na Imprensa Regional da Cidade da Guarda*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Mestrado.
- Amaral, V. (2012). A proximidade de uma imprensa regional à ideia de cidadania ativa. Em J. C. Correia, Ágor@. *Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidades* (pp. 1-16). Covilhã: LabCom.
- Amaro, A. (2003). *Economia e Desenvolvimento da Beira Alta: dos finais da monarquia à II Guerra Mundial (1890-1939)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento.

- Anderson, B. (1993). *Comunidades Imaginadas, Reflexiones Sobre el Origen y la Difusión del Nacionalismo*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica.
- APCT. (s.d.). Obtido em 22 de janeiro de 2012, de Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação: <http://www.apct.pt/index.php>.
- Appadurai, A. (1996). *Modernity at Large*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Armstrong, J. (1982). *Nations Before Nationalism*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Assembleia da República. (2005). *Constituição da República Portuguesa [VII Revisão Constitucional (2005)]*. Obtido em 11 de outubro de 2013, de <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- Assis, F. (2008). *Mídia regional em busca de uma identidade: um jogo de interesses entre a notícia e o folclore*. Obtido em 21 de maio de 2012, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/assis-francisco-midia-regional-identidade.pdf>
- Associação Portuguesa de História Económica e Social/Comissão Organizadora do XVI Encontro da APHES/FEUC. (1996). *Portugal e as Regiões: Perspetivas Históricas*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.
- Augé, M. (1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus.
- Augé, M. (2000). *A Construção do Mundo*. Lisboa: Edições 70.
- Augé, M. (2001). *As Formas do Esquecimento*. Almada: Íman Edições.
- Augé, M. (Junho de 2001). Le Stade de L'écran. *Le Monde Diplomatique*, 24.
- Badie, B. (1997). *O fim dos territórios*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Balle, F. (1987). *Et si la presse n'existait pas*. Paris: JCLattès.
- Balle, F. (2009). *Médias et sociétés*. Paris: Montchrestien.
- Bardin, L. (1995). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreto, A. (1984). *Estado central e descentralização: antecedentes e evolução, 1974-1984*. Obtido em 13 de dezembro de 2013, de *Análise Social* - vol.XX (81-82): <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223473640B9nSI8rp3Qf73ZE7.pdf>
- Barreto, A. (1995). *Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995*. Obtido em 23 de dezembro de 2013, de *Análise Social* - vol. XXX (134): <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223388784X1kPT5fa3Yr88TD2.pdf>

- Barros, J. (2005). O cerco ideológico do Estado Novo à Imprensa de "Província". Em M. M. (org.), *Caleidoscópio - Revista de Comunicação e Cultura - Territórios do Jornalismo* (pp. 265-300). Lisboa: Departamento de Ciências da Comunicação, Artes e Tecnologias da Informação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Barth, F. (1969). *Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organization of Culture Difference*. Boston: Little, Brown and Company.
- Barthes, R. (2004). *O Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes.
- Baudrillard, J. (1991). *Simulacros e simulações*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Baudrillard, J. (2010). *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauer, M. (2002). Análise de Conteúdo Clássica: Uma Revisão. Em M. W. Bauer, & G. Gaskell, *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bauman, Z. (2005). *Globalization. The Human Consequences*. Cambridge: Polity Press.
- Bauman, Z. (2006). *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Benko, G. (2002). Mundialização da economia, metropolização do mundo. *Revista do Departamento de Geografia*, 15.
- Bennet, T. (1994). The Exhibitionary Complex. Em N. Dirks, G. Eley, & S. B. Ortner, *Culture, Power, History: A reader in contemporary social theory*. Princeton: Princeton University Press.
- Bhabha, H. (1990). *Nation and Narration*. Londres: Routledge.
- Bispo, R. (12 de novembro de 1998). Regionalização: Duplo "Não" dos Viseenses. *Jornal da Beira*, 13.
- Bispo, R. (15 de dezembro de 2011). Muito Obrigado. *Jornal da Beira*, 8.
- Bloch, M. (1974). *Introdução à História*. Mem Martins: Europa-América.
- Bota, M. (2009). *Intervenção do Deputado Mendes Bota sobre Regionalização. Assembleia da República, 8 de julho de 2009*. Obtido em 20 de janeiro de 2014, de mendesbota.com:  
[http://www.mendesbota.com/menu\\_causas\\_conviccoes/pdf/regionalizacao/20090708iar.pdf](http://www.mendesbota.com/menu_causas_conviccoes/pdf/regionalizacao/20090708iar.pdf)
- Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- Brito, J. (1982). O Estado Novo e a Aldeia mais portuguesa de Portugal. *O Fascismo em Portugal* (pp. 511-532). Lisboa: A Regra do Jogo.

- Cabral, J. (1983). *Notas críticas sobre a observação participante no contexto da antropologia portuguesa*. Obtido em 21 de novembro de 2012, de *Análise Social* - vol. XIX (76):  
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223462519I7oLB1as8Bs74SH2.pdf>
- Cabral, J. (1991 a). *O Sagrado e o Drama*. Obtido em 26 de novembro de 2012, de *Análise Social* - vol. XXVI (111):  
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223039023A4nYV8dl3Zm33BJ4.pdf>
- Cabral, J. (1991 b). *Os Contextos da Antropologia*. Lisboa: Difel.
- Cabral, J. (2002). *A Identidade Social: uma Aproximação à Relevância da Categoria - Working papers - Versão preliminar incompleta*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Cabral, J. (2003). *Identities inseridas - Algumas Divagações Sobre Identidade, Emoção e Ética*. Obtido em 12 de novembro de 2013, de Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa:  
<http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2003/WP2-2003.pdf>
- Cádima, F. & Cardoso, L. (coord.). (2003). *Anuário da Comunicação 2002-2003*. Lisboa: OberCom - Observatório da Comunicação.
- Cádima, F. & Cardoso, L. (coord.). (2004). *Anuário da Comunicação 2003-2004*. Lisboa: OberCom - Observatório da Comunicação.
- Cádima, F. (coord.). (2003). *Anuário da Comunicação 2000-2001 - Os media e os novos media em Portugal*. Lisboa: OberCom - Observatório da Comunicação.
- Cádima, F. (coord.). (2003). *Anuário da Comunicação 2001-2002 - Os media em tempo de crise*. Lisboa: OberCom - Observatório da Comunicação.
- Camponez, C. (2002). *Jornalismo de Proximidade*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Camponez, C. (2009). *Fundamentos de Deontologia do Jornalismo. A auto-regulação frustrada dos jornalistas portugueses (1974-2007)*. Coimbra: Universidade de Coimbra - Tese de Doutoramento.
- Camponez, C. (2012). *Jornalismo regional: proximidade e distâncias. Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade no jornalismo*. Em J. C. Correia, *Ágora@. Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidades* (pp. 35-48). Covilhã: LabCom.
- Cardim, P. (1998). *Centralização Política e Estado na Recente Historiografia sobre o Portugal do Antigo Regime*. Em *Nação e Defesa - O Estado em Mudança - n.º 87. 2ª série*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Cardoso, G. (coord.). (2007). *Anuário da Comunicação 2005-2006*. Lisboa: OberCom - Observatório da Comunicação.



- Cardoso, G. (coord.). (2008). *Anuário da Comunicação 2006-2007*. Lisboa: OberCom - Observatório da Comunicação.
- Cardoso, G. (coord.). (2009). *Anuário da Comunicação 2007-2008*. Lisboa: OberCom - Observatório da Comunicação.
- Cardoso, G., Cádima, F. R., & Cardoso, L. L. (2009). *Media, Redes e Comunicação*. Lisboa: Quimera.
- Cardoso, L. (coord.). (2005). *Anuário da Comunicação 2004-2005*. Lisboa: OberCom - Observatório da Comunicação.
- Cardoso, R. (05 de novembro de 1998). Viseu e a Beira. *Jornal da Beira*, 13.
- Cardy, H. (1997 a). *Construire l'identité régionale : La communication en question*. Paris: Editions L'Harmattan.
- Cardy, H. (1997 b). *Le rôle des techniques de communication dans la construction du territoire régional*. Obtido em 12 de setembro de 2013, de Hélène Cardy. Communication, Identité & Territoires: <http://helenecardy.chez.com/car97a.htm>
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da investigação: guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação - Guia para Auto-aprendizagem*. Universidade Aberta: Lisboa.
- Carvalho, J. (1996). *Os media e os poderes locais*. Obtido em 05 de janeiro de 2014, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/carvalho-ricardo-Media-poder.pdf>
- Carvalho, J. (2000). *Média e cidadania na periferia portuguesa*. Obtido em 05 de janeiro de 2014, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/carvalho-jricardo-media-cidadania.pdf>
- Cascais, F. (2001). *Dicionário de Jornalismo: as palavras dos media*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- Casmir, F. (1994). *Building Communications Theory*. New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Castells, M. (1999). *A Sociedade em Rede* (Vol. I). São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (1999). O Poder da Identidade. Em M. Castells, *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M., & Cardoso, G. (2005). *A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Ação Política*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Catroga, F. (2001 a). Memória e História. Em S. J. Pesavento, *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.

- Catroga, F. (2001 b). *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto.
- Catroga, F. (2003). *Caminhos do Fim da História*. Coimbra: Quarteto.
- Catroga, F. (2011). *Os Passos do Homem como Restolho do Tempo. Memória e Fim do Fim da História*. Coimbra: Edições Almedina.
- Chaparro, C. (2001). *Linguagem dos Conflitos*. Coimbra: Minerva.
- Claudino, S. (2006). *Portugal Peninsular e os Desafios Regionais*. Obtido em 14 de 12 de 2013, de Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia - XLI, 81: [http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81\\_05.pdf](http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81_05.pdf)
- Coelho, P. (2000). *A Europa da proximidade*. Obtido em 12 de janeiro de 2014, de Revista Observatório - 2: <http://www.obercom.pt/content/35.np3>
- Coelho, P. (2005). *A TV de proximidade e os novos desafios do espaço público*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Coelho, P. (2007). *A função social nas televisões de proximidade. Por um modelo de comunicação alternativo*. Obtido em 12 de dezembro de 2012, de Estudos em Comunicação - Publicação semestral do LABCOM: <http://www.ec.ubi.pt/ec/01/pdfs/coelho-pedro-funcao-social-das-televisoes.pdf>
- Comissão de Coordenação da Região Centro. (1982). *Debate Público sobre Regionalização*. Coimbra: Ministério da Administração Interna.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. (2009). *Deliberação da Alfândega*. Obtido em 20 de janeiro de 2014, de Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte: [http://www2.ccdr-n.pt/fotos/editor2/imported/www.ccr-norte.pt/regnorte/deliberacao\\_alfandega.pdf](http://www2.ccdr-n.pt/fotos/editor2/imported/www.ccr-norte.pt/regnorte/deliberacao_alfandega.pdf)
- Cook, T., & Reichardt, C. (1995). *Métodos cualitativos y quantitavos en investigación evaluativa*. Madrid: Morata.
- Correia, J. (1998 a). *A região e o espaço público: um contributo crítico*. Obtido em 20 de maio de 2013, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: [http://www.bocc.ubi.pt/pag/jcorreia\\_espaco.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/jcorreia_espaco.pdf)
- Correia, J. (1998 b). *Jornalismo e Espaço Público*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Correia, J. (1998 c). *Jornalismo regional e cidadania*. Obtido em 03 de novembro de 2012, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-regional.pdf>
- Correia, J. (2002). *Cidadania, Comunicação e Literacia Mediática*. Obtido em 05 de agosto de 2013, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-carlos-Media-Publico-Literacia.pdf>

- Correia, J. (2004). *A fragmentação do espaço público: novos desafios ético-políticos*. Obtido em 12 de fevereiro de 2013, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-carlos-fragmentacao-do-espaco-publico.html>
- Correia, J. (2005). *Sociedade e Comunicação: Estudos Sobre Jornalismo e Identidades*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Correia, J. (2006). *A imprensa regional e comunicação política. As eleições autárquicas de 2005*. Obtido em 02 de abril de 2013, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-imprensa-regional-comunicacao-politica.pdf>
- Correia, J. (2007). *Jornalismo e realidades múltiplas: o arrastão e a representação mediática das identidades*. Obtido em 02 de abril de 2013, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-identidades-multiplas.pdf>
- Correia, J. (2011). *Ágora. Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidades*. Covilhã: LabCom Books.
- Cruz, M. (1992). *Europeísmo, nacionalismo, regionalismo*. Obtido em 08 de janeiro de 2013, de Análise Social - Vol. XXVII: URL:<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223055071N2vGE0kx0Er83BB8.pdf>
- Cruz, M. (2006). *Ata da sessão de 19/06/2006 do Seminário "O Estado e a Problemática da Fronteira(...)" orientado por Rui Cunha Martins no âmbito do Doutoramento em Altos Estudos Contemporâneos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Cruzeiro, M. (2011). Revolução e Revisionismo Historiográfico. O 25 de abril visto da História. Em R. C. Martins, *1974: Transição Política em Perspetiva Histórica* (pp. 97-134). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Cunha, I. (2004). *Repensar a investigação empírica sobre os Media e o Jornalismo*. Obtido em 2 de maio de 2014, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cunha-isabel-ferin-metodologias.pdf>
- Cunha, I. (2008). Os media e o regionalismo. Em A. Matos, & M. (. Lages, *Portugal intercultural: Razão e projeto* (pp. 370-412). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Cunha, I. F., Cabrera, A., & Sousa, J. P. (2012). *Pesquisa em Media e Jornalismo - Homenagem a Nelson Traquina*. Covilhã: Livros Labcom.

- Cunha, I., Policarpo, V., Monteiro, T. L., & Figueiras, R. (2002). *Media e Discriminação: um estudo exploratório do caso português*. Em *Revista Observatório - 5*. Lisboa: Obercom - Observatório da Comunicação.
- Daigneault, P.-M., & Jacob, S. (2014). *Unexpected but Most Welcome: Mixed Methods for the Validation and Revision of the Participatory Evaluation Measurement Instrument*. Obtido em 21 de junho de 2015, de *Journal of Mixed Methods Research*: <http://mmr.sagepub.com/content/8/1/6.full.pdf+html>
- Decreto n.º 22241 de 22 de fevereiro. (1933). *Diário do Governo n.º 43/33 - I série*. Lisboa: Presidência do Ministério.
- Decreto-Lei n.º 114/2011 de 30 de novembro. (2011). *Diário da República, n.º 230/2011 - I Série*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Decreto-Lei n.º 27424/36 de 31 de dezembro. (1936). *Diário do Governo n.º 306 - I Série*. Lisboa: Ministério do Interior.
- Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro. (1959). *Diário do Governo n.º 223/59 - I Série*. Lisboa: Ministério do Interior.
- Decreto-Lei n.º 106/88 de 31 de março. (1988). *Diário da República n.º 76/88 - I Série*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Decreto-Lei n.º 31095 de 31 de dezembro. (1940). *Diário do Governo n.º 303/40 - I Série*. Lisboa: Ministério do Interior.
- Deleuze, G. (1988). *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal.
- Desidério, B., & Limberti, R. (2011). *As Formas de Perceção da Alteridade: Uma Análise da Noção de Estrangeiro*. Obtido em 20 de abril de 2012, de [http://www.abralin.org/abralin11\\_cdrom/artigos/Bianca\\_Desiderio.PDF](http://www.abralin.org/abralin11_cdrom/artigos/Bianca_Desiderio.PDF)
- Dias, L. (2011). *O "vértice" de uma renovação cultural - Imprensa periódica na formação do Neo-Realismo (1930-1945)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento.
- Dias, V. (1980). *A regionalização, o desenvolvimento regional e a coesão nacional*. Obtido em 10 de fevereiro de 2014, de *Nação e Defesa - n.º 80*: [http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1557/1/NeD80\\_VitorinoVieiraDias.pdf](http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1557/1/NeD80_VitorinoVieiraDias.pdf)
- Dijk, V. (1998). *Ideology: A Multidisciplinary Approach*. Londres: Sage.
- Duarte, Â. (2010). *Jornalismo de Proximidade. O papel informativo da imprensa local. Ensaio do Seminário "Questões contemporâneas do jornalismo"*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. .
- Duarte, F. (2005). *Informação de Proximidade*. Lisboa: Âncora Editora.

- Eco, U. (1985). *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. Lisboa: Presença.
- ERC. (2010). *Imprensa Local e Regional em Portugal*. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Esteves, J. (1997). *Opinião pública e democracia na sociedade de informação*. Obtido em 13 de setembro de 2012, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://bocc.ubi.pt/pag/esteves-pissarra-opiniao-publica.html>
- Esteves, J. (1999). *Os Media e a Questão da Identidade: Sobre as leituras pós-modernas do fim do sujeito*. Obtido em 10 de setembro de 2011, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pissarra-mediaidentidade.pdf>
- Fabião, C. (1993). O Passado Proto-Histórico e Romano. Em J. Mattoso, *História de Portugal* (Vol. I, pp. 79-293). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Faustino, P. (2000). *A imprensa regional em Portugal: o estado da arte e práticas de gestão*. Obtido em 10 de novembro de 2013, de Revista Observatório - 1: <http://www.obercom.pt/content/85.cp3>
- Faustino, P. (2002). Análise da Imprensa Regional em Portugal: a oportunidade, o negocio, a estratégia. Em *Revista Observatório - 5*. Lisboa: Obercom - Observatório da Comunicação.
- Featherstone, M. (1997). *O desmanche da cultura - globalização, pósmodernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel.
- Felizes, J. (2000). *Três abordagens do poder local enquanto formas diferenciadas de construção de identidades*. Obtido em 03 de junho de 2013, de Atas do IV Congresso Português de Sociologia - Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos: [http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR462dba0dc0e89\\_1.PDF](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dba0dc0e89_1.PDF)
- Fernandes, A. (1989). *Descentralização e Teoria do Estado*. Obtido em 15 de janeiro de 2014, de Revista da Faculdade de Letras: Filosofia - série II, vol. 5 e 6: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1690.pdf>
- Fernandes, A. (1992). *Poder Local e Democracia*. Obtido em 16 de janeiro de 2014, de Sociologia : Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - série I - vol. 02: [https://www.google.pt/search?q=o+rumor+da+l%C3%ADngua+barthes+pdf&oq=%22o+rumor+da&aqs=chrome.2.69i57j015.9330j0j7&sourceid=chrome&es\\_sm=122&ie=UTF-8#q=%22poder+local+e+democracia%22](https://www.google.pt/search?q=o+rumor+da+l%C3%ADngua+barthes+pdf&oq=%22o+rumor+da&aqs=chrome.2.69i57j015.9330j0j7&sourceid=chrome&es_sm=122&ie=UTF-8#q=%22poder+local+e+democracia%22)
- Fernandes, A. (1993). *Poder Autárquico e Poderes Difusos*. Obtido em 15 de janeiro de 2014, de Sociologia: Revista da Faculdade de Letras - série I, vol. 3: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8458/2/1307.pdf>

- Fernandes, A. (1996). *Poder Autárquico e Poder Regional*. Obtido em 15 de janeiro de 2014, de III Jornadas de Estudo, Norte de Portugal-Aquitânia, Atas: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20459/2/teixeirafernandespoder000085770.pdf>
- Fernandes, M. (1996). *A Problemática da Regionalização*. Coimbra: Almedina.
- Ferreira, N. (2009). *A Câmara Corporativa no Estado Novo: Composição, Funcionamento e Influência*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais - Tese de Doutoramento.
- Ferreira, P. (2005 a). *O lugar da imprensa local e regional nas políticas da comunicação*. Obtido em 14 de março de 2013, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/ferreira-paulo-lugar-imprensa-local-regional-politicas-comunicacao.pdf>
- Ferreira, P. (2005 b). *O custo das não decisões na imprensa local e regional portuguesa*. Obtido em 14 de março de 2012, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/ferreira-paulo-o-custo-das-nao-decisoes-na-imprensa-local-e-regional-portuguesa.pdf>
- Fichte, J. (2005). *Fundamento de toda la Doctrina de la Ciencia - 1794*. Pamplona.
- Figueiredo, A. (2010). *A Territorialização de Políticas Públicas em Portugal*. Lisboa: Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP.
- Figueiredo, S. (2012). *Participação do Cidadão na Imprensa Regional: O caso do Jornal do Fundão. Entrega e Publicação de "Conteúdos gerados por Leitores"*. Tese de Mestrado. Obtido em 21 de setembro de 2013, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/m-jornalismo-2012-sara-figueiredo.pdf>
- Fiske, J. (2005). *Introdução ao Estudo da Comunicação*. Porto: Edições Asa.
- Fontcuberta, M. (2000). *La Noticia. Pistas para percibir el mundo*. Barcelona: Paidós.
- Forte, M. (1996). *As casas regionais em Lisboa: a Casa das Beiras: regionalismo e associativismo urbano*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado.
- Fortuna, C. (org.). (1997). *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta.
- Fortuna, C. (1993). *Problemas da Sociedade Portuguesa Contemporânea: Teoria, Epistemologia e Didática*. Obtido em 15 de dezembro de 2011, de <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/35.pdf>
- Fortuna, C. (1995). *Por entre as ruínas da cidade: o património e a memória na construção das identidades sociais*. Obtido em 15 de dezembro de 2011, de [www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/61.pdf](http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/61.pdf)

- Fortuna, C. (2013). *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais: Estudos Sociológicos de Cultura Urbana*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2000). *As Palavras e as Coisas. Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2000). *O que é um Autor?* Lisboa: Vega.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes.
- França, L. (1993). *Portugal. Valores Europeus Identidade Cultural*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Francisco, D. (1998). *Regionalização: das coisas da lógica à lógica das coisas - Oficina do CES - nº 120*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Freire, A., & Baum, M. (2001). *O referendo português sobre a regionalização numa perspetiva comparada*. Obtido em 24 de setembro de 2013, de Penélope - Revista de História e Ciências Sociais - nº24:  
[http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope\\_24/24\\_09\\_ABaum.pdf](http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_24/24_09_ABaum.pdf)
- Freud, S. (2014). *Inibição, Sintoma e Angústia, o Futuro de uma Ilusão e Outros Textos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Friedman, J. (2000). *Globalization, Class and Culture in Global Systems*. Obtido em 25 de fevereiro de 2012, de <http://jwsr.ucr.edu/archive/vol6/number3/pdf/jwsr-v6n3-friedman.pdf>
- Fukuyama, F. (1992). *The End of History and the Last Man*. New York: The Free Press.
- Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares. (2011). *Documento Verde da Reforma da Administração Local*. Obtido em 27 de 04 de 2014, de Governo de Portugal: [http://www.portugal.gov.pt/media/132774/doc\\_verde\\_ref\\_adm\\_local.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/132774/doc_verde_ref_adm_local.pdf)
- Gabinete para os Meios de Comunicação Social. (s.d.). *Incentivo à Leitura*. Obtido em 18 de fevereiro de 2012, de <http://www.ics.pt/index.php?op=bd&cid=1189&sid=853&bid=17#>.
- Gaspar, J. (1993). *As Regiões Portuguesas*. Lisboa: Direção-Geral do Desenvolvimento Regional.
- Geertz, C. (1991). *Negara: o Estado Teatro no Século XIX*. Lisboa: Difel.
- Geertz, C. (1994). *Conocimiento Local*. Barcelona: Paidós.
- Geertz, C. (1996). *Los Usos de la Diversidad*. Barcelona: Paidós.
- Geertz, C. (2008). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

- Gellner, E. (2006). *Nations and Nationalism*. Oxford: Blackwell.
- Giddens, A. (1997). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (1998). *Política, Sociologia e Teoria Social: Confrontos com o Pensamento Social Clássico e Contemporâneo*. Oeiras: Celta.
- Giddens, A. (2000). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta.
- Giddens, A. (2004). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, A., & Turner, J. (1999). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Editora UNESP.
- Gil, F. (2001). *Mediações*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Gil, J. (2008). *Portugal Hoje: O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- GMCS. (2014). *Imprensa regional*. Obtido em 14 de 04 de 2014, de GMCS - Gabinete para os Meios de Comunicação Social: <http://www.gmcs.pt/pt/imprensa-regional>
- GMCS. (2014). *Imprensa Regional*. Obtido em 29 de julho de 2015, de Gabinete para os Meios de Comunicação Social: <http://www.gmcs.pt/pt/imprensa-regional>
- Godinho, V. M. (2004). *Portugal, a Emergência de uma Nação*. Lisboa: Edições Colibri.
- Goffman, E. (1959). *The Presentation of Self in Everyday Life*. Edinburgh: University of Edinburgh Social Sciences Research Centre.
- Gonçalves, O. (2012). *O agir jornalístico face à censura. O caso do Notícias da Amadora*. Lisboa: ISCTE-IUL - Tese de Doutoramento.
- Grinberg, L., & Grinberg, R. (1998). *Identidade e Mudança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Guéry, L. (1992). *La Presse Régionale et Locale*. Paris: Centre de Formation et de Perfectionnement des Journalistes.
- Habermas, J. (1980). *Legitimation Crisis*. Londres: Heinemann.
- Haguette, T. (2000). *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes.
- Halbwachs, M. (2001). *La Mémoire Collective*. Obtido em 12 de dezembro de 2013, de Université do Québec à Chicoutimi: [http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs\\_maurice/memoire\\_collective/memoire\\_collective.html](http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/memoire_collective/memoire_collective.html)
- Hall, S. (1980). Encoding/Decoding. Em Hall, Hobson, Lowe, & Willis, *Culture, Media, Language* (pp. 128-138). Londres: Hutchinson.
- Hall, S. (1989). Ideology and Communication Theory. Em Dervin, Grossberg, O'Keefe, & Wartella, *Rethinking Communication* (Vol. I, pp. 40-52). Newbury Park, CA: Sage.



- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Haro, F. (2013). *As retóricas da crise em Portugal*. Obtido em 12 de março de 2014, de Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - IUL:  
[http://www.cies.iscte.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES\\_WP145\\_Haro.pdf](http://www.cies.iscte.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES_WP145_Haro.pdf)
- Held, D. et al. (1999). *Global Transformations: Politics, Economics and Culture*. Cambridge: Polity Press.
- Henriques, A. (07 de março de 2014). *Portugal volta a ser condenado no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos por violação da liberdade de expressão*. Obtido em 08 de março de 2014, de Público:  
<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/portugal-volta-a-ser-condenado-no-tribunal-europeu-dos-direitos-humanos-por-violacao-da-liberdade-de-expressao-1631375>
- Hobsbawm, E. (1994). *Nations and Nationalism since 1780*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Husserl, E. (2012). *A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia*. Porto Alegre: EdiPUCRS.
- Hutchinson, J. (2005). *Nations as Zones of Conflict*. Londres: Sage.
- ICS. (s.d.). Obtido em 02 de maio de 2007, de Instituto da Comunicação Social:  
<http://www.ics.pt/index.php>.
- ICS. (s.d.). *Publicações Periódicas Registadas no ICS*. Obtido em 02 de maio de 2007, de Instituto da Comunicação Social: <http://www.ics.pt/index.php>.
- Innerarity, D. (2009). *A Sociedade Invisível*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Innerarity, D. (2010). *O Novo Espaço Público*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. (1996). *Fórum 2000: Regionalização e Desenvolvimento*. Lisboa: ISCSP.
- Jacinto, R., Pratas, F., Veloso, A., & Medeiros, J. (1992). Contributo para o Estudo da Imprensa na Região Centro. Em CCRC, *Desenvolvimento Regional*, nº 34/35 (pp. 53-110). Coimbra: CCRC - Comissão de Coordenação da Região Centro.
- Jerónimo, P. (2010). *A memória da imprensa regional: Análise crítica da preservação e ao acesso*. Obtido em 15 de 10 de 2012, de Pedro Jerónimo - Media & Jornalismo:  
<http://pedrojeronimo.files.wordpress.com/2010/09/a-memoria-da-imprensa-regional.pdf>
- Joaquim, M. (30 de outubro de 1998). Os Contos do Vigário. A Regionalização é uma Mentira Política. *Notícias de Viseu*, 2.

- Jornal da Beira. (28 de fevereiro de 1969). No Centenário de Fortunato de Almeida. *Jornal da Beira*, 3, 8.
- Jornal da Beira. (03 de abril de 1969). O Serviço de Táxis que a TAP hoje inaugura é o começo... *Jornal da Beira*, 1.
- Jornal da Beira. (28 de maio de 1977). Aniversário do Rancho de Torredeita. *Jornal da Beira*, 8.
- Jornal da Beira. (13 de dezembro de 1979). Universidade Católica em Viseu. *Jornal da Beira*, 5.
- Jornal da Beira. (2 de julho de 1981). Cine-Teatro de Viseu mais uma vez em foco. *Jornal da Beira*, 1.
- Jornal da Beira. (05 de novembro de 1998). Grupo de Cavaquinhos e Cantares à Beira. *Jornal da Beira*, 5.
- Jornal da Beira. (2007). *Estatuto Editorial*. Obtido em 22 de outubro de 2014, de Jornal da Beira: <http://www.jornaldabeira.net/index.php/historial1/estatuto>
- JR. (15 de maio de 2003). Um Pouco de História... de Viseu. Beirões e Viseenses Ilustres. *Jornal da Beira*, 7.
- Justino, D. (2011). Estado, Território e Nação: dualismos múltiplos nas representações da identidade nacional. Em M. F. Amante, *Identidade Nacional. Entre o discurso e a prática*. Porto: Fronteira do Caos; CEPSE.
- Krippendorff, K. (1980). *Content Analysis: an Introduction to its Methodology*. Newbury Park, CA : Sage.
- Lamizet, B. (1995). *Les lieux de la communication*. Liège: Mardaga.
- Leal, J. (2000). *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Leal, J. (2010). Ser português: um orgulho relativo. Em J. M. Sobral, & J. Vala, *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social*. Lisboa: ICS.
- Lei n.º 2/99 de 13 de janeiro. (1999). *Diário da República n.º 10/99 - I Série-A*. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 45/2008 de 27 de agosto. (2008). *Diário da República n.º 165/2008 - I Série*. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 46/2008 de 27 de agosto. (2008). *Diário da República n.º 165/2008 - I Série*. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei nº 10/2003 de 13 de maio. (2003). *Diário da República n.º 110/2003 - I Série-A*. Lisboa: Assembleia da República.

- Lema, P. (1998). Espaço, Fronteiras e Transições. O acervo da Geografia e a questão actual do Projecto de Regionalização. Em *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 11 (pp. 355-386). Lisboa: Colibri.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1994). *Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lévi-Strauss, C. (1985). *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Lévi-Strauss, C. (1977). *L'Identité - Séminaire dirigé par Claude Lévi-Strauss*. Paris: Bernard Grasset.
- Lévi-Strauss, C. (1989). *O Pensamento Selvagem*. Campinas: Papyrus.
- Lévi-Strauss, C. (2004). *O Cru e o Cozido. Mitológicas I*. São Paulo: Cosac & Naify.
- Lévi-Strauss, C. (2007). *Mito e Significado*. Lisboa: Edições 70.
- Lévi-Strauss, C. (2008). *Raça e História*. Lisboa: Presença.
- Lévi-Strauss, C. (2010). *O Olhar Distanciado*. Lisboa: Edições 70.
- Lipovetsky, G. (2007). *A Felicidade Paradoxal*. Lisboa: Edições 70.
- Löfgren, O. (1989). The Nationalization of Culture. Em B. Stoklund, *Ethnologia Europaea* (pp. 5-23). Copenhaga: Ethnologia Europaea.
- Lopes Garcia, X. (2002). *Repensar o Jornalismo de Proximidade para Fixar os Media Locais na Sociedade Glocal*. Obtido em 12 de novembro de 2013, de Comunicação e Sociedade - vol. 4:  
<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1292/1233>
- López-Davalillo Larrea, J. (2012). *Portugal, Qué Regionalización? Un recorrido por la geografía política de Portugal a lo largo del tiempo*. Obtido em 10 de fevereiro de 2014, de UNED. Espacio, Tiempo y Forma. Serie VI, Nueva época. Geografía, nº 3: <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFSerieVI-2010-3075&dsID=Documento.pdf>
- Loureiro, L. (4 de junho de 1981). Regionalismo e Descentralização - XXX. *Jornal da Beira*, 4.
- Loureiro, L. (11 de junho de 1981). Regionalização e Descentralização - XXI. *Jornal da Beira*, 3.
- Loureiro, L. (21 de maio de 1981). Regionalização e Descentralização - XXVIII. *Jornal da Beira*, 5.
- Loureiro, L. (09 de julho de 1981). Regionalização e Descentralização - XXXII. *Jornal da Beira*, 5.

- Lyotard, J.-F. (1989). *A condição pós-moderna*. Lisboa : Gradiva.
- Mabileau, A. (1980). L'information locale au carrefour des médias et de la société locale. Em A. Mabileau, & A.-J. Tudesq, *L'information locale* (pp. 1-11). Paris: Pedone.
- Maciá Mercadé, J. (1997). La fuerza del periodismo local en la era de la globalización electrónica. AAVV, *Estudios de Periodística V - Número especial dedicado al periodismo local*.
- Madureira, C., Rodrigues, M., & Asensio, M. (2013). *Análise da evolução das estruturas da administração pública central portuguesa decorrente do PRACE e do PREMAC*. Lisboa: Direção-Geral da Administração e do Emprego Público.
- Maffesoli, M. (2004). *A Transfiguração do Político; a Tribalização do Mundo Pós-Moderno*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Maia, R. (2000). *Descontinuidades e permanências nas estruturas da economia e da sociedade portuguesas nos últimos sessenta anos*. Obtido em 23 de julho de 2014, de Associação Portuguesa de Sociologia: [http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR462df4bca6053\\_1.PDF](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462df4bca6053_1.PDF)
- Malson, L. (1988). *As Crianças Selvagens: mito e realidade*. Porto: Civilização.
- Mamede, E. (08 de agosto de 1991). Luiz de Loureiro - Um herói beirão. *Jornal da Beira*, 6.
- Manuel, A. (2008). *Globalização, localização e Imprensa Regional*. Obtido em 21 de junho de 2013, de VI Congresso Português de Sociologia. Mundos Sociais: Saberes e Práticas: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/581.pdf>
- Maria, D. (15 de outubro de 1998). Retalhar Portugal. *Jornal da Beira*, 13.
- Marinho, J., & Tavares, M. (1 de dezembro de 1996). A Campanha contra o FC Porto é nacional e transcende o futebol. *O Jogo*.
- Martins, A. (03 de janeiro de 1980). A vitória implica obrigações sérias. *Jornal da Beira*, 3.
- Martins, J. (2008). *A Identidade da Imprensa em Coimbra: os casos de O Diário As Beiras e Diário de Coimbra*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Tese de Mestrado.
- Martins, J. C. (2005). *A Descentralização Portuguesa no Contexto Europeu. Um contributo para repensar a nossa organização administrativa*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de Mestrado.
- Martins, M. (1991). *O Discurso da Identidade e o Modo de Enunciar a Periferia*. Obtido em 11 de 12 de 2013, de Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 33: [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23850/1/o\\_discurso\\_da\\_identidade.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23850/1/o_discurso_da_identidade.pdf)

- Martins, R. (2005). *Dados recolhidos a partir da Conferência proferida em Seia nas VIII Jornadas Históricas "O Poder Local" em 17/11/2005*. Seia: Câmara Municipal de Seia, Divisão de Cultura, Educação e Desporto, Arquivo Municipal.
- Martins, R. (2006). *Problemática tempo e limite. Dados recolhidos a partir da sessão de 30/11/2006 do Seminário "O Estado e a problemática da Fronteira (...)" orientado por Rui Cunha Martins no âmbito do Doutoramento em Altos Estudos Contemporâneos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Martins, R. (2008). *O Método da Fronteira: Radiografia Histórica de um Dispositivo Contemporâneo (Matrizes Ibérica e Americanas)*. Coimbra: Edições Almedina.
- Martins, R. (2011 a). *1974. Transição Política em Perspetiva Histórica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Martins, R. (2011 b). A problemática da fronteira, a matéria identitária e os operadores do limite. Demarcação, ilimitação e centralidade. Em M. F. Amante, *Identidade, Estado e o paradigma da centralização*. Porto: Fronteira do Caos; CEPSE.
- Mathien, M. (1983). *La Presse Quotidienne Régionale*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Mattelart, A. (1997). *A Comunicação-mundo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Meio Regional. (s.d.). Obtido em 22 de janeiro de 2012, de Meio Regional: <http://www.meioregional.pt/index.php?content=1>.
- Melo, A. (2009). *Memória & Prospectiva I - Da Província à Região-Plano*. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.
- Melo, D. (2006). "Beiras e Pátria": o regionalismo beirão e as suas relações com o Estado e sociedade civil no século XX. (ISCTE, Ed.) *Ler História*, 51.
- Mendes, J. (1996). *O regionalismo como construção identitária. O caso dos Açores*. Obtido em 12 de abril de 2013, de Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 45: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/10887/1/O%20Regionalismo%20com%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20Identit%C3%A1ria.pdf>
- Mendes, J. (2001). O Desafio das Identidades. Em B. S. Santos, *Globalização: Fatalidade ou Utopia*. Porto: Edições Afrontamento.
- Mendes, J., & Seixas, A. M. (2005). *Ação Coletiva e protesto em Portugal: Os movimentos sociais ao espelho dos media*. Obtido em 16 de maio de 2013, de Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 72: <http://rccs.revues.org/984>
- Ministério da Administração Interna. (1980a). *Livro Branco sobre a Regionalização*. Lisboa: M.A.I.

- Ministério da Administração Interna. (1980b). *Livro Branco Sobre Regionalização - Anexos*. Lisboa: M.A.I.
- Ministério da Administração Interna. (1982). *Projeto de proposta de Lei-Quadro das Regiões Administrativas*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Ministério da Administração Interna. (s.d.). *Eleições e recenseamento eleitoral*. Obtido em 18 de dezembro de 2006, de <http://www.eleicoes-1975-2001.stape.pt:85/referendos/>
- Moreira, C. (2011). Identidade e Pluralismo. Em M. F. Amante, *Identidade Nacional. Entre o Discurso e a Prática*. Porto: Fronteira do Caos e CEPSE.
- Moreira, V. (1998). *A morte do Centro. Coimbra e a Regionalização das Beiras*. Coimbra: Audimprensa.
- Morgado, I., & Rosas, A. (2010). *Cidadania Digital*. Covilhã: LabCom.
- Morin, E. (1987). *O Método 1. A Natureza da Natureza*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Morin, E. (1994). *Introducción al Pensamiento Complejo*. Barcelona: Gedisa.
- Morin, E. (2000). *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. São Paulo, Brasília: Cortez, UNESCO.
- Neto, J. (1999). *Estratégias de desenvolvimento para cidades pequenas na orla de uma área metropolitana*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Tese de Doutoramento.
- Notícias de Viseu. (10 de maio de 1977). A Biblioteca Infantil Aquilino Ribeiro vai ser inaugurada no dia 27. *Notícias de Viseu*, 2.
- Notícias de Viseu. (06 de maio de 1977). O PPD/PSD vai comemorar o seu 3.º aniversário em Viseu. *Notícias de Viseu*, 1.
- Notícias de Viseu. (13 de maio de 1977). Vai estar em festa o Rancho Folclórico de Torredeita. *Notícias de Viseu*, 12.
- Notícias de Viseu. (05 de setembro de 1991). Grupo Folclórico de Santa Maria de Cabril representou a Beira Alta na Europíada/91. *Notícias de Viseu*, 8.
- Notícias de Viseu. (20 de novembro de 1998). Viseu Senhora da Beira para as populações de Côta e S. João de Lourosa. *Notícias de Viseu*, 8.
- Notícias de Viseu. (17 de 11 de 2011). Estatuto Editorial da Nodigráfica. *Notícias de Viseu, n.1935*, 2.
- Notícias de Viseu. (03 de novembro de 2013). Visabeira. Modelo Empresarial. *Notícias de Viseu*, 16.

- Nunes, J. (1995). *Reportórios, Configurações e Fronteiras: Sobre Cultura, Identidade e Globalização*. Obtido em 02 de abril de 2012, de <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/43.pdf>
- Oliveira, C. (1996). A Questão da Regionalização. Em C. (. Oliveira, *História dos Municípios e do Poder Local* (pp. 494-509). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Oliveira, D. (2012). *A Cultura na imprensa regional - Os casos do litoral e do interior*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Tese de mestrado.
- Oliveira, J. (20 de maio de 1977). Cerca de 10 mil crianças vão estar nas "Beiríadas". *Notícias de Viseu*, 6.
- Oliveira, L. (1996). *Regionalização*. Porto: Edições Asa.
- Ordoñez, J. (2002). *Neo-Tribalismo y Globalización*. San José: FLACSO.
- Paiva, R. (2003). *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Pardal, L., & Lopes, E. S. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal.
- Patton, M. (1987). *How to Use Qualitative Methods in Evaluation*. Newbury Park: Sage.
- Pedro, A. (06 de abril de 1983). Associação Industrial da Região de Viseu. *Notícias de Viseu*, 5.
- Pedrosa, F. (1991). La presse et l'identité régionale - contribution et reflet. *L'Identité Régionale - L'idée de région dans l'Europe du Sud-Ouest - Actes des Deuxièmes Journées d'Études Nord du Portugal - Aquitaine* (pp. 253-261). Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique.
- Peixoto, R. (1995). *Etnografia Portuguesa (Obra Etnográfica Completa)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pereira, J. (2011). Identidade, Estado e o paradigma da centralização. Em M. F. Amante, *Identidade Nacional. Entre o discurso e a prática*. Porto: Fronteira do Caos; CEPESE.
- Projecto Mediascópio. (2011). *Avaliação da política de incentivo à Leitura - Ex-"Porte-Pago"*. Obtido em 12 de 11 de 2013, de Gabinete para os Meios de Comunicação Social: <http://www.gmcs.pt/ficheiros/pt/avaliacao-da-politica-de-incentivo-a-leitura.pdf>
- PROVISEU - Associação para a Promoção de Viseu e Região. (1981). *I Encontro das Beiras sobre Regionalização*. Viseu: Comissão de Coordenação da Região Centro.
- Quine, W., & Ullian, J. (1978). *The Web of Belief*. New York: McGraw-Hill.

- Raimundo, O. (1994). *A linguagem dos jornalistas: manual de escrita jornalística*. Lisboa: Acontecimento.
- Ramos, R. (1986). *O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-1939)*. Obtido em 22 de 03 de 2014, de *Análise Social* - vol. XXII (90):  
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223483117W0mQB6ft2Ts61WN9.pdf>
- RC. (11 de setembro de 1959). O Senhor Ministro das Corporações estudou problemas de carácter social no nosso Distrito. *Jornal da Beira*, 10.
- RC. (24 de abril de 1986). Instituto Universitário da Beira Alta. *Jornal da Beira*, 4.
- RC. (12 de novembro de 1998). O VI Encontro de Cultura Tradicional da Beira. *Jornal da Beira*, 11.
- Rebelo, J. (2000). *O discurso do jornal*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Reis, A. (. (1996). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Seleções do Reader's Digest.
- Reis, F. (2006). *Comunidades Radiofónicas: Um estudo etnográfico sobre a radiodifusão local em Portugal*. Lisboa: ISCTE. Tese de Doutoramento.
- Reis, J. (1998). *Por uma cultura do território: notas sobre o processo de regionalização (1995-1998)*. Obtido em 12 de 08 de 2013, de Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra:  
<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/111.pdf>
- Reis, L., & Dias, M. (1993). Grupos e valores de referência sociopolíticos. Em L. França, *Portugal. Valores europeus e identidade cultural*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/86 de 5 de maio. (1986). *Diário da República n.º 102/86 - I Série*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Ribeiro, J. (2004). *Da política ao debate: jornalismo regional e espaço público*. Obtido em 04 de junho de 2013, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação:  
<http://www.bocc.ubi.pt/pag/ribeiro-juliana-da-politica-ao-debate.pdf>
- Ribeiro, J. (2005). *Jornalismo regional e construção da cidadania: O caso da Folha da Região de Araçatuba*. Obtido em 04 de junho de 2013, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/ribeiro-juliana-jornalismo-regional-construcao-cidadania.pdf>
- Ribeiro, L. (2005). *A redacção de um diário regional católico como espaço de socialização*. Obtido em 23 de novembro de 2012, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação:  
<http://www.bocc.ubi.pt/pag/ribeiro-luisa-redacao-diario-regional-catolico-espaco-socializacao.pdf>



- Ribeiro, L. (2008). O poder dos meios - Análise das condições de produção jornalística em dois diários regionais. *Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação* (pp. 450-464). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho).
- Ribeiro, M. (2000). *Crise de Identidade Nacional e a Festa da Rememoração nos anos 90 em Portugal*. Obtido em 13 de agosto de 2014, de Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História: <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art5.pdf>
- Ribeiro, M., & Milani, C. (2009). *Compreendendo a Complexidade Socioespacial Contemporânea*. Salvador: EDUFBA.
- Ribeiro, O. (1987). *Introdução ao Estudo da Geografia Regional*. Lisboa: Ed. João Sá da Costa.
- Ricoeur, P. (2000). *A Metáfora Viva*. São Paulo: Edições Loyola.
- Ricoeur, P. (2008). *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Unicamp.
- Ringlet, G. (1981). *Le mythe au milieu du village. Comprendre et analyser la presse locale*. Bruxelas: Vie Ouvrière.
- Robertson, R. (1992). *Globalization. Social Theory and Global Culture*. Londres: Sage.
- Rocha, J. (2005). *Regionalização no âmbito da administração autárquica*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Tese de Mestrado.
- Rodrigues, A. (28 de fevereiro de 1969). Nossa Senhora na Poesia Popular Portuguesa: As Beiras. *Jornal da Beira*, 1-2.
- Rodrigues, A. (1990). *Estratégias da Comunicação*. Lisboa: Presença.
- Rodríguez Gómez, G., Gil Flores, J., García Jiménez, E., & Etxeberría Murgiondo, J. (1995). *Análisis de Datos Cualitativos Asistido por ordenador: Aquad y Nudist*. Barcelona: PPU.
- Rolland, E. (junho de 2012). *L'affaire DSK dans la presse francophone : étude des relations entre journalisme et traduction*. Obtido em 27 de julho de 2015, de Archive ouverte UNIGE - Université de Genève: <https://archive-ouverte.unige.ch/unige:22865>
- Rolletta, P. (2006). *Ata da sessão de 26/10/2006 do Seminário " O Estado e a Problemática da Fronteira (...)" orientado por Rui Cunha Martins no âmbito do Doutoramento em Altos Estudos Contemporâneos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Rosas, F. (1994). O Estado Novo (1926-1974). Em J. (. Mattoso, *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

- Rosas, F. (2001). *O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo*. Obtido em 23 de julho de 2015, de *Análise Social*, vol. XXXV (157):  
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218725377D6jFO4wy1Oi67NG6.pdf>
- Rosas, F. (2013). *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Rosmaninho, N. (2008). António Ferro e a Propaganda Nacional Antimoderna. Em L. Torgal, & H. Paulo, *Estados autoritários e totalitários e suas representações* (pp. 289-299). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ruivo, F. (2000). *O Estado Labiríntico: O Poder Relacional entra Poderes Local e Central em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ruivo, F. (2000). *Poder Local e Exclusão Social*. Coimbra: Quarteto.
- Santos, A. B. (1998). *Regionalização: crónica de uma morte anunciada*. Obtido em 20 de agosto de 2012, de *Análise Social* - vol. XXXIII (148):  
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224154145Z0qQB2xs1Qo12ZO1.pdf>
- Santos, A. L. (1988). *Região Demarcada do Dão na Perspetiva da Integração Comunitária*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.
- Santos, B. (1996). A Queda do Angelus Novus: Para Além da Equação Moderna entre Raízes e Opções. Em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 45 (pp. 5-34). Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Santos, B. (1999). *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, G. (2008). "Política do Espírito": O bom gosto obrigatório para embelezar a realidade. *Media & Jornalismo* (12), pp. 59-72.
- Santos, J. (1985). *Regionalização. Processo Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Santos, M. (1987). *Regionalização do V.A.B. a Nível Concelhio (1977) - Região Centro*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.
- Santos, S. (2007). *Imprensa Regional - Temas, problemas e estratégias da informação local*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Schwartz, B., & Ward, A. (2004). *Doing better but feeling worse: the paradox of choice*. Obtido em 21 de março de 2013, de <http://www.swarthmore.edu/SocSci/bschwar1/>
- Secretaria de Estado da Administração Local e Regional. (1980). *Livro Branco sobre Regionalização - Anexos*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Secretaria de Estado da Administração Local e Regional. (1981). *Livro Branco sobre Regionalização*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.

- Secretaria de Estado da Administração Regional e Local. (1983). *Relatório Nacional do Debate Público sobre Regionalização*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Secretariado Técnico para a Regionalização. (1982). *Acerca das Divisões Regionais*. Porto: Ministério da Administração Interna.
- Seixas, L. (2009). *Redefinindo os gêneros jornalísticos. Proposta de novos critérios de classificação*. Covilhã: LabCom.
- Serra, P. (2006). *Proximidade e Comunicação*. Obtido em 12 de fevereiro de 2012, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-proximidade-comunicacao.pdf>
- Serrano, E. (2005). *Gêneros jornalísticos na cobertura de eleições: Diário de Notícias*. Obtido em 23 de março de 2014, de Livro de Atas - 4º SOPCOM: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serrano-estrela-generos-jornalisticos-cobertura-eleicoes.pdf>
- Serrão, J. (1979). *Dicionário de História de Portugal* (Vol. VI). Porto: Iniciativas Editoriais.
- Shils, E. (1992). *Centro e Periferia*. Lisboa: Difel.
- Silvano, F. (1997). *Territórios de Identidade - representações do espaço em Guimarães*. Oeiras: Celta.
- Silvano, F. (1998). As Novas Escalas da Abordagem Antropológica. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 11.
- Silveira, L. (1997). *Território e Poder. Nas origens do Estado Contemporâneo em Portugal*. Lisboa: Patrimonia.
- Silverstone, R., & Hirsch, E. (1996). *Los efectos de la nueva comunicación*. Barcelona: Bosch.
- Silvestre, H., & Araújo, J. (2012). *Metodologia para a Investigação Social*. Lisboa: Escolar Editora.
- Simmel, G. (1999). *A Ponte e a Porta*. Obtido em 03 de maio de 2012, de Política e Trabalho: <http://www.oocities.org/collegetpark/library/8429/12-simmel-1.html>
- Simões, A. (1998). Regionalização e Desenvolvimento Económico. Das Regiões que temos às Regiões-Projeto. *Gestão e Desenvolvimento*, 7.
- Simões, A., & Matos, E. (1996). *Regionalizar, Enquadramento de Viseu num processo de Regionalização*. Viseu: Associação Industrial da Região de Viseu.

- Simões, P. (2005). *As Fronteiras Internas da Nação - a Imagem da Beira no Estado Novo (A Casa das Beiras: 1939-1959)*. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Tese de Mestrado.
- Sindicato dos Jornalistas. (2014). *Estatuto do Jornalista*. Obtido em 08 de abril de 2014, de Sindicato dos Jornalistas: <http://www.jornalistas.eu/?n=26>
- Smith, A. D. (1997). *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.
- Smith, A. D. (2004). *The Antiquity of Nations*. Cambridge: Polity.
- Sobral, J. (1999). *Trajetos - o presente e o passado na vida de uma freguesia da Beira*. Lisboa: ICS.
- Sobral, J. (2006). *Memória e Identidade Nacional: considerações de carácter geral e o caso português*. Obtido em 02 de abril de 2012, de [http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006\\_4.pdf](http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006_4.pdf)
- Sobral, J. (2012). *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos.
- Sousa, B. (2008). *A Memória como Elemento de Construção de uma Identidade Cultural*. Obtido em 12 de março de 2012, de [http://www.congresso-historiajatai.org/anais2008/doc%20\(10\).pdf](http://www.congresso-historiajatai.org/anais2008/doc%20(10).pdf)
- Sousa, H. (2001). Políticas da comunicação em Portugal : actores, decisões e não decisões. *Comunicação apresentada na Sessão Temática "Políticas de Comunicação" do I Congresso Ibérico de Comunicação*. Málaga, 7-9 de maio.
- Sousa, J. (2001). *Elementos de Jornalismo Impresso*. Obtido em 16 de janeiro de 2012, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>
- Sousa, J. (2002). *Comunicação regional e local na Europa Ocidental*. Obtido em 12 de maio de 2012, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-comunicacao-regional-na-europa-occidental.pdf>
- Sousa, J. (2004). *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Sousa, J. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. Obtido em 16 de dezembro de 2012, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pesquisa-comunicacao-media.pdf>
- Sparks, C. (2007). What's Wrong with Globalization? *Global Media and Communication* 3 (2), pp. 133-155.

- Tengarrinha, J. (2013). *Nova História da Imprensa Portuguesa, Das Origens a 1865*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas & Debates.
- Thompson, J. (1998). *A mídia e a modernidade - uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes.
- Valente, I. (2007). Memória, História e Comemorações - alguns aspetos contextualizadores. Ata da sessão de 04/01/2007 do Seminário "A génese dos Estados-Nação(...)" orientado por Fernando Catroga no âmbito do Doutoramento em Altos Estudos Contemporâneos. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Van der Berghe, P. (1995). *Does race Matter?* Obtido em 23 de 10 de 2014, de Nations and Nationalism: [http://www.readcube.com/articles/10.1111%2Fj.1354-5078.1995.00357.x?r3\\_referer=wol&tracking\\_action=preview\\_click&show\\_checkout=1&purchase\\_referrer=onlinelibrary.wiley.com&purchase\\_site\\_license](http://www.readcube.com/articles/10.1111%2Fj.1354-5078.1995.00357.x?r3_referer=wol&tracking_action=preview_click&show_checkout=1&purchase_referrer=onlinelibrary.wiley.com&purchase_site_license)
- Van Dijk, T. (1996). *La noticia como discurso: comprensión, estructura y produccion de la información*. Barcelona: Paidós.
- Vieira, L. (2013). *A Imprensa como Fonte para a Pesquisa em História: Teoria e Método*. Obtido em 25 de fevereiro de 2014, de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf>
- Viso. (22 de outubro de 1998). ...E Mais Regionalização... *Jornal da Beira*, 11.
- Weber, R. (1990). *Basic Content Analysis*. Thousand Oakes, CA: Sage.
- Wolton, D. (1996). As contradições do espaço público mediatizado. *Revista de Comunicação e Linguagens*, pp. 21-22.
- Wolton, D. (1996). *Elogio do Grande Público*. São Paulo: Ática.
- Wolton, D. (1999). *Pensar a Comunicação*. Algés: Difel.
- Woodward, K. (2009). Identidade e Diferença: uma Introdução Teórica e Conceitual. Em T. Silva, S. Hall, & K. Woodward, *Identidade e Diferença: a Perspetiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes.

## II – Jornais analisados

(28 de agosto de 1959). Jornal da Beira. Viseu.  
(4 de setembro de 1959). Jornal da Beira. Viseu.  
(11 de setembro de 1959). Jornal da Beira. Viseu.  
(18 de setembro de 1959). Jornal da Beira. Viseu.  
(25 de setembro de 1959). Jornal da Beira. Viseu.  
(2 de outubro de 1959). Jornal da Beira. Viseu.  
(9 de outubro de 1959). Jornal da Beira. Viseu.  
(16 de outubro de 1959). Jornal da Beira. Viseu.  
(14 de fevereiro de 1969). Jornal da Beira. Viseu.  
(21 de fevereiro de 1969). Jornal da Beira. Viseu.  
(28 de fevereiro de 1969). Jornal da Beira. Viseu.  
(7 de março de 1969). Jornal da Beira. Viseu.  
(14 de março de 1969). Jornal da Beira. Viseu.  
(21 de março de 1969). Jornal da Beira. Viseu.  
(28 de março de 1969). Jornal da Beira. Viseu.  
(3 de abril de 1969). Jornal da Beira. Viseu.  
(28 de abril de 1977). Jornal da Beira. Viseu.  
(5 de maio de 1977). Jornal da Beira. Viseu.  
(12 de maio de 1977). Jornal da Beira. Viseu.  
(19 de maio de 1977). Jornal da Beira. Viseu.  
(26 de maio de 1977). Jornal da Beira. Viseu.  
(2 de junho de 1977). Jornal da Beira. Viseu.  
(9 de junho de 1977). Jornal da Beira. Viseu.  
(16 de junho de 1977). Jornal da Beira. Viseu.  
(29 de novembro de 1979). Jornal da Beira. Viseu.  
(6 de dezembro de 1979). Jornal da Beira. Viseu.  
(13 de dezembro de 1979). Jornal da Beira. Viseu.  
(20 de dezembro de 1979). Jornal da Beira. Viseu.  
(27 de dezembro de 1979). Jornal da Beira. Viseu.  
(3 de janeiro de 1980). Jornal da Beira. Viseu.  
(10 de janeiro de 1980). Jornal da Beira. Viseu.

(17 de janeiro de 1980). Jornal da Beira. Viseu.  
(21 de maio de 1981). Jornal da Beira. Viseu.  
(28 de maio de 1981). Jornal da Beira. Viseu.  
(4 de junho de 1981). Jornal da Beira. Viseu.  
(11 de junho de 1981). Jornal da Beira. Viseu.  
(18 de junho de 1981). Jornal da Beira. Viseu.  
(25 de junho de 1981). Jornal da Beira. Viseu.  
(2 de julho de 1981). Jornal da Beira. Viseu.  
(9 de julho de 1981). Jornal da Beira. Viseu.  
(3 de março de 1983). Jornal da Beira. Viseu.  
(10 de março de 1983). Jornal da Beira. Viseu.  
(17 de março de 1983). Jornal da Beira. Viseu.  
(24 de março de 1983). Jornal da Beira. Viseu.  
(31 de março de 1983). Jornal da Beira. Viseu.  
(7 de abril de 1983). Jornal da Beira. Viseu.  
(14 de abril de 1983). Jornal da Beira. Viseu.  
(21 de abril de 1983). Jornal da Beira. Viseu.  
(13 de março de 1986). Jornal da Beira. Viseu.  
(20 de março de 1986). Jornal da Beira. Viseu.  
(27 de março de 1986). Jornal da Beira. Viseu.  
(27 de março de 1986). Jornal da Beira. Viseu.  
(3 de abril de 1986). Jornal da Beira. Viseu.  
(10 de abril de 1986). Jornal da Beira. Viseu.  
(17 de abril de 1986). Jornal da Beira. Viseu.  
(24 de abril de 1986). Jornal da Beira. Viseu.  
(18 de julho de 1991). Jornal da Beira. Viseu.  
(25 de julho de 1991). Jornal da Beira. Viseu.  
(1 de agosto de 1991). Jornal da Beira. Viseu.  
(8 de agosto de 1991). Jornal da Beira. Viseu.  
(15 de agosto de 1991). Jornal da Beira. Viseu.  
(22 de agosto de 1991). Jornal da Beira. Viseu.  
(29 de agosto de 1991). Jornal da Beira. Viseu.  
(5 de setembro de 1991). Jornal da Beira. Viseu.  
(15 de outubro de 1998). Jornal da Beira. Viseu.

(22 de outubro de 1998). Jornal da Beira. Viseu.  
(29 de outubro de 1998). Jornal da Beira. Viseu.  
(5 de novembro de 1998). Jornal da Beira. Viseu.  
(12 de novembro de 1998). Jornal da Beira. Viseu.  
(19 de novembro de 1998). Jornal da Beira. Viseu.  
(26 de novembro de 1998). Jornal da Beira. Viseu.  
(3 de dezembro de 1998). Jornal da Beira. Viseu.  
(3 de abril de 2003). Jornal da Beira. Viseu.  
(10 de abril de 2003). Jornal da Beira. Viseu.  
(17 de abril de 2003). Jornal da Beira. Viseu.  
(1 de maio de 2003). Jornal da Beira. Viseu.  
(8 de maio de 2003). Jornal da Beira. Viseu.  
(15 de maio de 2003). Jornal da Beira. Viseu.  
(22 de maio de 2003). Jornal da Beira. Viseu.  
(29 de maio de 2003). Jornal da Beira. Viseu.  
(5 de junho de 2003). Jornal da Beira. Viseu.  
(10 de novembro de 2011). Jornal da Beira. Viseu.  
(17 de novembro de 2011). Jornal da Beira. Viseu.  
(24 de novembro de 2011). Jornal da Beira. Viseu.  
(1 de dezembro de 2011). Jornal da Beira. Viseu.  
(8 de dezembro de 2011). Jornal da Beira. Viseu.  
(15 de dezembro de 2011). Jornal da Beira. Viseu.  
(22 de dezembro de 2011). Jornal da Beira. Viseu.  
(29 de dezembro de 2011). Jornal da Beira. Viseu.  
(19 de abril de 1977). Notícias de Viseu. Viseu.  
(22 de abril de 1977). Notícias de Viseu. Viseu.  
(27 de abril de 1977). Notícias de Viseu. Viseu.  
(5 de maio de 1977). Notícias de Viseu. Viseu.  
(7 de maio de 1977). Notícias de Viseu. Viseu.  
(10 de maio de 1977). Notícias de Viseu. Viseu.  
(13 de maio de 1977). Notícias de Viseu. Viseu.  
(17 de maio de 1977). Notícias de Viseu. Viseu.  
(20 de maio de 1977). Notícias de Viseu. Viseu.  
(24 de maio de 1977). Notícias de Viseu. Viseu.



(27 de maio de 1977). Notícias de Viseu. Viseu.  
(31 de maio de 1977). Notícias de Viseu. Viseu.  
(3 de junho de 1977). Notícias de Viseu. Viseu.  
(7 de junho de 1977). Notícias de Viseu. Viseu.  
(14 de junho de 1977). Notícias de Viseu. Viseu.  
(17 de junho de 1977). Notícias de Viseu. Viseu.  
(23 de novembro de 1979). Notícias de Viseu. Viseu.  
(28 de novembro de 1979). Notícias de Viseu. Viseu.  
(30 de novembro de 1979). Notícias de Viseu. Viseu.  
(5 de dezembro de 1979). Notícias de Viseu. Viseu.  
(7 de dezembro de 1979). Notícias de Viseu. Viseu.  
(12 de dezembro de 1979). Notícias de Viseu. Viseu.  
(14 de dezembro de 1979). Notícias de Viseu. Viseu.  
(19 de dezembro de 1979). Notícias de Viseu. Viseu.  
(21 de dezembro de 1979). Notícias de Viseu. Viseu.  
(28 de dezembro de 1979). Notícias de Viseu. Viseu.  
(6 de janeiro de 1980). Notícias de Viseu. Viseu.  
(9 de janeiro de 1980). Notícias de Viseu. Viseu.  
(16 de janeiro de 1980). Notícias de Viseu. Viseu.  
(23 de janeiro de 1980). Notícias de Viseu. Viseu.  
(20 de maio de 1981). Notícias de Viseu. Viseu.  
(22 de maio de 1981). Notícias de Viseu. Viseu.  
(27 de maio de 1981). Notícias de Viseu. Viseu.  
(3 de junho de 1981). Notícias de Viseu. Viseu.  
(5 de junho de 1981). Notícias de Viseu. Viseu.  
(11 de junho de 1981). Notícias de Viseu. Viseu.  
(17 de junho de 1981). Notícias de Viseu. Viseu.  
(24 de junho de 1981). Notícias de Viseu. Viseu.  
(24 de junho de 1981). Notícias de Viseu. Viseu.  
(1 de julho de 1981). Notícias de Viseu. Viseu.  
(3 de julho de 1981). Notícias de Viseu. Viseu.  
(8 de julho de 1981). Notícias de Viseu. Viseu.  
(10 de julho de 1981). Notícias de Viseu. Viseu.  
(15 de julho de 1981). Notícias de Viseu. Viseu.

(2 de março de 1983). Notícias de Viseu. Viseu.  
(9 de março de 1983). Notícias de Viseu. Viseu.  
(16 de março de 1983). Notícias de Viseu. Viseu.  
(23 de março de 1983). Notícias de Viseu. Viseu.  
(30 de março de 1983). Notícias de Viseu. Viseu.  
(6 de abril de 1983). Notícias de Viseu. Viseu.  
(13 de abril de 1983). Notícias de Viseu. Viseu.  
(20 de abril de 1983). Notícias de Viseu. Viseu.  
(26 de abril de 1983). Notícias de Viseu. Viseu.  
(28 de fevereiro de 1986). Notícias de Viseu. Viseu.  
(7 de março de 1986). Notícias de Viseu. Viseu.  
(14 de março de 1986). Notícias de Viseu. Viseu.  
(21 de março de 1986). Notícias de Viseu. Viseu.  
(28 de março de 1986). Notícias de Viseu. Viseu.  
(4 de abril de 1986). Notícias de Viseu. Viseu.  
(11 de abril de 1986). Notícias de Viseu. Viseu.  
(18 de abril de 1986). Notícias de Viseu. Viseu.  
(18 de julho de 1991). Notícias de Viseu. Viseu.  
(25 de julho de 1991). Notícias de Viseu. Viseu.  
(1 de agosto de 1991). Notícias de Viseu. Viseu.  
(8 de agosto de 1991). Notícias de Viseu. Viseu.  
(15 de agosto de 1991). Notícias de Viseu. Viseu.  
(22 de agosto de 1991). Notícias de Viseu. Viseu.  
(29 de agosto de 1991). Notícias de Viseu. Viseu.  
(5 de setembro de 1991). Notícias de Viseu. Viseu.  
(16 de outubro de 1998). Notícias de Viseu. Viseu.  
(23 de outubro de 1998). Notícias de Viseu. Viseu.  
(30 de outubro de 1998). Notícias de Viseu. Viseu.  
(6 de novembro de 1998). Notícias de Viseu. Viseu.  
(13 de novembro de 1998). Notícias de Viseu. Viseu.  
(20 de novembro de 1998). Notícias de Viseu. Viseu.  
(27 de novembro de 1998). Notícias de Viseu. Viseu.  
(4 de dezembro de 1998). Notícias de Viseu. Viseu.  
(17 de abril de 2003). Notícias de Viseu. Viseu.

(24 de abril de 2003). Notícias de Viseu. Viseu.  
(1 de maio de 2003). Notícias de Viseu. Viseu.  
(8 de maio de 2003). Notícias de Viseu. Viseu.  
(15 de maio de 2003). Notícias de Viseu. Viseu.  
(22 de maio de 2003). Notícias de Viseu. Viseu.  
(29 de maio de 2003). Notícias de Viseu. Viseu.  
(5 de junho de 2003). Notícias de Viseu. Viseu.  
(3 de novembro de 2011). Notícias de Viseu. Viseu.  
(10 de novembro de 2011). Notícias de Viseu. Viseu.  
(17 de novembro de 2011). Notícias de Viseu. Viseu.  
(24 de novembro de 2011). Notícias de Viseu. Viseu.  
(1 de dezembro de 2011). Notícias de Viseu. Viseu.  
(8 de dezembro de 2011). Notícias de Viseu. Viseu.  
(15 de dezembro de 2011). Notícias de Viseu. Viseu.  
(22 de dezembro de 2011). Notícias de Viseu. Viseu.



## APÊNDICE 1 – *Codebook* das categorias de análise quantitativa

- ***Título*** – Nome do periódico.
- ***Dia*** – Dia da publicação.
- ***Mês*** – Mês da publicação.
- ***Ano*** – Ano da publicação.
- ***Ano Relativo*** – Ano da data em estudo.
- ***Localização no Periódico*** – Página(s) do periódico onde a peça se localiza.
- ***Gênero Jornalístico*** – Gênero jornalístico da peça considerada, sendo entendidos dois grandes grupos, *Opinião* (distinguindo três tipologias de ocorrência: o *Editorial*, a *Carta do Leitor* e o *Artigo de Opinião* que englobará os gêneros jornalísticos *Crônica* e *Artigo*) e *Informação* (envolvendo, *grosso modo*, os gêneros tradicionais *Notícia*, *Entrevista*, *Reportagem*).
- ***Assinatura da Peça*** – Identifica a presença de assinatura das peças (*Assinada* ou *Não Assinada*).
- ***Atores*** – Esta categoria identifica a origem das personalidades referenciadas nas peças, nomeadamente se são figuras *Locais* ou não. Caso não sejam locais, mas sejam portuguesas, serão consideradas *Nacionais*. Quando estamos em presença destas duas tipologias, será considerada a subcategoria *Ambos*. Para as restantes situações, será considerada a subcategoria *Outros*.
- ***Tema*** – Categorização da temática das peças, nomeadamente em várias subcategorias: *Política*, *Cultura*, *Economia*, *Religião*, *Sociedade*, *Educação e Ciência*, *Urbanismo e Transportes*, *Saúde*, *Emprego e Segurança Social*, *Ambiente*, *Turismo*, *Segurança e Justiça*, *Desporto*, *Generalidades*
- ***Demarcação Geográfica*** – Delimitação regional identificada, considerando-se as seguintes subcategorias: *Provincial do Estado Novo*, incluindo referências a Beira, Beira Alta ou

mesmo Beiras; *Região de Planeamento*, relativas a 1969; *Região do Referendo*; *Distrital*; *Região-Plano/Comissões de Coordenação*, onde caberão as alusões às CCR's, CCDR's e à Região Centro; *NUTS*, com particular enfoque nas demarcações NUTS III, ainda que considerando também as referências claras a outras escalas NUTS; *Intermunicipal*; *Outra*, onde se inscreverão demarcações diversas das consideradas e de baixa ocorrência, como Lafões, Terra de Besteiros ou Terras de Azurara, geralmente relativas a memórias ancestrais históricas; *Imprecisa*, incluindo todas as demarcações não determinadas como Região de Viseu ou Nossa Região.

- **Tom** – Categorização do posicionamento da ocorrência como *Favorável* ou *Desfavorável* relativamente à delimitação regional identificada.

- **Relação com a Data em Estudo** – Identificação do comprometimento da ocorrência relativamente à data em estudo, considerando-se as duas subcategorias, *Sim* (relacionado com a data) e *Não* (sem relação com a data)

- **Reivindicação Essencialista** – Elementos discursivos de atribuição de pertença a uma determinada identidade a partir de traços identitários essencialistas tidos como perenes de natureza *Étnica*, de *Raça*, de *Parentesco* e *Histórica*. A sua ausência corresponderá à subcategoria *Ausência de Reivindicação*.

- **Marcação Identitária** – Elementos discursivos de marcação identitária face à alteridade traduzindo-se em cinco subcategorias: *Diferenciação Simbólica*, *Diferenciação Social*, *Diferenciação Material*, *Autorreferenciação* e *Enunciação*.

- **Escala Identitária** – Identificação da orientação da construção identitária, procurando-se perceber se as ocorrências são esgrimidas de forma a valorizar outra escala identitária diversa da regional. Serão consideradas as seguintes subcategorias: *Internacional*, *Nacional*, *Regional*, *Local*, *Regional/Nacional*, *Local/Nacional* e *Local/Regional*.

APÊNDICE 2 – Número de ocorrências por periódico e por ano

	<b>J.Beira</b>	<b>N.Viseu</b>	<b>Total Geral</b>
1959	21	0	21
1969	64	0	64
1977	38	154	192
1979	31	33	64
1981	139	138	277
1983	38	78	116
1986	36	69	105
1991	17	102	119
1998	225	139	364
2003	103	63	166
2011	97	61	158
<b>Total Geral</b>	<b>809</b>	<b>837</b>	<b>1646</b>

APÊNDICE 3 – Relação das ocorrências com a data em estudo por periódico e por ano

	<b>não</b>	<b>sim</b>	<b>Total Geral</b>
<b>J.Beira</b>	<b>675</b>	<b>134</b>	<b>809</b>
1959	21		21
1969	64		64
1977	38		38
1979	31		31
1981	53	86	139
1983	38		38
1986	36		36
1991	17		17
1998	181	44	225
2003	99	4	103
2011	97		97
<b>N.Viseu</b>	<b>770</b>	<b>67</b>	<b>837</b>
1977	154		154
1979	33		33
1981	112	26	138
1983	78		78
1986	69		69
1991	102		102
1998	111	28	139
2003	50	13	63
2011	61		61
<b>Total Geral</b>	<b>1445</b>	<b>201</b>	<b>1646</b>



APÊNDICE 4 – Géneros jornalísticos definidos por periódico e por ano

	informação	op./artigo	op./c. leitor	op./editorial	Total Geral
<b>J.Beira</b>	<b>611</b>	<b>192</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>809</b>
1959	15	2	4		21
1969	37	27			64
1977	33	5			38
1979	17	13		1	31
1981	59	80			139
1983	36	2			38
1986	32	4			36
1991	12	4	1		17
1998	180	45			225
2003	93	10			103
2011	97				97
<b>N.Viseu</b>	<b>672</b>	<b>146</b>	<b>13</b>	<b>6</b>	<b>837</b>
1977	114	35	5		154
1979	23	9	1		33
1981	63	62	7	6	138
1983	65	13			78
1986	51	18			69
1991	102				102
1998	130	9			139
2003	63				63
2011	61				61
<b>Total Geral</b>	<b>1283</b>	<b>338</b>	<b>18</b>	<b>7</b>	<b>1646</b>

APÊNDICE 5 – Tema das peças por periódico e por ano

	ambiente	cultura	desporto	economia	ed.e ciência	emprego e seg.social	generalidades	política	religião	saúde	seg. e justiça	sociedade	turismo	urb. e transportes	Total Geral
<b>J.Beira</b>	<b>6</b>	<b>115</b>	<b>3</b>	<b>109</b>	<b>101</b>		<b>47</b>	<b>218</b>		<b>29</b>	<b>41</b>	<b>26</b>	<b>44</b>	<b>70</b>	<b>809</b>
1959					1		8	2					8	2	21
1969		16		3	11		10	10				5		9	64
1977		3	1	5			18	3					1	7	38
1979		3			7		1	3		2	1	14			31
1981		3		2	3			109		7	6	1	4	4	139
1983		9		6	6			12			3		2		38
1986		7			13			8			3	2	1	2	36
1991		4		2				2				2	3	4	17
1998	2	46	1	48	44			35		7	7		15	20	225
2003	4	22	1	18	7		3	10		8	19		2	9	103
2011		2		25	9		7	24		5	2	2	8	13	97
<b>N.Viseu</b>		<b>178</b>	<b>46</b>	<b>89</b>	<b>57</b>	<b>11</b>	<b>60</b>	<b>213</b>	<b>2</b>	<b>26</b>	<b>42</b>	<b>22</b>	<b>57</b>	<b>34</b>	<b>837</b>
1977		40	36	18	4		18	14		3	2	2	10	7	154
1979		3		2	4	1	4	14		2	1		2		33
1981		33	4	22	4	1	2	35		8	7		21	1	138
1983		9	3	8			5	34		2	11		5	1	78
1986		19		1	2			22	2	5	5		3	10	69
1991		34		1	10	4	16	19			1	17			102
1998		30	3	15	16	2	15	44		6		3	3	2	139
2003		6		11	7	3		18			14			4	63
2011		4		11	10			13			1		13	9	61
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>293</b>	<b>49</b>	<b>198</b>	<b>158</b>	<b>11</b>	<b>107</b>	<b>431</b>	<b>2</b>	<b>55</b>	<b>83</b>	<b>48</b>	<b>101</b>	<b>104</b>	<b>1646</b>

APÊNDICE 6 – Atores por periódico e por ano

	<b>ambos</b>	<b>locais</b>	<b>nacionais</b>	<b>outros</b>	<b>Total Geral</b>
<b>J.Beira</b>	<b>341</b>	<b>442</b>	<b>21</b>	<b>5</b>	<b>809</b>
1959	5	16			21
1969	25	29	10		64
1977	13	25			38
1979	9	21	1		31
1981	104	27	8		139
1983	6	28		4	38
1986	1	35			36
1991	5	12			17
1998	93	130	1	1	225
2003	23	80			103
2011	57	39	1		97
<b>N.Viseu</b>	<b>175</b>	<b>647</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>837</b>
1977	22	132			154
1979	4	29			33
1981	33	105			138
1983	15	56	5	2	78
1986	24	45			69
1991	25	77			102
1998	39	92	8		139
2003	12	51			63
2011	1	60			61
<b>Total Geral</b>	<b>516</b>	<b>1089</b>	<b>34</b>	<b>7</b>	<b>1646</b>

APÊNDICE 7 – Assinatura das peças por periódico e por ano

	<b>assinada</b>	<b>não assinada</b>	<b>Total Geral</b>
<b>J.Beira</b>	<b>453</b>	<b>356</b>	<b>809</b>
1959	16	5	21
1969	28	36	64
1977	22	16	38
1979	15	16	31
1981	116	23	139
1983	27	11	38
1986	24	12	36
1991	5	12	17
1998	142	83	225
2003	47	56	103
2011	11	86	97
<b>N.Viseu</b>	<b>303</b>	<b>534</b>	<b>837</b>
1977	87	67	154
1979	8	25	33
1981	54	84	138
1983	8	70	78
1986	22	47	69
1991	2	100	102
1998	50	89	139
2003	45	18	63
2011	27	34	61
<b>Total Geral</b>	<b>756</b>	<b>890</b>	<b>1646</b>

APÊNDICE 8 – Demarcações geográficas por periódico e por ano

	distrital	imprecisa	intermunicipal	NUTS	outra	provincial Est. Novo	região planeamento	região referendo	região-plano/CC	Total Geral
<b>J.Beira</b>	<b>293</b>	<b>137</b>	<b>26</b>	<b>19</b>	<b>33</b>	<b>229</b>	<b>1</b>	<b>25</b>	<b>46</b>	<b>809</b>
1959	5	1			5	10				21
1969	18	1			1	43	1			64
1977	12	4			6	16				38
1979	18	5			1	7				31
1981	63	16			3	36			21	139
1983	14	10			2	12				38
1986	19	4		2	1	10				36
1991	6	5		1	1	4				17
1998	72	34		14	6	66		25	8	225
2003	48	24	3	1	7	19			1	103
2011	18	33	23	1		6			16	97
<b>N.Viseu</b>	<b>280</b>	<b>147</b>	<b>29</b>	<b>14</b>	<b>50</b>	<b>271</b>		<b>31</b>	<b>15</b>	<b>837</b>
1977	45	7			14	87			1	154
1979	18	4			2	9				33
1981	60	26			13	35			4	138
1983	41	9				26			2	78
1986	19	4			12	33			1	69
1991	34	21		2	9	35			1	102
1998	28	32		6		39		31	3	139
2003	28	21	8	1		5				63
2011	7	23	21	5		2			3	61
<b>Total Geral</b>	<b>573</b>	<b>284</b>	<b>55</b>	<b>33</b>	<b>83</b>	<b>500</b>	<b>1</b>	<b>56</b>	<b>61</b>	<b>1646</b>

APÊNDICE 9 – Tom das ocorrências por periódico, demarcação geográfica e por ano

	desfavorável					desfavorável Total	favorável											favorável Total	Total Geral
	1977	1981	1986	1998	2003		1959	1969	1977	1979	1981	1983	1986	1991	1998	2003	2011		
<b>J.Beira</b>		<b>24</b>	<b>1</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>56</b>	<b>21</b>	<b>64</b>	<b>38</b>	<b>31</b>	<b>115</b>	<b>38</b>	<b>35</b>	<b>17</b>	<b>195</b>	<b>102</b>	<b>97</b>	<b>753</b>	<b>809</b>
distrital					1	1	5	18	12	18	63	14	19	6	72	47	18	292	293
imprecisa							1	1	4	5	16	10	4	5	34	24	33	137	137
intermuni.																3	23	26	26
NUTS			1			1							1	1	14	1	1	18	19
outra							5	1	6	1	3	2	1	1	6	7		33	33
provincial est. novo		3				3	10	43	16	7	33	12	10	4	66	19	6	226	229
região planeamento								1										1	1
região referendo				24		24									1			1	25
região-plano		21		6		27									2	1	16	19	46
<b>N.Viseu</b>	<b>1</b>	<b>2</b>		<b>15</b>		<b>18</b>			<b>153</b>	<b>33</b>	<b>136</b>	<b>78</b>	<b>69</b>	<b>102</b>	<b>124</b>	<b>63</b>	<b>61</b>	<b>819</b>	<b>837</b>
distrital				1		1			45	18	60	41	19	34	27	28	7	279	280
imprecisa									7	4	26	9	4	21	32	21	23	147	147
intermuni.																8	21	29	29
NUTS														2	6	1	5	14	14
outra		1				1			14	2	12		12	9				49	50
provincial est. novo	1			1		2			86	9	35	26	33	35	38	5	2	269	271
região referendo				13		13									18			18	31
região-plano		1				1			1		3	2	1	1	3		3	14	15
<b>Total Geral</b>	<b>1</b>	<b>26</b>	<b>1</b>	<b>45</b>	<b>1</b>	<b>74</b>	<b>21</b>	<b>64</b>	<b>191</b>	<b>64</b>	<b>251</b>	<b>116</b>	<b>104</b>	<b>119</b>	<b>319</b>	<b>165</b>	<b>158</b>	<b>1572</b>	<b>1646</b>

APÊNDICE 10 – Reivindicações essencialistas de tom favorável por periódico e por ano

	<b>r. étnica</b>	<b>r. histórica</b>	<b>r. parentesco</b>	<b>s/ reivind.</b>	<b>Total Geral</b>
<b>J.Beira</b>	<b>62</b>	<b>111</b>	<b>1</b>	<b>579</b>	<b>753</b>
1959	1	1		19	21
1969	16	6		42	64
1977	2			36	38
1979	1	8		22	31
1981	3	41	1	70	115
1983	2	2		34	38
1986	1	11		23	35
1991	2	1		14	17
1998	20	32		143	195
2003	5	7		90	102
2011	9	2		86	97
<b>N.Viseu</b>	<b>99</b>	<b>25</b>		<b>695</b>	<b>819</b>
1977	24	4		125	153
1979	1	1		31	33
1981	5	8		123	136
1983	10	4		64	78
1986	19			50	69
1991	9	3		90	102
1998	17	4		103	124
2003	3	1		59	63
2011	11			50	61
<b>Total Geral</b>	<b>161</b>	<b>136</b>	<b>1</b>	<b>1274</b>	<b>1572</b>

APÊNDICE 11 – Marcação identitária por periódico e por ano

	autorrefer.	d. material	d. simbólica	enunciação	Total Geral
<b>J.Beira</b>	<b>162</b>	<b>97</b>	<b>73</b>	<b>477</b>	<b>809</b>
1959	11	5		5	21
1969	44	4	4	12	64
1977	10	8	6	14	38
1979	5		6	20	31
1981	14	39	2	84	139
1983	11	1		26	38
1986	11	7	7	11	36
1991	5	1	3	8	17
1998	38	14	36	137	225
2003	6	4	8	85	103
2011	7	14	1	75	97
<b>N.Viseu</b>	<b>214</b>	<b>41</b>	<b>10</b>	<b>572</b>	<b>837</b>
1977	45	20	2	87	154
1979	12			21	33
1981	24	10	5	99	138
1983	15	11	3	49	78
1986	31			38	69
1991	23			79	102
1998	48			91	139
2003	2			61	63
2011	14			47	61
<b>Total Geral</b>	<b>376</b>	<b>138</b>	<b>83</b>	<b>1049</b>	<b>1646</b>



APÊNDICE 12 – Escala identitária por periódico e por ano

	loc./regional	local	nacional	reg./nacional	regional	Total Geral
<b>J.Beira</b>	<b>7</b>		<b>11</b>	<b>11</b>	<b>780</b>	<b>809</b>
1959	5				16	21
1969	1			5	58	64
1977	1			1	36	38
1979				4	27	31
1981					139	139
1983					38	38
1986					36	36
1991					17	17
1998			11	1	213	225
2003					103	103
2011					97	97
<b>N.Viseu</b>	<b>6</b>	<b>1</b>		<b>2</b>	<b>828</b>	<b>837</b>
1977	3			2	149	154
1979					33	33
1981	3	1			134	138
1983					78	78
1986					69	69
1991					102	102
1998					139	139
2003					63	63
2011					61	61
<b>Total Geral</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>1608</b>	<b>1646</b>

APÊNDICE 13 – Reivindicações essencialistas de tom favorável por periódico e por demarcação geográfica

	r. étnica	r. histórica	r. parentesco	s/ reivind.	Total Geral
<b>J.Beira</b>	<b>62</b>	<b>111</b>	<b>1</b>	<b>579</b>	<b>753</b>
distrital	2	49		241	292
imprecisa	5	11	1	120	137
intermunicip.	3			23	26
NUTS		1		17	18
outra	3	2		28	33
provincial est.	49	48		129	226
região				1	1
região referendo				1	1
região-plano				19	19
<b>N.Viseu</b>	<b>99</b>	<b>25</b>		<b>695</b>	<b>819</b>
distrital	3	6		270	279
imprecisa	14	6		127	147
intermunicip.				29	29
NUTS	8			6	14
outra	7	4		38	49
provincial est.	67	9		193	269
região referendo				18	18
região-plano				14	14
<b>Total Geral</b>	<b>161</b>	<b>136</b>	<b>1</b>	<b>1274</b>	<b>1572</b>

APÊNDICE 14 – Marcação identitária de tom favorável por periódico e por demarcação geográfica

	autorrefer.	d. material	d. simbólica	enunciação	Total Geral
<b>J.Beira</b>	<b>162</b>	<b>97</b>	<b>73</b>	<b>421</b>	<b>753</b>
distrital	35	46	9	202	292
imprecisa	25	19	3	90	137
intermunicip.		5		21	26
NUTS	1	1		16	18
outra	10	7	1	15	33
provincial est. novo	90	18	60	58	226
região planeamento		1			1
região referendo				1	1
região-plano	1			18	19
<b>N.Viseu</b>	<b>214</b>	<b>41</b>	<b>10</b>	<b>554</b>	<b>819</b>
distrital	27	13	8	231	279
imprecisa	31	6		110	147
intermunicip.				29	29
NUTS	8			6	14
outra	19	1		29	49
provincial est. novo	129	21	2	117	269
região referendo				18	18
região-plano				14	14
<b>Total Geral</b>	<b>376</b>	<b>138</b>	<b>83</b>	<b>975</b>	<b>1572</b>

APÊNDICE 15 – Escala identitária de tom favorável por periódico e por demarcação geográfica

	loc./regional	local	reg./nacional	regional	Total Geral
<b>J.Beira</b>	<b>7</b>		<b>11</b>	<b>735</b>	<b>753</b>
distrital	3		5	284	292
imprecisa	1		1	135	137
intermunicip.				26	26
NUTS				18	18
outra				33	33
provincial est.	3		5	218	226
região				1	1
região referendo				1	1
região-plano				19	19
<b>N.Viseu</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>810</b>	<b>819</b>
distrital	3	1		275	279
imprecisa				147	147
intermunicip.				29	29
NUTS				14	14
outra	1			48	49
provincial est.	2		2	265	269
região referendo				18	18
região-plano				14	14
<b>Total Geral</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>13</b>	<b>1545</b>	<b>1572</b>

APÊNDICE 16 - Demarcação geográfica de tom favorável por ano relativo e por periódico

	distrital	imprecisa	intermunicip.	NUTS	outra	provincial Est. Novo	região planeamento	região referendo	região- plano/CC	Total Geral
<b>J.Beira</b>	<b>292</b>	<b>137</b>	<b>26</b>	<b>18</b>	<b>33</b>	<b>226</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>19</b>	<b>753</b>
1959	5	1			5	10				21
1969	18	1			1	43	1			64
1977	12	4			6	16				38
1979	18	5			1	7				31
1981	63	16			3	33				115
1983	14	10			2	12				38
1986	19	4		1	1	10				35
1991	6	5		1	1	4				17
1998	72	34		14	6	66		1	2	195
2003	47	24	3	1	7	19			1	102
2011	18	33	23	1		6			16	97
<b>N.Viseu</b>	<b>279</b>	<b>147</b>	<b>29</b>	<b>14</b>	<b>49</b>	<b>269</b>		<b>18</b>	<b>14</b>	<b>819</b>
1977	45	7			14	86			1	153
1979	18	4			2	9				33
1981	60	26			12	35			3	136
1983	41	9				26			2	78
1986	19	4			12	33			1	69
1991	34	21		2	9	35			1	102
1998	27	32		6		38		18	3	124
2003	28	21	8	1		5				63
2011	7	23	21	5		2			3	61
<b>Total Geral</b>	<b>571</b>	<b>284</b>	<b>55</b>	<b>32</b>	<b>82</b>	<b>495</b>	<b>1</b>	<b>19</b>	<b>33</b>	<b>1572</b>

## APÊNDICE 17 – Listagem total de ocorrências

titulo	di a	mês	ano publicaç ão	ano relati vo	loc. períodi co	gênero	assinat ura	atores	tema	demarcaç ão geo	tom	relaç ão com a data	reivind. essenciali stas	marcaçã o identitári a	escala identitária
J.Beir a	2 8	agosto	1959	1959	p.3	op./c. leitor	assinad a	locais	turismo	outra	favorável	não	r. histórica	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	agosto	1959	1959	p.3	op./c. leitor	assinad a	locais	turismo	outra	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	agosto	1959	1959	p.3	op./c. leitor	assinad a	locais	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	agosto	1959	1959	p.4	informaç ão	não assinad a	locais	generalida des	outra	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 8	agosto	1959	1959	p.5	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	4	setemb ro	1959	1959	p. 2	informaç ão	assinad a	ambos	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. material	loc./regio nal
J.Beir a	4	setemb ro	1959	1959	p. 2	informaç ão	assinad a	ambos	turismo	distrital	favorável	não	s/ reivind.	d. material	loc./regio nal
J.Beir a	4	setemb ro	1959	1959	p.5	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 1	setemb ro	1959	1959	p. 2	op./artig o	assinad a	ambos	turismo	outra	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	1 1	setemb ro	1959	1959	p. 2	op./artig o	assinad a	ambos	turismo	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	d. material	loc./regio nal
J.Beir a	1 1	setemb ro	1959	1959	p.5	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 1	setemb ro	1959	1959	última	informaç ão	assinad a	ambos	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 8	setemb ro	1959	1959	p.5	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 8	setemb ro	1959	1959	última	informaç ão	não assinad a	locais	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	loc./regio nal
J.Beir a	2 5	setemb ro	1959	1959	p. 2	informaç ão	não assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	loc./regio nal
J.Beir a	2 5	setemb ro	1959	1959	p.5	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 5	setemb ro	1959	1959	p.5	informaç ão	não assinad a	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2	outubro	1959	1959	p.3	op./c. leitor	assinad a	locais	turismo	outra	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	2	outubro	1959	1959	p.5	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 6	outubro	1959	1959	p.5	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional

J.Beir a	1 6	outubro	1959	1959	última	informaç ão	não assinad a	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 4	fevereir o	1969	1969	p.6	informaç ão	não assinad a	nacion ais	generalida des	região planeame nto	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	1 4	fevereir o	1969	1969	p.7	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 4	fevereir o	1969	1969	última	informaç ão	não assinad a	locais	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	reg./nacio nal
J.Beir a	2 1	fevereir o	1969	1969	p.3	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 1	fevereir o	1969	1969	última	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	loc./regio nal
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	primeir a	op./artig o	assinad a	ambos	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	primeir a	op./artig o	assinad a	ambos	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	p. 2	op./artig o	assinad a	ambos	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	p. 2	op./artig o	assinad a	ambos	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	p. 2	op./artig o	assinad a	ambos	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	p. 2	op./artig o	assinad a	ambos	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	p. 2	op./artig o	assinad a	ambos	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	p.7	op./artig o	assinad a	ambos	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	p.7	op./artig o	assinad a	ambos	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	p.7	op./artig o	assinad a	ambos	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	primeir a	informaç ão	não assinad a	nacion ais	urb. e transporte s	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	primeir a	informaç ão	não assinad a	nacion ais	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	primeir a	informaç ão	não assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	última	informaç ão	não assinad a	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	p.3	informaç ão	não assinad a	locais	economia	outra	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	p.3	informaç ão	não assinad a	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	p.3	op./artig o	não assinad a	nacion ais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional

J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	p.3	op./artig o	não assinad a	nacion ais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	p.3	op./artig o	não assinad a	nacion ais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	p.3	op./artig o	não assinad a	nacion ais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	p.3	op./artig o	não assinad a	nacion ais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	p.3	op./artig o	não assinad a	nacion ais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	p.3	op./artig o	não assinad a	nacion ais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	reg./nacio nal
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	p.7	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	fevereir o	1969	1969	última	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	autorref er.	regional
J.Beir a	7	março	1969	1969	p.3	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	7	março	1969	1969	p.6	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	7	março	1969	1969	p.7	op./artig o	assinad a	ambos	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	7	março	1969	1969	p.7	op./artig o	assinad a	ambos	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 4	março	1969	1969	primeir a	op./artig o	assinad a	ambos	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	reg./nacio nal
J.Beir a	1 4	março	1969	1969	primeir a	op./artig o	assinad a	ambos	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	reg./nacio nal
J.Beir a	1 4	março	1969	1969	primeir a	op./artig o	assinad a	ambos	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 4	março	1969	1969	p.6	op./artig o	assinad a	ambos	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 4	março	1969	1969	primeir a	op./artig o	não assinad a	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 4	março	1969	1969	primeir a	op./artig o	não assinad a	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	1 4	março	1969	1969	p.5	op./artig o	assinad a	ambos	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 4	março	1969	1969	p.5	op./artig o	assinad a	ambos	urb. e transporte s	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	autorref er.	regional
J.Beir a	1 4	março	1969	1969	p.7	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 4	março	1969	1969	última	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	r. histórica	autorref er.	regional
J.Beir a	2 1	março	1969	1969	p. 2	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional



J.Beir a	2 1	março	1969	1969	p.3	informaç ão	não assinad a	locais	urb. e transporte s	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	reg./nacio nal
J.Beir a	2 1	março	1969	1969	p.7	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 1	março	1969	1969	última	informaç ão	não assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 1	março	1969	1969	última	informaç ão	não assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 1	março	1969	1969	última	informaç ão	não assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 8	março	1969	1969	primeir a	informaç ão	não assinad a	locais	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 8	março	1969	1969	primeir a	informaç ão	não assinad a	locais	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	março	1969	1969	p. 2	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 8	março	1969	1969	p.4	informaç ão	não assinad a	locais	sociedade	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 8	março	1969	1969	última	informaç ão	não assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	abril	1969	1969	primeir a	informaç ão	não assinad a	ambos	urb. e transporte s	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	autorref er.	regional
J.Beir a	3	abril	1969	1969	primeir a	informaç ão	não assinad a	ambos	sociedade	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	3	abril	1969	1969	primeir a	informaç ão	não assinad a	ambos	sociedade	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	3	abril	1969	1969	primeir a	informaç ão	não assinad a	ambos	sociedade	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	3	abril	1969	1969	p. 2	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	3	abril	1969	1969	p.5	informaç ão	não assinad a	ambos	sociedade	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	autorref er.	regional
J.Beir a	3	abril	1969	1969	última	informaç ão	não assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	abril	1969	1969	última	informaç ão	não assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	abril	1969	1969	última	informaç ão	não assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 8	abril	1977	1977	capa	informaç ão	não assinad a	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. simbólic a	reg./nacio nal
J.Beir a	2 8	abril	1977	1977	p.3	informaç ão	não assinad a	locais	generalida des	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 8	abril	1977	1977	p.3	informaç ão	não assinad a	locais	urb. e transporte s	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	d. simbólic a	regional
J.Beir a	2 8	abril	1977	1977	p.3	informaç ão	não assinad a	locais	turismo	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	d. simbólic a	regional

J.Beir a	2 8	abril	1977	1977	p.7	informaç ão	assinad a	ambos	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	5	maio	1977	1977	p. 2	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	5	maio	1977	1977	p.6	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 2	maio	1977	1977	p.3	informaç ão	assinad a	ambos	generalida des	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 2	maio	1977	1977	p.3	op./artig o	assinad a	ambos	urb. e transporte s	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	1 2	maio	1977	1977	p.3	op./artig o	assinad a	ambos	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	1 2	maio	1977	1977	p.3	op./artig o	assinad a	ambos	urb. e transporte s	outra	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	1 2	maio	1977	1977	p.3	op./artig o	assinad a	ambos	urb. e transporte s	outra	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	1 2	maio	1977	1977	p.3	informaç ão	assinad a	locais	urb. e transporte s	outra	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 2	maio	1977	1977	p.3	informaç ão	assinad a	locais	urb. e transporte s	outra	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 2	maio	1977	1977	p.7	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 2	maio	1977	1977	última	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	1 2	maio	1977	1977	última	informaç ão	não assinad a	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	1 2	maio	1977	1977	última	informaç ão	não assinad a	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	1 9	maio	1977	1977	p.3	informaç ão	não assinad a	locais	generalida des	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 9	maio	1977	1977	p. 2	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 9	maio	1977	1977	p.7	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 9	maio	1977	1977	p. 2	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	outra	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	maio	1977	1977	p.5	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	maio	1977	1977	p.5	op./artig o	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	2 6	maio	1977	1977	p.6	informaç ão	não assinad a	locais	desporto	outra	favorável	não	s/ reivind.	d. simbólic a	regional
J.Beir a	2 6	maio	1977	1977	p.7	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 6	maio	1977	1977	última	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	loc./regio nal

J.Beir a	2	junho	1977	1977	p.3	informaç ão	não assinad a	locais	generalida des	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2	junho	1977	1977	p.7	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2	junho	1977	1977	p.7	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2	junho	1977	1977	p.7	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2	junho	1977	1977	p.7	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2	junho	1977	1977	p.7	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	9	junho	1977	1977	p.3	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	9	junho	1977	1977	p.7	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 6	junho	1977	1977	p. 2	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 6	junho	1977	1977	p.3	informaç ão	não assinad a	locais	generalida des	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 6	junho	1977	1977	p.7	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 9	novem bro	1979	1979	p.5	op./artig o	assinad a	ambos	sociedade	distrital	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	reg./nacio nal
J.Beir a	2 9	novem bro	1979	1979	p.5	op./artig o	assinad a	ambos	sociedade	distrital	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	reg./nacio nal
J.Beir a	2 9	novem bro	1979	1979	p.5	op./artig o	assinad a	ambos	sociedade	distrital	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	reg./nacio nal
J.Beir a	2 9	novem bro	1979	1979	p.5	informaç ão	não assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 9	novem bro	1979	1979	última	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	6	dezem bro	1979	1979	primeir a	informaç ão	não assinad a	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	6	dezem bro	1979	1979	p.5	informaç ão	não assinad a	locais	sociedade	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	6	dezem bro	1979	1979	p.6	op./artig o	assinad a	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	6	dezem bro	1979	1979	p.6	op./artig o	assinad a	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	6	dezem bro	1979	1979	p.6	op./artig o	assinad a	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	6	dezem bro	1979	1979	p.6	op./artig o	assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	6	dezem bro	1979	1979	p.7	informaç ão	assinad a	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional

J.Beira	13	dezembro	1979	1979	primeira	op./artigo	assinada	ambos	sociedade	distrital	favorável	não	r. histórica	d. simbólica	reg./nacional
J.Beira	13	dezembro	1979	1979	primeira	informação	assinada	nacionais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	r. histórica	d. simbólica	regional
J.Beira	13	dezembro	1979	1979	p.5	informação	assinada	ambos	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
J.Beira	13	dezembro	1979	1979	última	informação	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beira	20	dezembro	1979	1979	primeira	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beira	20	dezembro	1979	1979	primeira	informação	não assinada	locais	sociedade	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beira	20	dezembro	1979	1979	p.5	informação	não assinada	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beira	20	dezembro	1979	1979	p.5	informação	não assinada	locais	sociedade	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beira	27	dezembro	1979	1979	primeira	op./artigo	não assinada	locais	sociedade	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beira	27	dezembro	1979	1979	primeira	op./artigo	não assinada	locais	sociedade	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	autorrefer.	regional
J.Beira	27	dezembro	1979	1979	p.8	op./artigo	não assinada	locais	sociedade	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. simbólica	regional
J.Beira	27	dezembro	1979	1979	última	informação	não assinada	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beira	3	janeiro	1980	1979	p. 2	informação	não assinada	locais	sociedade	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beira	3	janeiro	1980	1979	p. 2	informação	não assinada	locais	sociedade	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beira	3	janeiro	1980	1979	p.3	op./artigo	assinada	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	autorrefer.	regional
J.Beira	3	janeiro	1980	1979	p.5	informação	não assinada	ambos	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beira	10	janeiro	1980	1979	p.7	informação	assinada	locais	generalidades	outra	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
J.Beira	17	janeiro	1980	1979	p.5	op./artigo	assinada	locais	sociedade	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beira	17	janeiro	1980	1979	última	op./editorial	assinada	locais	sociedade	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beira	21	maio	1981	1981	primeira	informação	não assinada	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beira	21	maio	1981	1981	primeira	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beira	21	maio	1981	1981	primeira	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beira	21	maio	1981	1981	p.4	informação	não assinada	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional

J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	primeir a	informaç ão	não assinad a	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.4	informaç ão	não assinad a	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.4	informaç ão	não assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.3	informaç ão	assinad a	locais	seg. e justiça	outra	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.3	informaç ão	assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.5	op./artig o	assinad a	ambos	política	distrital	favorável	não	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.5	op./artig o	assinad a	ambos	política	distrital	favorável	não	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.5	op./artig o	assinad a	ambos	política	distrital	favorável	não	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.5	op./artig o	assinad a	ambos	política	distrital	favorável	não	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.5	op./artig o	assinad a	ambos	política	distrital	favorável	não	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.5	op./artig o	assinad a	ambos	política	distrital	favorável	não	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.5	op./artig o	assinad a	ambos	política	distrital	favorável	não	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.5	op./artig o	assinad a	ambos	política	distrital	favorável	não	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.5	op./artig o	assinad a	ambos	política	distrital	favorável	não	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.5	op./artig o	assinad a	ambos	política	região- plano	desfavor ável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.5	op./artig o	assinad a	ambos	política	região- plano	desfavor ável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.5	op./artig o	assinad a	ambos	política	região- plano	desfavor ável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.5	op./artig o	assinad a	ambos	política	região- plano	desfavor ável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.5	op./artig o	assinad a	ambos	política	região- plano	desfavor ável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.5	op./artig o	assinad a	ambos	política	região- plano	desfavor ável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional

J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.5	op./artigo	assinada	ambos	política	provincial Est. Novo	desfavorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.5	op./artigo	assinada	ambos	política	provincial Est. Novo	desfavorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.5	op./artigo	assinada	ambos	política	provincial Est. Novo	desfavorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.7	informação	não assinada	locais	sociedade	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.5	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	p.5	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
J.Beir a	2 1	maio	1981	1981	última	informação	não assinada	ambos	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	2 8	maio	1981	1981	p.8	op./artigo	assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	2 8	maio	1981	1981	p.8	op./artigo	assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	2 8	maio	1981	1981	p.8	op./artigo	assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	2 8	maio	1981	1981	p.8	op./artigo	assinada	ambos	política	região- plano	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	2 8	maio	1981	1981	p.8	op./artigo	assinada	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	2 8	maio	1981	1981	p.8	op./artigo	assinada	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	2 8	maio	1981	1981	p.8	op./artigo	assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	2 8	maio	1981	1981	p.8	informação	não assinada	ambos	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
J.Beir a	2 8	maio	1981	1981	p.8	informação	não assinada	ambos	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	2 8	maio	1981	1981	p.8	informação	não assinada	ambos	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	4	junho	1981	1981	primeira	informação	não assinada	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	4	junho	1981	1981	p.3	informação	assinada	locais	turismo	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	4	junho	1981	1981	p.4	op./artigo	assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	4	junho	1981	1981	p.4	op./artigo	assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	4	junho	1981	1981	p.4	op./artigo	assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	4	junho	1981	1981	p.4	op./artigo	assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. material	regional

J.Beir a	4	junho	1981	1981	p.4	op./artigo	assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	4	junho	1981	1981	p.4	op./artigo	assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	4	junho	1981	1981	p.4	op./artigo	assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	4	junho	1981	1981	p.4	op./artigo	assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	4	junho	1981	1981	p.4	op./artigo	assinada	ambos	política	região-plano	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	4	junho	1981	1981	p.4	op./artigo	assinada	ambos	política	região-plano	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	4	junho	1981	1981	p.4	op./artigo	assinada	ambos	política	região-plano	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	4	junho	1981	1981	p.4	op./artigo	assinada	ambos	política	região-plano	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	4	junho	1981	1981	p.4	op./artigo	assinada	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	4	junho	1981	1981	p.4	informação	não assinada	locais	urb. e transportes	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	4	junho	1981	1981	p.4	informação	não assinada	locais	urb. e transportes	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	1 1	junho	1981	1981	p.3	op./artigo	assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	1 1	junho	1981	1981	p.3	op./artigo	assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	1 1	junho	1981	1981	p.3	op./artigo	assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	1 1	junho	1981	1981	p.3	op./artigo	assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	1 1	junho	1981	1981	p.3	op./artigo	assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	1 1	junho	1981	1981	p.3	op./artigo	assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	1 1	junho	1981	1981	p.3	op./artigo	assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	1 1	junho	1981	1981	p.3	op./artigo	assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	1 1	junho	1981	1981	p.3	op./artigo	assinada	ambos	política	região-plano	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional

J.Beir a	1 1	junho	1981	1981	p.3	op./artig o	assinad a	ambos	política	região- plano	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 1	junho	1981	1981	p.3	op./artig o	assinad a	ambos	política	região- plano	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 1	junho	1981	1981	p.3	op./artig o	assinad a	ambos	política	região- plano	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 1	junho	1981	1981	p.3	op./artig o	assinad a	ambos	política	região- plano	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 1	junho	1981	1981	p.3	op./artig o	assinad a	ambos	política	região- plano	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 1	junho	1981	1981	p.3	op./artig o	assinad a	ambos	política	região- plano	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 1	junho	1981	1981	p.3	op./artig o	assinad a	ambos	política	região- plano	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 1	junho	1981	1981	p.3	op./artig o	assinad a	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 1	junho	1981	1981	p.3	op./artig o	assinad a	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 1	junho	1981	1981	p.3	op./artig o	assinad a	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	1 1	junho	1981	1981	p.3	op./artig o	assinad a	ambos	política	imprecisa	favorável	sim	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 1	junho	1981	1981	última	informaç ão	não assinad a	ambos	política	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	primeir a	informaç ão	assinad a	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	primeir a	informaç ão	assinad a	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	primeir a	informaç ão	assinad a	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	primeir a	informaç ão	assinad a	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	primeir a	informaç ão	não assinad a	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.3	op./artig o	assinad a	ambos	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	autorref er.	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.3	op./artig o	assinad a	ambos	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	autorref er.	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.3	op./artig o	assinad a	ambos	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	autorref er.	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.3	op./artig o	assinad a	ambos	seg. e justiça	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.4	informaç ão	não assinad a	ambos	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional



J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	nacion ais	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	r. étnica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	nacion ais	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	nacion ais	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	r. histórica	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	nacion ais	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	ambos	política	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	ambos	política	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	nacion ais	política	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	nacion ais	política	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. étnica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	ambos	política	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	nacion ais	política	imprecisa	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	ambos	política	imprecisa	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	locais	política	imprecisa	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	nacion ais	política	imprecisa	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	locais	política	imprecisa	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	locais	política	imprecisa	favorável	sim	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	1 8	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	locais	política	imprecisa	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional

J.Beir a	2 5	junho	1981	1981	primeira	informação	assinada	ambos	cultura	imprecisa	favorável	não	r. histórica	enunciação	regional
J.Beir a	2 5	junho	1981	1981	p.4	op./artigo	assinada	ambos	urb. e transportes	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
J.Beir a	2 5	junho	1981	1981	p.4	op./artigo	assinada	ambos	urb. e transportes	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	2	julho	1981	1981	primeira	informação	assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	autorref. er.	regional
J.Beir a	2	julho	1981	1981	primeira	informação	assinada	ambos	seg. e justiça	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	2	julho	1981	1981	primeira	informação	assinada	ambos	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	2	julho	1981	1981	p.7	informação	assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	9	julho	1981	1981	primeira	informação	não assinada	ambos	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
J.Beir a	9	julho	1981	1981	primeira	informação	não assinada	ambos	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	9	julho	1981	1981	primeira	informação	não assinada	ambos	saúde	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	9	julho	1981	1981	p.3	informação	assinada	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	9	julho	1981	1981	p.5	op./artigo	assinada	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	9	julho	1981	1981	p.5	op./artigo	assinada	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	r. étnica	d. material	regional
J.Beir a	9	julho	1981	1981	p.5	op./artigo	assinada	locais	política	imprecisa	favorável	sim	r. parentesco	autorref. er.	regional
J.Beir a	9	julho	1981	1981	p.5	op./artigo	assinada	locais	política	imprecisa	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	9	julho	1981	1981	p.5	op./artigo	assinada	locais	política	imprecisa	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	9	julho	1981	1981	p.5	op./artigo	assinada	locais	política	região-plano	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	9	julho	1981	1981	p.5	op./artigo	assinada	locais	política	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	9	julho	1981	1981	p.5	op./artigo	assinada	locais	política	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	9	julho	1981	1981	p.5	op./artigo	assinada	locais	política	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	3	março	1983	1983	primeira	informação	assinada	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
J.Beir a	3	março	1983	1983	primeira	informação	assinada	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
J.Beir a	3	março	1983	1983	primeira	informação	assinada	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional

J.Beir a	3	março	1983	1983	p.5	informaç ão	assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	março	1983	1983	p.5	informaç ão	assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	março	1983	1983	última	informaç ão	não assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 0	março	1983	1983	primeir a	informaç ão	assinad a	outros	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 0	março	1983	1983	primeir a	informaç ão	assinad a	outros	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 0	março	1983	1983	primeir a	informaç ão	assinad a	outros	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 0	março	1983	1983	primeir a	informaç ão	assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 0	março	1983	1983	p.5	informaç ão	assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 0	março	1983	1983	p.5	informaç ão	assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 0	março	1983	1983	p.5	informaç ão	assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 0	março	1983	1983	p.5	informaç ão	assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 0	março	1983	1983	p.5	informaç ão	assinad a	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 7	março	1983	1983	p.4	informaç ão	assinad a	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	autorref er.	regional
J.Beir a	2 4	março	1983	1983	primeir a	informaç ão	não assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 4	março	1983	1983	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	política	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 4	março	1983	1983	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	política	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3 1	março	1983	1983	primeir a	informaç ão	não assinad a	ambos	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	r. histórica	autorref er.	regional
J.Beir a	3 1	março	1983	1983	primeir a	informaç ão	não assinad a	ambos	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3 1	março	1983	1983	primeir a	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3 1	março	1983	1983	primeir a	informaç ão	assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3 1	março	1983	1983	primeir a	informaç ão	assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3 1	março	1983	1983	primeir a	informaç ão	assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3 1	março	1983	1983	primeir a	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional

J.Beir a	3 1	março	1983	1983	primeir a	informaç ão	assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3 1	março	1983	1983	primeir a	informaç ão	assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	7	abril	1983	1983	p.5	informaç ão	assinad a	outros	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	7	abril	1983	1983	última	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 4	abril	1983	1983	primeir a	informaç ão	não assinad a	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 4	abril	1983	1983	primeir a	op./artig o	assinad a	ambos	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 4	abril	1983	1983	p.4	op./artig o	assinad a	ambos	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 4	abril	1983	1983	p.4	informaç ão	não assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 1	abril	1983	1983	primeir a	informaç ão	não assinad a	locais	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 1	abril	1983	1983	primeir a	informaç ão	não assinad a	locais	turismo	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 1	abril	1983	1983	última	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	outra	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	2 1	abril	1983	1983	última	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	outra	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	1 3	março	1986	1986	p.4	op./artig o	assinad a	locais	turismo	imprecisa	favorável	não	r. histórica	autorref er.	regional
J.Beir a	1 3	março	1986	1986	p.4	op./artig o	assinad a	locais	política	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 3	março	1986	1986	última	informaç ão	não assinad a	ambos	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	1 3	março	1986	1986	última	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 3	março	1986	1986	última	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 3	março	1986	1986	última	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 3	março	1986	1986	última	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 0	março	1986	1986	p.5	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 7	março	1986	1986	p.5	informaç ão	não assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	abril	1986	1986	p.3	informaç ão	não assinad a	locais	sociedade	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	abril	1986	1986	p.3	informaç ão	não assinad a	locais	sociedade	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional

J.Beir a	1 0	abril	1986	1986	p.5	informaç ão	assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 0	abril	1986	1986	p.5	informaç ão	assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 0	abril	1986	1986	p.5	informaç ão	assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 0	abril	1986	1986	p.5	informaç ão	assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 0	abril	1986	1986	p.5	informaç ão	assinad a	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 0	abril	1986	1986	p.5	op./artig o	assinad a	locais	urb. e transporte s	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	1 0	abril	1986	1986	p.5	op./artig o	assinad a	locais	urb. e transporte s	NUTS	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	1 0	abril	1986	1986	p.6	informaç ão	não assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 0	abril	1986	1986	última	informaç ão	não assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 7	abril	1986	1986	última	informaç ão	não assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 7	abril	1986	1986	última	informaç ão	não assinad a	locais	política	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 4	abril	1986	1986	primeir a	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 4	abril	1986	1986	primeir a	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	2 4	abril	1986	1986	p.4	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	2 4	abril	1986	1986	p.4	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	2 4	abril	1986	1986	p.4	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	2 4	abril	1986	1986	p.4	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	2 4	abril	1986	1986	p.4	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	2 4	abril	1986	1986	p.4	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	2 4	abril	1986	1986	p.4	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	2 4	abril	1986	1986	p.4	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	2 4	abril	1986	1986	p.4	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	2 4	abril	1986	1986	p.4	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	2 4	abril	1986	1986	p.4	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	outra	favorável	não	r. histórica	d. material	regional

J.Beir a	2 4	abril	1986	1986	p.4	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	NUTS	desfavor ável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 4	abril	1986	1986	p.5	informaç ão	assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 8	julho	1991	1991	p.6	informaç ão	não assinad a	locais	turismo	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 8	julho	1991	1991	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 5	julho	1991	1991	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 5	julho	1991	1991	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	8	agosto	1991	1991	primeir a	op./artig o	assinad a	locais	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	8	agosto	1991	1991	p.7	op./artig o	assinad a	locais	urb. e transporte s	outra	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	8	agosto	1991	1991	p.6	op./artig o	assinad a	ambos	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	8	agosto	1991	1991	p.6	op./artig o	assinad a	ambos	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	8	agosto	1991	1991	última	informaç ão	não assinad a	ambos	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	agosto	1991	1991	p.7	informaç ão	não assinad a	ambos	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 5	agosto	1991	1991	última	informaç ão	não assinad a	ambos	urb. e transporte s	NUTS	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	agosto	1991	1991	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	sociedade	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	agosto	1991	1991	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	sociedade	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 9	agosto	1991	1991	p.7	op./c. leitor	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. simbólic a	regional
J.Beir a	5	setemb ro	1991	1991	p.5	informaç ão	não assinad a	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	5	setemb ro	1991	1991	p.6	informaç ão	não assinad a	locais	urb. e transporte s	imprecisa	favorável	não	r. histórica	autorref er.	regional
J.Beir a	5	setemb ro	1991	1991	p.6	informaç ão	não assinad a	locais	turismo	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.5	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional

J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	economia	NUTS	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.9	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	política	NUTS	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	política	NUTS	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.11	op./artig o	assinad a	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.11	op./artig o	assinad a	locais	ed.e ciência	região referendo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.13	op./artig o	assinad a	ambos	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	nacional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.13	op./artig o	assinad a	ambos	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	nacional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.13	op./artig o	assinad a	ambos	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	nacional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.13	op./artig o	assinad a	ambos	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	nacional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.13	op./artig o	assinad a	ambos	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	nacional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.13	op./artig o	assinad a	ambos	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	nacional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.13	op./artig o	assinad a	ambos	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	nacional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.13	op./artig o	assinad a	ambos	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	nacional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	p.13	op./artig o	assinad a	ambos	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	nacional
J.Beir a	1 5	outubro	1998	1998	última	informaç ão	não assinad a	ambos	urb. e transporte s	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.5	informaç ão	não assinad a	ambos	urb. e transporte s	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.5	informaç ão	não assinad a	ambos	urb. e transporte s	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional

J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.5	informaç ão	não assinad a	ambos	urb. e transporte s	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	ambiente	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	ambiente	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.7	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.7	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.9	informaç ão	assinad a	ambos	urb. e transporte s	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.9	informaç ão	assinad a	ambos	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.11	op./artig o	assinad a	locais	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.11	op./artig o	assinad a	locais	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.11	op./artig o	assinad a	locais	urb. e transporte s	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.11	op./artig o	assinad a	locais	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	nacional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.11	op./artig o	assinad a	locais	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	nacional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.11	op./artig o	assinad a	locais	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	nacional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.11	op./artig o	assinad a	locais	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.11	op./artig o	assinad a	locais	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.11	op./artig o	assinad a	locais	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.11	op./artig o	assinad a	locais	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.11	op./artig o	assinad a	locais	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	p.11	op./artig o	assinad a	locais	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	outubro	1998	1998	última	informaç ão	não assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional





J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	cultura	NUTS	favorável	não	r. histórica	autorref er.	regional
J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	economia	outra	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	economia	outra	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	economia	outra	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	economia	outra	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.9	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.9	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.9	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.9	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.9	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.9	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.9	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	outra	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.11	informaç ão	não assinad a	ambos	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.11	informaç ão	não assinad a	ambos	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.11	informaç ão	não assinad a	ambos	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.13	op./artig o	assinad a	ambos	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.13	op./artig o	assinad a	ambos	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.13	op./artig o	assinad a	ambos	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	5	novem bro	1998	1998	p.13	op./artig o	assinad a	ambos	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	regional



J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	urb. e transporte s	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	turismo	NUTS	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	turismo	NUTS	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	não assinad a	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.10	informaç ão	assinad a	ambos	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.11	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.11	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.11	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.11	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.11	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.11	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.11	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.11	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.11	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.13	informaç ão	não assinad a	locais	urb. e transporte s	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.13	informaç ão	não assinad a	locais	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.13	informaç ão	não assinad a	locais	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.13	informaç ão	assinad a	ambos	política	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.13	informaç ão	assinad a	ambos	política	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.13	informaç ão	assinad a	ambos	política	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.13	informaç ão	assinad a	ambos	política	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional

J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.13	informaç ão	assinad a	ambos	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.13	informaç ão	assinad a	ambos	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.13	informaç ão	assinad a	ambos	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 2	novem bro	1998	1998	p.13	informaç ão	assinad a	ambos	política	região referendo	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 9	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	saúde	outra	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 9	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	1 9	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	1 9	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	1 9	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	turismo	NUTS	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 9	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	turismo	NUTS	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 9	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	turismo	NUTS	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 9	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	turismo	NUTS	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 9	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 9	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 9	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 9	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	nacion ais	turismo	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	reg./nacio nal
J.Beir a	1 9	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	ambos	turismo	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 9	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	ambos	turismo	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 9	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	ambos	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 9	novem bro	1998	1998	última	informaç ão	não assinad a	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	primeir a	informaç ão	não assinad a	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional

J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	ed.e ciência	região- plano	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.6	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.6	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.6	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	economia	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	economia	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	economia	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	economia	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	economia	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	economia	região- plano	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	economia	região- plano	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	economia	região- plano	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	economia	região- plano	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	economia	região- plano	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	d. simbólic a	regional

J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	turismo	NUTS	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	turismo	NUTS	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	turismo	NUTS	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.9	informaç ão	não assinad a	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.9	informaç ão	não assinad a	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.9	informaç ão	não assinad a	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.9	informaç ão	não assinad a	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.9	informaç ão	não assinad a	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.9	informaç ão	não assinad a	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.10	informaç ão	não assinad a	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.10	informaç ão	não assinad a	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.10	informaç ão	não assinad a	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	p.10	informaç ão	não assinad a	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	última	informaç ão	não assinad a	ambos	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	última	informaç ão	não assinad a	ambos	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	última	informaç ão	não assinad a	ambos	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 6	novem bro	1998	1998	última	informaç ão	não assinad a	ambos	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	dezem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	3	dezem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	3	dezem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	3	dezem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	3	dezem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	região- plano	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	dezem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	desporto	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional

J.Beir a	3	dezem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	dezem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	dezem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	dezem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	dezem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	3	dezem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	d. simbólic a	regional
J.Beir a	3	dezem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	dezem bro	1998	1998	p.9	informaç ão	não assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	dezem bro	1998	1998	p.9	informaç ão	não assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	dezem bro	1998	1998	p.9	op./artig o	assinad a	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	3	dezem bro	1998	1998	p.9	op./artig o	assinad a	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	3	dezem bro	1998	1998	p.9	op./artig o	assinad a	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	3	dezem bro	1998	1998	última	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	3	dezem bro	1998	1998	última	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	3	abril	2003	2003	p.5	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	abril	2003	2003	p.5	informaç ão	não assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	abril	2003	2003	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	abril	2003	2003	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	abril	2003	2003	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	abril	2003	2003	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	abril	2003	2003	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	abril	2003	2003	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	abril	2003	2003	p.9	informaç ão	não assinad a	locais	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional



J.Beir a	3	abril	2003	2003	última	informaç ão	não assinad a	locais	saúde	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	3	abril	2003	2003	última	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 0	abril	2003	2003	p.5	informaç ão	não assinad a	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 0	abril	2003	2003	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 0	abril	2003	2003	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	desporto	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 0	abril	2003	2003	p.8	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 0	abril	2003	2003	p.8	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 0	abril	2003	2003	p.8	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 0	abril	2003	2003	p.8	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 0	abril	2003	2003	p.9	informaç ão	não assinad a	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 0	abril	2003	2003	p.11	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 0	abril	2003	2003	p.11	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 0	abril	2003	2003	última	informaç ão	assinad a	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 7	abril	2003	2003	p.5	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	1 7	abril	2003	2003	p.5	informaç ão	não assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	r. étnica	d. material	regional
J.Beir a	1 7	abril	2003	2003	p.5	informaç ão	não assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	1 7	abril	2003	2003	p.5	informaç ão	não assinad a	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 7	abril	2003	2003	p.5	informaç ão	assinad a	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	1 7	abril	2003	2003	p.10	informaç ão	assinad a	locais	turismo	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1	maio	2003	2003	p.5	informaç ão	assinad a	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1	maio	2003	2003	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	política	intermuni ci.	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1	maio	2003	2003	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	política	intermuni ci.	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1	maio	2003	2003	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	política	intermuni ci.	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional



J.Beir a	8	maio	2003	2003	p.9	informaç ão	não assinad a	locais	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	8	maio	2003	2003	p.12	op./artig o	assinad a	locais	generalida des	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	8	maio	2003	2003	última	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	1 5	maio	2003	2003	p.5	informaç ão	não assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	maio	2003	2003	p.5	informaç ão	não assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	maio	2003	2003	p.7	informaç ão	assinad a	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	maio	2003	2003	p.7	informaç ão	assinad a	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	maio	2003	2003	p.7	informaç ão	assinad a	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	maio	2003	2003	p.7	op./artig o	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 5	maio	2003	2003	p.7	op./artig o	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 5	maio	2003	2003	p.7	op./artig o	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 5	maio	2003	2003	p.7	op./artig o	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 5	maio	2003	2003	p.7	op./artig o	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 5	maio	2003	2003	p.7	op./artig o	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 5	maio	2003	2003	p.7	op./artig o	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	1 5	maio	2003	2003	p.7	op./artig o	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	1 5	maio	2003	2003	p.7	op./artig o	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	1 5	maio	2003	2003	p.7	op./artig o	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	1 5	maio	2003	2003	p.8	informaç ão	não assinad a	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	maio	2003	2003	p.8	informaç ão	não assinad a	ambos	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	maio	2003	2003	p.8	informaç ão	não assinad a	ambos	cultura	outra	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	maio	2003	2003	p.8	informaç ão	não assinad a	ambos	cultura	outra	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	maio	2003	2003	p.11	informaç ão	não assinad a	ambos	seg. e justiça	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	maio	2003	2003	p.7	informaç ão	assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional

J.Beir a	2 2	maio	2003	2003	p.7	informaç ão	assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	maio	2003	2003	p.7	informaç ão	assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	maio	2003	2003	p.7	informaç ão	assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	maio	2003	2003	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	maio	2003	2003	p.11	informaç ão	assinad a	locais	ambiente	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	maio	2003	2003	p.11	informaç ão	assinad a	locais	ambiente	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	maio	2003	2003	p.11	informaç ão	assinad a	locais	ambiente	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	maio	2003	2003	p.11	informaç ão	assinad a	locais	ambiente	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 9	maio	2003	2003	p.11	informaç ão	assinad a	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 9	maio	2003	2003	p.11	informaç ão	assinad a	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 9	maio	2003	2003	p.12	informaç ão	assinad a	locais	seg. e justiça	região- plano	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 9	maio	2003	2003	p.14	informaç ão	assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 9	maio	2003	2003	p.14	informaç ão	assinad a	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 9	maio	2003	2003	última	informaç ão	não assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	5	junho	2003	2003	p.5	informaç ão	assinad a	ambos	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	5	junho	2003	2003	p.8	informaç ão	assinad a	ambos	política	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	5	junho	2003	2003	p.8	informaç ão	assinad a	ambos	política	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	5	junho	2003	2003	p.8	informaç ão	assinad a	ambos	política	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	5	junho	2003	2003	p.8	informaç ão	assinad a	ambos	política	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	5	junho	2003	2003	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	turismo	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	5	junho	2003	2003	p.9	informaç ão	não assinad a	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	5	junho	2003	2003	p.11	informaç ão	não assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	5	junho	2003	2003	p.11	informaç ão	não assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional

J.Beir a	5	junho	2003	2003	p.11	informaç ão	não assinad a	locais	saúde	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	5	junho	2003	2003	p.11	informaç ão	não assinad a	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	10	novem bro	2011	2011	p.5	informaç ão	não assinad a	ambos	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	10	novem bro	2011	2011	p.5	informaç ão	não assinad a	ambos	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	10	novem bro	2011	2011	p.5	informaç ão	não assinad a	nacion ais	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	10	novem bro	2011	2011	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	10	novem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	assinad a	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	10	novem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	assinad a	locais	saúde	região- plano	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	10	novem bro	2011	2011	p.10	informaç ão	não assinad a	locais	generalida des	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	10	novem bro	2011	2011	p.10	informaç ão	não assinad a	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	10	novem bro	2011	2011	p.10	informaç ão	não assinad a	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	10	novem bro	2011	2011	p.11	informaç ão	não assinad a	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	17	novem bro	2011	2011	p.5	informaç ão	não assinad a	ambos	turismo	região- plano	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	17	novem bro	2011	2011	p.5	informaç ão	não assinad a	ambos	turismo	região- plano	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	17	novem bro	2011	2011	p.5	informaç ão	não assinad a	ambos	turismo	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	17	novem bro	2011	2011	p.5	informaç ão	não assinad a	ambos	turismo	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	17	novem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	urb. e transporte s	região- plano	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	17	novem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	urb. e transporte s	região- plano	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	17	novem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	17	novem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	17	novem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	17	novem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	17	novem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	região- plano	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional

J.Beir a	1 7	novem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	região- plano	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 7	novem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	NUTS	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 7	novem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 7	novem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 7	novem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	urb. e transporte s	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 7	novem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	generalida des	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 4	novem bro	2011	2011	p.5	informaç ão	não assinad a	ambos	política	intermuni ci.	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 4	novem bro	2011	2011	p.5	informaç ão	não assinad a	ambos	política	intermuni ci.	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 4	novem bro	2011	2011	p.5	informaç ão	não assinad a	ambos	política	intermuni ci.	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 4	novem bro	2011	2011	p.5	informaç ão	não assinad a	ambos	política	intermuni ci.	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 4	novem bro	2011	2011	p.6	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	2 4	novem bro	2011	2011	p.6	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	2 4	novem bro	2011	2011	p.6	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 4	novem bro	2011	2011	p.6	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 4	novem bro	2011	2011	p.6	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	2 4	novem bro	2011	2011	p.6	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 4	novem bro	2011	2011	p.6	informaç ão	não assinad a	ambos	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 4	novem bro	2011	2011	p.8	informaç ão	não assinad a	ambos	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 4	novem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 4	novem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	seg. e justiça	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 4	novem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	generalida des	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1	dezem bro	2011	2011	p.5	informaç ão	não assinad a	locais	sociedade	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1	dezem bro	2011	2011	p.5	informaç ão	não assinad a	locais	sociedade	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional



J.Beir a	8	dezem bro	2011	2011	p.10	informaç ão	não assinad a	ambos	generalida des	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	8	dezem bro	2011	2011	p.10	informaç ão	não assinad a	locais	urb. e transporte s	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	8	dezem bro	2011	2011	p.10	informaç ão	não assinad a	locais	urb. e transporte s	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	8	dezem bro	2011	2011	p.10	informaç ão	não assinad a	locais	urb. e transporte s	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	8	dezem bro	2011	2011	p.10	informaç ão	não assinad a	locais	urb. e transporte s	região- plano	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	8	dezem bro	2011	2011	p.10	informaç ão	não assinad a	locais	urb. e transporte s	região- plano	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	8	dezem bro	2011	2011	p.11	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. simbólic a	regional
J.Beir a	1 5	dezem bro	2011	2011	p.6	informaç ão	assinad a	ambos	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
J.Beir a	1 5	dezem bro	2011	2011	p.6	informaç ão	assinad a	ambos	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	dezem bro	2011	2011	p.6	informaç ão	assinad a	ambos	economia	imprecisa	favorável	não	r. histórica	d. material	regional
J.Beir a	1 5	dezem bro	2011	2011	p.7	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	1 5	dezem bro	2011	2011	p.8	informaç ão	não assinad a	locais	seg. e justiça	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	1 5	dezem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	não assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
J.Beir a	1 5	dezem bro	2011	2011	p.11	informaç ão	não assinad a	locais	generalida des	imprecisa	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	2 2	dezem bro	2011	2011	p.8	informaç ão	assinad a	ambos	urb. e transporte s	imprecisa	favorável	não	r. étnica	d. material	regional
J.Beir a	2 2	dezem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	política	intermuni ci.	favorável	não	r. étnica	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	dezem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	política	intermuni ci.	favorável	não	r. étnica	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	dezem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	política	intermuni ci.	favorável	não	r. étnica	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	dezem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	política	distrital	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
J.Beir a	2 2	dezem bro	2011	2011	p.11	informaç ão	não assinad a	locais	generalida des	imprecisa	favorável	não	r. étnica	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	dezem bro	2011	2011	p.11	informaç ão	não assinad a	ambos	política	intermuni ci.	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 2	dezem bro	2011	2011	p.11	informaç ão	não assinad a	ambos	política	intermuni ci.	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional



J.Beir a	2 2	dezem bro	2011	2011	p.11	informaç ão	não assinad a	ambos	política	intermuni ci.	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 9	dezem bro	2011	2011	p.7	informaç ão	não assinad a	locais	saúde	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 9	dezem bro	2011	2011	p.7	informaç ão	assinad a	locais	saúde	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 9	dezem bro	2011	2011	p.9	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 9	dezem bro	2011	2011	p.10	informaç ão	não assinad a	locais	economia	região- plano	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 9	dezem bro	2011	2011	p.10	informaç ão	não assinad a	locais	economia	região- plano	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
J.Beir a	2 9	dezem bro	2011	2011	p.10	informaç ão	não assinad a	locais	economia	região- plano	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	1 9	abril	1977	1977	primeir a	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	1 9	abril	1977	1977	p.5	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	1 9	abril	1977	1977	p.5	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	outra	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	1 9	abril	1977	1977	primeir a	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	1 9	abril	1977	1977	p.6	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	1 9	abril	1977	1977	p. 2	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	1 9	abril	1977	1977	p.7	informaç ão	assinad a	ambos	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	2 2	abril	1977	1977	primeir a	op./artig o	assinad a	ambos	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 2	abril	1977	1977	primeir a	op./artig o	assinad a	ambos	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	2 2	abril	1977	1977	p.4	op./artig o	assinad a	ambos	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	2 2	abril	1977	1977	p.4	op./artig o	assinad a	ambos	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	autorref er.	reg./nacio nal
N.Vis eu	2 2	abril	1977	1977	p.4	op./artig o	assinad a	ambos	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	2 2	abril	1977	1977	primeir a	informaç ão	não assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 2	abril	1977	1977	primeir a	informaç ão	não assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 2	abril	1977	1977	primeir a	op./artig o	não assinad a	locais	urb. e transporte s	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 2	abril	1977	1977	p. 2	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional

N.Vis eu	27	abril	1977	1977	primeira	informação	não assinada	locais	sociedade	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	27	abril	1977	1977	última	informação	não assinada	locais	sociedade	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	27	abril	1977	1977	p. 2	informação	não assinada	locais	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	27	abril	1977	1977	p. 2	informação	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	27	abril	1977	1977	última	informação	não assinada	locais	turismo	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	5	maio	1977	1977	primeira	informação	não assinada	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	maio	1977	1977	p. 2	informação	não assinada	locais	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	maio	1977	1977	p. 2	informação	assinada	locais	urb. e transportes	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	maio	1977	1977	p. 2	informação	não assinada	locais	generalidades	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	maio	1977	1977	p. 2	informação	assinada	locais	generalidades	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	maio	1977	1977	p.7	op./c. leitor	não assinada	locais	cultura	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	maio	1977	1977	p.7	op./c. leitor	não assinada	locais	cultura	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	maio	1977	1977	p.7	op./c. leitor	não assinada	locais	cultura	outra	favorável	não	r. étnica	enunciação	regional
N.Vis eu	5	maio	1977	1977	p.7	op./c. leitor	assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	maio	1977	1977	última	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	maio	1977	1977	última	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	enunciação	regional
N.Vis eu	7	maio	1977	1977	primeira	informação	não assinada	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	7	maio	1977	1977	primeira	informação	não assinada	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	7	maio	1977	1977	primeira	op./artigo	assinada	locais	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	7	maio	1977	1977	p. 2	informação	não assinada	locais	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	7	maio	1977	1977	p.4	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	10	maio	1977	1977	primeira	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	10	maio	1977	1977	primeira	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional

N.Vis eu	10	maio	1977	1977	p.8	informaçã	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	10	maio	1977	1977	p.8	informaçã	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	10	maio	1977	1977	p.8	informaçã	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	10	maio	1977	1977	p.8	informaçã	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	10	maio	1977	1977	p.8	informaçã	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	10	maio	1977	1977	primeira	informaçã	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	10	maio	1977	1977	primeira	informaçã	assinada	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	10	maio	1977	1977	primeira	informaçã	assinada	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	10	maio	1977	1977	primeira	informaçã	não assinada	ambos	urb. e transportes	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	10	maio	1977	1977	p.8	informaçã	não assinada	ambos	urb. e transportes	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	10	maio	1977	1977	p. 2	informaçã	assinada	locais	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	10	maio	1977	1977	p. 2	informaçã	assinada	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	10	maio	1977	1977	p. 2	informaçã	assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	enunciaçã	regional
N.Vis eu	10	maio	1977	1977	p. 2	op./artigo	assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	10	maio	1977	1977	p. 2	op./artigo	assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. simbólica	regional
N.Vis eu	13	maio	1977	1977	primeira	informaçã	não assinada	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	13	maio	1977	1977	primeira	informaçã	não assinada	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	13	maio	1977	1977	primeira	informaçã	assinada	locais	urb. e transportes	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	13	maio	1977	1977	primeira	informaçã	não assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	r. histórica	d. material	regional
N.Vis eu	13	maio	1977	1977	p. 2	informaçã	assinada	locais	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	13	maio	1977	1977	p.3	op./artigo	não assinada	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	d. material	loc./regional
N.Vis eu	13	maio	1977	1977	p.3	op./c. leitor	não assinada	locais	cultura	outra	favorável	não	r. étnica	enunciaçã	regional
N.Vis eu	13	maio	1977	1977	p.10	informaçã	assinada	locais	desporto	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional

N.Vis eu	13	maio	1977	1977	p.10	informaçã	assinada	locais	desporto	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	13	maio	1977	1977	última	informaçã	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	enunciaçã	regional
N.Vis eu	13	maio	1977	1977	última	informaçã	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	enunciaçã	regional
N.Vis eu	13	maio	1977	1977	última	informaçã	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	17	maio	1977	1977	primeira	informaçã	não assinada	locais	desporto	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	17	maio	1977	1977	p. 2	informaçã	não assinada	locais	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	17	maio	1977	1977	última	op./artigo	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	enunciaçã	regional
N.Vis eu	17	maio	1977	1977	última	informaçã	não assinada	locais	cultura	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	20	maio	1977	1977	primeira	op./artigo	assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	20	maio	1977	1977	primeira	op./artigo	assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	20	maio	1977	1977	p.5	op./artigo	assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	20	maio	1977	1977	p.5	op./artigo	assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	20	maio	1977	1977	p.5	op./artigo	assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	20	maio	1977	1977	primeira	informaçã	assinada	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	20	maio	1977	1977	primeira	informaçã	assinada	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	20	maio	1977	1977	primeira	informaçã	assinada	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	20	maio	1977	1977	primeira	informaçã	assinada	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	20	maio	1977	1977	primeira	informaçã	assinada	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	20	maio	1977	1977	primeira	informaçã	assinada	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	20	maio	1977	1977	primeira	informaçã	assinada	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	20	maio	1977	1977	primeira	informaçã	assinada	locais	desporto	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	20	maio	1977	1977	primeira	informaçã	assinada	locais	desporto	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	20	maio	1977	1977	p.6	informaçã	assinada	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional

N.Vis eu	2 0	maio	1977	1977	p.6	informaç ão	assinad a	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 0	maio	1977	1977	p.6	informaç ão	assinad a	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 0	maio	1977	1977	p.6	informaç ão	assinad a	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 0	maio	1977	1977	p.6	informaç ão	assinad a	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 0	maio	1977	1977	p.6	informaç ão	assinad a	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 0	maio	1977	1977	p.6	informaç ão	assinad a	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 0	maio	1977	1977	p.6	informaç ão	assinad a	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 0	maio	1977	1977	p.6	informaç ão	assinad a	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	2 0	maio	1977	1977	p.6	informaç ão	assinad a	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	2 0	maio	1977	1977	p.6	informaç ão	assinad a	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	2 0	maio	1977	1977	p.6	informaç ão	assinad a	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. material	regional
N.Vis eu	2 0	maio	1977	1977	p.6	informaç ão	assinad a	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. material	regional
N.Vis eu	2 0	maio	1977	1977	p.6	informaç ão	assinad a	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. material	regional
N.Vis eu	2 0	maio	1977	1977	primeir a	op./artig o	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 0	maio	1977	1977	p. 2	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	2 4	maio	1977	1977	primeir a	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 4	maio	1977	1977	primeir a	op./artig o	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 4	maio	1977	1977	primeir a	op./artig o	assinad a	locais	cultura	outra	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 4	maio	1977	1977	p. 2	informaç ão	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	2 4	maio	1977	1977	última	informaç ão	não assinad a	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 4	maio	1977	1977	última	op./artig o	assinad a	locais	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 4	maio	1977	1977	última	op./artig o	assinad a	locais	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional

N.Vis eu	24	maio	1977	1977	última	op./artigo	assinada	locais	turismo	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	24	maio	1977	1977	última	op./artigo	assinada	locais	turismo	outra	favorável	não	r. étnica	autorref. er.	regional
N.Vis eu	24	maio	1977	1977	última	op./artigo	assinada	locais	turismo	outra	favorável	não	r. étnica	autorref. er.	regional
N.Vis eu	24	maio	1977	1977	última	op./artigo	assinada	locais	turismo	outra	favorável	não	r. étnica	autorref. er.	regional
N.Vis eu	27	maio	1977	1977	primeira	op./artigo	assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	27	maio	1977	1977	primeira	op./artigo	assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	r. histórica	enunciação	regional
N.Vis eu	27	maio	1977	1977	p. 2	informação	assinada	locais	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	31	maio	1977	1977	p. 2	informação	assinada	locais	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	31	maio	1977	1977	última	informação	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	3	junho	1977	1977	primeira	op./artigo	assinada	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	3	junho	1977	1977	primeira	op./artigo	não assinada	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	3	junho	1977	1977	p. 2	informação	assinada	locais	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	3	junho	1977	1977	p. 2	informação	assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	3	junho	1977	1977	p. 2	informação	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	7	junho	1977	1977	primeira	op./artigo	não assinada	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	7	junho	1977	1977	p.7	op./artigo	não assinada	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	7	junho	1977	1977	p.7	op./artigo	não assinada	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	7	junho	1977	1977	primeira	op./artigo	assinada	locais	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	7	junho	1977	1977	primeira	op./artigo	assinada	locais	turismo	outra	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	7	junho	1977	1977	p. 2	informação	assinada	locais	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	7	junho	1977	1977	p.5	informação	assinada	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	7	junho	1977	1977	p.5	informação	assinada	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	7	junho	1977	1977	p.5	informação	assinada	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional

N.Vis eu	7	junho	1977	1977	p.5	informaçã	assinada	locais	urb. e transportes	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	7	junho	1977	1977	p.8	informaçã	não assinada	locais	politica	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	7	junho	1977	1977	última	informaçã	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	7	junho	1977	1977	última	informaçã	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	7	junho	1977	1977	última	informaçã	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	7	junho	1977	1977	última	informaçã	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	7	junho	1977	1977	última	informaçã	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	7	junho	1977	1977	última	informaçã	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	7	junho	1977	1977	última	informaçã	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	7	junho	1977	1977	última	informaçã	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	14	junho	1977	1977	primeira	op./artigo	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. simbólica	reg./nacional
N.Vis eu	14	junho	1977	1977	p. 2	informaçã	assinada	locais	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	14	junho	1977	1977	p.7	informaçã	assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	14	junho	1977	1977	última	informaçã	assinada	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	14	junho	1977	1977	última	informaçã	assinada	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	14	junho	1977	1977	última	informaçã	assinada	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	14	junho	1977	1977	última	informaçã	assinada	locais	desporto	provincial Est. Novo	desfavorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	14	junho	1977	1977	última	informaçã	assinada	locais	desporto	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	14	junho	1977	1977	última	informaçã	assinada	locais	desporto	região-plano	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	17	junho	1977	1977	primeira	informaçã	assinada	locais	urb. e transportes	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	loc./regional
N.Vis eu	17	junho	1977	1977	p. 2	informaçã	assinada	locais	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	loc./regional
N.Vis eu	17	junho	1977	1977	última	informaçã	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	17	junho	1977	1977	última	informaçã	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional

N.Vis eu	28	novembro	1979	1979	primeira	informação	não assinada	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	28	novembro	1979	1979	p.4	op./artigo	assinada	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	28	novembro	1979	1979	p.4	op./artigo	assinada	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	5	dezembro	1979	1979	primeira	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	5	dezembro	1979	1979	primeira	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	7	dezembro	1979	1979	p.10	informação	não assinada	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	12	dezembro	1979	1979	primeira	informação	não assinada	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	14	dezembro	1979	1979	p.9	op./artigo	assinada	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	14	dezembro	1979	1979	p.9	op./artigo	assinada	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	14	dezembro	1979	1979	p.19	op./artigo	assinada	locais	política	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	14	dezembro	1979	1979	p.19	op./artigo	assinada	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	19	dezembro	1979	1979	primeira	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	19	dezembro	1979	1979	primeira	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	19	dezembro	1979	1979	p.11	op./artigo	não assinada	locais	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	19	dezembro	1979	1979	p.11	op./artigo	não assinada	locais	turismo	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	19	dezembro	1979	1979	p.13	informação	não assinada	locais	política	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	19	dezembro	1979	1979	p.13	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	28	dezembro	1979	1979	p.3	informação	assinada	locais	ed. e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	6	janeiro	1980	1979	primeira	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	6	janeiro	1980	1979	p.18	op./c. leitor	não assinada	locais	saúde	outra	favorável	não	r. histórica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	6	janeiro	1980	1979	p.19	op./artigo	assinada	ambos	generalidades	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	9	janeiro	1980	1979	primeira	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	9	janeiro	1980	1979	primeira	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional



N.Vis eu	9	janeiro	1980	1979	p.3	informaçã	não assinada	locais	generalidades	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	9	janeiro	1980	1979	p.5	informaçã	não assinada	locais	emprego e seg.social	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	9	janeiro	1980	1979	p.6	informaçã	não assinada	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	9	janeiro	1980	1979	p.6	informaçã	não assinada	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	16	janeiro	1980	1979	primeira	informaçã	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	16	janeiro	1980	1979	p.3	informaçã	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	16	janeiro	1980	1979	p.3	informaçã	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	23	janeiro	1980	1979	primeira	informaçã	não assinada	locais	generalidades	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	23	janeiro	1980	1979	primeira	informaçã	não assinada	locais	generalidades	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	23	janeiro	1980	1979	p.3	informaçã	não assinada	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	20	maio	1981	1981	p.4	informaçã	não assinada	ambos	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	20	maio	1981	1981	p.4	informaçã	não assinada	ambos	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	20	maio	1981	1981	p.4	informaçã	não assinada	ambos	política	outra	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	20	maio	1981	1981	p.4	informaçã	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	autorref. er.	regional
N.Vis eu	20	maio	1981	1981	p.6	op./artigo	não assinada	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	20	maio	1981	1981	p.9	informaçã	não assinada	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	local
N.Vis eu	20	maio	1981	1981	p.13	informaçã	assinada	locais	seg. e justiça	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	20	maio	1981	1981	p.13	informaçã	assinada	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	20	maio	1981	1981	p.15	informaçã	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	20	maio	1981	1981	p.15	informaçã	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	22	maio	1981	1981	p. 2	informaçã	assinada	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	22	maio	1981	1981	p. 2	informaçã	assinada	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	22	maio	1981	1981	p.3	informaçã	não assinada	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	autorref. er.	regional

N.Vis eu	2 2	maio	1981	1981	p.3	informaç ão	não assinad a	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 2	maio	1981	1981	p.3	informaç ão	não assinad a	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. simbólic a	regional
N.Vis eu	2 2	maio	1981	1981	p.3	informaç ão	não assinad a	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. simbólic a	regional
N.Vis eu	2 2	maio	1981	1981	p.3	informaç ão	não assinad a	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. simbólic a	regional
N.Vis eu	2 2	maio	1981	1981	p.3	informaç ão	não assinad a	ambos	política	distrital	favorável	sim	r. histórica	d. simbólic a	regional
N.Vis eu	2 2	maio	1981	1981	p.3	informaç ão	não assinad a	ambos	política	imprecisa	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	2 2	maio	1981	1981	p.5	informaç ão	assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	2 2	maio	1981	1981	p.5	informaç ão	assinad a	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	2 7	maio	1981	1981	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	seg. e justiça	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	2 7	maio	1981	1981	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	seg. e justiça	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	2 7	maio	1981	1981	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	seg. e justiça	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	2 7	maio	1981	1981	p.9	informaç ão	não assinad a	ambos	seg. e justiça	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	2 7	maio	1981	1981	p.13	informaç ão	não assinad a	ambos	ed. e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	2 7	maio	1981	1981	p.14	op./artig o	assinad a	ambos	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	2 7	maio	1981	1981	p.14	op./artig o	assinad a	ambos	economia	imprecisa	favorável	não	r. étnica	d. material	regional
N.Vis eu	2 7	maio	1981	1981	p.14	op./artig o	assinad a	ambos	economia	imprecisa	favorável	não	r. étnica	d. material	regional
N.Vis eu	3	junho	1981	1981	p.15	informaç ão	assinad a	ambos	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	5	junho	1981	1981	p.3	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	5	junho	1981	1981	p.3	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	5	junho	1981	1981	p.12	op./artig o	assinad a	locais	generalida des	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	autorref er.	loc./regio nal
N.Vis eu	5	junho	1981	1981	p.12	op./artig o	assinad a	locais	generalida des	outra	favorável	não	r. histórica	autorref er.	loc./regio nal
N.Vis eu	1 1	junho	1981	1981	p.5	informaç ão	assinad a	locais	economia	outra	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	1 1	junho	1981	1981	p.5	informaç ão	assinad a	locais	economia	outra	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional

N.Vis eu	1 7	junho	1981	1981	primeir a	informaç ão	não assinad a	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	1 7	junho	1981	1981	primeir a	informaç ão	não assinad a	locais	política	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	d. simbólic a	regional
N.Vis eu	1 7	junho	1981	1981	p.3	informaç ão	não assinad a	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	1 7	junho	1981	1981	p.3	informaç ão	não assinad a	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	1 7	junho	1981	1981	p.3	informaç ão	não assinad a	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	1 7	junho	1981	1981	p.6	informaç ão	não assinad a	ambos	seg. e justiça	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	1 7	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	1 7	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	1 7	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	1 7	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	1 7	junho	1981	1981	p.7	informaç ão	assinad a	ambos	política	região- plano	desfavor ável	sim	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	primeir a	informaç ão	não assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.3	op./edito rial	não assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.3	op./edito rial	não assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.3	op./edito rial	não assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.3	op./edito rial	não assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.3	op./edito rial	não assinad a	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.3	op./edito rial	não assinad a	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.5	op./c. leitor	assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.5	op./c. leitor	assinad a	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.8	op./artig o	assinad a	locais	desporto	distrital	favorável	não	s/ reivind.	d. material	loc./regio nal
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.9	op./artig o	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional

N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.10	informaçã	não assinada	locais	emprego e seg.social	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.18	op./artigo	assinada	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.18	op./artigo	assinada	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.19	op./artigo	assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.24	op./artigo	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.26	op./artigo	não assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.28	op./artigo	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.28	op./artigo	não assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.28	op./artigo	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.31	op./artigo	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.33	op./artigo	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.33	op./artigo	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.35	op./artigo	não assinada	locais	turismo	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.35	op./artigo	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.43	op./artigo	não assinada	locais	economia	região-plano	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.49	op./c. leitor	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.53	op./artigo	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.53	op./artigo	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.53	op./artigo	não assinada	locais	cultura	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.53	op./artigo	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.55	op./artigo	não assinada	locais	turismo	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.57	op./artigo	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.57	op./artigo	não assinada	locais	turismo	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional

N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.57	op./artigo	não assinada	locais	turismo	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.57	op./artigo	não assinada	locais	turismo	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.63	op./artigo	não assinada	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.63	op./artigo	não assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.63	op./artigo	não assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.58	op./artigo	não assinada	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.64	informação	assinada	locais	desporto	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.64	informação	assinada	locais	desporto	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.64	informação	assinada	locais	desporto	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.67	op./artigo	assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.67	op./artigo	assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.69	op./artigo	não assinada	locais	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.73	op./artigo	não assinada	locais	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.73	op./artigo	não assinada	locais	turismo	outra	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.77	op./artigo	não assinada	locais	turismo	outra	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.77	op./artigo	não assinada	locais	turismo	outra	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.77	op./artigo	não assinada	locais	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.86	op./artigo	não assinada	locais	urb. e transportes	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.92	op./artigo	não assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.92	op./artigo	não assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.96	op./artigo	não assinada	locais	turismo	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.99	op./c. leitor	assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	2 4	junho	1981	1981	p.99	op./c. leitor	assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional

N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.103	op./c. leitor	assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.103	op./c. leitor	assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.105	op./artigo	não assinada	locais	turismo	outra	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.105	op./artigo	não assinada	locais	turismo	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.107	op./artigo	não assinada	locais	turismo	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.107	op./artigo	assinada	locais	turismo	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	24	junho	1981	1981	p.107	op./artigo	assinada	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	julho	1981	1981	p.7	op./artigo	assinada	locais	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	autorref. er.	regional
N.Vis eu	3	julho	1981	1981	p.3	informação	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	3	julho	1981	1981	p.3	informação	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	8	julho	1981	1981	p.3	op./artigo	assinada	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	8	julho	1981	1981	p.3	op./artigo	assinada	locais	política	imprecisa	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	8	julho	1981	1981	p.11	op./artigo	assinada	locais	cultura	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	8	julho	1981	1981	p.13	informação	assinada	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	8	julho	1981	1981	p.13	informação	assinada	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	8	julho	1981	1981	p.13	informação	assinada	locais	saúde	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	10	julho	1981	1981	p.2	informação	não assinada	ambos	turismo	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	10	julho	1981	1981	p.2	informação	não assinada	ambos	turismo	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	10	julho	1981	1981	p.3	informação	não assinada	locais	turismo	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	10	julho	1981	1981	p.3	informação	não assinada	locais	turismo	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	10	julho	1981	1981	p.3	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	15	julho	1981	1981	p.6	informação	não assinada	locais	economia	região-plano	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	15	julho	1981	1981	p.7	op./artigo	assinada	locais	política	imprecisa	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional

N.Vis eu	15	julho	1981	1981	p.7	op./artigo	assinada	locais	política	imprecisa	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	15	julho	1981	1981	p.7	op./artigo	assinada	locais	política	imprecisa	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	15	julho	1981	1981	p.7	op./artigo	assinada	locais	política	imprecisa	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	15	julho	1981	1981	p.7	op./artigo	assinada	locais	política	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	15	julho	1981	1981	p.7	op./artigo	assinada	locais	política	região-plano	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	15	julho	1981	1981	p.11	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	15	julho	1981	1981	p.11	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	15	julho	1981	1981	p.17	informação	assinada	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	15	julho	1981	1981	p.17	informação	assinada	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	15	julho	1981	1981	p.17	informação	assinada	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	9	março	1983	1983	primeira	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	9	março	1983	1983	p. 2	op./artigo	não assinada	locais	cultura	região-plano	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	9	março	1983	1983	p. 2	op./artigo	não assinada	locais	cultura	região-plano	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	9	março	1983	1983	p. 2	op./artigo	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	9	março	1983	1983	p. 2	op./artigo	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	9	março	1983	1983	p. 2	op./artigo	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	d. material	regional
N.Vis eu	9	março	1983	1983	p. 2	op./artigo	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	9	março	1983	1983	p. 2	op./artigo	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	9	março	1983	1983	p. 2	op./artigo	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	r. étnica	d. simbólica	regional
N.Vis eu	9	março	1983	1983	p. 2	op./artigo	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	r. étnica	d. simbólica	regional
N.Vis eu	9	março	1983	1983	p. 2	op./artigo	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	r. étnica	d. simbólica	regional
N.Vis eu	9	março	1983	1983	p.5	informação	não assinada	locais	política	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	9	março	1983	1983	p.5	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional

N.Vis eu	16	março	1983	1983	primeira	informação	não assinada	locais	seg. e justiça	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	16	março	1983	1983	p.6	informação	não assinada	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	23	março	1983	1983	p.3	informação	não assinada	ambos	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	23	março	1983	1983	p.7	informação	não assinada	ambos	seg. e justiça	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	autorref. er.	regional
N.Vis eu	23	março	1983	1983	p.7	informação	não assinada	ambos	seg. e justiça	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	autorref. er.	regional
N.Vis eu	23	março	1983	1983	p.15	informação	não assinada	locais	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	23	março	1983	1983	p.15	informação	assinada	locais	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	30	março	1983	1983	primeira	informação	não assinada	outros	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	30	março	1983	1983	p.3	informação	não assinada	outros	desporto	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref. er.	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p. 2	op./artigo	não assinada	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.3	informação	não assinada	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.3	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.3	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.3	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.3	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.3	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.3	informação	não assinada	locais	política	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.3	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.3	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	d. material	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.5	informação	não assinada	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref. er.	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.5	informação	não assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.5	informação	não assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.5	informação	não assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional



N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.5	informaçã	não assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.5	informaçã	não assinada	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.5	informaçã	não assinada	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.6	informaçã	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.6	informaçã	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.6	informaçã	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.6	informaçã	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.6	informaçã	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.6	informaçã	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.6	informaçã	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.9	informaçã	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	6	abril	1983	1983	p.9	informaçã	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	13	abril	1983	1983	primeira	informaçã	não assinada	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	13	abril	1983	1983	p.10	informaçã	não assinada	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	13	abril	1983	1983	p.12	informaçã	não assinada	locais	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	13	abril	1983	1983	p.12	op./artigo	assinada	locais	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	20	abril	1983	1983	p.3	informaçã	não assinada	nacionais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	20	abril	1983	1983	p.3	informaçã	não assinada	nacionais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	20	abril	1983	1983	p.3	informaçã	não assinada	nacionais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	20	abril	1983	1983	p.3	informaçã	não assinada	nacionais	política	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	20	abril	1983	1983	p.5	informaçã	não assinada	locais	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	20	abril	1983	1983	p.8	op./artigo	assinada	locais	urb. e transportes	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	autorref. er.	regional

N.Vis eu	20	abril	1983	1983	p.13	informaçã	não assinada	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	20	abril	1983	1983	p.13	informaçã	não assinada	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	20	abril	1983	1983	p.13	informaçã	não assinada	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	20	abril	1983	1983	p.13	informaçã	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	20	abril	1983	1983	p.13	informaçã	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	27	abril	1983	1983	primeira	informaçã	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	27	abril	1983	1983	primeira	informaçã	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	27	abril	1983	1983	p.5	informaçã	não assinada	locais	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	27	abril	1983	1983	p.5	informaçã	não assinada	ambos	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	27	abril	1983	1983	p.8	informaçã	assinada	ambos	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. material	regional
N.Vis eu	27	abril	1983	1983	p.8	informaçã	assinada	ambos	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. material	regional
N.Vis eu	27	abril	1983	1983	p.8	informaçã	assinada	ambos	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. material	regional
N.Vis eu	27	abril	1983	1983	p.8	informaçã	assinada	ambos	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. material	regional
N.Vis eu	27	abril	1983	1983	p.8	informaçã	assinada	ambos	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	d. material	regional
N.Vis eu	27	abril	1983	1983	p.9	informaçã	não assinada	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	27	abril	1983	1983	p.9	informaçã	não assinada	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	27	abril	1983	1983	p.9	informaçã	não assinada	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	27	abril	1983	1983	p.9	informaçã	não assinada	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	27	abril	1983	1983	p.9	informaçã	não assinada	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	28	fevereiro	1986	1986	p.3	informaçã	não assinada	ambos	urb. e transportes	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	28	fevereiro	1986	1986	p.6	informaçã	assinada	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	28	fevereiro	1986	1986	p.7	informaçã	não assinada	ambos	saúde	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	28	fevereiro	1986	1986	p.7	informaçã	não assinada	ambos	saúde	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional

N.Vis eu	28	fevereiro	1986	1986	p.7	informação	não assinada	ambos	saúde	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	7	março	1986	1986	p.3	informação	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	7	março	1986	1986	p.3	informação	não assinada	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	7	março	1986	1986	p.7	informação	assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	7	março	1986	1986	p.8	informação	não assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	7	março	1986	1986	p.8	informação	assinada	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	14	março	1986	1986	p.3	informação	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	r. étnica	enunciação	regional
N.Vis eu	14	março	1986	1986	p.4	informação	não assinada	locais	urb. e transportes	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	14	março	1986	1986	p.5	informação	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	14	março	1986	1986	p.6	informação	assinada	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	14	março	1986	1986	p.7	informação	não assinada	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	14	março	1986	1986	p.8	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	14	março	1986	1986	p.8	informação	não assinada	locais	cultura	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	14	março	1986	1986	p.8	informação	não assinada	locais	cultura	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	14	março	1986	1986	p.8	informação	não assinada	locais	cultura	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	14	março	1986	1986	p.8	informação	não assinada	locais	cultura	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	14	março	1986	1986	p.8	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	14	março	1986	1986	p.8	informação	não assinada	locais	cultura	outra	favorável	não	r. étnica	enunciação	regional
N.Vis eu	14	março	1986	1986	p.8	informação	não assinada	locais	cultura	outra	favorável	não	r. étnica	enunciação	regional
N.Vis eu	21	março	1986	1986	p.3	informação	não assinada	locais	urb. e transportes	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	21	março	1986	1986	p.5	informação	não assinada	ambos	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	21	março	1986	1986	p.5	informação	não assinada	ambos	turismo	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional

N.Vis eu	21	março	1986	1986	p.5	informaçã	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	21	março	1986	1986	p.5	informaçã	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	21	março	1986	1986	p.5	informaçã	não assinada	locais	cultura	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	21	março	1986	1986	p.5	informaçã	não assinada	locais	cultura	outra	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	28	março	1986	1986	primeira	informaçã	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	28	março	1986	1986	p.3	informaçã	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	4	abril	1986	1986	p.5	informaçã	não assinada	locais	saúde	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	4	abril	1986	1986	p.5	informaçã	não assinada	locais	saúde	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	4	abril	1986	1986	p.11	informaçã	não assinada	locais	religiã	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	4	abril	1986	1986	p.11	informaçã	não assinada	locais	religiã	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p. 2	op./artigo	assinada	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p. 2	op./artigo	assinada	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p. 2	op./artigo	assinada	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p. 2	op./artigo	assinada	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p. 2	op./artigo	assinada	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p. 2	op./artigo	assinada	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p. 2	op./artigo	assinada	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p. 2	op./artigo	assinada	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p. 2	op./artigo	assinada	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p. 2	op./artigo	assinada	locais	política	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p. 2	op./artigo	assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional

N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p. 2	op./artigo	assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p. 2	op./artigo	assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p. 2	op./artigo	assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p.3	informação	não assinada	ambos	urb. e transportes	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p.3	informação	não assinada	ambos	urb. e transportes	região-plano	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p.3	informação	não assinada	ambos	urb. e transportes	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p.3	informação	não assinada	ambos	urb. e transportes	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref. er.	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p.3	informação	não assinada	ambos	urb. e transportes	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p.3	informação	não assinada	ambos	urb. e transportes	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p.3	informação	não assinada	ambos	urb. e transportes	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p.5	informação	não assinada	ambos	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p.5	informação	não assinada	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p.5	op./artigo	assinada	ambos	seg. e justiça	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref. er.	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p.5	op./artigo	assinada	ambos	seg. e justiça	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	11	abril	1986	1986	p.5	informação	não assinada	ambos	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	18	abril	1986	1986	p.3	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	18	abril	1986	1986	p.3	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	18	abril	1986	1986	p.3	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	18	abril	1986	1986	p.7	informação	não assinada	ambos	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	18	julho	1991	1991	p.4	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	18	julho	1991	1991	p.4	informação	não assinada	ambos	política	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	18	julho	1991	1991	p.7	informação	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	18	julho	1991	1991	p.7	informação	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional

N.Vis eu	18	julho	1991	1991	p.9	informaçã	não assinada	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	18	julho	1991	1991	p.9	informaçã	não assinada	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	18	julho	1991	1991	p.9	informaçã	não assinada	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	25	julho	1991	1991	p.3	informaçã	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	25	julho	1991	1991	p.3	informaçã	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	25	julho	1991	1991	p.4	informaçã	não assinada	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	25	julho	1991	1991	p.4	informaçã	não assinada	locais	sociedade	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	25	julho	1991	1991	p.4	informaçã	não assinada	locais	sociedade	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	25	julho	1991	1991	p.8	informaçã	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	25	julho	1991	1991	p.9	informaçã	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	25	julho	1991	1991	p.9	informaçã	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	25	julho	1991	1991	p.5	informaçã	não assinada	locais	cultura	outra	favorável	não	r. histórica	autorref er.	regional
N.Vis eu	25	julho	1991	1991	p.5	informaçã	não assinada	locais	cultura	outra	favorável	não	r. histórica	autorref er.	regional
N.Vis eu	25	julho	1991	1991	p.5	informaçã	não assinada	locais	cultura	outra	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	25	julho	1991	1991	p.5	informaçã	não assinada	locais	cultura	outra	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	25	julho	1991	1991	p.5	informaçã	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	25	julho	1991	1991	p.5	informaçã	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	25	julho	1991	1991	p.5	informaçã	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	25	julho	1991	1991	p.9	informaçã	não assinada	locais	sociedade	outra	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	25	julho	1991	1991	p.9	informaçã	não assinada	locais	sociedade	outra	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	25	julho	1991	1991	p.9	informaçã	não assinada	locais	sociedade	outra	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	25	julho	1991	1991	p.9	informaçã	não assinada	locais	sociedade	outra	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	25	julho	1991	1991	última	informaçã	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional

N.Vis eu	25	julho	1991	1991	última	informação	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	1	agosto	1991	1991	p.3	informação	não assinada	locais	sociedade	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	agosto	1991	1991	p.3	informação	não assinada	locais	sociedade	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	agosto	1991	1991	p.3	informação	não assinada	locais	sociedade	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	agosto	1991	1991	p.3	informação	não assinada	locais	sociedade	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	agosto	1991	1991	p.4	informação	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	agosto	1991	1991	p.5	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	agosto	1991	1991	p.5	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	agosto	1991	1991	p.5	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	agosto	1991	1991	p.5	informação	não assinada	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	agosto	1991	1991	p.5	informação	não assinada	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	agosto	1991	1991	p.5	informação	não assinada	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	r. histórica	enunciação	regional
N.Vis eu	1	agosto	1991	1991	p.5	informação	não assinada	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	agosto	1991	1991	p.5	informação	não assinada	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	agosto	1991	1991	p.7	informação	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	agosto	1991	1991	p.7	informação	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	1	agosto	1991	1991	p.8	informação	não assinada	locais	política	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	agosto	1991	1991	p.8	informação	não assinada	locais	política	outra	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	1	agosto	1991	1991	p.8	informação	não assinada	locais	cultura	região-plano	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	agosto	1991	1991	p.10	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	agosto	1991	1991	p.10	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	agosto	1991	1991	última	informação	assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	8	agosto	1991	1991	p.3	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional

N.Vis eu	8	agosto	1991	1991	p.4	informaçã	não assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	8	agosto	1991	1991	p.7	informaçã	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	agosto	1991	1991	p.7	informaçã	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	8	agosto	1991	1991	p.8	informaçã	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	agosto	1991	1991	p.8	informaçã	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	agosto	1991	1991	p.9	informaçã	não assinada	locais	sociedade	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	agosto	1991	1991	p.9	informaçã	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	15	agosto	1991	1991	p.4	informaçã	não assinada	locais	sociedade	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	15	agosto	1991	1991	p.4	informaçã	não assinada	locais	sociedade	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	15	agosto	1991	1991	p.4	informaçã	não assinada	locais	emprego e seg.social	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	15	agosto	1991	1991	p.4	informaçã	não assinada	locais	emprego e seg.social	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	15	agosto	1991	1991	p.4	informaçã	não assinada	locais	emprego e seg.social	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	15	agosto	1991	1991	p.4	informaçã	não assinada	locais	emprego e seg.social	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	15	agosto	1991	1991	p.7	informaçã	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	15	agosto	1991	1991	p.7	informaçã	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	15	agosto	1991	1991	p.9	informaçã	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	15	agosto	1991	1991	p.9	informaçã	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	22	agosto	1991	1991	primeira	informaçã	não assinada	ambos	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	22	agosto	1991	1991	p.3	informaçã	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	22	agosto	1991	1991	p.3	informaçã	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	22	agosto	1991	1991	p.5	informaçã	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	22	agosto	1991	1991	p.5	informaçã	assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	22	agosto	1991	1991	p.5	informaçã	não assinada	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional



N.Vis eu	22	agosto	1991	1991	p.7	informação	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	22	agosto	1991	1991	p.7	informação	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	22	agosto	1991	1991	p.8	informação	não assinada	ambos	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	29	agosto	1991	1991	p.3	informação	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	29	agosto	1991	1991	p.3	informação	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	29	agosto	1991	1991	p.3	informação	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	29	agosto	1991	1991	p.5	informação	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	r. étnica	enunciação	regional
N.Vis eu	29	agosto	1991	1991	p.7	informação	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	29	agosto	1991	1991	p.7	informação	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	5	setembro	1991	1991	primeira	informação	não assinada	locais	sociedade	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	setembro	1991	1991	primeira	informação	não assinada	locais	sociedade	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	setembro	1991	1991	primeira	informação	não assinada	locais	sociedade	NUTS	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	setembro	1991	1991	primeira	informação	não assinada	locais	sociedade	NUTS	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	setembro	1991	1991	p.4	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	setembro	1991	1991	p.5	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	setembro	1991	1991	p.5	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	setembro	1991	1991	p.5	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	setembro	1991	1991	p.5	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	setembro	1991	1991	p.7	informação	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	setembro	1991	1991	p.7	informação	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	5	setembro	1991	1991	p.8	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	enunciação	regional
N.Vis eu	5	setembro	1991	1991	p.8	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	enunciação	regional
N.Vis eu	5	setembro	1991	1991	p.8	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	enunciação	regional

N.Vis eu	5	setembro	1991	1991	p.8	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	enunciação	regional
N.Vis eu	5	setembro	1991	1991	p.8	informação	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	r. étnica	enunciação	regional
N.Vis eu	5	setembro	1991	1991	p.9	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	setembro	1991	1991	p.9	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	setembro	1991	1991	p.9	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	setembro	1991	1991	p.9	informação	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	16	outubro	1998	1998	p.3	informação	não assinada	ambos	urb. e transportes	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	16	outubro	1998	1998	p.3	informação	não assinada	ambos	urb. e transportes	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	16	outubro	1998	1998	p.6	informação	não assinada	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	16	outubro	1998	1998	p.9	informação	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	16	outubro	1998	1998	p.9	informação	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	16	outubro	1998	1998	p.11	informação	não assinada	locais	desporto	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	16	outubro	1998	1998	p.11	informação	não assinada	locais	desporto	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	primeira	informação	não assinada	locais	política	região referendo	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	primeira	informação	não assinada	locais	política	região referendo	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	p.3	informação	não assinada	locais	política	região referendo	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	p.3	informação	não assinada	locais	política	região referendo	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	p.3	informação	não assinada	locais	política	região referendo	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	p.3	informação	não assinada	locais	política	região referendo	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	p.3	informação	não assinada	locais	política	região referendo	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	p.3	informação	não assinada	locais	política	região referendo	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	p.3	informação	não assinada	locais	política	região referendo	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional

N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	p.3	informaçã	não assinada	locais	política	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	p. 2	informaçã	não assinada	ambos	turismo	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	p. 2	informaçã	não assinada	ambos	turismo	NUTS	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	p. 2	informaçã	não assinada	ambos	turismo	NUTS	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	p. 2	informaçã	não assinada	locais	política	provincial Est. Novo	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	p. 2	informaçã	não assinada	locais	política	distrital	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	p. 2	informaçã	não assinada	locais	política	região referendo	favorável	sim	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	p.5	informaçã	não assinada	locais	política	região referendo	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	p.5	informaçã	não assinada	locais	política	região referendo	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	p.6	informaçã	não assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	p.6	informaçã	não assinada	locais	política	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	p.7	informaçã	não assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	p.9	informaçã	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	p.9	informaçã	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref. er.	regional
N.Vis eu	23	outubro	1998	1998	p.11	informaçã	não assinada	locais	desporto	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	primeira	informaçã	não assinada	locais	economia	região referendo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	primeira	informaçã	não assinada	locais	economia	região referendo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	primeira	informaçã	não assinada	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	primeira	informaçã	não assinada	ambos	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	p. 2	op./artigo	assinada	locais	política	região referendo	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	p.3	informaçã	assinada	ambos	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	p.3	informaçã	assinada	ambos	economia	região referendo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	p.3	informaçã	assinada	ambos	economia	região referendo	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional

N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	p.3	informação	assinada	ambos	economia	região referendo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	p.3	informação	assinada	ambos	economia	região referendo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	p.6	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	p.6	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	p.8	informação	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	p.8	informação	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	p.8	informação	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	r. histórica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	p.9	informação	assinada	ambos	saúde	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	p.9	informação	assinada	ambos	saúde	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	p.9	informação	assinada	ambos	saúde	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	p.10	informação	assinada	nacionais	política	região referendo	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	p.10	informação	assinada	nacionais	política	região referendo	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	p.10	informação	assinada	nacionais	política	região referendo	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	p.11	informação	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	p.11	informação	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	p.11	informação	não assinada	ambos	sociedade	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	30	outubro	1998	1998	última	informação	assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	6	novembro	1998	1998	p.5	informação	não assinada	locais	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	6	novembro	1998	1998	p.6	informação	não assinada	locais	ed.e ciência	região referendo	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	6	novembro	1998	1998	p.6	informação	não assinada	locais	ed.e ciência	região referendo	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	6	novembro	1998	1998	p.8	informação	assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	6	novembro	1998	1998	p.8	informação	assinada	nacionais	política	região referendo	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	6	novembro	1998	1998	p.8	informação	assinada	nacionais	política	região referendo	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional

N.Vis eu	6	novembro	1998	1998	p.8	informação	assinada	nacionais	política	região referendo	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	6	novembro	1998	1998	p.8	informação	assinada	nacionais	política	região referendo	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	6	novembro	1998	1998	p.8	informação	assinada	nacionais	política	região referendo	desfavorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	6	novembro	1998	1998	p.8	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	6	novembro	1998	1998	p.8	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	6	novembro	1998	1998	p.10	informação	não assinada	locais	cultura	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	6	novembro	1998	1998	p.11	informação	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	6	novembro	1998	1998	p.11	informação	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	13	novembro	1998	1998	p.5	informação	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	r. histórica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	13	novembro	1998	1998	p.5	informação	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	13	novembro	1998	1998	p.5	informação	não assinada	locais	cultura	região referendo	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	13	novembro	1998	1998	p.7	informação	assinada	locais	emprego e seg.social	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	13	novembro	1998	1998	p.7	informação	assinada	locais	emprego e seg.social	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	13	novembro	1998	1998	p.8	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	13	novembro	1998	1998	p.8	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	13	novembro	1998	1998	p.9	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	13	novembro	1998	1998	p.9	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	13	novembro	1998	1998	p.9	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	13	novembro	1998	1998	p.9	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	13	novembro	1998	1998	p.9	informação	não assinada	locais	cultura	NUTS	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	13	novembro	1998	1998	p.9	informação	não assinada	locais	cultura	NUTS	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	13	novembro	1998	1998	p.9	informação	não assinada	locais	cultura	NUTS	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	13	novembro	1998	1998	p.9	informação	não assinada	locais	cultura	NUTS	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional

N.Vis eu	13	novembro	1998	1998	p.11	informação	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	13	novembro	1998	1998	p.11	informação	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	13	novembro	1998	1998	p.13	informação	assinada	locais	generalidades	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	20	novembro	1998	1998	primeira	informação	não assinada	ambos	política	imprecisa	favorável	não	r. histórica	enunciação	regional
N.Vis eu	20	novembro	1998	1998	p.3	informação	não assinada	ambos	política	imprecisa	favorável	não	r. histórica	enunciação	regional
N.Vis eu	20	novembro	1998	1998	p.3	informação	não assinada	ambos	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	20	novembro	1998	1998	p.3	informação	não assinada	ambos	política	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	20	novembro	1998	1998	p.5	informação	assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	20	novembro	1998	1998	p.5	informação	assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	20	novembro	1998	1998	p.5	informação	assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	20	novembro	1998	1998	p.5	informação	assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	20	novembro	1998	1998	p.5	informação	assinada	locais	política	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	20	novembro	1998	1998	p.8	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	20	novembro	1998	1998	p.8	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	20	novembro	1998	1998	p.8	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	20	novembro	1998	1998	p.9	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	20	novembro	1998	1998	p.11	informação	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	20	novembro	1998	1998	p.11	informação	não assinada	ambos	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	20	novembro	1998	1998	última	informação	assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	20	novembro	1998	1998	última	informação	assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	20	novembro	1998	1998	última	informação	assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	20	novembro	1998	1998	última	informação	assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional

N.Vis eu	2 0	novem bro	1998	1998	última	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 0	novem bro	1998	1998	última	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 0	novem bro	1998	1998	última	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 0	novem bro	1998	1998	última	informaç ão	assinad a	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 7	novem bro	1998	1998	primeir a	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 0	novem bro	1998	1998	p. 2	op./artig o	assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 0	novem bro	1998	1998	p. 2	op./artig o	assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 0	novem bro	1998	1998	p. 2	op./artig o	assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 0	novem bro	1998	1998	p. 2	op./artig o	assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 0	novem bro	1998	1998	p. 2	op./artig o	assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 0	novem bro	1998	1998	p. 2	op./artig o	assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 0	novem bro	1998	1998	p. 2	op./artig o	assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 0	novem bro	1998	1998	p. 2	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 0	novem bro	1998	1998	p. 2	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 0	novem bro	1998	1998	p. 2	informaç ão	assinad a	locais	ed.e ciência	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorref er.	regional
N.Vis eu	2 0	novem bro	1998	1998	p. 2	informaç ão	não assinad a	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	2 0	novem bro	1998	1998	p.4	informaç ão	não assinad a	locais	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	2 0	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	não assinad a	locais	política	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	2 0	novem bro	1998	1998	p.5	informaç ão	não assinad a	locais	política	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	2 0	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	2 0	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional
N.Vis eu	2 0	novem bro	1998	1998	p.7	informaç ão	não assinad a	ambos	economia	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enuncia ção	regional

N.Vis eu	20	novembro	1998	1998	p.13	informação	assinada	locais	saúde	região-plano	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	20	novembro	1998	1998	p.13	informação	assinada	locais	saúde	região-plano	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	20	novembro	1998	1998	p.13	informação	assinada	locais	saúde	região-plano	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	4	dezembro	1998	1998	p.10	informação	não assinada	locais	sociedade	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	4	dezembro	1998	1998	p.10	informação	não assinada	locais	sociedade	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	4	dezembro	1998	1998	p.11	informação	não assinada	locais	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	4	dezembro	1998	1998	p.11	informação	não assinada	locais	generalidades	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	17	abril	2003	2003	primeira	informação	não assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	17	abril	2003	2003	p.5	informação	assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	17	abril	2003	2003	p.5	informação	assinada	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	17	abril	2003	2003	p.5	informação	assinada	locais	economia	provincial Est. Novo	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	17	abril	2003	2003	p.6	informação	assinada	locais	urb. e transportes	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	24	abril	2003	2003	p.7	informação	assinada	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	24	abril	2003	2003	p.27	informação	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	maio	2003	2003	p. 2	informação	assinada	locais	política	intermuni. ci.	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	maio	2003	2003	p. 2	informação	assinada	locais	política	intermuni. ci.	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	maio	2003	2003	p. 2	informação	assinada	locais	política	intermuni. ci.	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	maio	2003	2003	p. 2	informação	assinada	locais	política	intermuni. ci.	favorável	sim	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	maio	2003	2003	p. 2	informação	assinada	locais	política	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	maio	2003	2003	p.3	informação	assinada	locais	política	imprecisa	favorável	não	r. histórica	enunciação	regional
N.Vis eu	1	maio	2003	2003	p.3	informação	assinada	locais	política	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	maio	2003	2003	p.3	informação	assinada	locais	política	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional



N.Vis eu	1	maio	2003	2003	p.3	informaçã	assinada	locais	política	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	maio	2003	2003	p. 2	informaçã	assinada	locais	urb. e transportes	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	maio	2003	2003	p. 2	informaçã	assinada	locais	urb. e transportes	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	maio	2003	2003	p. 2	informaçã	assinada	locais	urb. e transportes	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	maio	2003	2003	p.4	informaçã	assinada	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	maio	2003	2003	p.4	informaçã	assinada	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	maio	2003	2003	p.4	informaçã	assinada	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	maio	2003	2003	p.4	informaçã	assinada	locais	ed.e ciência	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	maio	2003	2003	p.4	informaçã	não assinada	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	maio	2003	2003	p.4	informaçã	não assinada	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	maio	2003	2003	p.4	informaçã	não assinada	locais	seg. e justiça	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	maio	2003	2003	p.4	informaçã	não assinada	locais	seg. e justiça	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	maio	2003	2003	p.7	informaçã	assinada	locais	política	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	maio	2003	2003	p.7	informaçã	assinada	locais	política	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	maio	2003	2003	p.7	informaçã	assinada	locais	política	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	maio	2003	2003	p.7	informaçã	assinada	locais	política	distrital	favorável	sim	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	maio	2003	2003	p.7	informaçã	assinada	locais	política	intermuni. ci.	favorável	sim	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	maio	2003	2003	p.7	informaçã	assinada	locais	política	intermuni. ci.	favorável	sim	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	maio	2003	2003	p.7	informaçã	assinada	locais	política	intermuni. ci.	favorável	sim	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	8	maio	2003	2003	p.7	informaçã	assinada	locais	política	NUTS	favorável	sim	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	15	maio	2003	2003	p. 2	informaçã	não assinada	locais	seg. e justiça	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional
N.Vis eu	15	maio	2003	2003	p.7	informaçã	assinada	ambos	emprego e seg.social	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciaçã	regional

N.Vis eu	15	maio	2003	2003	p.7	informação	assinada	ambos	emprego e seg.social	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	15	maio	2003	2003	p.7	informação	assinada	ambos	emprego e seg.social	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	15	maio	2003	2003	p.24	informação	assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	15	maio	2003	2003	p.24	informação	assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	15	maio	2003	2003	p.24	informação	assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	15	maio	2003	2003	p.24	informação	assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	15	maio	2003	2003	p.24	informação	assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	15	maio	2003	2003	p.24	informação	assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	15	maio	2003	2003	p.24	informação	assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	22	maio	2003	2003	p. 2	informação	não assinada	ambos	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	22	maio	2003	2003	p. 2	informação	não assinada	ambos	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	22	maio	2003	2003	p. 2	informação	não assinada	ambos	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	22	maio	2003	2003	p. 2	informação	não assinada	ambos	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	22	maio	2003	2003	p.5	informação	não assinada	ambos	ed.e ciência	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	29	maio	2003	2003	primeira	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	enunciação	regional
N.Vis eu	29	maio	2003	2003	p.24	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	29	maio	2003	2003	p.24	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	29	maio	2003	2003	p.24	informação	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	29	maio	2003	2003	p.24	informação	não assinada	locais	cultura	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	junho	2003	2003	primeira	informação	não assinada	ambos	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	junho	2003	2003	p.7	informação	assinada	ambos	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	junho	2003	2003	p.7	informação	assinada	ambos	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	5	junho	2003	2003	p.7	informação	assinada	ambos	seg. e justiça	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional

N.Vis eu	5	junho	2003	2003	p.7	informação	assinada	locais	seg. e justiça	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	3	novembro	2011	2011	p.6	informação	assinada	locais	turismo	NUTS	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	3	novembro	2011	2011	p.6	informação	assinada	locais	turismo	NUTS	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	3	novembro	2011	2011	p.6	informação	assinada	locais	turismo	NUTS	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	3	novembro	2011	2011	p.6	informação	assinada	locais	turismo	NUTS	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	3	novembro	2011	2011	última	informação	assinada	locais	turismo	imprecisa	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	3	novembro	2011	2011	última	informação	assinada	locais	turismo	imprecisa	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	3	novembro	2011	2011	última	informação	assinada	locais	turismo	imprecisa	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	3	novembro	2011	2011	última	informação	assinada	locais	turismo	imprecisa	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	3	novembro	2011	2011	última	informação	assinada	locais	turismo	imprecisa	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	3	novembro	2011	2011	última	informação	assinada	locais	turismo	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	10	novembro	2011	2011	última	informação	não assinada	locais	turismo	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	10	novembro	2011	2011	p.11	informação	não assinada	locais	turismo	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	10	novembro	2011	2011	p.4	informação	não assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	10	novembro	2011	2011	p.6	informação	não assinada	locais	cultura	provincial Est. Novo	favorável	não	r. étnica	autorrefer.	regional
N.Vis eu	10	novembro	2011	2011	p.13	informação	não assinada	locais	turismo	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	17	novembro	2011	2011	primeira	informação	assinada	locais	urb. e transportes	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	17	novembro	2011	2011	p.3	informação	assinada	locais	urb. e transportes	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	17	novembro	2011	2011	p.3	informação	assinada	locais	urb. e transportes	distrital	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	17	novembro	2011	2011	p.5	informação	assinada	ambos	urb. e transportes	região-plano	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	17	novembro	2011	2011	p.5	informação	não assinada	locais	economia	região-plano	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	17	novembro	2011	2011	p.5	informação	não assinada	locais	economia	NUTS	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	17	novembro	2011	2011	p.6	informação	não assinada	locais	política	intermunicipal	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional



N.Vis eu	1	dezembro	2011	2011	p.10	informação	não assinada	locais	política	intermunicipal	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	dezembro	2011	2011	p.13	informação	não assinada	locais	política	intermunicipal	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	dezembro	2011	2011	p.13	informação	não assinada	locais	política	intermunicipal	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	dezembro	2011	2011	p.13	informação	não assinada	locais	política	intermunicipal	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	dezembro	2011	2011	p.13	informação	não assinada	locais	política	intermunicipal	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	dezembro	2011	2011	p.13	informação	não assinada	locais	política	intermunicipal	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	dezembro	2011	2011	p.13	informação	não assinada	locais	política	intermunicipal	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	1	dezembro	2011	2011	p.13	informação	não assinada	locais	política	intermunicipal	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	8	dezembro	2011	2011	p. 2	informação	assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	autorrefer.	regional
N.Vis eu	8	dezembro	2011	2011	p. 2	informação	assinada	locais	economia	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	8	dezembro	2011	2011	p. 2	informação	assinada	locais	urb. e transportes	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	8	dezembro	2011	2011	p. 2	informação	assinada	locais	urb. e transportes	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	8	dezembro	2011	2011	p. 2	informação	assinada	locais	urb. e transportes	região-plano	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	15	dezembro	2011	2011	primeira	informação	não assinada	locais	urb. e transportes	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	15	dezembro	2011	2011	p. 2	informação	não assinada	locais	urb. e transportes	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional
N.Vis eu	22	dezembro	2011	2011	p.3	informação	assinada	locais	política	imprecisa	favorável	não	s/ reivind.	enunciação	regional